

Seminário

Habitação na Amazônia:

Particularidades e Desafios ao Trabalho

Profissional do Assistente Social



Anais

18 a 20 de Setembro de 2019
Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

Realização:



GEP - CIHAB

Grupo de Estudo e Pesquisa
Cidade, Habitação e Espaço Humano



Apoio:

PROPESP

Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação | UFPA

 **CNPq**

FASS
Faculdade de Serviço Social

 **ICSA**
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

 **FASE**

Seminário

Habitação na Amazônia:

Particularidades e Desafios ao Trabalho

Profissional do Assistente Social



Anais

ORGANIZAÇÃO

Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-CIHAB/PPGSS/ICSA/UFPA e CRESS-PA (1ª Região)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Profa. Dra. Joana Valente Santana – FASS/PPGSS/UFPA

Profa. Dra. Rovaine Ribeiro – FASS/UFPA

Arquiteta e Urbanista, Ms. Anna Carolina Gomes Holanda – PPGAU/UFPA

Comissão Científica

Profa. Dra. Joana Valente Santana – FASS/PPGSS/UFPA

Profa. Dra. Rovaine Ribeiro – FASS/UFPA

Arquiteta e Urbanista, Ms. Anna Carolina Gomes Holanda – PPGAU/UFPA

Assistente Social, Ms. Rita de Cassia Barbosa dos Santos – Doutoranda PPGSS/UFPA

Assistente Social, Ms. Najara Mayla do Socorro Veiga Costa – Doutoranda PPGSS/UFPA

Assistente Social, Ms. Elane do Socorro Oliveira da Silva – Doutoranda PPGSS

Assistente Social, Ms. Mônica de Melo Medeiros – Doutoranda PPGSS/UFPA

Assistente Social, Ms. Aricarla Batista de Oliveira – Doutoranda PPGSS/UFPA

Assistente Social, Ms. Walkiria Maria Sousa da Silva – Doutoranda PPGSS/UFPA

Comissão de Apoio

Isabella Santos Correa – Mestranda PPGSS/UFPA

Tamara de Souza Nascimento – Mestranda PPGSS/UFPA

Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira Filho – Mestrando PPGSS/UFPA

Leonardo Costa Miranda – Mestrando PPGSS/UFPA

Lucas Wellington da Silva Silva - Bolsista PIBIC / Discente de Serviço Social

Thaís da Silva Ribeiro - Bolsista PIBIC / Discente de Serviço Social

Joicy Helena da Costa Pantoja - Bolsista PIBIC / Discente de Serviço Social

Maria Gabriela de Andrade de Sena - Bolsista PIVIC / Discente de Serviço Social

Assistente Social, Ms. Gizelle Soares de Freitas

Assistente Social, Ms. Janilma Barros – PPGSS/UFPA

Vinícius Alexandre Santos – Bacharel em Administração

Editoração: Ione Sena

Seminário

Habitação na Amazônia: Particularidades e Desafios ao Trabalho Profissional do Assistente Social



Anais

18 a 20 de Setembro de 2019
Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
LUIZ OTAVIO MACIEL DA SILVA
BIBLIOTECÁRIO – CRB2/771

A471a Seminário Habitação na Amazônia (2019: Belém, PA)

Anais do Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do Assistente Social / [Organização] Joana Valente Santana, Rovaine Ribeiro, Anna Carolina Gomes Holanda. – Belém: FASS/PPGSS/UFPA, 2020.

Organização: Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano/ GEP-CIHAB/PPGSS/ICSA/UFPA e CRESS-PA (1^a Região)

Formato PDF (236 p.).

Modo de acesso: Wold Wide Web.

ISBN: 978-85-61214-34-0

1. Política habitacional – Amazônia - Seminários. 2. Habitação – Amazônia - Seminários. I. Santana, Joana Valente (org.). II. Ribeiro, Rovaine (org.). III. Holanda, Anna Carolina Gomes (org.). IV. Título.

CDD 23 ed. 363.5809811

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>Joana Valente Santana, Rovaine Ribeiro, Anna Carolina Gomes Holanda.</i>	
EIXO TEMÁTICO I	
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL	
COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS	
PROJETO DE TRABALHO SOCIAL NO PMCMV: ESTUDO DE CASO EM MOJU E NOVO REPARTIMENTO	17
<i>Eliza Maria Almeida Vasconcelos, Joscelina da Silva Bastos</i>	
A INSTITUCIONALIZAÇÃO PARCIAL DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM ABAETETUBA/PA: ENFRENTAMENTOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL	21
<i>Érica Laiana Lobato da Silva, Nilma Batista Pinto</i>	
TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS REFLETIDOS PELA EQUIPE SOCIAL DO MUNICIPIO DE OSASCO/SP	25
<i>Clenivalda França dos Santos, Fernanda Galhardo Carpanelli, Katiane Ferreira de Lima Silva, Talita Luzia Alves Tecedor</i>	
ORGANIZAÇÃO E USO DOS INSTRUMENTAIS TÉCNICOS NOS PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ	29
<i>Elino Benicio de Souza, Anderson Cleyton Borges</i>	
PROJETOS URBANÍSTICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA): ESTUDO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS EM FAMÍLIAS	33
<i>Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira Filho</i>	
IMPACTOS NAS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO DE FAMÍLIAS REASSENTADAS PELO PROGRAMA DESANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN) EM BELÉM (PA)	39
<i>Aricarla Batista de Oliveira</i>	
AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANDE INTERESSE SOCIAL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ	43
<i>Tamara de Souza Nascimento</i>	

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITO A MORADIA: ESPAÇO OCUPACIONAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO	47
<i>Moisés Rita Vasconcelos Junior, Carmen Regina Fernandes Lisboa</i>	
A (IN) VISIBILIDADE DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NO LIXÃO DE BREVES (MARAJÓ/PA): REFLEXÕES ACERCA DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO	51
<i>Elizandra Gomes de Lima, Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, Vanessa de Souza Gama</i>	
ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DE HABITAÇÃO	57
<i>Aida M. G. C. Pereira.</i>	
TRABALHO SOCIAL E POLÍTICA HABITACIONAL: APONTAMENTOS INICIAIS	61
<i>Gizelle Soares de Freitas, Rita de Cássia Barbosa dos Santos.</i>	
HABITAÇÃO E SAÚDE MENTAL: A POLÍTICA INTERSETORIAL DIRECIONADA AO USUÁRIO COM TRANSTORNO MENTAL	65
<i>Janete Gomes Duarte, Sulamita Rodrigues Fernandes.</i>	
SITUAÇÃO HABITACIONAL DAS FAMÍLIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BELÉM/ PA: UM ESTUDO PARA O SERVIÇO SOCIAL	69
<i>Michele Lima de Souza, Núbia Cristina Assunção Miranda, Susinei Ferreira Celso.</i>	
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) SANTANA DO AURÁ E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: O VINCULO SENTIMENTAL DA COMUNIDADE SANTANA DO AURÁ E A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À MORADIA	73
<i>Ana Cláudia de Menezes Carneiro, Ana Cristina Mendes Brito, Andreia de Souza Lima, Luandra Corrêa, Zuliene Martins Assunção.</i>	
 EIXO TEMÁTICO II	
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL RELATOS DE EXPERIÊNCIA	
OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ...	81
<i>Vivianne Thayná de Araújo Teixeira, Ana Gabriela Pinheiro Silva</i>	
A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ENQUADRAMENTO DE FAMÍLIAS VÍTIMAS DE CALAMIDADE NO PMCMV: A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DO ASSISTENTE SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DO PROCESSO	85
<i>Bruna Stephen da Motta Novaes</i>	

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA	89
<i>Danuza Almeida de Souza, Érica Laiana Lobato da Silva, Ielma Francione Assunção da Silva, Lídia Soares das Chagas, Thaiane Costa do Nascimento.</i>	
CASA SAUDÁVEL: SAÚDE MENTAL E HABITAÇÃO UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL	93
<i>Janete Gomes Duarte, Letícia de Nazaré Vieira Bastos.</i>	
PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – PTTS - PROMABENI: PROTAGONISMO E AUTONOMIA A PARTIR DE AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COM MORADORES DOS BAIRROS DA CREMAÇÃO, JURUNAS E CONDOR	97
<i>Simone de Cássia da Costa Silva.</i>	
O DIREITO À MORADIA E OS DESAFIOS PARA A EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PROGRAMA HABITACIONAL DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL- FN HIS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA NO CONJUNTO ABAETEOARA I-II	101
<i>Danuza Almeida de Souza, Érica Laiana Lobato da Silva, Ielma Francione Assunção da Silva, Lídia Soares das Chagas, Thaiane Costa do Nascimento.</i>	
RELATOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL: PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO RESIDENCIAL PORTAL DO AURÁ II DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PA	105
<i>Aline Pinheiro Correia, Bruna Elaine Tenório Novais.</i>	
O PROJETO DE EXTENSÃO: Um Relato de Experiência “Direitos Sociais e Educação Ambiental” na Vila da Barca: A comunidade Acadêmica Apoia Essa Barca	109
<i>Daniel de Brito da Silva, Maria Natalene Santos</i>	
REMANEJAMENTO DO PROJETO INTEGRADO DA BACIA DO IGARAPÉ TUCUNDUBA – BELÉM, PA: QUANTAS DÉCADAS MAIS NECESSITARÁ PARA CONCLUIR ESTA OBRA?	113
<i>Sheila Patrícia Santos da Silva, Alessâmela Geralda Ramos Pinto, Ana Carolina Alves de Lima</i>	
EIXO TEMÁTICO III	
HABITAÇÃO E PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA	
COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS	
A SUBJETIVIDADE DO HABITAR: ESTUDO DO SENTIDO DE LAR NO PROJETO TABOQUINHA	119
<i>Nayra Gomes Souza Ampuero, Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão</i>	

PROPOSTA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PELO TIPO PALAFITA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA: BARCARENA-PA	125
<i>Danielli de Araújo Felisbino, Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão</i>	
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE PROJETOS RESIDENCIAIS DO ARQ. MILTON MONTE NO CONTEXTO AMAZÔNICO: ENTRE ARQUITETURA ERUDITA E NÃO ERUDITA	129
<i>Leonice Farias de Oliveira, Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão</i>	
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PMCMV NO PARÁ	133
<i>Aline Tarcila de Oliveira Lima, Walkiria Maria Sousa da Silva</i>	
 EIXO TEMÁTICO IV	
PLANEJAMENTO URBANO, HABITAÇÃO E CIDADES	
COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS	
AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO: UMA ANALISE DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA MORADIA SOB A ÓTICA DOS SUJEITOS NO CONJUNTO HABITACIONAL JADER BARBALHO, ANANINDEUA-PA	141
<i>Daniellen Costa, Lília Cavalcante</i>	
PROBLEMAS AMBIENTAIS E URBANOS: RESULTADO DO DESCASO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO OCORRIDAS NO BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS	147
<i>Elizângela Bastos Cearense, Roselene de Souza Portela</i>	
TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM CIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA	151
<i>Giselle de Lourdes Bangom Sakatauskas</i>	
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ABAETEOARA I E II	157
<i>Dayane Janine Castilho Viana, Lidiane Pereira Monteiro.</i>	
CIDADES NA AMAZÔNIA E A DIVERSIDADE URBANA	161
<i>Wilk Cardoso Cruz.</i>	
FRONTEIRAS (IN)VISÍVEIS DA CIDADE CAPITALISTA: a segregação socioespacial no município de Ananindeua/PA	167
<i>Denison Martins dos Santos.</i>	

A NECESSIDADE UNIVERSAL DE HABITAR	171
<i>Maria Gabriela de Andrade de Sena, Lucas Wellington da Silva Silva</i>	
OS CONTRASTES DO URBANO: CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS	175
<i>Antonio Michel Araújo de Holanda, Glauciane Gomes de Barros, José Renato da Silva Sena, Tarcísio da Silva Fonseca</i>	
EIXO TEMÁTICO V	
LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À MORADIA NA AMAZÔNIA	
COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS	
INSTITUIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO UNA: COMITÊ ASSESSOR E CONGEB/UMA	181
<i>André Luiz Santos Alves, Edivania Santos Alves</i>	
LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À CIDADE NO TUCUNDUBA: ALTERNATIVAS E DESAFIOS DO SÉCULO XXI	187
<i>Gizele Cristina Carvalho dos Santos, Lidiane Maria Siqueira David, Géssica Viviane Silva Carvalho</i>	
COMITÊ POPULAR URBANO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A LUTA CONTRA O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA	191
<i>Isabella Santos Corrêa, Leonardo Costa Miranda, Raissa Cristina Sousa de Moraes</i>	
DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NA QUESTÃO HABITACIONAL URBANA: UMA ANÁLISE SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	197
<i>Luana Giovanna Barros Costa</i>	
O USO DOS ESPAÇOS POR MEIO DA ARTE/LEITURA: uma brevíssima reflexão do fazer artístico/cultural do ECNB	201
<i>Marcos Samuel Costa da Conceição, Marcos Batista Mendes</i>	
RESISTÊNCIA NA CIDADE: AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E MOBILIZAÇÃO	205
<i>Isabella Corrêa, Leonardo Costa Miranda, Dandara Martins</i>	

EIXO TEMÁTICO VI

**LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À MORADIA NA AMAZÔNIA
RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

**AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS
EXPERIÊNCIAS DO PARU NOS ANOS DE 2018-2019**

213

*Antônio José Noronha Correia, Katherine Reis Duarte, Luciana Pereira de O. Tavares Mourão,
Milcilene Magalhães da Silva, Raissa Fernanda Souza Palheta, Rafaela Seabra Guimarães,
Roselene de Souza Portela, Sandra Helena Ribeiro Cruz, Welson de Souza Cardoso.*

EIXO TEMÁTICO VII

**QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL
COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS**

**REMANEJAMENTO, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E REASSENTAMENTO DE
FAMÍLIAS POR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL: discutindo
conceitos e efeitos a partir da revisão sistemática da literatura**

221

Alan Jhonatan Furtado Nunes, Solange Maria Gayoso da Costa

EIXO TEMÁTICO VII

**QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL
RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O MODO
DE DESPEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BREVES (MARAJÓ/PARÁ)**

229

*Jacqueline Tatiane da Silva Guimarãe, Nilza de Sousa Medeiros, Shirleide do Socorro Viegas
Ferreira.*

**ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL AO MOVIMENTO SOCIAL DA FRENTE DE
DEFESA DAS BACIAS DE BELÉM**

233

Lidiane Maria Siqueira David, Gizele Cristina Carvalho dos Santos

APRESENTAÇÃO

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.

É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.

*E agora não contente querem privatizar o conhecimento,
a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.*

Privatizado/ Bertold Brecht,

Todos esses que aí estão

Atravancando meu caminho,

Eles passarão...

Eu passarinho!

Poeminha do Contra/ Mario Quintana.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) realizou, no período de 18 a 20 de setembro de 2019, o **Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do assistente social**, no Campus Belém da UFPA.

O Seminário contou com as parcerias do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PA 1^a Região), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia), com o financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP/UFPA - Edital PAEV/2019), com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹, com o apoio do Centro de Eventos Benedito Nunes, pela seção do Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas/ICJ, do Escritório Modelo de Práticas Acadêmicas em Turismo (EMPACTUR), da Editora Papel Social e da Faculdade de Serviço Social/FASS/UFPA.

O evento se propôs a ser um espaço de trocas de conhecimentos entre pesquisadores, profissionais que atuam na área social (particularmente os assistentes sociais), técnicos governamentais, organizações políticas e estudantes de graduação e pós-graduação que atuem ou pesquisem *a temática urbana e habitacional na Amazônia*².

Historicamente a Região Amazônica tem sido um lugar de produção e reprodução da desigualdade social e econômica devido à exploração de suas riquezas naturais e exploração da força de trabalho. A questão da habitação, que é uma expressão da questão social, tem sido agravada nessa Região, especialmente pela frágil oferta de políticas públicas e pelo alto índice de inadequação habitacional, com destaque para a carência de infraestrutura em pequenas, médias e grandes cidades.

1 CNPq/Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal. Processo: 435406/2018-3

2 Os objetivos do Seminário foram: Socializar pesquisas acadêmicas acerca da questão urbana e habitacional na Amazônia; Propiciar o conhecimento e a troca de experiências profissionais sobre a atuação profissional nas políticas urbanas e habitacionais na Amazônia; Fortalecer a discussão de estratégias de organização coletiva e participação política na atuação profissional; Estimular a reflexão teórico-metodológica de profissionais que atuam na área urbana e habitacional, bem como estudantes de graduação e pós-graduação e; Contribuir com a melhoria das condições de vida nas cidades amazônicas.

O Seminário contou com a participação de 254 pessoas³ residentes em Belém e em outros municípios do estado do Pará (Ananindeua, Cametá, Canaã dos Carajás, Castanhal, Marituba, São Miguel do Guamá, Oeiras do Pará e Vigia). Também foram registrados participantes das cidades de Macapá/AP e São Paulo/SP⁴.

A dinâmica do Seminário contou com a realização da Palestra “Trabalho profissional do/a Assistente Social na política urbana e habitacional”, ministrada pela Profa. Dra. Rosângela Paz (PUC-SP); o Lançamento do livro “Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas”, este organizado pela Profa. Joana Valente Santana (Editora Papel Social, Campinas/SP, 2018); a Mesa redonda: “Particularidades da produção habitacional na Amazônia”, com as Professoras doutoras Katia de Araújo Lima Vallina (PPGSS/UFAM), Kláudia Perdigão (PPGAU/UFPA), esta por vídeo conferência e Rovaine Ribeiro (FASS/UFPA); a Mesa redonda “Lutas sociais pelo direito à cidade”, com apresentação dos resultados da pesquisa “A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da fase (RJ, PE e PA)”, por João Gomes Netto e Sara Pereira (FASE Amazônia); e a mesa “Mulheres e direito à cidade” com a Especialista Vivi Reis e a Mestre Gizelle Freitas. Foram realizadas, ainda, a Mesa “Trabalho Técnico do/a Assistente Social na Política urbana e habitacional no estado do Pará”, com a participação dos/as Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Habitação de Belém, Companhia de Habitação do Estado do Pará, Instituto Amazônico de Planejamento Gestão Urbana e Ambiental, Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá, tendo como debatedora a Profa. Dra. Roselene Portela (PPGSS/UFPA). Durante o Seminário foi realizado um Fórum de Trabalho profissional do/a Assistente Social na Amazônia, com o debate de experiências da atuação profissional na política urbana e habitacional e foi realizada a palestra “Atuação profissional do/a Assistente Social na política urbana e habitacional no Brasil”, pela Profa. Dra. Joana Valente.

Sobre a apresentação de trabalhos, os quais são *publicados nestes Anais*, a Comissão Científica aprovou 46 trabalhos na modalidade **Resumo Expandido (Comunicação Científica e Relatos de**

3 Assistentes Sociais e Técnicos de outras áreas de conhecimento; docentes; estudantes de Graduação e Pós-Graduação (das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Ciências Agrárias).

4 O Seminário contou com a participação de técnicos de várias instituições e entidades: Companhia de Habitação do Pará/COHAB-PA; Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém/CODEM; Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá/SEINF; Secretaria de Saúde do Estado do Pará/SESPA; Instituto Macapaense de Ensino Superior; Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará/ SUSIPE; Prefeitura Municipal de Oeiras; Prefeitura Municipal de Abaetetuba; Secretaria Municipal de Habitação de Canaã dos Carajás; Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Belém; Prefeitura de São Francisco do Pará; Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PA 1ª Região); Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia/ABRADESA; Ação e Cidadania; Instituto Amazônico de Planejamento Gestão Urbana e Ambiental / IAGUA; Movimento *Prejudicados do Tucunduba*; Universidade Federal do Amazonas/UFAM; Universidade de São Paulo/USP; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP; Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA; Universidade do Estado do Pará/UEPA; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA; Universidade Federal do Pará (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia; Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA; Universidade da Amazônia; Centro Universitário Metropolitano da Amazônia/UNIFAMAZ; Escola Superior da Amazônia/ESAMAZ; Faculdade da Amazônia/FAAM; Faculdade Integrada Brasil Amazônia/FIBRA; Faculdade Pan Amazônica – FAPAN; Faculdade Anhanguera, Centro Universitário Leonardo da Vinci, Faculdade de Tecnologia da Amazônia/FAZ; Centro Universitário Maurício de Nassau/UNINASSAU; Universidade Paulista/UNIP; Universidade UNOPAR.

Experiência), os quais foram apresentados nos seguintes eixos/quantidade de trabalhos: a) Serviço Social e política urbana e habitacional (23 trabalhos); b) Habitação e pequenas cidades na Amazônia (5); c) Planejamento Urbano, habitação e cidades (8); d) Lutas sociais pelo direito à cidade na Amazônia (7); e) Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (3).

Com a publicação destes Anais, o GEP-CIHAB/PPGSS/ICSA/UFPA tem a oportunidade de retornar o conhecimento produzido para a sociedade, especialmente nesse momento de cortes orçamentários no atendimento às políticas sociais que tende a agravar a reprodução social de um contingente importante de pessoas nas grandes, médias e pequenas cidades amazônicas.

No momento em que organizamos a publicação desses Anais do referido Seminário, estamos vivenciando uma complexidade de crises, especialmente duas, em nível mundial: a crise econômica e a crise sanitária (pela pandemia do novo corona vírus). Na particularidade brasileira, essas crises se somam a uma grave crise política sem precedentes na histórica do Brasil, onde as concepções e práticas do governo federal (Presidente Jair Bolsonaro) agrava, sobremaneira, as condições de vida e trabalho dos brasileiros, pelo completo descaso com a (e até contribuindo para a) propagação da Covid-19.

Assim, a publicação das reflexões feitas durante o **Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do assistente social** é uma forma de resistência em defesa da produção do conhecimento, mediante a formação de recursos humanos qualificados que se voltem para a intervenção profissional comprometida com a sociedade brasileira. Ademais, é, para nós, um ato político e acadêmico que se soma às várias formas de resistência em favor da vida, dos direitos sociais, da ciência, da produção do conhecimento voltados aos interesses da sociedade e da luta pela construção de uma sociabilidade humana para além do capital.

Registrarmos os agradecimentos a todos/as que contribuíram para a realização do evento; aos palestrantes do Pará e de outros estados que contribuíram com importantes reflexões e toda a equipe do GEP-CIHAB, equipe esta que demonstra a força de um coletivo de pesquisa capaz de reunir conhecimento científico e afeto! E também um agradecimento especial aos profissionais de Serviço Social que se deslocaram de outros municípios do estado do Pará para apresentar suas experiências profissionais em projetos urbanísticos e habitacionais.

Leonardo Costa Miranda, muito obrigada pela valiosa colaboração na organização destes Anais.

Finalizamos esta apresentação homenageando a memória de Aldebaran Moura, Assistente Social da FASE/Amazônia e pesquisadora do GEP-CIHAB, que era a síntese da luta dos povos da Amazônia por liberdade, igualdade e justiça. Baram, presente!

A divulgação do evento foi realizada no endereço: [https://www.even3.com.br/gepcihab/.](https://www.even3.com.br/gepcihab/)

Belém, Pará, 20 de dezembro de 2020.

Joana Valente Santana
Rovaine Ribeiro
Anna Carolina Gomes Holanda
(Organizadoras)

EIXO TEMÁTICO I

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL

COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS



PROJETO DE TRABALHO SOCIAL NO PMCMV: ESTUDO DE CASO EM MOJU E NOVO REPARTIMENTO

Eliza Maria Almeida Vasconcelos¹

Joscelina da Silva Bastos²

INTRODUÇÃO

O Projeto de Trabalho Social (PTS) do Assistente Social em programas e projetos de habitação de interesse social vem impondo novos limites de implementação, portanto, novos desafios à formação profissional e as formas de intervenção junto as famílias beneficiárias destes programas, nomeadamente aos vinculados ao atual Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em processo de execução pelo governo Federal e demais instâncias de poder (estados e municípios). O objetivo axial deste trabalho é trazer uma reflexão acerca das experiências práticas e dos limites e desafios impostos a prática profissional do assistente social em planejamento, execução, monitoramento e avaliação do PTS em programas e projetos de habitação de interesse social. Traz a discussão sobre as diretrizes e princípios que norteiam o PTS a partir das novas diretrizes previstas na Portaria Nº 464 de 25 de julho de 2018 que estabelece as normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Projeto de Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, atualmente renomeado pelo atual governo como Ministério do Desenvolvimento Regional. Problematisa a prática profissional a partir de experiências vivenciadas na Amazônia, em municípios paraenses com recursos do Fundo de arredamento Residencial –FAR e Fundo de Desenvolvimento Social –FDS e sua inserção na problemática urbana e social e suas múltiplas expressões no cotidiano das cidades em destaque: Moju e Novo Repartimento campos empíricos de intervenção do trabalho social no PMCMV.

METODOLOGIA

A metodologia adotada parte da análise conceitual e documental dos princípios e diretrizes do PTS em desenvolvimento de política de habitação de interesse social, toma como campo empírico as experiências de implantação do PTS em programas habitacionais no âmbito do estado do Pará, nomeadamente os municípios de Moju e Novo Repartimento, trazendo uma reflexão sobre os limites e desafios do fazer profissional nesta área de intervenção de políticas urbanas. As experiências são mediadas com pesquisa bibliográfica da revisão conceitual acerca das categorias de políticas urbanas, habitação e sua medição com o estado capitalista. A reflexão faz o caminho metodológico do abstrato ao concreto para apreensão da realidade em questão, que se materializa nas experiências

¹ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estágio doutoral na Universidade de Coimbra/Portugal, Professora Associada II do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará-UFPa. Pesquisadora do CNPq. E-mail: vasconcelos,ema@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1278118604000848>

² Socióloga, especialista em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Tocantins- UFT e Projeto de Assentamento e Reforma Agrária pela Universidade Federal de Lavras-UFLA, Mestrado em Política Social e Cidadania pela UFPa. E-mail: dulcearaguaia@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9613459461110123>

de implantação de PTS no âmbito do estado do Pará na mediação com a problemática urbana e suas múltiplas expressões no cotidiano das cidades.

DISCUSSÕES

Conforme a Fundação Getúlio Vargas o Brasil registrou um déficit habitacional de 7,770 milhões de domicílios em 2017, o que representa um crescimento de 3,1% em relação a 2016, o que vem refletindo o ambiente de crise econômica no país e deterioração da renda das famílias, de acordo com estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). Estes índices já demonstram a necessidade de intervenção na área de habitação, especialmente à habitação de interesse social que atende a faixa de menor renda (0 a 3 SM) que corresponde à população pobre sem acesso à moradia digna nos municípios.

A questão urbana tem sua expressão fortemente marcada na habitação precária com os danos e riscos gerais associados à questão ambiental os quais populações pauperizadas em situações de vulnerabilidade social estão submetidas, verifica-se também o alastramento de déficit habitacional com a forte presença de assentamentos precários, assim como ocupações em áreas de preservação e risco ambiental. O foco de maior atenção se concentra na população com renda mensal de até 03 salários mínimos (SM) que corresponde 85,4%; o acesso à moradia digna está longe de ser resolvida pela via do mercado, dadas as impossibilidades de aquisição pela maioria de famílias de baixa renda. Portanto, o mercado não se apresenta como alternativa para este segmento da população de reversão do quadro de precariedade habitacional e infraestrutural (saneamento, transporte coletivo, equipamentos comunitários, acessibilidade etc.), presente nas cidades brasileiras.

Nestas condições, as alternativas improvisadas de moradia pela população de baixa renda condicionam o aparecimento e proliferação dos chamados assentamentos precários que é “um núcleo de moradias em que há problemas associados à propriedade da terra e às condições de infraestrutura das moradias e do entorno” (BAZOTTI; NAZARENO, 2011, p. 13). Estes assentamentos possuem características peculiares como as favelas situadas em morros, palafitas em áreas alagadas, loteamentos irregulares ou clandestinos, conjuntos habitacionais invadidos, prédios ocupados, e outras formas precárias de moradias. Comumente estas áreas apresentam graves questões ambientais tais como se observa o lixo exposto em céu aberto, as precárias infraestrutura sanitária colocando em risco a saúde dos residentes em áreas degradadas que são desafios a serem enfrentados pelo poder público. É como bem analisa Cardoso (2016, p. 29):

As cidades brasileiras mostram de forma eloquente as desigualdades e as precárias condições de vida da população pobre. Os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja pela via das políticas públicas, sempre foram insuficientes, atendendo, quando muito, apenas parte das necessidades reais da população e usualmente por meio de soluções habitacionais de baixa qualidade e com um escasso grau de acesso e de integração à infraestrutura e aos equipamentos urbanos. Nesse contexto, o acesso à habitação só se viabilizou através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção.

Para solucionar a questão da habitação social, o governo federal lança em 2009 o Programa Minha Casa, Minha Vida que além do projeto físico, deve ser implementado o Projeto de Trabalho Social junto às famílias beneficiárias do programa.

A realização do Trabalho Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas/melhorias implantados, promove a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio educativo, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial. O planejamento para atender esses objetivos deve ter enfoque interdisciplinar de forma a garantir a complexidade das demandas apresentadas pelas famílias atendidas pelos projetos.

Na elaboração do Projeto, para garantir que as ações atendam às necessidades da população e contribuam para melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, faz-se necessário o levantamento de dados e informações que permitam a caracterização da área de intervenção e das famílias a serem atendidas pelo Projeto. As atividades desenvolvidas deverão ser avaliadas e monitoradas continua e sistematicamente, com a participação da equipe técnica e dos beneficiários, perpassando todas as etapas do Trabalho Social, possibilitando ajustes necessários e o redirecionamento das ações, quando for o caso.

O Trabalho Técnico Social atualmente é elaborado obedecendo os seguintes eixos: 1) Mobilização, organização e fortalecimento social; 2) Acompanhamento e gestão social da intervenção; 3) Educação ambiental e patrimonial; 4) Desenvolvimento socioeconômico; (BRASIL, 2018).

O Trabalho Social deverá observar, obrigatoriamente, todos os quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macroárea, quando esta existir, indicadas no diagnóstico e ou estudo socioterritorial. O desenvolvimento do trabalho socioambiental também é imprescindível quando um empreendimento provoca mudanças diretas nas condições de vida da população, na relação e condições de acesso aos serviços de saneamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução da política da habitação de interesse social tem colocado desafios à formação profissional dos assistentes sociais na relação estado x sociedade, parte-se do princípio que execução de políticas de habitação deve manter o princípio democrático de participação das famílias beneficiárias nos programas habitacionais apontando seus interesses de projetos de viver, como premissa básica a formulação de políticas de habitação com ênfase no interesse social.

Sabe-se que o PMCMV lançado em 2009 tem como objetivo aquecer o mercado imobiliário no Brasil com forma de retomada do crescimento econômico em função da crise global do capitalismo em 2008. Portanto, essa lógica de mercado imobiliário tem colocado novos limites e desafios aos assistentes sociais na sua prática de desenvolvimento do trabalho social no que diz respeito a participação e atendimentos das necessidades das famílias beneficiárias e a abertura à participação comunitária como princípio norteador de todo o processo de planejamento e intervenção dos projetos de habitação, principalmente de interesse social.

REFERÊNCIAS

BAZOTTI, Angelita; NAZARENO, Louise Ronconi de. Assentamentos precários urbanos na Região Metropolitana de Curitiba: resultados e apontamentos gerais. **Cadernos IPARDS**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2011.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo conceitos. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria n. 464, de 25 de julho de 2018. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades.2018. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de jul. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278>. Acesso em: 28 maio 2019.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO PARCIAL DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM ABAETETUBA/PA: ENFRENTAMENTOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL

Erica Laiana Lobato da Silva¹

Nilma Batista Pinto²

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a forma como a política de habitação está instituída no Município de Abaetetuba-PA e como esse formato de institucionalização implica sobre a execução da mesma e sobre o exercício profissional dos (as) assistente sociais no Setor Habitacional do município. A institucionalização da política de habitação se deu no ano de 2009, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV anunciado pelo Governo Federal e instituído pela Lei Federal 11.977 de 07 de julho de 2009, que tinha como objetivo universalizar o acesso ao direito à moradia. A partir disso, a gestão municipal em contato com a Caixa Econômica Federal (CEF), firmou seu primeiro contrato para a realização de projetos voltados à construção de casas à famílias de baixa renda por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), nesse momento diz-se que houve a institucionalização da política de habitação no município, porém sem secretaria própria, sem Conselho de Habitação ou Plano Municipal de Habitação, contando apenas com o Plano Diretor Municipal (sem utilidade) e o Fundo de Habitação (o qual não é gestado pelo Setor Habitacional) estando este Setor vinculado à Secretaria Municipal de Administração do município.

Nota-se que a compreensão da política de habitação no Município de Abaetetuba está reduzida a implantação dos programas habitacionais, o que faz da mesma uma política invisível, com frágeis intervenções e graves com limitações tanto na sua efetivação quanto no exercício profissional dos (a) assistentes sociais que a desenvolvem, além da dificuldade de planejamento e ação devida, por não haver um diagnóstico e plano municipal de habitação.

Diante do exposto, considera-se que o município não tem cumprido adequadamente as funções sociais da cidade e nem garantido o bem estar de seus habitantes no que concerne ao direito da cidade. Com isto tem-se uma cidade sem planejamento urbano, transporte público, sem saneamento, com significativa degradação ambiental, variadas ocupações, comprometendo assim a sadia qualidade de vida de todos os seus munícipes.

Face ao contexto descrito este trabalho objetiva analisar a correlação existente entre a forma como a política de habitação está instituída (parcialmente) no município às limitações na execução da

1 Assistente Social formada na Universidade Federal do Pará/UFPA. Especialista em Projetos Sociais/FIBRA. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Abaetetuba/PMA(Setor de Habitação). E-mail: ericalaiana@hotmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5393864170806792>

2 Assistente Social formada na Universidade Federal do Pará/UFPA. Especialista em Extensão, Inovação Socioambiental e Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares/NUMA/UFPA. E-mail: nilmabatista.ufpa@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6781315180087162>

mesma e ainda aos desafios enfrentados pelos (a) assistentes sociais no exercício profissional dentro dessa política.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em etapas, a saber: na primeira foram levantados referenciais bibliográficos, objetivando maior apropriação teórica sobre a temática abordada, a segunda etapa foi a pesquisa em fontes documentais no Setor Habitacional do município, no terceiro momento as entrevistas com gestão municipal, coordenação e equipe técnica da política habitacional do Município de Abaetetuba e por fim o tratamento do material coletado, que pautou-se na técnica análise de conteúdo, que “tem como procedimento técnico, a descrição das respostas obtidas através das falas dos entrevistados, a redução para a construção das categorias analíticas e a compreensão para a interpretação dos conteúdos relatados” (MINAYO, 2004).

O caminho metodológico com um enfoque qualitativo pretendeu investigar a subjetividade do fenômeno abordado, na medida em que se buscou a compreensão do mesmo na realidade estudada. Para Minayo a técnica de análise de conteúdo:

Constitui-se de uma metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes, que através de descrições sistemáticas ajuda o pesquisador a reinterpretar as mensagens atingido uma compreensão mais aprofundada desta. (MINAYO, 2004, p. 32)

Assim, a entrevista foi um importante instrumento metodológico para a pesquisa realizada, “através da qual se pode obter informações contidas na fala dos atores sociais [...] enquanto sujeitos – objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO, 2002, p. 57). A entrevista realizou-se através de um roteiro pré-elaborado e composto por perguntas abertas.

DISCUSSÕES

A problemática habitacional no Brasil está relacionada ao processo histórico e político vivido no modo de formação e desenvolvimento da sociedade, o qual se deu desordenadamente e em tempos-espaciais desiguais. Em meados do século XIX, com a definição de garantias legais para a propriedade privada da terra, abolição da escravidão e o início do movimento migratório de trabalhadores rurais para as cidades, a precariedade habitacional tornou-se uma característica social da população urbana do Brasil. E, “desta forma, produziu-se um urbanismo caracterizado pela segregação socioespacial, marca indelével da modernização excludente” (ALVES, 2014).

Desta forma as cidades brasileiras tornaram-se o espaço das diferentes formas de desigualdade – econômica, política e social. Conforme Maricato (1999, p. 02), “Sociedades desiguais produzem cidades desiguais, e sabe-se que o Brasil se destaca mundialmente, em relação a essa característica” e como arena da luta de classes, gerando um cenário de conflitos, contradições, pobreza, precarização e luta por direito. “A luta pela cidade é a luta pelos direitos para todos/as ao trabalho, à educação, ao lazer, à saúde, à habitação, à participação política e tantos outros direitos” (CONSELHO, 2016).

A questão urbana, como particularidade da “questão social”, é a expressão da distribuição desigual das atividades humanas na organização socioespacial do processo de produção e reprodução do capital e é também forma de resistência e de luta entre as classes sociais que compõem a estrutura social no contexto das cidades (BURNET, 2012; SILVA, 1989 apud CONSELHO, 2016, p. 11).

Outrossim, essas políticas devem ter fundamentação na participação política e ser pensada de acordo com as particularidades existentes na sociedade. Engels (1873, p. 10) aponta que “para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante”. É imprescindível enfrentar o fato de que nossa sociedade possui índices de desigualdade muito elevados, e que questões aparentemente universais como educação, serviços de saúde, habitação, baixos salários, analfabetismo, violência, falta de terra e tão contrariamente a isso os latifúndios, não são simplesmente manifestações locais de pobreza, são na verdade as vertentes de uma estruturação de sociedade cujo fundamento é a espoliação do trabalhador e de sua força de trabalho, alienação e manutenção da pobreza, relação desigual de distribuição das riquezas e permanência de classes elitizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a política urbana e habitacional no Brasil requer a observância das características territoriais das regiões, aspectos culturais e sociais das cidades, atentar para a questão de moradia como uma necessidade primária humana e ainda interligá-la a outras políticas públicas e sociais, abrangendo assim outras refrações sociais que estão envoltas à questão habitacional, além de intervir nos fatores sociais inerentes à questão habitacional, como baixos salários, desemprego, infraestrutura e desenvolvimento urbano, meio ambiente, saneamento, transporte, entre outros.

A exemplo disso, podemos analisar a política de habitação no Município de Abaetetuba que está basicamente fundamentada na execução de programas habitacionais e desde sua implantação não houve avanços na sua institucionalização, a mesma tem se desenvolvido de maneira invisível, sem legalidade e sem os aparatos necessários a sua real efetivação, o que se revela em uma urbanização que não gera urbanismo, ou seja, não engloba no seu desenvolvimento mobilidade urbana, transporte coletivo, saneamento, equipamentos sociais e outras políticas públicas, falhando na integração e direito à cidade, bem como em planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre a sociedade.

Dentro deste cenário, o profissional de serviço social fica sem autonomia no seu exercício profissional, não tendo recurso (financeiro, humano, estrutura, equipamentos, secretaria própria), não tem como se planejar, o trabalho fica precarizado. Trabalhando com o mínimo disponível, desenvolvem a política de habitação no município dentro de limitações e consequentemente negando o que se diz nos princípios e objetivos da política que preveem a garantia “a moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” “universalizar o acesso a moradia digna” (BRASIL, 2010).

REFERÊNCIAS

ALVES, Edivania Santos; CRUZ, Sandra H. Ribeiro; VASCONCELOS, Elisa M. Almeida; SÁ, Maria Elvira R. de. (Orgs). **Política de Habitação de Interesse Social:** Projeto Técnico Social. Belém: ICSA/UFPA, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/1992 a 64/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. 32. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana Subsídios para reflexão.** Brasília: CFESS, 2016. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais)

ENGELS, Friedrich. **Friedrich Engels Para a Questão da Habitação Janeiro de 1873.** Disponível em: [engels_q_habitacao.pdf](#). Acesso em: 02 maio 2019.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Desenvolvimento Urbano: o desafio da próxima década,** 1999. Disponível em: <<https://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/>> maricato_habitacaodesafiodecada.pdf>. Acesso em 02 maio 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividades. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. Rio de Janeiro, Hucitec – Abrasco, 2004.

TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS REFLETIDOS PELA EQUIPE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP

Clenivalda França dos Santos¹

Fernanda Galhardo Carpanelli²

Katiane Ferreira de Lima Silva³

Talita Luzia Alves Tecedor⁴

INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados à moradia nas cidades constituem um tema central na agenda da política urbana brasileira. Historicamente, em consequência da ausência de alternativas, a população de baixa renda se vê forçada a viver longe dos centros urbanos, em condições precárias de moradia, com baixo acesso a serviços públicos ou mesmo infraestrutura urbana adequada.

Em meio a uma série de elementos que configuram o chamado caráter multidimensional da pobreza, a precariedade da moradia é marcante. Exemplos notórios dessa precariedade são: as áreas de risco e outras formas de assentamentos precários, bem como cortiços e outras formas de habitação coletiva.

Na particularidade de uma cidade de contexto metropolitano como é o caso da cidade de Osasco compreender suas complexidades e seus desafios exige uma leitura aprofundada da cidade. De um lado, é preciso analisar estudos e indicadores, e por outro lado, é essencial considerar também a vivência e a experiência de quem mora, trabalha e constrói a cidade.

A intensa relação de Osasco, não só com São Paulo, mas também com os demais municípios vizinhos, é um dos elementos que reforçam sua dimensão metropolitana. As diversas ligações viárias e de transporte colocam Osasco como um local de intensa integração regional e metropolitana, o que a torna privilegiada do ponto de vista econômico e estratégico.

A lógica de expansão do território urbano com a manutenção da classe trabalhadora nas periferias foi mantida. Hoje, os bairros periféricos de Osasco são as áreas com maior concentração populacional na cidade.

Diante das altas densidades demográficas encontradas na periferia e dos grandes vazios urbanos encontrados na região central de Osasco, é necessário pensar no reequilíbrio da cidade. Nesse sentido, para reequilibrar Osasco, é essencial repensar o uso e a ocupação do solo dessas regiões, dessa forma,

1 Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC - SP. E-mail: clenivaldafranca@uol.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9888526917154054>

2 Assistente Social na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Osasco. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC – SP. E-mail: fernandacarpanelli@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3113561781851068>

3 Assistente Social na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Osasco. E-mail: katianelima082@gmail.com

4 Assistente Social na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Osasco. E-mail: talitaluzia@gmail.com

a atualização do Plano Diretor da Cidade que está ocorrendo atualmente, procura dar conta dessa e de outras necessidades.

A fragmentação de Osasco, entretanto, não é meramente física. Do ponto de vista social, a cidade também é extremamente segregada. Os bairros mais periféricos, onde mora boa parte da classe trabalhadora, são também as regiões que concentram o maior número de assentamentos precários, de áreas com vulnerabilidade social alta e de áreas de risco, a maior demanda por equipamentos sociais públicos, a maior dificuldade em superar os entraves para a melhoria da mobilidade urbana, os maiores desafios para o avanço do saneamento básico com coleta e tratamento de esgoto, e também os menores rendimentos familiares médios de toda a cidade.

Se os dados apresentados demonstram parte dos desafios a serem ainda enfrentados, as ações realizadas nas últimas 2 décadas na cidade pelo poder municipal – em parceria com o federal - também qualificam o trabalho assumido pela administração pública.

Uma importante preocupação da gestão estava também direcionada à estruturação da equipe de Trabalho Social inserida no Departamento de Trabalho Social⁵, tendo em vista o entendimento assertivo sobre as debilidades enfrentadas pelas famílias ao longo dos processos de trabalho e a capacidade dos profissionais em realizar o acompanhamento dos moradores nos processos transitórios e reflexivos envolvidos nas intervenções urbanas.

TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Não poderíamos nos furtar a uma reflexão sobre a importância das questões tratadas pelos trabalhadores que atuam em eixos temáticos ao desenvolvimento urbano das cidades, pois cabe ponderar que estamos diante de uma nova era de sociabilidades e relações efêmeras cujos discursos - agora também amplamente divulgados através das redes sociais – fazem alusão clara e defesa agressiva á ideologias autoritárias.

Considerando que tais manifestações públicas podem ser interpretadas sob o signo de doutrinas totalitárias amplamente conhecidas e cujas manipulações ideológicas são determinantes para a construção de falas discriminatórias – que sobretudo disseminam o ódio, nosso enfrentamento a este discurso se faz absolutamente necessário por estarmos diante de desafios para democratizar a cidade e os espaços socialmente construídos, mas que seguem sendo apropriados de forma monopolizada e sob a égide do capital.

É relevante o destaque de que o tempo necessário para a realização de um atendimento habitacional não corresponde a necessidade imediata de grande parte dos moradores envolvidos nas áreas de intervenção do município, considerando as complexidades não só da política habitacional – quanto a disponibilidade de terrenos / recursos / tempo de obras e questões afim – mas também são inerentes ao deslocamento das famílias para áreas não favoráveis aos seus vínculos (familiares / de trabalho) e acesso a rede de serviços e equipamentos existentes nos territórios de origem.

⁵ Vinculado ao Departamento de Habitação de Interesse Social, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Osasco/SP.

Portanto, processos que envolvam a remoção involuntária de famílias de suas áreas de origem, inserção e acompanhamento no Programa do Bolsa Aluguel⁶ durante o tempo necessário ao atendimento habitacional, pressupõe a atuação de uma equipe técnica que atue consciente sobre os desafios entre a efetivação do direito à moradia e o acesso à cidade em meio a um contexto de desmonte das políticas públicas a nível federal.

Além dessa situação, o profissional de Serviço Social – juntamente a outros das demais áreas que compõe as equipes multiprofissionais responsáveis pelo Trabalho Técnico Social – se vê também frente às contradições vivenciadas por estas famílias no decorrer de seu atendimento habitacional, considerando que em muitos casos – nos processos de remoção por exemplo – há inicialmente a perda da moradia – situação que muitas vezes só amplia as expressões da questão social para os moradores que estão submetidos às intervenções.

Os profissionais estão também submetidos a realização de um trabalho que se estabelece a partir do atendimento de critérios e condicionalidades, ainda que considerada a condição particular de cada sujeito e grupo familiar. Como trabalhador, dependente dos resultados das políticas públicas, e, no entanto, tem ainda que lidar no cotidiano com a mediação dos direitos habitacionais e outras vias de acesso a programas paliativos.

Segundo Paz,

Trabalho social é concebido de ações inclusivas com caráter sócio educativo, adequadas à realidade sócio econômico e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Habitacional com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle dos programas de moradia (Paz, 2008, p. 252).

Essas ações podem e devem ser executadas, conforme a realidade da população atendida, ou seja, ter pleno conhecimento do território e de sua população, bem como a possibilidade de interferir no planejamento e execução dos projetos de interesse social dentro e fora da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Observamos que a configuração da gestão da política habitacional nos municípios é muito diversa, seja pelo porte dos municípios, do orçamento ou da estrutura administrativa, mas, em geral, a configuração, em especial das equipes técnicas, é precária, pelo processo histórico de desmonte das políticas sociais.

Um fator que nos imputa maior preocupação nos dias atuais frente ao cenário nacional, considerando ainda necessária consolidação das estruturas administrativas e de gestão dos municípios para o desenvolvimento de projetos e programas que se apresentem como ferramenta de enfrentamento as expressões da questão social operadas por equipes técnicas qualificadas e com apporte operacional das políticas públicas.

Diante desse cenário e sem grandes expectativas para uma alteração a curto e médio prazo, se faz necessário que os municípios retomem a questão da urbanização das áreas degradadas e não apenas

6 Programa Municipal de Osasco instituído no ano de 2005, com alterações via legislação no ano de 2014, voltado ao público residente em áreas de intervenção urbana ou afetados por calamidades, mas também atende famílias cujas condições de vulnerabilidade estão sob acompanhamento conjunto da Política de Assistência do Município.

se voltem a construção de unidades habitacionais via transferência de recurso federal, sendo também necessário intensificar a negociação com os governos estaduais.

É extremamente necessário e urgente para o andamento das atividades cotidianas do Trabalho Social que os trabalhadores do Serviço Social – e das demais áreas que compõem as equipes – tenham clareza de que todos os dias estão assumindo o papel de mediadores de direitos das políticas sociais, e, portanto, que necessitam adotar um “lado” nessa luta tão desigual, onde todos, inclusive os próprios trabalhadores sociais, estão no bojo dessa escassez econômica para as políticas públicas.

As ações ligadas a gestão das cidades demandam profissionais comprometidos com uma intervenção consciente e direcionada à luta pelo direito à cidade. Demanda um trabalho com intencionalidade – com direção social – para gestar também um processo de transformação da sociedade de barbárie gerida hoje, sobretudo, pelo acirramento de experiências ultraliberais.

As lutas sociais devem estar sempre relacionadas com a prática desses profissionais, onde apesar dos avanços que representam esses programas habitacionais a nível federal, necessitam que os profissionais tenham uma visão ampla da política habitacional, bem como das possibilidades de atuação, assim como críticas contundentes que redirecionem ações para a melhoria dos programas e projetos a serem futuramente desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

PAZ, Rosangela D. O. Intervenções urbanas e trabalho social. In: ARREGUI, C. C. BLANES, D. N. **Metodologias do Trabalho Social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

ORGANIZAÇÃO E USO DOS INSTRUMENTAIS TÉCNICOS NOS PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ

Elino Benicio de Souza¹
Anderson Cleyton Borges²

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a forma como os instrumentais técnicos são organizados e utilizados e a dimensão que estes assumem dentro do trabalho técnico social realizado no âmbito da política de habitação, em especial para a categoria dos assistentes sociais. O levantamento dos instrumentais técnicos utilizados para a realização do trabalho técnico social, por si só, já se constitui de grande relevância acadêmico profissional, por se constituir em único documento/arquivo sobre a prática profissional pautada na perspectiva da utilização dos instrumentais técnicos de trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa de fontes secundárias e documental. A pesquisa dos dados secundários constituiu-se num trabalho de consulta nas referências bibliográficas disponíveis nas bibliotecas da UFPA, bancos de dados digitais, e aquelas obtidas durante o curso de graduação, bem como banco de dados disponibilizado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB). Tal levantamento resultou na base teórica aqui utilizada, com destaque para autores como: GUERRA (2000), SUGUIHIRO (1999), SARMENTO (1994), PONTES (2009), MARX (1985), SANTOS (2013), YAZBEK (2010), KOSIK (2002), MOTA (2011), AZEVEDO (1996), LAGO, MARICATO (2011) e SANTANA (2011).

DISCUSSÕES

Não raramente os termos, instrumentação técnica e instrumentalidade, são utilizados como sinônimos ou mesmo como se houvesse uma identidade entre eles. Para formulação do trabalho defende-se que na verdade existe uma perspectiva de unidade e não identidade entre estas categorias. Pretende-se então fazer este recorte teórico acerca destas categorias para possibilitar o entendimento sobre as mesmas e pontuar que o alcance desta unidade entre estas categorias é salutar para o desenvolvimento de uma prática profissional de fato transformadora. Segundo Guerra (2000, p. 1):

1 Assistente Social, Especialista em Gestão Estratégica na Área Social, área de conhecimento Serviço Social, pela Faculdade Educacional da Lapa (2017) é Chefe da Divisão de Assistência e Integração Estudantil na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: elino@unifesspa.edu.br

2 Assistente Social, Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, e mail andersonborges@unifesspa.edu.br

[...] podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas ‘neste caso a instrumentação técnica’, mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico.

Portanto, a instrumentalidade enquanto capacidade garante ao profissional o poder de utilizar os meios necessários já existentes para objetivação de suas intencionalidades, de criação ou adequação destes meios, possibilitando assim, a destreza de inserir em seu cotidiano, instrumentais que sejam capazes de dar conta da dinâmica muitas vezes, fugaz e desafiadora à competência profissional.

Já a respeito do conceito de instrumentais técnicos, Sarmento (1994, p. 249) pontua que:

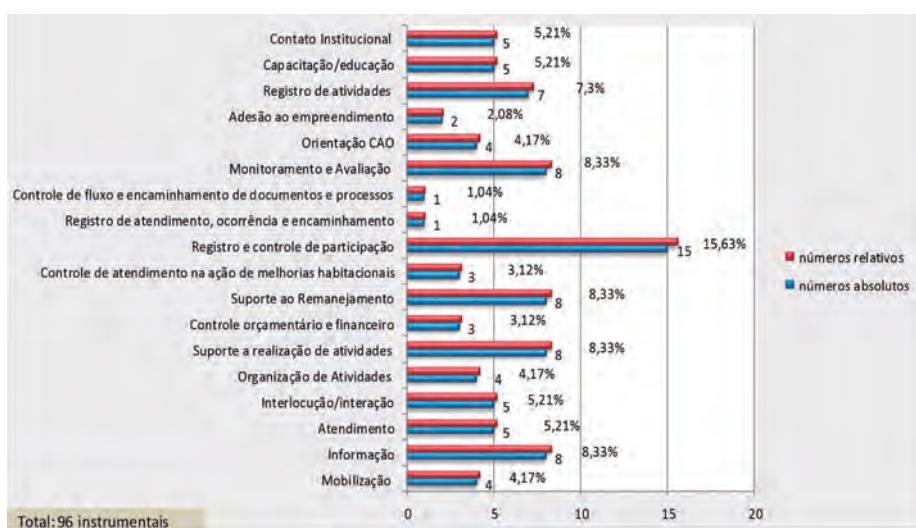
[...] se o instrumento é a maneira (crítica) de potencializar a ação, a técnica é a melhor maneira (crítica) de fazê-lo. Esta expressão impossibilita percebê-los separadamente na ação profissional, embora, ao nível do pensamento, possamos apanhar suas respectivas identidades distinguindo-as. Então, tendemos a denominar aos instrumentos e técnicas, chamados tradicionalmente de instrumental - técnico, reforçando que este hífen não é por acaso, mas representa que realmente não separam-se um do outro.

Desta maneira, é inerente ao processo criativo a existência dos meios/instrumentos, que servirão para mediar a força humana de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que as equipes de trabalho nestes espaços são, via de regra, temporárias e/ou transitórias, possuir arquivo que oriente o profissional acerca dos instrumentais de trabalho pré-existentes se torna de suma importância, pois evita a personificação dos meios de trabalho como forma de manutenção de cargo ou função. Por fim o levantamento apontou que existiam 96 instrumentais técnicos utilizados pelos técnicos na execução dos projetos de trabalho técnico social os quais estão categorizados no quadro abaixo segundo critério de uso e finalidade.

Gráfico 1 – Distribuição do quantitativo do instrumento por categoria (uso/finalidade).



Fonte: Relatório Técnico Mensal, abril/2008 a dezembro/2013 (COHAB/IAGUA).

Pode-se ainda inferir que há uma predominância no uso de instrumentais técnicos voltados ao registro e controle de participação, bem como monitoramento e avaliação o que evidencia o poder de regulação do estado e dos agentes financeiros sobre a política de habitação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades:** da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Gerência Estratégica do Trabalho Técnico Social (GETTS). **Relatório Técnico Mensal.** Belém: COHAB, 2014. (abril/2008 a dezembro/2013).

GUERRA, Y. A. D. A instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 62, p. 5-33, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradias nas grandes cidades. In: AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades:** da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: Qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 1/2, p. 113-130, 1997.

MARX, Karl. **O CAPITAL.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção os Economistas).

MOTTA, L. D. A **Questão da habitação no Brasil:** Políticas públicas, conflitos urbanos e o direito a Cidade. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTANA, J. V. Trabalho Social em projetos de habitação: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Belém-Brasil), **Revista Plaza Pública**, v. 6, p. 348-371, 2011.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes **Instrumentos e técnicas em serviço social:** elementos para uma rediscussão. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SUGUIHIRO, V. L. T. Ação investigativa na prática cotidiana do assistente social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, p. 29-38, 1999.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e Pobreza. **Rev. katálysis**, v. 13, n. 2, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200001>. Acesso em: 16 jun. 2014.

PROJETOS URBANÍSTICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA): ESTUDO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS EM FAMÍLIAS

Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira Filho¹

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização é um elemento chave para a compreensão das relações de produção, da reprodução das classes sociais e da segregação sócio espacial na cidade capitalista. Com a dinâmica de expansão das cidades, acompanhada pela ausência de políticas públicas e sociais que não conseguem atender as precárias condições de trabalho e renda da população, acarreta-se a ocupação desordenada do espaço urbano. Assim, a classe trabalhadora, que não pode pagar por moradias em áreas infraestruturadas, e não as têm garantidas pelo Estado, ocupa os espaços que podem atender suas necessidades mais imediatas, sendo estes, em geral, as áreas mais precárias e sem infraestruturas (LOJKINE, 1997).

Diante das condições impostas pelo capital, as frações da classe trabalhadora possuem como alternativas de moradia, e acima de tudo como forma de resistência e estratégia de sobrevivência: os cortiços, as casas autoconstruídas, os conjuntos habitacionais e, no caso das baixadas de Belém, as palafitas². No espaço belenense, devido a sua particularidade, à medida que a cidade se expandiu e recebeu seus primeiros equipamentos urbanos, encontrou os acidentes hídricos, contornando-os em vez de saneá-los, o que levou a ocupação a ser feita preferencialmente nos terrenos desocupados, formadas por terrenos alagados ou alagáveis, de cotas baixas (ABELÉM, 1988).

Nesse sentido, este trabalho analisa os principais impactos socioeconômicos e culturais evidenciados em famílias atingidas por projetos urbanísticos na Região Metropolitana de Belém (RMB), especialmente no que se refere ao processo de remoção (reassentamento, remanejamento e indenização) de famílias, a partir do estudo de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado que estudam as experiências urbanísticas realizadas na RMB. Experiências urbanísticas estas que, adotaram a prática de remoção da população da área dos assentamentos precários a serem urbanizados, e provocaram impactos negativos no cotidiano dos moradores.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido mediante levantamento bibliográfico e documental, sendo estudadas e analisadas 25 dissertações de Mestrado e 05 teses de Doutorado onde pôde-se identificar os impactos evidenciados em famílias atingidas por projetos urbanísticos na RMB, já que nessas

¹ Assistente Social, Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, Pós-Graduando em Residência Multiprofissional do Hospital Universitário João de Barros Barreto/UFPA. E-mail: sergiocortinhas@hotmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8271920151804635>

² São moradias, em geral, feitas de madeira, “suspensa por estacas (palafitas) em terrenos encharcados permanentemente e para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas” (ABELÉM, 1988, p. 38).

produções, buscou-se levantar os principais indicadores socioeconômicos e culturais identificados em famílias atingidas por intervenções urbanísticas.

Assim, foi realizada a pesquisa de Dissertações *online* no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA), utilizando as palavras-chave: projeto urbanístico, reassentamento, remanejamento, realocação, deslocamento forçado, indenização e projeto de intervenção; assim como realizou-se a pesquisa de Teses *online* no Repositório Nacional OasisBr (IBICT), utilizando as palavras-chave: “projeto de intervenção &³ Belém”, “projeto urbano & Belém”, “impactos sociais & Belém”, “impactos econômicos & Belém” e “urbano & Belém”. Após a referida pesquisa, realizou-se a tabulação de quais impactos apareceram em cada produção acadêmica, para, assim, vê-se qual indicador apareceu com mais frequência.

DISCUSSÕES

O desenvolvimento da cidade capitalista está fundamentado na divisão social do trabalho, na relação entre o campo e a cidade, haja vista que há a produção de valores de uso e de troca, ocorrendo o aumento da circulação de mercadorias e da venda da força de trabalho para os proprietários dos meios de produção. Assim, as cidades se destacam como sujeitos⁴ integrantes do capitalismo e viabilizam a separação entre campo e cidade, fomentando a principal divisão do trabalho (LEFEBVRE, 1999).

Para Marx e Engels, “a oposição entre a cidade e o campo se inicia com a passagem da barbárie para a civilização, do sistema tribal para o Estado, da simples localidade para a nação, e se perdura através de toda a história, até os dias de hoje” (MARX, ENGELS, 2009, p. 75). A fragmentação do território nacional em cidades e campo obedece às formas de divisão das zonas de comando político e econômico, e de zonas voltadas para a reprodução limitada da força de trabalho.

Diante da superlotação da cidade, se inicia o processo de disputa por ocupação do solo pela classe trabalhadora para construção da sua moradia. Entretanto, o alto preço dos terrenos dotados de infraestrutura adequada para a construção de casas é um dos principais elementos que dificultam o acesso à habitação. Os assentamentos precários constituem-se em uma possibilidade de realização do viver, para grande parcela de trabalhadores brasileiros, e é dessa maneira que historicamente a classe trabalhadora brasileira tem viabilizado suas próprias condições de moradia em áreas insalubres e inadequadas, de forma a garantir sua reprodução social (ABELÉM, 1988).

Com a justificativa de preocupação com a insalubridade e doenças causadas em lugares onde habitavam maior parte da classe trabalhadora, o poder estatal surge com a ideia de combater essas supostas endemias. Entretanto, o principal objetivo era o afastamento dos trabalhadores dos lugares que são vistos como “estratégicos” para o sistema capitalista. Segundo Harvey (2005), o sistema capitalista, historicamente contou com o apoio do poder estatal, seja para se expandir mais, ou para, de alguma forma, dominar mais a classe trabalhadora.

3 Para o portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto, Repositório Nacional OasisBr – IBICT, o “&” tem o significado de adição, ou seja, tem o sentido de somar, agregar e ligar, palavras e orações da mesma função.

4 A cidade enquanto sujeito é uma discussão analisada por Lefebvre (1999, p. 48 – 49) no livro “A cidade do capital” mediante uma questão central elaborada pelos pensadores clássicos Marx e Engels sobre o modo de produção capitalista, onde se tem a pergunta “qual é o sujeito da história?”. Henri Lefebvre busca elucidar que, para os dois autores clássicos, o rompimento com o feudalismo e a transição do novo modo de produção tornou-se possível pela vinculação do capitalismo a um sujeito chamado: cidade.

Dessa forma, a leitura das dissertações e das teses teve como objetivo apreender os principais problemas pós-remoção de famílias (seja por reassentamento, seja por remanejamento⁵), levantados pelos pesquisadores. Dessa forma, buscou-se investigar, através das análises dos indicadores, os impactos e os principais problemas causados no cotidiano dos moradores atingidos por projetos urbanísticos na RMB. Assim, os indicadores serão destacados, os quais serão considerados, na construção deste trabalho, como *indicadores de pesquisa*.

O *aumento do custo de vida* foi um indicador visto em 25 dissertações e 05 teses, ou seja, em todos os trabalhos que tinham como objetivo analisar as consequências que a política de reassentamento e indenização causam na vida dos moradores. Para Souza (2011) e Araújo (2008), o custo de vida aumenta tanto para os que permanecem no local do projeto, os remanejados, como para aqueles que são reassentados, isso acontece pelo fato de na área de intervenção do projeto, tudo se supervalorizar, e a população que foi reassentada passar a gastar mais dinheiro devido ao fato de morar distante do centro da cidade, o que resulta em ter que pegar de um a dois ônibus para se chegar ao local de destino, que a maioria das vezes é o seu trabalho (MALHEIRO, 2009).

Antes da implantação de alguns projetos urbanísticos, muitos moradores não pagavam conta de água e de luz, pois eram totalmente desprovidos de serviços urbanos. Contudo, com a execução da obra no local passam a ser cobradas taxas de serviços públicos, como conta de água e energia, e os moradores passam a ter mais uma despesa mensal. Ressalta-se que alguns moradores já tinham esse compromisso em pagar conta de água e de luz todos os meses, mas essas taxas são mais caras nos conjuntos habitacionais ou nos novos lugares para onde foram remanejados, ocasionando até mesmo a venda do imóvel recebido pelo projeto, pois preferem viver melhor em outra área da cidade (AMORIM, 2011).

O *aumento da violência no local do projeto* é um indicador também visto em 25 dissertações e 05 teses pesquisadas. Araújo (2008) e Brito (2007) mostram em seus dados empíricos que o sentimento de insegurança é o que mais domina a população que permanece no local da obra, principalmente pela questão do trânsito, que segundo Souza (2011) aumenta significadamente. Assim, o aumento do trânsito certamente aumenta a violência no local da obra, o que acaba por envolver crianças, jovens, adolescentes e idosos no mundo da criminalidade. Com isso, alguns moradores preferem sair da sua moradia e residir em um lugar bem distante (BARROS, 2008).

Os projetos de intervenção urbanística trazem consigo várias dificuldades para a população pobre, algumas principais como a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias no local do projeto (SOUZA, 2011), perda das experiências sociais (MALHEIRO, 2009), perda da atividade

5 Remanejamento (relocação): “Trata-se da reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou do assentamento precário que está sendo objeto de urbanização. A população é mantida no local após a substituição das moradias e do tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária.” (DENALDI, 2009, p. 115-116).

Reassentamento (realocação): “Compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis.” (DENALDI, 2009, p. 116).

de trabalho (BRASIL, 2004), distância da nova moradia para a escola, posto de saúde, posto policial e difícil acesso ao transporte público (PAES, 2011; PORTELA, 2005), são vistas nas dissertações e nas teses. Vale ressaltar que muitas dessas dificuldades resultam em outro indicador visto com bastante frequência, que é o *empobrecimento das famílias* (visto em 16 dissertações e 04 teses), especialmente pela perda das atividades ocupacionais após o reassentamento das famílias.

Nesse sentido, a pesquisa realizada nas dissertações e teses apontam algumas tendências acerca dos impactos socioeconômicos e culturais analisados por autores que se dedicam ao estudo da problemática remoção de famílias, demonstrando que o direito à cidade é seletivo e que as políticas urbanas acabam com contribuir diminuindo o acesso aos direitos sociais. Isso pode ser expresso pelos indicadores de *aumento do custo de vida* e *aumento da violência no local do projeto* apontados por todos os estudos, bem como a questão do *empobrecimento das famílias*, identificado em 20 trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que os projetos de intervenção urbanística, em geral, possuem uma preocupação principal, e certamente, essa preocupação não é a garantia da melhoria de qualidade de vida para a população de menor poder aquisitivo, e sim embelezar a cidade beneficiando somente os grupos de maior poder aquisitivo. Contudo, a consequência desse embelezamento é a retirada dos pobres para áreas distantes, ou ainda, deixando-os por perto, no entanto sem condições de sobrevivência, ou seja, a atuação do Estado acaba por beneficiar as empresas capitalistas e, minimamente, os trabalhadores (ABELÉM, 1988).

Considerando as análises realizadas neste estudo, pode-se dizer que o planejamento urbano possui limites quanto ao atendimento para todos os cidadãos, haja vista que a política urbana envolve uma soma de recursos no processo de saneamento e embelezamento da cidade que nem sempre são usufruídos por todos os moradores. Os pesquisadores que estudaram/estudam sobre o assunto na Região Metropolitana de Belém, mostram a existência de uma incoerência entre o que está dito no planejamento urbano e a prática política, pois o discurso dito no planejamento da obra apresenta como objetivo a redução da pobreza e o melhoramento da infraestrutura, mas a política revela a priorização no embelezamento da cidade, encarecendo as taxas de serviços prestados e tornando mais caro o cotidiano das famílias.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção:** por que e para quem? Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

AMORIM, R. S. **Processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca em Belém/PA.** 131 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

ARAÚJO, F. de S. **Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá:** cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém-PA. 168 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Bahia, Salvador, 2008.

BARROS, L. G. C. B. **Desenvolvimento de cidades:** verso e reverso da sustentabilidade sócio-ambiental na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém/PA. 122 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2008.

BRASIL, S. C. **Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e Índice de Qualidade de Vida de seus Moradores.** 150 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Belém, 2004.

BRITO, L. S. A. **Intervenção no centro histórico e a reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha – Belém/PA.** 158 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2007.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso à distância: planos locais de habitação de interesse social.** Brasília, DF: 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MALHEIRO, B. C. P. **Portos, portas e postais:** experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 187 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Álvaro Pina. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PAES, T. H. S. L. **Contribuição para minimização de impacto negativo gerado por intervenções de urbanização em áreas de ocupação irregular:** Estudo de caso em Belém/PA. 117 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Belém, 2011.

PORTELA, R. S. **Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas:** a experiência do Projeto de macrodrenagem da Bacia do Uma (Belém – PA). 213 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Belém, 2005.

SOUZA, A. K. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional:** análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. 204 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2011.

IMPACTOS NAS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO DE FAMÍLIAS REASSENTADAS PELO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN) EM BELÉM (PA)

Aricarla Batista de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Este resumo é resultado de pesquisa de mestrado², que teve como objeto de investigação o *processo de reassentamento de famílias* no Residencial Antônio Vinagre realizado pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), na cidade de Belém-PA, que seguindo a tendência nacional, vivenciou diversas experiências de projeto urbanísticos³ que adotaram a prática de remoção de famílias de áreas precárias prejudicando o cotidiano dos moradores, principalmente, no que diz respeito às estratégias de trabalho, renda, acesso a serviços urbanos e sociabilidade. O Promaben faz parte de uma intervenção urbanística denominada *Portal da Amazônia*, em andamento desde 2005. O Programa está sob responsabilidade e financiamento da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, assim como outras agências multilaterais de crédito, empenha-se em formatar e difundir um modelo de gestão de cidades, no qual os governos locais são essenciais na garantia de ações que valorizam a infraestrutura física, para a atração de capital (SANTANA, 2013). Segundo os responsáveis, o Promaben tem como objetivos a melhoria das condições socioambientais, incluindo a moradia da população atingida pela Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN)⁴, o que para isso, requer o reassentamento⁵ de cerca de 1.100 famílias e aproximadamente 150 microempresas familiares (BANCO, 2009). Ressalta-se que até o mês de junho de 2016, 105 (cento e cinco) famílias já haviam sido reassentadas (BELÉM, 2016)⁶. Diante disso, o objetivo desse resumo é apresentar e discutir os dados, alcançados na pesquisa de mestrado, priorizando os *impactos nas condições de trabalho de famílias reassentadas pelo Programa*.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base no método dialético da teoria social de Marx, para o qual a relação entre sujeito/objeto prescinde de uma perspectiva de totalidade (MARX, 2013).

¹ Assistente Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: aricarlaoliveira@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3587682528751197>

² Dissertação intitulada: *Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo programa de saneamento da bacia da estrada nova (PROMABEN)*, defendida em agosto de 2017.

³ Entre essas se destacam as intervenções: Igarapé das Almas; Bacia do Una; Bacia do Tucunduba; Vila da Barca, etc.

⁴ A BHEN é a segunda mais densamente povoada de Belém, apresentando uma população de aproximadamente 300 mil habitantes, com uma extensão aproximada de 9,54 km², onde cerca de 3.000 famílias vivem em condições precárias no que se refere aos serviços de água, energia, coleta de lixo, drenagem, já que 72,7% do solo é constituído de áreas inundáveis pelos efeitos das marés e/ou das chuvas constantes da região (BID, 2009).

⁵ Esse processo compreende a “remoção de pessoas para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção” (DENALDI, 2009, p. 116).

⁶ Informações levantadas com a Subcoordenação Social da PMB em resposta ao Ofício nº 18/2016.

Para a investigação do fenômeno, os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento bibliográfico, documental e de campo. O estudo apoiou-se em referenciais teóricos sobre a produção da cidade capitalista e a desigualdade de apropriação do solo urbano, priorizando autores clássicos e contemporâneos, que discutem a lógica de produção de cidades enfocando o processo de remoção de famílias de áreas precárias de moradia no Brasil. A pesquisa documental constituiu-se das leituras e análises de documentos do Promaben, disponibilizados pela PMB e pelo BID, com o intuito de verificar as informações da intervenção urbana, com ênfase para o reassentamento de famílias. Para a coleta de dados, contou-se com um formulário estruturado⁷, aplicado no segundo semestre de 2016, alcançando 52 (cinquenta e dois) moradores reassentados para o Conjunto Antônio Vinagre, correspondendo a 49,52% do total de famílias reassentadas para o Residencial, até a data da pesquisa. Os dados estatísticos foram tratados no programa Epi.Info (Versão 3.5.2). Com isso, buscou-se estabelecer mediações entre os dados empíricos e a discussão teórica e histórica acerca do objeto investigado.

DISCUSSÕES

O espaço urbano reflete a divisão social do trabalho sob a dinâmica capitalista, cuja contradição entre capital/trabalho, tende a configurar rebatimentos para as frações da classe trabalhadora, entre elas a produção de moradias precárias que refletem a produção segregada e desigual do espaço urbano (LOJKINE, 1997; LEFEBVRE, 2001). No Brasil, as favelas, as periferias, as baixadas, isto é, as áreas precárias de moradia, representam a contradição capitalista na produção do espaço urbano, cujas habitações populares, em geral, autoconstruídas com materiais de baixa qualidade, em locais desprovidos de infraestrutura de serviços, configuraram uma forma de estratégia e sobretudo resistência dos trabalhadores, frente à questão da habitação (MARICATO, 2011; ENGELS, 2015).

Embora as diretrizes da política urbana habitacional brasileira – conquistadas pelas frações da classe trabalhadora – apontarem para projetos urbanísticos em áreas precárias, que viabilizem a permanência das famílias no local (DENALDI, 2009); Belém vivencia a execução de intervenções urbanísticas que optam pela remoção de famílias, como é o caso do Promaben, que realizou reassentamento de pessoas para o Residencial Antônio Vinagre como uma das formas de remoção (BANCO, 2009). Ressalta-se que o Conjunto⁸ localiza-se no bairro do Marco (Av. Almirante Barroso esquina com Av. Dr. Freitas), aproximadamente 7,5 km de distância do bairro do Jurunas, onde as famílias moravam.

Esse dado demonstra um dos principais impactos nas condições de trabalho das famílias, tendo em vista que 38,5% dos pesquisados (20 moradores) desenvolviam atividade comercial⁹ na antiga moradia, ou próximo a esta. Após o reassentamento 94,2% não desenvolvem nenhuma atividade

7 As variáveis do formulário foram: perfil do morador; trabalho e renda; situação de moradia e serviços públicos; participação política e percepção do morador.

8 O Residencial, possui 126 (cento e vinte seis) apartamentos, organizadas em 10 (dez) blocos, sendo 6 (seis) apartamentos térreos. Construído durante a gestão municipal do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, com objetivo de atender às famílias atingidas pela intervenção viária da Avenida João Paulo II (próxima ao Residencial), mas, que na gestão do ex-prefeito Duciomar Costa ficou abandonado e somente foi retomado em 2011, para atender a situação dos moradores da BHEN que estavam no auxílio-aluguel desde 2009.

9 Entre as ocupações desenvolvidas na própria casa ou próximo a ela, estavam: feirante, comerciante, vendedor de roupa, de comidas, bebidas e açaí; além de cabeleireira, costureira, mecânico, borracheiro, etc.

comercial/serviço¹⁰. Segundo os moradores, a PMB determinou o pagamento de um valor equivalente a R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta), chamado de *auxílio comércio*, às famílias que possuíam comércio/serviços antes do reassentamento. Contudo, dos 38,5% de moradores reassentados que informaram possuir comércio em sua antiga residência, apenas 15,4% (8 moradores) afirmaram ter recebido o auxílio. E apenas estes receberam indenização em espécie, conforme avaliação físico/estrutural da área comercial. Logo as famílias mais pobres, que possuíam um pequeno e precário espaço, tiveram a indenização bem inferior, impossibilitando a continuidade da atividade¹¹. Esses dados indicam um enorme impacto na vida das famílias, haja vista, a prática ser comum em áreas precárias de moradia, isso porque, em geral, são famílias pobres, que não tiveram reconhecidos o direito à cidade, à escola, à saúde e ao trabalho, logo, o improviso se torna regra, para que possam atender às necessidades mais imediatas de sobrevivência no espaço urbano (BOLETIM, 2009).

Como afirma Cardoso (2010), acredita-se que, não há trabalho que não se refira a uma dada forma de utilização e criação do espaço. Isto é, pensar sobre o trabalho, logo sobre o sujeito que trabalha, é compreender como este ser social interage na vida social e produz o espaço urbano da cidade, ao mesmo tempo em que sofre as ações deste tipo de organização urbana. Com isso, os resultados demonstram que a intervenção urbana *não alterou*, isto é, não melhorou, as condições de renda do morador, ao contrário, o Programa implicou na *desarticulação das estratégias de trabalho* das famílias, indicando, como ressaltou Cardoso (2010), que a articulação entre o projeto de urbanização/habitação e projetos de geração de trabalho e renda – que partam da consideração das particularidades das famílias moradoras de áreas precárias – ainda é um desafio para o âmbito das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As precárias condições de moradias populares constituídas em áreas insalubres e inadequadas, no caso de Belém, as baixadas, historicamente, são alvos de experiências urbanísticas de cunho sanitarista, que priorizam a infraestrutura física do espaço, em detrimento das condições de reprodução social das famílias removidas. *O reassentamento de famílias para o Residencial Antônio Vinagre, realizado pelo Promaben, provocou a desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores.* Isto é, o reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, isso porque a produção e uso da cidade condiz diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de vida se desarticulam, ou chegam a piorar, e os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no antigo local de moradia, neste caso na baixada.

Como assinalou Santana (2012, p. 28), os profissionais envolvidos nos projetos urbanísticos, dentre eles os Assistentes Sociais, precisam encarar “a difícil tarefa de contribuir com a remoção dos pobres, mesmo tendo clareza que esse processo vai de encontro aos avanços referentes aos direitos de cidadania”. Portanto, pesquisas dessa natureza se apresentam como um desafio para o Serviço

10 Contatou-se na pesquisa de campo que o Residencial possui espaços destinados às atividades comerciais/serviços, contudo, as lojas (ou boxes) encontravam-se fechadas sem nenhuma utilização.

11 Diante dos impactos nas condições de trabalho, parcela considerável dos moradores (40%) passou a desenvolver estratégias de renda como: vendas de produtos em catálogo; confecções de roupas; venda de alimentos e prestação de outros serviços.

Social, considerando a perspectiva de luta pela democratização das políticas públicas, bem como, a construção do direito à cidade em nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Anexo Único** – Promaben, 2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

BOLETIM INFORMATIVO. Nova cartografia social da Amazônia - nossas vidas, nossos direitos: portal da Amazônia. Ano 2, n (ago. 200). **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. ALMEIDA, A. W. B. et al. (coord.). PPGAS/UFAM, Manaus, 2009.

CARDOSO, I. C. da C. Trabalho e cidade em tempos de “exceção”: políticas de trabalho ou gestão da pobreza? In: GOMES, M. DF. C. M.; BARBOSA, M. J. S. (Orgs.). **Cidade e sustentabilidade:** mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

DENALDI, R. Assentamentos precários: identificação, caracterização intervenção. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância:** Planos locais de habitação de interesse social. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. Capítulo V – O processo de trabalho o processo de valorização. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 255-263.

SANTANA, J. V. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. In: **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v.15, n.1, jan./jun., p. 21-31, 2012.

SANTANA, J. V. **Gestão de Cidades no Brasil:** estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. 1. ed. Campinas-SP: Papel Social, 2013.

AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

Tamara de Souza Nascimento¹

INTRODUÇÃO

Na Amazônia o processo de formação das cidades, segue a tendência de crescimento desordenado das cidades brasileiras (MARICATO, 2001), que acarreta em uma segregação sócioespacial urbana, entretanto, este território possui particularidades que influenciou diretamente no uso do solo e conflitos em torno da posse da terra. Deste modo, no que tange ao Estado do Pará, apesar dos grandes avanços que as legislações urbanísticas trouxeram para o Estado, o processo de colonização e apropriação do território, deixaram fortes marcas na forma de urbanização das cidades, sendo evidenciada pela desigualdade entre os municípios e pela falta de planejamento urbanístico que esteja de acordo com a necessidade dos mesmos, o que acaba por dificultar as ações de regularização fundiária em municípios paraenses.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as metodologias aplicadas nas ações de regularização fundiária urbana de interesse social em municípios do estado do Pará. Neste sentido, este trabalho visa contribuir para a reflexão sobre as ações de regularização fundiária de interesse social em municípios paraenses, tendo em vista as metodologias aplicadas nestas ações. Almeja-se assim, que os resultados desta pesquisa equivalham para a consolidação de informações que possam servir de suporte para o aprimoramento da política habitacional no estado do Pará, tendo como finalidade a compreensão e análise das metodologias que estão sendo aplicadas nas ações de regularização fundiária urbana de interesse social em municípios paraenses, tendo em vista a garantia do direito à moradia. Com isso, a proposta de estudar esta temática é compreender de que forma as ações vêm sendo aplicadas, tendo em vista as políticas habitacionais e em especial as políticas de regularização fundiária que são um importante instrumento na execução destas ações.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como método de análise o materialismo histórico e dialético e os resultados foram alcançados por meio de pesquisa bibliográfica e documental sendo construída através do convênio de Cooperação entre a Companhia de Habitação do Estado do Pará/COHAB e o GEP-CIHAB. A coleta dos documentos referentes à pesquisa se deu através da solicitação a partir de ofícios fornecidos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) que foram enviados as seguintes instituições: COHAB²; Comissão de Regularização Fundiária (CRF/UFPA)³; Instituto de Desenvolvimento

1 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará: tsn.tamara@gmail.com/ <http://lattes.cnpq.br/117839191148923>

2 Forneceu os documentos: “Instrumentais, com modelos de Boletim de Informações Socioeconômicas (BIS)” e alguns modelos de Boletim de Cadastro Imobiliário contendo dados do imóvel; as Poligonais; o Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social; e a Parte escrita do Relatório Final.

3 Forneceu os documentos: um paper aprovado no seminário internacional- SIALAT 2015, uma Dissertação de mestrado, um artigo aprovado nas APPURBANA 2014, e um artigo em Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal

Urbano (IDURB)⁴; Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP)⁴; e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da área metropolitana de Belém (CODEM)⁵.

DISCUSSÕES

A regularização fundiária na Amazônia, mesmo após a aprovação de Leis que disponham sobre tal política ainda encontra diversas dificuldades para efetivação de suas ações, devido ao contexto capitalista do país, já que, o grande preponderante para a formação de “aglomerados subnormais” é a forma como está sendo feito o planejamento urbano pelos governos municipais e pelas grandes empresas privadas, o que gera um grande empecilho na execução das políticas habitacionais dispostas na legislação.

Segundo, Rodrigues; Lima; Santos (2014) a implementação de políticas de regularização fundiária e urbanística tem impactos no processo de produção do espaço, sendo evidenciado pela ocupação de terras mais valorizadas pela população de alta e média renda, restando aos pobres abrigarem-se nas baixadas ou nas margens de rios e igarapés, sujeitas a inundações, evidenciando a negação do direito à moradia. De acordo com Alfonsin (2007), as políticas de regularização fundiária e, em especial, as conduzidas por uma concepção pluridimensional - que implica sobre: a questão da legalização de posse exercida com fins de moradia; à melhoria do ambiente urbano do assentamento; e por fim a preocupação com o resgate ético que a cidade tem de fazer, por meio das políticas urbanas - acarretariam em uma amenização significativa do problema da segregação socioterritorial, onde, os projetos de regularização passariam a reproduzir o respeito aos direitos humanos e a busca por a melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda.

Assim, os principais aspectos utilizados para identificação e análise das metodologias aplicadas em ações de regularização fundiária em município paraenses, levando em consideração o roteiro de materiais solicitados através de ofícios foram: as estratégias de ação/procedimentos adotados referentes aos aspectos jurídicos, urbanísticos, ambiental e social; a descrição de como se dá a integração desses aspectos; a indicação das etapas adotadas no processo de regularização fundiária; a identificação dos critérios de escolha das áreas de intervenção; a descrição de como ocorre o processo de participação; a indicação de parcerias institucionais que viabilizam as ações; as estratégias e meios de divulgação e publicidade das ações, inclusive no sentido da transparência para sociedade; e as dificuldades encontradas para o avanço das ações, visando uma melhor compreensão das devidas ações e seus empecilhos.

Neste contexto, foi possível identificar na análise das metodologias, que os documentos fornecidos ainda são muito limitados quanto às informações, sendo possível identificar as diferenças entre alguns aspectos metodológicos adotados pelas instituições, como parcerias, meios de divulgação dentre outros, que precisam estar de acordo com a demanda de cada localidade. A partir da identificação das dificuldades encontradas, tem-se uma amostra dos empecilhos encontrados na execução dos outros

of Urban Management), v. 6, n. 3, p. 307-322, set./dez. 2014⁴ Forneceu os documentos: notícias veiculadas sobre o projeto da REURB encontradas no site <http://www.canaadoscaraajas.pa.gov.br>; imagens da cartilha do Programa de Regularização Fundiária com algumas informações; e a Planta Topográfica Planimétrica do Paraíso das Águas.

4 Forneceu os documentos: “Relatório de execução do convênio 001/2007 2º Prestação de Contas - Metas Físicas” e um artigo científico.

5 Não houve um retorno positivo da Instituição.

itens de identificação das metodologias aplicadas, sendo possível perceber, a falta de um corpo técnico qualificado nas localidades e principalmente em pequenos municípios para execução das ações, tendo que ser demandados das regiões metropolitanas, devido à falta de infraestrutura destes pequenos municípios do Pará, a descrença da população na execução das ações devido à demora ou muitas vezes a não conclusão das ações iniciadas, a demora nas etapas do processo; a falta de gestão municipais comprometidas com a população local, além da dificuldade na identificação das terras como áreas de preservação, empresas privadas, de domínio público, dentre outras.

Com isso, as estratégias das ações de regularização fundiária urbana de interesse social, precisam estar articuladas com outras instituições, programas, parcerias municipais, sociais, dentre outras, e necessitam da formação de equipes qualificadas para a execução de todas as etapas dos processos destas ações, devendo ser consideradas as particularidades de cada localidade. É necessária também, uma maior articulação política das gestões municipais e, além disso, a criação de estratégias comprometidas com a garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, os profissionais de Serviço Social, são de extrema importância na elaboração, orientação e execução de políticas públicas sociais, incluindo as políticas habitacionais, fazendo parte da equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas, sendo de extrema importância nas ações de regularização fundiária. Deste modo, os Assistente Sociais precisam conhecer os instrumentos de regularização fundiária previstos nos programas governamentais e estar comprometidos com a classe trabalhadora, e em conformidade com o código de ética da profissão.

Então, por meio dos resultados desta pesquisa pretende-se socializar e consolidar informações que possam servir de subsídio para a política habitacional, tendo em vista que o assistente social enquanto profissional que atua na gestão e execução das políticas sociais, está ligado diretamente à efetivação do direito à moradia e possui um lugar estratégico no fortalecimento de processos participativos a favor da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. O significado do Estatuto da Cidade para os processos de regularização fundiária. In. ROLNIK, Raquel... [et al.]. **Regularização Fundiária Plena: referências conceituais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Roberta Menezes; LIMA, José Júlio Ferreira; SANTOS, Myrian Silvana da S.C.A. **Apontamentos para Regularização Urbanística e Fundiária em Áreas de Preservação Permanente (APP) em meio urbano na Amazônia:** o caso de município de Mãe do Rio. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITO A MORADIA: ESPAÇO OCUPACIONAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Moisés Rita Vasconcelos Junior¹

Carmen Regina Fernandes Lisboa²

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas formas de desigualdade social expressadas em nossa sociedade a questão habitacional se apresenta como temática necessária a ser debatida tendo como pano de fundo de discussão o desenvolvimento urbano. Historicamente o processo de ocupação do espaço urbano caracterizou-se por sua forma fragmentada, reflexo do sistema socioeconômico a qual estamos inseridos que gera exclusão social e territorial, fato percebido nas diferentes condições de infraestrutura urbana presente em um mesmo cenário.

Nesse sentido, a cidade como unidade viva é constituída de singularidades apresentando- se de forma heterogênea nos mais diversos segmentos. O espaço social que conhecemos é resultado do trabalho materializado e de sua divisão sociotécnica. A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialidade concreta em função da ação do homem. Ela atrai para si não somente as grandes massas, e com elas as casas, mas agrupa também o poder econômico e político. O espaço urbano engendra o capital e, consequentemente, as desigualdades sociais. (NALIN, 2013, p. 11)

Este trabalho pretende lançar seu olhar utilizando as lentes, ferramentas e conceito sob a perspectiva do Serviço Social acerca das contradições na construção da cidade, garantia de habitação agregada à moradia de qualidade, e promoção de uma qualidade de vida por meio da garantia de direitos fundamentais do indivíduo, e do papel da atuação do assistente social nesse processo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem qualitativa a respeito do espaço ocupacional do assistente social nas discussões da Política Habitacional, para tanto, optamos por levantamento bibliográfico a fim de verificar como esse profissional vem se inserindo nesse campo de atuação.

DISCUSSÕES

Os termos habitação, domicílio, residência e moradia apesar de empregados como tendo o mesmo significado, estes são termos que apresentam especificidades próprias, contudo, inter-relacionam- se. O conceito habitação agrupa fatores coletivos e privados, trata- se de dimensões que englobam desde as condições físicas, sociais, culturais e econômicas de quem exerce o ato de morar.

¹ Bacharel em Serviço Social, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia. E-mail: moises_vasconcelos@yahoo.com.br Currículo Lattes:

² Pedagoga. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia. E-mail: carmenuepa2012@gmail.com

Assim, moradia é a estrutura física constituída de condições mínimas, e que, é a parte palpável e visível do conceito de habitabilidade. Nesse sentido, “o direito à moradia significa garantir a todos um lugar onde se abriguem de modo permanente [...] significa demorar, ficar. O conteúdo do direito à moradia não significa, tão somente, a faculdade de ocupar uma habitação” (CANUTO; VLACH apud BORGES, 2013, p. 33).

Tomando como parâmetro a Constituição Federal que prevê a dignidade humana como um dos princípios fundamentais, podemos passar a delinear que o ato de habitar vem a ser a somatória de “dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto, [...] assim como o direito à intimidade e à privacidade” (CANUTO; VLACH apud BORGES, 2013, p. 33).

Assim, moradia é a unidade básica integrante do conceito de habitação e “moradia digna e posse da terra regularizada são “direitos humanos” fundamentais porque representam condições mínimas para o respeito à vida, à liberdade e à dignidade, protegendo necessidades indispensáveis à realização da condição de humanidade de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças (BORGES p. 35, 2013).

As discussões levantadas pelo Serviço Social sobre as políticas públicas voltadas à questão habitacional se dão por meio do desenvolvimento urbano e do Plano de Habitação na perspectiva de garantia do direito ao acesso à moradia digna. Assim, lutar pelo direito à cidade exige resistência e organização política com vistas a um projeto societário fundado na existência real e concreta da igualdade e da liberdade na vida de mulheres e homens, possibilitando-lhes acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2009).

Nessa lógica, podemos perceber que o processo de formação das cidades não contemplou toda população devido a sua pouca capacidade estrutural e de serviços para atender um grande quantitativo de pessoas, que em decorrência da Revolução Industrial saíram do meio rural para o espaço urbano vindas em busca de trabalho e novas perspectivas de vida o que gerou um grande inchaço populacional, assim, a partir dessa conjuntura passamos a perceber como se deu a construção habitacional nesse período, pois formou-se um segmento social que devido a mínimos ou a inexistência de recursos financeiros não conseguiam estabelecer-se em moradias dignas no cenário urbano.

A garantia de uma moradia digna pressupõe o acesso à terra, desse modo, no contexto urbano industrial onde o modelo econômico capitalista regula as relações a serem estabelecidas no chão da cidade, significa dizer que tornar-se proprietário da terra seja ela urbana ou rural implica adentrar em um processo de compra e venda, ou seja, o indivíduo “mediante a compra de um direito de propriedade ou pagamento de um aluguel periódico, ambos regulados pelo mercado” (SINGER apud NALIN, 2013).

Assim, a desigualdade em vários aspectos, em especial, na gestão e distribuição de renda no Brasil e a precarização do trabalho, juntamente com as dificuldades impostas para a regularização de áreas ocupadas desencadearam uma forma habitacional desordenada e modelos de ocupações ilegais. As ocupações, apesar de ilegais, são toleradas pelo Estado, pois representam uma “válvula de escape para os demais agentes que ocupam o espaço urbano” (MARICATO apud NALIN, 2013).

Segundo a mesma autora, a Política de Habitação de Interesse Social (PHIS) no Brasil não se apresenta em uma condição isolada, ao contrário, interliga-se a política urbana, aos seguimentos dos movimentos sociais, o Estado no contexto capitalista, ou seja, devemos considerar as descontinuidades,

fragmentações e leis que impedem a garantia do direito acesso à moradia no contexto do solo urbano e à cidade pelos considerados pobres (NALIN, 2013).

Nessa lógica conjuntural, o Serviço Social que traz em seu projeto político ideológico a intervenção na questão social para enfrentamento das desigualdades sociais em busca de garantir direitos objetiva construir uma sociedade pautada na igualdade. Assim surge a figura do assistente social que com seu saber pode contribuir em diversas discussões, inclusive em diversas políticas sócias, como a política pública de habitação.

Podemos perceber o grande desafio desses profissionais em atuar, não somente na Política de Assistência, mas agora em espaços que exigem inter-relação de conhecimento, constituindo-se dessa maneira um trabalho interdisciplinar necessário a ser empregado no enfrentamento das expressões da questão social.

No campo da Política de Habitação, o assistente social vem ganhando espaço e construindo um papel de articulador entre as políticas setoriais, pois este traz como pauta a garantia da moradia digna, mas também, todo um conjunto que agregado forma o conceito de habitação trabalhado anteriormente e que por consequência deve proporcionar às pessoas qualidade de vida.

Com isso, coloca-se em questão os desafios e perspectivas que esses profissionais enfrentam na formulação de propostas que além de atender as demandas da sociedade sobre as questões habitacionais, promova de fato a participação e integração entre os agentes envolvidos desde a formulação das políticas e planos até os indivíduos que irão ser beneficiados. Os debates acerca das questões habitacionais surgem das demandas trazidas por diversos seguimentos como organizações não governamentais, associações comunitárias, organizações da sociedade civil dentre outras formas de agrupamentos. Nessa dinâmica, o assistente social é um profissional de extrema relevância na mobilização desses entes, possibilitando o debate de suas pautas e participação em espaços onde suas representações possam estar apresentando suas demandas buscando melhorias, seja nas reivindicações de necessidades de moradores de um bairro até a pontuação na formulação de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E nesse espaço que busca ser de democratização da participação dos seguimentos de nossa sociedade que o profissional da assistência social, juntamente com os demais profissionais que contribuem com a discussão sobre questões habitacionais, surge como agente que vem a contribuir com sua atuação, no que para Iamamoto, trata-se como são expressões da “questão social”, ou seja, que são “as manifestações, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

Dentro do universo da assistência social, as questões relacionadas ao desenvolvimento urbano tem se tornado um desafio para a na atuação dos assistentes sociais, pois estes profissionais que trabalham na perspectiva de garantir direitos, dentre os quais figuram o direito à cidade no viés da Política Urbana, necessitam que sua práxis seja permanente buscando contribuir com formas criativas e coerentes com cada realidade, nos sentido, de atenderem às diversas formas e questões relacionadas a essa temática, permitindo assim, com que a além de dar suporte à população, estas por meio de um processo emancipatório e empoderados consigam superar as dificuldades e situações de vulnerabilidades encontradas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Brasília, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 16-50.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

NALIN, Nilene Maria. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social: o direito à moradia em debate.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

A (IN) VISIBILIDADE DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NO LIXÃO DE BREVES (MARAJÓ/PA): REFLEXÕES ACERCA DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Elizandra Gomes de Lima¹

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães²

Vanessa de Souza Gama³

INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentamos breves considerações sobre as condições de moradia e modos de vida dos moradores do Lixão, localizado na Estrada Breves, Arapijó, PA-158, do bairro Aeroporto II, Travessa Projetada, popularmente conhecida como Rua do Lixão, pertencente ao município de Breves (Arquipélago do Marajó/PA).

Na realização de pesquisa exploratória, tivemos os seguintes objetivos específicos: I) Registrar a história de ocupação e resistência dos moradores da Rua do Lixão do município de Breves (Marajó/PA); II) Identificar as principais problemáticas enfrentadas pelos moradores da Rua do Lixão do município de Breves (Marajó/PA); III) Verificar o perfil socioeconômico dos moradores que residem na Rua do Lixão de Breves (Marajó/PA); e IV) Indicar e analisar as principais demandas postas para as políticas sociais do município (Assistência Social, Saúde e Educação) a partir das indicações realizadas pelos moradores do local em tela.

Temos como principal objetivo descrever e dar visibilidade à situação socioeconômica do município de Breves, bem como refletir sobre as condições de vida e sobrevivência de famílias que estão distanciados da área central da área urbana, que enfrentam diferentes desafios quanto o acesso às políticas públicas, sobretudo a não efetivação da política habitacional no município.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é exploratória, em que se pautou em levantamento bibliográfico, documental e de campo, a partir de visita domiciliar, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas e posterior entrevista semiestruturada, que foram realizadas no período de oito dias ao longo do mês de julho deste ano, tendo alcançado o número de 07 (sete) famílias, totalizando 26 sujeitos.

DISCUSSÕES

Considerações teóricas iniciais

O Arquipélago do Marajó abrange vastas florestas e rios, tendo notoriedade enquanto extensa área que concentra rica fauna e flora, destacando-se assim pela sua imensa biodiversidade. No entanto,

1 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: lillydelima.ldl@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9435791451976673>.

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: jacquetsg@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0016401443592564>.

3 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: vanessagamalv20@gmail.com

à medida que concentra riqueza em aspectos biológicos, também é espaço de concentração de pobreza, decorrente de históricas relações econômicas e políticas, que o tomam somente como espaço de retirada de matéria-prima. Considerando seu contexto histórico, observam-se diversas mudanças ao longo das décadas em relação à organização social e econômica da região. Desse modo, as transformações refletem nos modos de vida das famílias marajoaras, que vêm enfrentando as diversas expressões da questão social, tais como o analfabetismo, a fome e o desemprego.

Não há como não destacar que comumente a vida das famílias marajoaras, que diante da vulnerabilidade social, são escancaradas em jornais e mídias sociais. Sobretudo após a divulgação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Em matéria do jornal eletrônico “O Globo” ressalta que “O pior IDH do Brasil está numa Ilha do Arquipélago do Marajó”, sendo o município de Melgaço (PA), que tem pouco mais de 26 mil habitantes, cujo IDH é de 0,418. Contudo, os municípios do Marajó (16 ao todo) em sua maioria figuram na lista dos índices de desenvolvimento humanos considerados baixos, excetuando-se somente dois.

Deste modo, ao pensarmos que os menores IDH do Brasil, em sua maioria estão situados nos municípios do Marajó, nos permite compreender a situação de extrema pobreza pela qual a população marajoara vive e resiste cotidianamente. Em que até mesmo o município considerado polo centro de convergência e circulação de mercadoria e pessoas, apresentando aparentemente uma melhor estrutura de serviços (se comparado a outros circunvizinhos) e um número maior de organizações e equipamentos de garantia de direitos humanos, como Centros de Referência de Assistência Social, Hospital de Referência, Centros de Atendimento Psicossocial, Delegacias e a sede de Defensoria Pública e Ministério Público.

De acordo com dados do IBGE (2010), Breves possui o IDH de 0,503, próximo a Melgaço (PA)⁴. Situação esta, que nos leva a refletir acerca da contradição entre a vasta riqueza natural da floresta e dos campos como a fauna, flora, solos férteis, áreas propícias para o desenvolvimento agrícola e a criação de animais na região; enquanto que há uma crescente situação de produção e reprodução da pobreza e suas determinações múltiplas entre a população urbana e rural marajoara (BRASIL, 2007).

Para Yazbek (2016, p. 82) “A pobreza brasileira constitui-se de um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda, na exclusão e na subalternidade”, ou seja, cada local tem as especificidades da pobreza, e assim, o Estado precisa considerar estas singularidades para poder intervir na totalidade, com planos, leis e políticas específicas que atendam as cidades florestais.

A pobreza passa a ser estigmatizante, responsabiliza o indivíduo por seus “fracassos ou preguiças” e a sociedade desconsidera todo o contexto histórico, político, ideológico e econômico que proporcionaram e aumentam a situação de pobreza. Nessa classe social estão atribuídas pessoas que estão ou sempre estiveram sem condições socioeconômicas de subsistência, reprodução e acesso a serviços. Deste modo, “A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e a exclusão social, econômica e política” (YAZBEK, 2016, p. 30). O Capital à medida que produz sujeitos subalternizados lucraativamente, gerando uma imensa parcela que passa a estar sob o seu julgo, emparedando e invizibilizando projetos de vida e apagando a humanidade e potencialidades dos sujeitos.

⁴ Mais informações estão disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/pesquisa/37/0>.

RESULTADOS PARCIAIS

Foi possível verificar a situação de subalternidade no Marajó, no lixão de Breves (PA), onde foi realizado visita domiciliar com cinco famílias. A partir disso, observamos que esta comunidade além de ser invisibilizada pelos próprios moradores da área central do município, adensada pela gestão local, é também excluída socialmente, por encontrar-se em uma área “distante” ou “não imaginada”, em que os moradores não possuem a disponibilidade de transportes públicos, vivem em extrema situação de pobreza tendo que sobreviver em condições precárias e insalubres de moradia e sem acesso aos equipamentos urbanos. Sentem-se em outro mundo, como é possível observar no seguinte relato: *“Cada um por si e Deus por nós”* (moradora do Lixão, 05/07/ 2019).

De acordo com a Lei Nº 7.087, de 16 de janeiro de 2008, capítulo I, Seção I, Art. 2º um dos objetivos do sistema estadual de habitação de interesse social é “I - viabilizar para a população urbana, rural e comunidades tradicionais, respeitando as especificidades locais, o acesso à habitação digna e adequada, assim como a regularização fundiária urbana em assentamentos humanos seguros, salubres, sustentáveis e produtivos” (PARÁ, 2008).

Segundo a lei acima mencionada, isto deveria estar efetivado nas cidades paraenses, pois foi pensada para a região, entretanto ainda se têm caminhado para se alcançar tais resultados. Acessar o direito à moradia digna é um dos principais desafios a ser enfrentado por uma cidade como Breves/ PA, marcada principalmente pela falta de qualificação e intenção do poder público frente à situação de pauperização que atinge os moradores dessa região.

Diante desse contexto, a construção de habitação nessa área está atrelada principalmente pela falta de trabalho no centro urbano de Breves, encontrando assim no lixão uma alternativa de trabalho baseada na coleta de alguns materiais recicláveis. A fim de se aproximar do trabalho, os moradores se deslocaram para o entorno do lixão em casas precárias e informais.

A política urbana é uma proposta para organização, cuidados e manutenção dos espaços urbanos, para tanto a infraestrutura dos municípios marajoaras, em especial de Breves (PA) ainda precisa avançar bastante em relação à logística e aos equipamentos urbanos. Diante do exposto, a companhia de habitação do estado do Pará tem a função de “Art. 20, II - operacionalizar a execução da Política Estadual de Habitação de Interesse Social e os Programas de Habitação de Interesse Social estabelecidos pelo Conselho Estadual das Cidades”. Todavia, até o presente momento não identificamos na estrutura do município de Breves (PA), em áreas como a do Lixão, nenhum tipo de trabalho que atendesse as normas e diretrizes da legislação vigente.

Diante disso, a não efetivação das normas previstas na legislação habitacional implica na subalternização de famílias; juntamente a reprodução da situação de pobreza e exclusão social, pois sem perspectivas ou opção de melhores condições de sobrevivência são obrigadas a viver a mercê de tudo, com a proteção e esperança de intervenção do sobrenatural. Ressaltamos que a problemática dos moradores não será resolvida somente com o acesso a uma moradia com condições habitáveis, sendo algo relacionado apenas com a estrutura física, mas também com ações articuladas que visem atingir os aspectos do contexto social, político e econômico no qual as famílias estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou promover a reflexão acerca da situação de exclusão social vivenciada pelas famílias residentes nas proximidades do lixão de Breves/Marajó (PA), levando em consideração a legislação habitacional e as políticas não efetivadas no município referido. Tendo em vista que essa comunidade é invisibilizada pela sociedade pelo fato de serem pessoas pobres, são estigmatizados e tratados como sujeitos anormais e preguiçosos.

Nesse contexto, as famílias enfrentam diariamente a fome, o não acesso a equipamentos urbanos, vivendo em situações precárias e insalubres, são verdadeiros sobreviventes, resistem à eliminação imposta pelo Capitalismo ao serem deixados à margem da sociedade, e sua única fonte de esperança e expectativa de transformação é por intervenção divina, já que não confiam no poder público. Por isso, as pessoas precisam de orientação para conhecer seus direitos, mas para isso acontecer se faz necessário obter-se o profissional que entenda tanto a totalidade quanto a singularidade, no qual neste trabalho indicamos as potencialidades do profissional do Serviço Social.

Cabe destacar, que estamos apresentando resultados parciais de dados coletados durante a realização da disciplina “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social III”, do Curso de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó – Breves (CUMB/UFPA), no qual objetiva-se a elaboração de um relatório social que se expressa a realidade dos bairros periféricos dos municípios marajoaras. Para a elaboração do Relatório Social, foram fundamentais as pesquisas documentais, bibliográfica e de campo, tendo como suporte a observação, o relacionamento, os questionários, a visita domiciliar e a entrevista.

O objetivo da disciplina foi proporcionar aos discentes do curso de Serviço Social 2017, um banho de realidade, tal como menciona Iamamoto (2006) e assim desenvolver habilidades no uso dos instrumentais técnico-operativos da profissão e a partir deles levantar dados socioeconômicos acerca da realidade das famílias que residem no lixão do município.

Neste estudo não houve a postura pretensiosa de que estariam finalizadas as possibilidades de análises e de intervenção, mas sim enquanto uma pesquisa exploratória teve a intenção de iniciais as primeiras aproximações nesta realidade, para que então possamos construir coletivamente ações efetivas e que tenham continuidade a fim de garantir direitos para a população e fortalecê-los enquanto sujeitos políticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms/saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_desenv_arquipelago_marajo.pdf. Acesso em: 19 de jul. 2019.

PARÁ. Lei nº 7.087, de 16 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, do Conselho Gestor do FEHIS e do Conselho Estadual das Cidades. Palácio do governo, 2008. Disponível em: <https://cpisp.org.br › lei-n-o-7-087-de-16-de-janeiro-de-2008/>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

IBGE. Índice de Desenvolvimento Humano: 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/pesquisa/37/0>. Acesso em 08 jul. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 9^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Aida M. G. C. Pereira¹

INTRODUÇÃO

O presente resumo constitui parte de uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social e busca identificar qual a atuação do profissional de Serviço Social inserido na política de habitação, a partir da análise da produção acadêmica de estudiosos da questão urbana e habitacional. Busca, assim, sintetizar as principais variáveis trabalhadas nessa produção acadêmica como forma de evidenciar as demandas institucionais e as respostas desses profissionais na referida área de atuação.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico do levantamento constou dos seguintes momentos:

a) Levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sendo encontradas 02 Teses de Doutorado que tratam do Trabalho do Assistente Social na política de habitação e do Trabalho do Assistente Social nos processos de remoção, assuntos que estão diretamente ligados ao objeto proposto. Também foram levantadas 08 Dissertações de Mestrado, sendo selecionadas 05 que tratam sobre a atuação do assistente social nas diversas demandas na área da política habitacional. Nesse sentido, em termos de Teses e Dissertações, foram lidos e analisados 07 trabalhos que discorrem sobre temas referentes ao trabalho técnico social, participação social e cidadania, educação ambiental, atuação em projetos habitacionais, Trabalho social em assentamentos precários, dentre outros;

b) Levantamento nos artigos publicados em revistas qualificadas pela CAPES, sendo pesquisados artigos nas Revistas Katalysis; Libertas; Temporalis; Convergência Crítica; e Sociedade em Debate, sendo selecionados 07 artigos;

c) Levantamento em Trabalhos Completos em Anais de eventos acadêmicos, sendo os selecionados: 13 artigos do ENPESS, 10 do CBAS, 05 da JOINPP, 01 do Simpósio de Estudos de Gênero, 01 do Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología/ALAS, 01 da Conferência Mundial de Serviço Social e 01 da Jornada de Estágio em Serviço Social, totalizando 32 artigos;

d) Levantamento no Google Web, sendo identificados 05 artigos referentes ao tema em estudo. Ainda como procedimento metodológico, os 51 trabalhos selecionados foram lidos e organizados em um quadro para facilitar a sistematização dos dados, contendo: Título do trabalho (Tese, Dissertação, Artigo, Trabalho Completo em Anais), autor/a, veículo de publicação, ano, objetivo do trabalho, principais argumentos que tratam da atuação profissional na habitação.

¹ Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas e Serviço Social pela Universidade Federal do Pará-UFPA. E-mail aidamargarida@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2726230737414282>

DISCUSSÕES

O resumo traz como discussão a questão da habitação na cidade capitalista. Engels (2015) retrata a organização espacial das grandes cidades europeias no período da Revolução Industrial, mostrando a vida e a situação socioeconômica dos trabalhadores ingleses em meados do século XIX. Engels (1988). Expõe que o problema da habitação evidencia as formas insalubres e degradantes dos bairros operários de diversas cidades inglesas. Assim como Engels, outros autores buscaram explicar a dinâmica cotidiana das cidades nesse contexto de formação, transformação e consolidação da *cidade do capital*, em âmbito nacional e internacional. Assim, para esta análise, convém dar destaque ao pensamento de Lefebvre (1999), Harvey (2005), Castells (1983), Santos (1997) e Lojkine (1997).

É no contexto de desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana, que nasce o Serviço Social, tendo como classes sociais deste processo o proletariado e a burguesia industrial. (IAMAMOTO, 2007, p. 77). Iamamoto (2007, p. 70) analisa a profissão de serviço social situando-a como elemento que participa da reprodução das relações de classes sociais na sociedade capitalista e de um relacionamento contraditório entre elas.

A partir da análise da produção acadêmica deste artigo, com base na pesquisa bibliográfica realizada, apresentamos as principais variáveis de atuação do trabalho do assistente social no âmbito habitacional, cujo resultado expomos no seguinte quadro (Pereira, 2018)

Quadro 1 – Principais variáveis encontradas na pesquisa.

1 - Participação	42
2 - Mobilização e Organização Comunitária	23
3 - Processos educativos	22
4 - Geração de trabalho e renda	16
5 - Intervenção em projetos habitacionais	16
6 - Acompanhamento das ações	12
7 - Implementação de políticas públicas e políticas sociais	10
8 - Implementação de Projetos e programas sociais	8
9 - Movimentos sociais	8
10 - Atuação em equipes multidisciplinares e interdisciplinares	7
11 - Articulação com a rede socioassistencial	7
12 - Acolhimento	5
13 - Visitas	4
14 - Plantão social	2
15 - Monitoramento	1
16 - Diagnóstico	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos 51 trabalhos investigados.

Participação - esta variável foi vista em 42 trabalhos acadêmicos do levantamento da pesquisa em tela. Os autores afirmam que as regulamentações do trabalho social demonstram um sentido contraditório de participação, pois, apesar de apresentarem ações voltadas para a autonomia e protagonismo das famílias, outrora, apresentam ações para favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos, dos bens, equipamentos e serviços implantados (WUSTH, 2015, p. 69).

Em alguns trabalhos os assistentes sociais utilizaram a participação para impulsionar o sujeito em direção a sua emancipação, construindo assim autonomia e qualificando-o para o controle social de políticas e programas sociais voltados para a questão da moradia, buscando efetivar a radicalização da democracia para a ampliação da cidadania (RIBEIRO; SCHUELTER, 2010, p. 7).

Para outros autores os assistentes sociais sofrem influência dos moldes da sociedade capitalista, uma vez que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, adquirindo a condição de trabalhador assalariado com todos os condicionamentos que disso decorre (GOMES, 2015, p. 116 apud SANTANA; MERCÊS; SANTOS, 2013, p. 3).

Em síntese, os profissionais percebem a lógica de participação comunitária como uma perspectiva neoliberal, isto é, para a aceitação dos projetos urbanos. Diante deste cenário, afirma-se que os assistentes sociais têm pautado as suas discussões no Projeto Ético-Político da profissão, buscando ampliar os espaços socioprofissionais na garantia de direitos sociais dos usuários (COSTA, 2009, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visa contribuir com a profissão de Serviço Social, através do levantamento bibliográfico, no sentido de iluminar os debates e as reflexões acerca da temática da atuação do assistente social na Política Habitacional e serviu também para informar aos assistentes sociais, que atuam na área de habitação, algumas pistas para a atuação que viabilizem o enfrentamento da problemática habitacional.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **Questão urbana**. Tradução de Arlete Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. Política habitacional e trabalho social: um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: JOINPP, UFMA, 2009. CD-ROM.
- ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helen Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEREIRA, Aida Margarida Cardoso Gonçalves. Atuação Profissional do Assistente Social e Política de Habitação na Produção Acadêmica. **Revista Moitará**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 199-224, 2018.

RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. A Política de Habitação voltada para segmentos empobrecidos da população - Questões para o Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2010, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010. CD-ROM.

SANTANA, Joana Valente; MERCÊS, Regiane Rosário das; SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos. Serviço Social e Participação Comunitária: Atuação de Assistentes Sociais em Projetos Urbanísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: CFESS: CRESS-8ª Região-DF: ABEPSS: UNESCO, 2010. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997

WUSTH, Andréia. **O Trabalho Social e a Política de Habitação:** desvendando contradições. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, Porto Alegre, 2015.

TRABALHO SOCIAL E POLÍTICA HABITACIONAL: APONTAMENTOS INICIAIS¹

*Gizelle Soares de Freitas²
Rita de Cássia Barbosa dos Santos³*

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta breves considerações acerca do trabalho social na política habitacional, construído a partir de uma revisão bibliográfica e documental, divide-se nos seguintes itens: Metodologia, no qual se descreve os procedimentos implementados na pesquisa; Discussão, apresenta os conceitos e categorias cotejados no âmbito da pesquisa realizada; Considerações Finais e Referências.

Compreende-se que o trabalho social implementado na contemporaneidade nos programas habitacionais remonta ao período da autocracia burguesa, consiste em ações com temáticas previamente determinadas, a saber: mobilização e organização comunitária/ condominial, capacitação profissional/ geração de trabalho e renda e Educação Sanitária/ ambiental/patrimonial, trabalho sócio ambiental e ações informativas (SANTOS, 2013). Ressalta-se que a política urbana, em particular a habitacional constitui-se um dos espaços de atuação do Serviço Social, daí a relevância da pesquisa para a categoria profissional.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados foram revisão bibliográfica e documental, para a construção aproximativa da síntese acerca do processo de construção histórica do trabalho social, no âmbito da política urbana, em particular a política habitacional. Realizou-se pesquisa no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na qual se aplicou as palavras chave: trabalho social na habitação e Assistente Social e Política Habitacional, com o objetivo de identificar quais análises estão sendo realizadas em periódicos, dissertações e teses de doutorado na área do conhecimento do Serviço Social. Neste sentido, os resultados alcançados inicialmente foram: com a palavra-chave “trabalho social na habitação” encontrou-se 910 publicações entre teses, dissertações, artigos científicos no período de 2007 a 2017, destes apenas 14 (dois) foram selecionados; com a palavra-chave Assistente Social e Política Habitacional, 38, destes apenas 02

1 Este resumo apresenta a análise inicial de pesquisa realizada no âmbito do portal de periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior acerca do trabalho social na política urbana em particular na política habitacional.

2 Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0912527010016198> E-mail: giufpa@yahoo.com.br.

3 Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7118138492030766>; E-mail:cassiabarbosa.social@gmail.com.

(duas) publicações foram selecionadas. Após essa etapa, realizou-se o cotejamento e análise dos dados, apresentados no próximo item. A análise foi realizada a partir da perspectiva da teoria social crítica Marxista, uma vez que, segundo Santos e Arnaud (2017, p. 04) analisar a realidade “a partir da teoria crítica é um ato revolucionário, na medida em que tal orientação contribui para “rasgar” o véu que nos impede de “enxergar” as contradições dessa forma de sociabilidade”.

DISCUSSÕES

O trabalho social na política habitacional tem suas origens na década de 40 do século XX, quando se registra no Brasil as primeiras intervenções do Estado no âmbito urbano com vias a amenização das expressões da “questão social”, com caráter “higienista e policial”. Entretanto, é apenas na década de 70 do século XX que se institucionalizam os parâmetros para a intervenção em âmbito estatal, segundo Silva (2013, p. 35) “através da Resolução de Diretoria 40/75, institucionalizou-se o trabalho social nacionalmente, nos vários programas geridos e ofertados pelo Banco a estados e Municípios”.

Ao analisar as principais características do trabalho social na contemporaneidade, verificou-se que o conceito de Trabalho Social está alicerçado nos documentos oficiais do governo federal, constituindo-se como:

Conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento (RIBEIRO, 2014, p. 71)

Pimentel (2012, p. 02) discute que:

O trabalho social desenvolvido nos programas de habitação de interesse social dirigido às famílias de baixa renda, geridos pelo Ministério das Cidades, no contexto da atual Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em 2004, definido enquanto: Um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda.

Pimentel (2012, p. 1-2) ressalta o caráter socioeducativo do trabalho técnico social - TTS com famílias na Política Habitacional, desdobradas em um conjunto de atividades fundamentadas na “integração de diversificadas ações socioeducativas determinadas a partir de três pontos centrais: autonomia, protagonismo e desenvolvimento sustentável da população a qual a política se destina”. Apesar do trabalho social com família está alicerçado nas ações de mobilização e organização comunitária/condominial, capacitação profissional/geração de trabalho e renda e Educação Sanitária/ambiental/patrimonial, trabalho sócio ambiental e ações informativas, existe um enfoque na garantia da participação e protagonismo e cidadania enquanto enfoque central nos trabalhos analisados:

O TTS é orientado pelo Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) que tem como principal direção, o *fortalecimento da cidadania*, da participação e da democracia, objetivando a construção de uma nova cultura política, democrática e cidadã, portanto, são premissas para o trabalho social: *A participação da população* deve-se dar em todos os momentos do ciclo de implementação das políticas públicas: no planejamento, na execução e na avaliação; *A cidadania*, a defesa dos direitos sociais, em particular, o direito à moradia digna; O reconhecimento das organizações populares como interlocutoras legítimas, respeitando sua autonomia e capacidade de tomar decisões; Investimentos e estímulos na *participação das organizações locais* e no surgimento e a capacitação de lideranças locais; Investimentos em processos de informação, diálogo e discussão das alternativas habitacionais para as diferentes áreas; Respeito à cultura local e aos padrões construtivos e estéticos. Essa intervenção está situada em três eixos principais: apoio à *mobilização e organização comunitária/condominial*, capacitação profissional/geração de trabalho e renda e educação sanitária/ambiental/patrimonial” (SILVA, 2013, p. 40-41).

Assim, o eixo da participação e protagonismo é transversal aos demais eixos de ações do trabalho social, portanto, conforme Veiga (2007 apud SILVA, 2013, p. 48-49) “a *participação* é uma conquista de muitas sociedades contemporâneas, e uma condição para a existência da democracia, objeto de luta de grupos e movimentos sociais, na busca da redemocratização”, deste modo, essa categoria primordial será instrumentalizada no âmbito da política habitacional, utilizada para dar legitimidade a ações do estado, entretanto, cabe ressaltar que dependendo da correlação de forças presente, essa participação poderá assumir um caráter crítico.

Acerca da instrumentalização da participação Gomes (2015, p. 175) afirma que:

Por outro lado, a *participação ativa* (denominada de participação cidadã) intencionada pelas diretrizes do governo federal contrasta com o entendimento mais tecnocrático, por vezes implícito, em algumas falas, de que os cidadãos são consumidores passivos de serviços estatais prestados por administradores sensatos e bem capacitados. É preciso também se atentar para não reproduzir ações corporativistas e instrumentais que acabam por legitimar as próprias ações do poder executivo - Participar para aceitar ou participar para tomar parte nas decisões? Nesse sentido, outro fenômeno que emerge com o PAC é o “*empresariamento da participação social*” (GOMES, 2015, p. 175).

Outra categoria central nas análises dos trabalhos foi à cidadania, tratada sempre como meta a ser cumprida no âmbito do trabalho social em projetos urbanísticos. Segundo Silva (2013, p. 53) “é necessário que as cidades sejam de fato para todos os cidadãos e cidadãs, e o que se observa é que cada vez mais ela se torna menos acessível às pessoas, é preciso que a cidadania impere de fato”. Ressalta-se que pensar cidadania requer ultrapassar a compreensão que está intimamente relacionada apenas ao acesso a bens e serviço no âmbito da sociedade capitalista, deste modo, é necessário avançar, segundo Coutinho (2008, p. 50, 51):

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim processo histórico de longa duração.

O Trabalho Técnico Social é um importante instrumento de gestão no âmbito dos projetos de intervenção urbanística, apesar dos limites que apresentam. Pimentel (2012), baseada em Gomes (2015, p. 22) afirma que o “trabalho social é uma mediação necessária à implementação territorialidade de projetos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho Social na política habitacional é direcionado por eixos temáticos, definidos previamente, alguns autores destacaram que essa homogeneização interfere de forma negativa no desenvolvimento das ações do trabalho social, pois não consideram as características de cada território. A análise documental e bibliográfica demonstrou a ocorrências de algumas categorias chaves, tais como: Participação Social, Cidadania, Qualidade de Vida, Mediação de conflitos entre outras. A “participação social”, categoria central, assume características burocráticas e instrumentalizadas, não garante de fato o acesso a todas as etapas dos projetos.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO. Carlos Nelson. **Contra a corrente:** ensaios sobre a democracia e socialismo. 2^a ed. São Paulo. Cortez. 2008.
- GOMES. Maria de Fátima Cabral Marques. Serviço social e políticas urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 105-118, ago./dez. 2015.
- PIMENTEL, Juliana Rosa. Que trabalho social é esse? intervenção social em programas de provisão habitacional e de urbanização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. Anais..., Juiz de Fora/MG: ABEPPSS. 2012. 1 CD ROM.
- RIBEIRO, Gilvane Mazza. **O trabalho do Assistente Social no programa habitação de interesse social no distrito de Vargem Alegre-Barra do Piraí, RJ:** desafios para a ultrapassagem de uma prática conservadora. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS, Rita de Cássia Barbosa. ARNAUD, Fernanda Iracema Moura. A teoria social crítica: desafios contemporâneos. In: CONFERÊNCIA GRAMSCI, MARX E MARXISMO, 1., 2017. **Anais...** Disponível em: <<http://www.gserms.ufma.br/conferencia/anais/PDF/ateoriasocialcriticadesafioscontemporaneos.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2019.
- SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos. **Trabalho social e política habitacional:** entre concepções e discursos. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, 2013.
- SILVA, Francismary de Amorim. **Política Pública de Habitação em Cuiabá:** o trabalho técnico social no PHBB. 2013. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2013.

HABITAÇÃO E SAÚDE MENTAL: A POLÍTICA INTERSETORIAL DIRECIONADA AO USUÁRIO COM TRANSTORNO MENTAL

Janete Gomes Duarte¹
Sulamita Rodrigues Fernandes²

INTRODUÇÃO

Embora as políticas atuais de saúde pública têm priorizado olhar a pessoa com transtorno mental em detrimento da doença, ainda é desafiador garantir ao usuário o direito de morar. A ação de saúde deve ocupar-se de tudo o que constitui o entorno à doença: o ser humano como um todo, no seu próprio contexto e nas relações dinâmicas onde está inserido.

A Reforma Psiquiátrica promulgada pela Lei 10.216/01 e alicerçada no Sistema Único de Saúde-SUS tem como princípios norteadores: a saúde como um direito fundamental e dever do Estado, enfatizando o acesso universal na atenção à saúde mental com base na integralidade, intersetorialidade, equidade e controle social. A reforma trouxe possibilidades inovadoras no que concerne ao atendimento de pessoas com internação de longa permanência em instituições totais (manicômios), ao promover a desinstitucionalização³ e criando novos espaços de moradia como: asilos, pensões protegidas, vilas terapêuticas, moradias extra - hospitalares e núcleos de convívio e os Serviços de Residências Terapêuticas- SRTs, viabilizando o retorno ao convívio familiar e comunitário, porém ainda existe uma dívida histórica do Estado em garantir a esse público o direito à moradia.

A discussão acerca da moradia no que se refere à saúde mental está diretamente vinculada ao processo de superação do modelo hospitalocêntrico⁴, fazendo-se necessário pensar em novas alternativas ao usuário com transtorno mental principalmente os que vivem em situação de precariedade habitacional, através de programas sociais que visem uma moradia digna. Visto que, não podemos idealizar os SRTs e CAPs como política pública que conte com as necessidades de moradia a pessoa com transtorno mental.

O objetivo geral desta pesquisa objetivou analisar se a condição precária da habitação interfere no tratamento da usuária com transtorno mental atendida no CAPS III Grão Pará.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade da Amazônia / Pós - Graduanda em Serviço Social e Gestão em Projetos Sociais pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Extensão - INEX. E-mail:janeteduarte1@hotmail.com

² Bacharela em Serviço Social pela Universidade da Amazônia /Pós-Graduanda em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia-ESAMAZ. E-mail: sulamita_rf@hotmail.com

³ Entendida como desconstrução de saberes, discursos e práticas psiquiátricos que sustentam a loucura reduzida ao signo da doença mental e reforçam a instituição hospitalar como a principal referência da atenção à saúde mental. AMORIM, A. K. e DIMENSTEIN, M. Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. Ciênc. saúde coletiva vol.14 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2009.

⁴ O modelo hospitalocêntrico é caracterizado pela superlotação dos manicômios, segregação, tutela, terapêutica expressa em (des) cuidado e maus tratos às pessoas com transtornos mentais, sofreu críticas importantes a partir do final da II Guerra Mundial. Os manicômios naquela época chegaram a ser comparados aos campos de concentração, haja vista as precárias condições de assistência e o desrespeito aos direitos humanos. AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2007.

Entre os objetivos específicos da pesquisa, destacam-se:

- Identificar quais são os entraves encontrados pelos usuários no acesso a uma moradia digna;
- Identificar a contribuição do Assistente Social no processo de intersetorialidade para a garantia dos direitos dos usuários com transtorno mental;
- Conhecer de que forma a intersetorialidade contribui para as condições dignas de habitabilidade do usuário.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um Estudo de Caso no qual enfatiza a importância da política intersetorial para o apoio integral à pessoa com transtorno mental. A pesquisa teve como base de análise o materialismo dialético com abordagem qualitativa. Enquanto instrumento de coleta de dados foi aplicada a entrevista semiestruturada, envolvendo as seguintes categorias de informantes: 01 (uma) usuária, 03 (três) pessoas de seu grupo familiar; 01 (uma) Assistente Social e 01 uma psicóloga do CAPS III Grão Pará e 01(uma) Diretora Social do Programa Habitacional Cheque Moradia da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA). Como instrumento de análise dos dados foram utilizados os referenciais teóricos sistematicamente escolhidos correlacionados com o objeto da pesquisa.

DISCUSSÕES

Apesar dos avanços da Reforma Psiquiátrica no que se referem à moradia, as referidas conquistas ainda são restritas, pois se limitam a um público exclusivo, ou seja, as pessoas egressas de longos períodos de internação, não conseguindo contemplar a necessidade de pessoas com transtorno mental que não perderam a referência familiar, mas vivem em situação de precariedade habitacional. Vale ressaltar que a moradia é uma necessidade básica de todo ser humano, logo a mesma não pode ser relegada a um segundo plano quando se trata de usuários com transtorno mental, ou seja, a representação subjetiva e/ou social do morar não se restringe apenas a pessoas sãs.

O pensamento sociólogo de Pierre Bourdieu (1983), nos permite fazer uma breve analogia da representação subjetiva e/ou social do morar aos usuários com transtorno mental. O morar para esse é reconstruído de habitus, ou seja, do campo onde este se desenvolve e interage. A partir da concepção de Bourdieu, habitus é especificamente subjetivo e se inscreve numa temporalidade vivenciada num campo que por sua vez o informa.

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquema (BOURDIEU, 1983).

A esta experiência constituída e constituinte dos significados atribuídos à moradia será nomeada “habitar”, num processo dinâmico e complexo, por vezes tenso, da possibilidade de inserção da pessoa com transtorno mental. Entretanto, por mais diversas que possam ser entre si, as moradias constituem elemento fundamental no processo de reabilitação psicossocial do usuário (HIGUCHI, 2003, p.50).

Portanto, a noção de habitus encontra-se vinculada às práticas de reprodução cultural, sendo essencial à organização das pessoas, assim como dos grupos sociais no espaço de moradia. Logo, historicamente a casa significa um espaço simbólico de pertencimento social, segurança e intimidade.

No entanto, denomina-se “moradia” aos (termos comumente atribuídos aos Serviços Residenciais Terapêuticos), o campo no qual se formula e interage o sujeito na articulação do habitus. Estes dois termos permitem distinguir dois estados em um mesmo lugar em dois tempos: a moradia é o campo determinado para a habitação anterior à experiência do sujeito; a habitação é a constituição do habitus no decorrer de uma experiência.

Para Saraceno (1999), os eixos sobre os quais se apoia o aumento da capacidade contratual dos pacientes psiquiátricos são a morada, que se ocupa de casa e da apropriação da habitação do espaço vital; a rede social, onde se dão de fato as trocas sociais vivas; e o trabalho, entendido como processo de articulação do campo dos interesses, das necessidades e dos desejos. Neste sentido, o local e as condições de moradia assumem particular importância para a pessoa com transtorno mental, em vista dos contornos que a casa pode oferecer e da referência em que pode vir a se constituir.

E ainda para este autor a noção de moradia inclui não só a estrutura física, mas também as diferentes maneiras de apropriação do espaço e dos modos de habitá-lo. A casa seja ela considerada como um espaço mais “restrito” ou mais “amplo” traz em si uma função pioneira - a de habitar.

A casa então, tem um duplo significado: por um lado, expressa uma necessidade biológica, de abrigo, segurança, de um referencial psíquico que serve de ‘esteio ao homem; por outro, prefigura a maneira peculiar da organização social de cada sociedade (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, p. 117-118).

Assim, neste contexto de habitação da pessoa com transtorno mental é um espaço de tradução das relações sociais em suas dimensões culturais e simbólicas e não apenas no espaço físico. Nela há identidades, relacionamentos e conflitos de pessoas e se houver um desequilíbrio neste processo cultural e simbólico, poderá desestabilizar ainda mais a pessoa que está em processo de adoecimento mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam que o diálogo entre a política de saúde (CAPS III Grão Pará) e a política habitacional (COHAB) trouxeram respostas satisfatórias para a minimização do quadro clínico (problemas emocionais e psíquicos) e social da usuária. Em relação à intersetorialidade o grande desafio posto ao Serviço Social consiste no diálogo permanente com as demais políticas, no sentido de viabilizar ao usuário o atendimento integral de acordo com as suas necessidades.

O olhar profissional do Assistente social em relação a questão de transtorno mental não pode ser visualizado a partir de uma abordagem isolada e focada na doença. Pelo contrário, leva-se em consideração o contexto social da pessoa com transtorno mental assegurando uma abordagem mais ampla e contextualizada no sentido de superar os modos tradicionais de abordagem isolada da doença.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

HIGUCHI, M. I. G. A socialidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Rev. Cienc. Hum.**, n.33, p.49-70, 2003.

PERDIGÃO, Ana Klaudia Viana de Almeida; GAYOSO, Solange. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Faias de (Organizadoras). **A questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA. 2012.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: Da reabilitação psicossocial a cidadania possível. Belo Horizonte. Te Cora, 1999.

SITUAÇÃO HABITACIONAL DAS FAMÍLIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BELÉM/PA: UM ESTUDO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Michele Lima de Souza¹

Núbia Cristina Assunção Miranda²

Susinei Ferreira Celso³

INTRODUÇÃO

Discutir a situação habitacional no contexto Amazônico em relação à educação especial é um desafio e se torna importante à medida que a realidade social das famílias vai se revelando como um *lócus* de pesquisa para o Serviço Social. Assim, o presente estudo tem o objetivo de apresentar a situação habitacional de famílias da Educação Especial atendidas pelo Serviço Social do Núcleo de Avaliação Especializada (NAEE), que por sua vez está vinculado ao CRIE - Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes”, em Belém do Pará. Buscou-se identificar as características habitacionais no sentido de compreender a realidade social destas famílias, considerando: tipificação habitacional; situação da habitação; saneamento básico; iluminação pública; localização espacial.

METODOLOGIA

A efetivação desta pesquisa ocorreu a partir de textos disponíveis em sites, livros, artigos, dentre outras informações seguras do tema evidenciado que subsidiaram um arcabouço acadêmico-científico conforme a metodologia da pesquisa, considerando Severino (2007)⁴. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória (que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias⁵) a qual pode envolver levantamento bibliográfico e proporcionar maior familiaridade com o assunto abordado na pesquisa. Diante disso, a pesquisa foi de abordagem quanti-qualitativa. Para tanto, foi realizada análise dos relatórios disponíveis pela equipe profissional de Serviço Social do CRIE, consistindo em uma pesquisa documental, elaborada a partir da busca de informações em documentos históricos, institucionais e/ou autênticos não tratados anteriormente (GIL, 2008).

1 Assistente Social - UFPA, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFPA, Docente do curso de Serviço Social da Escola Superior da Amazônia/ESAMAZ. E-mail: micheleassist@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5383603568809181>.

2 Assistente social – Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes”/CRIE-SEMEC, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFPA, Docente do curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Brasil Amazônia/FIBRA. E-mail: nubiacam@gmail.com_Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6020416940895068>.

3 Discente do curso de Serviço Social FIBRA, E-mail: <http://lattes.cnpq.br/5601359525263611>.

4 O autor contribui para melhoria do processo ensino/aprendizagem defendendo a importância de orientar discentes para uma postura investigativa especialmente no ensino superior, amplia a ideia de construção do conhecimento a partir da consideração de três dimensões importantes: a epistemológica, a metodológica e a técnica. Sendo assim, o autor traz alguns elementos de fundamentação da ciência visando uma iniciação mais sistemática da prática da pesquisa.

5 Conforme aponta Gil (2008).

Destarte, a pesquisa teve a duração de 12 meses – fevereiro de 2018 a janeiro de 2019 – como parte de um projeto de Investigação Científica de uma Instituição Ensino Superior/IES. Assim, a pesquisa contou com um quantitativo de 600 famílias atendidas pelo Serviço Social do NAEE-CRIE, em Belém-PA nos anos de 2014 a 2017.

DISCUSSÕES

O perfil habitacional das famílias atendidas pelo Serviço Social do NAEE-CRIE, em Belém do Pará apresentou algumas características importantes sobre a realidade social/habitacional das famílias da educação especial. Assim, em relação à situação da propriedade destas famílias a maioria reside em casa própria, totalizando 54% delas; já 22% moram em casa alugada; 17% habitam em casa cedida – em sua maioria por familiares, ou ainda por amigos e/ou conhecidos. O restante, cerca de 4% não havia informado a situação habitacional, visto que às vezes, encontram-se morando “de favor” por determinado tempo, conforme relato destas famílias. Além disso, existem ainda 3% que correspondem a outros tipos de habitação, dentre eles estão: assentamento rural⁶, ocupação irregular e financiamento.

É mister informar que de acordo com Offir (2017) a ocupação irregular pode gerar dentre outros transtornos a precariedade do transporte público dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo; além disso, há o risco constante de alagamentos em virtude da erosão e assoreamento de rios; também há ausência de espaços públicos destinados a saúde, educação, lazer e segurança; e ainda ligações clandestinas de energia elétrica, resultando em riscos de acidentes e incêndios. Percebe-se, assim, que a casa própria é um anseio que tende a “alterar” seu “status” na sociedade, pois a casa pode se tornar um objeto de consumo. No entanto, para estas famílias se torna uma necessidade premente como uma “fuga” de pagamento de aluguel⁷. Diante disso, a concepção que elas têm a respeito de “casa própria” é aquela à qual a família “tomou posse”, mesmo que sendo caracterizada como “irregular” em virtude de estar situada em um local inadequado ou mesmo por ter comprado “legalmente”. Esta realidade se reproduz pelo fato de o Estado não efetivar de fato políticas urbanas conforme estabelece as leis a esse respeito⁸.

Quanto à tipificação habitacional, a pesquisa revelou que 62% das famílias residem em casas de alvenaria; 27% moram em casa de madeira; 9% possuem residências mistas, ou seja, compostas por mais de um tipo de material de construção, como por exemplo: madeira e alvenaria. E, somente 2% compõem a categoria outros, na qual foi possível identificar construções de barro e tipificação não informada.

6 Segundo o INCRA o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas por este órgão onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

7 Assim, pode-se afirmar que a necessidade de morar ultrapassa a “necessidade de obter”, pois, apesar desta realidade, quanto à habitação, apresentar um percentual significativo, não se trata de residências regularizadas. Isto porque o sistema de posse de terra no Brasil, de modo especial no contexto amazônico, é muito complexo em virtude tanto de seu espaço geográfico – por estar inserida em uma área tropical – quanto ao histórico de ocupação assim como interesses conflitantes existentes concernentes a utilização do território (ESPINOZA, 2018).

8 Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de: I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

Em relação à iluminação pública 79% das ruas das famílias atendidas possuem acesso a este tipo de serviço – apesar de as famílias não se mostrarem satisfeitas com este serviço, pois segundo as mesmas este é ainda precário, em virtude das próprias condições de energia elétrica fornecida pela concessionária, ou seja, de baixa qualidade. E, apenas 16% ainda não desfrutam deste direito; 5% não souberam ou não quiseram informar. Segundo Guedes (2019) para alguns especialistas em energias renováveis a maior dificuldade em relação à situação de energia elétrica na Amazônia é ainda a questão logística e financeira para implantar sistemas com potencial para a geração de energia alternativa; no entanto, para moradores da Região Amazônica a maior dificuldade diz respeito a falta de interesse do poder público, principalmente para as comunidades indígenas e ribeirinhas, mais isoladas⁹.

Já a respeito do saneamento básico 62% das famílias habitam em locais que possuem saneamento; 32% dos locais ainda não possuem a rede de tratamento de esgoto. E somente 6% não sabiam ou não tinham informações sobre o assunto. É importante destacar que apesar de a pesquisa apresentar um quantitativo significativo de famílias que dizem ter acesso ao saneamento básico, estas famílias, ao que parece, não possuem conhecimento suficiente em relação do que compõe o saneamento básico, pois muitas das vezes confundem saneamento – que está relacionado a proteção do ser humano e do meio ambiente onde está inserido – com os elementos que o compõem, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem pluvial, sendo esta sua infraestrutura básica.

E, de acordo com a pesquisa, quanto à localização dessas famílias se chegou a seguinte informação¹⁰: 21% residem no DAGUA; 17% moram no DAENT; 14% habitam no DABEN; 12% situam-se no DAICO. E, com mesmo percentual a categoria OUTROS na qual se destaca o DAOUT e REGIÃO DAS ILHAS. Além disso, 11% residem no DASAC; 9% habitam no DAMOS. E, apenas 4% pertencem ao DABEL. É notória na pesquisa a realidade das famílias em relação à localização: a diferença de percentual entre os Distritos Administrativos DAGUA (21%) e DABEL (4%). Isto remete uma reflexão quanto à segregação sócio-espacial, porque a maioria das famílias assistidas pelo CRIE são oriundas das áreas periurbanas e não dos bairros tidos como centrais de Belém o que consequentemente pode vir a dificultar o acesso destas à instituição educacional comprometendo, assim, seu desenvolvimento além do alcance de suas realizações conforme suas potencialidades e particularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que as demandas para o Serviço Social surgem quando as influências habitacionais supracitadas revelam-se desfavoráveis ou como obstáculos para o desenvolvimento da família – principalmente daquela que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social – impossibilitando assim, que esta exerça sua função social. Fato este que está diretamente ligado ao modo de produção capitalista, pois o mesmo desempenha papel importante e determinante nas relações sociais; o que gera como consequência o processo de exclusão sociopolítico e econômico, o

9 Observa-se que mesmo na capital paraense, apesar do acesso a energia elétrica as famílias da pesquisa acusam que pagam um valor muito elevado para ter este direito.

10 O Município de Belém, a fim de estruturar de forma organizada a execução de ações educacionais, classificou as áreas de atuação, considerando seus bairros e ilhas, em oito distritos: DABEL; DABEN; DAGUA; DAENT; DASAC; DAICO; DAOUT; DAMOS.

qual se desdobrará em uma série de expressões da questão social¹¹ dentre as quais àquelas relacionadas à habitação e à família, tais como: situação de segregação espacial, fragilidades/rupturas dos vínculos de afetividade e sociabilidade, discriminação contra alunos com deficiência ou membros de sua família.

REFERÊNCIAS

- ESPINOZA, Jorge. Regularização Fundiária - Terra Legal. Agosto 2018. Disponível em: https://www.giz.de/en/downloads/Terra_Legal_BMZ_PT.PDF. Acesso em: 10 dez. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUEDES, Izabel. **Falta de energia elétrica atinge 2 milhões de pessoas na Amazônia, aponta instituto**. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/governo/news/falta-de-energia-eletrica-atinge-2-milhoes-de-pessoas-na-amazonia-aponta-instituto>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e Alienação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- OFFIR, José. **OCUPAÇÃO IRREGULAR DE SOLO**. Disponível em: <https://ofirjose.jusbrasil.com.br/artigos/505309699/ocupacao-irregular-de-solo>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2007.

¹¹ A questão social é determinada pelo conflito entre o capital e o trabalho, que faz emergir uma necessidade burguesa de controlar a ordem social (MARTINELLI, 2007).

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) SANTANA DO AURÁ E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: O VÍNCULO SENTIMENTAL DA COMUNIDADE SANTANA DO AURÁ E A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

Ana Cláudia de Menezes Carneiro¹

Ana Cristina Mendes Brito²

Andreia de Souza Lima³

Luandra Corrêa⁴

Zuliene Martins Assunção⁵

INTRODUÇÃO

Quando se pensa sobre o processo de habitação na região amazônica, vale elucidar a história da construção do espaço e inserção do homem da Amazônia, a qual é marcada e demarcada pelo processo de desenvolvimento, construção e desconstrução do território e da própria história do sujeito. Um homem que vive à margem do aspecto social, cultural ou do aspecto econômico. Um homem que se revela diante de uma vasta grandeza de natureza e que se desvela diante de um território construído por suas ensandecidas mãos, fruto de seu trabalho, de sua intervenção e organização (TORRES, 2005). Neste sentido, esta pesquisa propõe-se a refletir sobre a adesão e consolidação dos programas habitacionais na Comunidade Santana do Aurá como garantia de direito e cidadania; repensar a política habitacional na Amazônia a partir do território dos sujeitos envolvidos, assim como ilustrar o quanto os programas habitacionais suprimem sentimento de pertença dos sujeitos. Corroborando para a reflexão parte-se da seguinte discussão, a de quando o profissional Assistente Social é desafiado a responder à problemática habitacional, a partir do olhar dos sujeitos envolvidos e não com base na sua visão etnocêntrica e, de que forma esse profissional analisa e identifica a relação de pertencimento comunitário do sujeito no que concerne ao processo de adesão habitacional, já que um dos objetivos do trabalho na proteção social básica, dos Centros de Referências da Assistência Social, Cras Santana do Aurá, é trabalhar o fortalecimento dos vínculos comunitários, assim como o próprio sentimento de pertencimento do território, ou seja, o fortalecimento de vínculo compõe a Política de Assistência. Considerando a Lei 8.662 de 1993, a qual regulamenta o Serviços Sociais, e que descreve que os profissionais, assistentes sociais, atuam em diversas áreas com a finalidade de amenizar as expressões da questão social no seu cotidiano profissional. Dentre as áreas de atuação, elucida-se que no final do

1 Estudante de curso de Serviço Social pela Faculdade Pan Amazônica (FAPAN), estagiária de Serviço Social no Cras Santana do Aurá. E-mail: claudinhamezes1978@gmail.com.

2 Psicóloga pela Universidade Federal do Pará (UFPA), pós graduanda Lato Sensu em avaliação psicológica pela DALMASS Escola de Líderes. Analista municipal, psicólogo no Cras Santana do Aurá. E-mail: anabritodg@hotmail.com.

3 Assistente Social pela Universidade Paulista (UNIP), graduada em Serviço Social.

4 Estudante do Curso de Serviço Social pela faculdade Unisa, estagiária de Serviço Social no Cras Santana do Aurá. E-mail: luandracorrea2203@gmail.com.

5 Assistente Social pela Universidade Paulista (UNIP). Assistente Social pela Universidade da Amazônia (UNAMA), coordenadora técnica Cras Santana do Aurá Zuliene Martins Ascenção.

século XIX e início do século XX, a questão habitacional brasileira tornou-se uma forte expressão da questão social, a problemática da falta de habitação ocorre desde a época da abolição da escravatura e confirmou-se durante o período do processo de industrialização. É relevante ratificar que o Serviço Social foi inserido na habitação a partir de 1996, recebendo o cargo de técnico social, habilitados a trabalhar com profissionais da habitação. “A inserção do Serviço Social passa a ser relevante a fim de desenvolver um trabalho de promoção social a partir do envolvimento dos próprios usuários no desenvolvimento do projeto” (CUNHA; LERSCH; OLIVEIRA, 2010, p. 141). Corroborando neste sentido, o direito à moradia configura-se como um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 e associa-se diretamente com um dos princípios da dignidade da pessoa humana, servindo como reflexão sobre segurança, moradia digna e cidadania. Os Direitos Sociais são analisados ao estudo do artigo 6.º da Constituição Federal, conforme transcrito:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2019).

Logo, pensar em garantia de direitos é proporcionar aos sujeitos do território, neste sentido, ressalta-se a Comunidade Santana do Aurá no exercício de sua autonomia e participação popular no que concerne o acesso à moradia.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O CHEQUE MORADIA

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oferece a famílias com renda de até R\$ 9 mil, unidade habitacional com taxas de financiamento menores, além de subsídios que chegam até 90% do valor total do imóvel. Dentro do contexto de possibilidades para programas sociais de habitação, também surgem como estratégias para suprir as necessidades de moradia da população, o cheque moradia, este configura-se como um programa de caráter social, criado através do Decreto Estadual N.º 432 de 23 de setembro de 2003, tal programa beneficia famílias com renda de até três salários mínimos, os quais tenham a intenção de construir, reformar ou ampliar suas casas. Nessa acepção, tem-se que:

As políticas habitacionais foram desenvolvidas para suprimir as necessidades criadas pela questão social, com o crescimento desordenado das grandes cidades e a migração da população rural, na ilusão das ofertas de emprego, a população começou a se aglomerar nos bairros e periferias sem nenhum planejamento e em péssimas condições sanitárias (SANTO et. al, 2014, p. 142).

Os programas supracitados destinam-se a famílias com perfil socioeconômico de baixa renda, que possuem terreno para construir, casas em condições precárias de habitação, pessoas idosas, PCD's, assim como para pessoas que residem em construções com risco de desabamento.

O SENTIMENTO DE PERTENÇA PELA COMUNIDADE

Comunidade, segundo Aurélio: “Estado do que é comum; comunhão, identidade, conjunto das pessoas que habitam o mesmo lugar, pertencem ao mesmo grupo social, [...], que partilha da mesma

cultura, história; dos mesmos interesses; [...] [Sociologia] Agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”.

A Comunidade Santana do Aurá é uma comunidade, localizada no município de Ananindeua, Bairro da Águas Lindas. Esta comunidade incorpora em sua grande maioria pessoas que tiravam seu sustento do antigo “lixão do Aurá”, este recebia todo o resíduo sólido da região metropolitana de Belém (ROCHA; FAIAL, 2015). Cabe destacar que os vínculos comunitários se fortaleceram devido ao grande ajuntamento de pessoas dentro do ambiente insalubre, e se manteve mesmo após a transferência do referido lixão para o aterro sanitário no município de Marituba, em 2014. Nota-se que mesmo com a retirada do “lixão” os moradores mais antigos permaneceram residindo na Comunidade e nutrem muito apego ao local, tal local parece estar incorporado em sua identidade. Observa-se que suas falas descrevem o espaço como um local de pertencimento, mantêm um sentimento de possuir, para eles o espaço vai além de um espaço físico, mas um espaço que perpassa e envolve os aspectos sociais, psíquicos, econômicos, políticos e culturais (GONÇALVES; MARTINEZ, 2010).

Segundo Bowby (1997) em sua Teoria do apego ou Teoria da vinculação, afirma que o comportamento de apego surge quando há relacionamento de proximidade, pontua ainda que o APEGO é um mecanismo básico dos seres humanos e que tal mecanismo proporciona um sentimento de segurança, o qual tende a ser fortalecido dependendo das relações que estabelecem, seja com espaço e, ou sujeitos envolvidos. Portanto, o Apego ao lugar constitui-se como um vínculo emocional, advindo de vivencias e experiências no espaço (Brown; Perkins, 1992).

METODOLOGIA

O presente estudo delineou-se por meio da análise da escuta de 05 usuárias que foram atendidas e são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF-MDS) do Centro de Referências da Assistência Social (CRAS) Santana do Aurá nos meses de abril e maio, sendo 02 beneficiadas PMCMV e 03 que apresentam resistência em aderir ao PMCMV. Já a abordagem qualitativa, utilizou-se para que se pudesse compreender os conceitos, assim como articular o conhecimento teórico à prática. Tal abordagem deu-se por meio de buscas em sites como SciELO, Google acadêmico, bibliografias e documentos que dialogavam sobre a temática. O critério de busca foi por meio dos descritores: Serviço Social, Comunidade Santana do Aurá, Sentimento de Pertencimento e Lixão.

DISCUSSÕES

Falar em habitação é demonstrar e ilustrar várias perspectivas de analisar o contexto social da comunidade e seu sentimento de pertença. Diante disso o profissional, Assistente Social se vê de certa forma desafiado a sensibilizar a comunidade, os usuários a aderir ao PMCPMV, isto é, a se inscrever nos programas de habitação. A realidade do local caracteriza-se como um lugar insalubre, apresentando vulnerabilidade sócio econômica, área descoberta de saúde, educação, transporte público e saneamento. e mediante ao questionamento do porquê de não querer deixar a comunidade, as usuárias colocam como principal motivo o quesito apego às pessoas que ali residem como fortes vínculos comunitário e familiar. Conforme pode se observar na fala das usuárias:

Tabela 01 - Fala das Usuárias

NC (43 anos)	<i>“Diz não se ver morando em outro lugar, pois sempre morou em comunidades, antes morava na Comunidade do Abacatal e na Comunidade Santana tem mais de 20 anos”. Todas as coisas que possui foram conquistadas quando trabalha no lixão”. E que o seu desejo é que o poder público melhore as condições de vida dos moradores e, não os leve para um local onde não terão trabalho e não conhecem ninguém.”</i>
MB (35 anos)	<i>“Não tenho intenção de sair dessa comunidade, a casa que moro é herança da minha mãe. Eu quero mesmo é o cheque moradia pra melhorar a minha casa. Eu sei que aqui não tem nada, mas é tranquilo, não tem violência. A gente pode deixar a casa aberta e ninguém mexe.”</i>
FS (39 anos)	<i>“Meu sonho mesmo é conseguir o cheque moradia, esse negócio de morar em prédio não é comigo, gosto de criar meus bichos, minhas galinhas. A gente não pode dar um espirro que todo mundo escuta, isso não ficou pra mim. Eu queria que colocassem um posto de saúde, colocassem ônibus...”</i>
IC (61 anos)	<i>“Eu já conseguir meu apartamento em 2018, graças a Deus, mas quem mora nele são meus filhos, não consigo abandonar minha casa aqui na comunidade. Um único jeito desse povo sair daqui, é se indenizar todos daqui, só assim eu acho que ia conseguir sair desse lugar. Aqui tem um pedaço da minha vida. Eu criei meus filhos lá dentro desse lixão, meus filhos também conseguiram as coisas lá dentro... eu já moro aqui a mais de 40 anos”</i>
ML (54 anos)	<i>“eu já tive apartamento da Minha casa minha vida, mas vendi, não tinha nada pra fazer lá fora... eu não tenho estudo, sempre trabalhei no lixão... agora tô morando aqui na comunidade em uma casa cedida, mas tá bom, lá fora é muito perigoso. Aqui é muito tranquilo.</i>

Logo, observa-se que as usuárias **IC** e **ML** já foram contempladas com o PMCMV, mas mantém um forte apego pela comunidade. As usuárias **NC**, **MB** e **FS** se recusam a realizarem inscrições no PMCMV, preferem aderir ao Cheque moradia para melhorar a moradia em que residem. Essas ilustram uma fala recorrente nos usuários atendidos pelo Cras Santana, afirmam que construíram e conquistaram tudo o que tem com recurso do antigo lixão do Aurá e ter que deixar o espaço significa romper com esses vínculos; outro motivo, é o fator segurança, segundo a concepção dos relatos dos sujeitos envolvidos, a comunidade é segura. Portanto, observa-se um forte sentimento de afetividade. Para Freitas (2008), o sentimento de pertença ao lugar, determina as relações que as pessoas têm com sua comunidade, além de definir seus costumes, hábitos e cultura. Desta forma, representa um elemento fundamental quando se analisa um projeto de Desenvolvimento Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece pertinente repensar a atuação do Assistente Social no que tange a política dos programas habitacionais na Amazônia, ou seja, em comunidades que se estruturaram as proximidades de lixões, de aterros sanitários, visto que os solos estão poluídos, insalubre, mas a Comunidade nutre um forte sentimento de pertença pelo local. Logo, os Programas precisam ser repensados, pois entende-se que um projeto social ainda que viabilize a construção de um conjunto habitacional, mesmo que este tenha condições de moradia digna e que mantenha o bem-estar da comunidade, se não considerar a participação popular dos sujeitos envolvidos, ou seja, torna-se imprescindível na efetivação de tais programas sociais e garantia de direitos e cidadania. Ratifica-se como sendo de extrema necessidade aprofundar o debate para além da discussão a que este trabalho se propõe, fica evidente que os habitantes da comunidade envolvida, precisam fazer parte, tornar-se colaboradores e co-autores do referido projeto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jul. 2019.
- CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cíntia Saldanha. OLIVEIRA, Simone Barros de. **A diversidade de atuação do serviço social:** desvelando o processo de trabalho. Porto Alegre: Faith, 2010. Disponível em: <http://www.cohab.pa.gov.br/cheque-moradia>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**. Dissertação (mestrado) – UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2008.
- GONÇALVES, Teresinha Maria; MARTINEZ, Joyde Giacomini. Educação Ambiental Crítica: Pensando o Ambiente Urbano. In: GONÇALVES, Teresinha Maria; SANTOS, Robson dos. **Cidade e meio ambiente:** estudos interdisciplinares. Criciúma: UNESC, 2010.
- ROCHA, Thiago Lobato da; FAIAL, Kelson do Carmo Freitas. Descrição e Análise dos fatores de risco ambiental em Comunidades localizadas na área de influência do Aterro Sanitário do Aurá, Ananindeua – Pará. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS 13., **Anais...** Poços de Caldas (MG), 2015.
- SANTO, Mônica do Espírito; REZENDE, Cleonice de Jesus Santos; ALVES, Adricia dos Santos; OLIVEIRA, Camila Santos; ANDRADE, Flávia Rafaela Carvalho; SILVA, Patrícia Santos. **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA HABITAÇÃO SOB A ÓTICA DOS NOVOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAL.** *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais Unit*, Aracaju, v. 1, n.2, p. 137-146. Março, 2014.
- TORRES, Maurício (org.). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. 496 p.

EIXO TEMÁTICO II

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL RELATOS DE EXPERIÊNCIA



OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Vivianne Thayná de Araújo Teixeira¹

Ana Gabriela Pinheiro Silva²

INTRODUÇÃO

Mediante as metamorfoses advindas do processo de trabalho apreende-se conforme Yazbek (2014), que tais transformações geraram diretamente impactos na vida da classe trabalhadora, essas mudanças nos fazem refletir sobre a prática do assistente social, o qual executa um trabalho especializado que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, e por isso sofre estes rebatimentos, mediante o caráter flexibilizatório, precário, informal, limitado e com distorções dos reais direitos da classe profissional, visualizando assim, demandas de assistentes sociais que se esvaecem quanto aos seus princípios.

Deste modo, o referido resumo busca refletir a respeito dos desafios e estratégias na atuação do assistente social da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-Pa), concernente à dimensão teórico-metodológica, haja vista que este é um dos resultados da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social.

Para tanto, foi utilizado o método do materialismo histórico dialético, apresentando como metodologia: a observação, coleta de dados, sistematização e referenciais bibliográficos. A amostragem deu-se com 5 entrevistas do total de 6 profissionais assistentes sociais do Departamento de Política Habitacional (DIPOL) da COHAB-Pa.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sendo o assistente social um ser social que está inserido como trabalho especializado na divisão social e técnica do trabalho, é imprescindível abordá-lo como sujeito que é o produto e o produtor de uma dinâmica societária por meio desta atividade. Conforme Netto e Braz (2012), o trabalho é antes de mais nada a objetivação primária e ineliminável do ser social, estruturando a partir das mediações complexas do meio existente.

Neste âmbito, elucidaremos a práxis do assistente social dentro da política habitacional, que se gesta por meio das políticas públicas elaboradas, sendo requisitado a intervir nesta sociedade e responder as expressões da questão social. Assim, tal profissional é chamado a viabilizar a produção e reprodução da vida do ser social diante da conjuntura neoliberal de desmontes dos direitos sociais e dificuldade de acesso a condições básicas de sobrevivência, o que reflete inteiramente no seu pensar e agir profissional, deliberando desafios cotidianos.

1 Assistente Social, formada pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: viviannethayna@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9759336719378423>

2 Assistente Social, formada pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: ana.gaby.08@hotmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2700036592596079>

Posto isto, os assistentes sociais foram indagados acerca do entendimento das dimensões, visto que Santos (2013, p. 53-54) discorre que muitos profissionais defendem as dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, mas não reconhecem suas diferenças e especificidades. Assim, nota-se que a prática profissional perpassa por diversos entraves tanto pessoais, quanto exteriores, obscurecendo suas concepções da teoria e posteriormente da intervenção.

Aqui enfocando, a dimensão teórico-metodológica reflete suas barreiras internas, seja desde a experiência fragilizada dos ensinos em algumas academias até o próprio cerceamento da atividade profissional do assistente social dentro do seu ambiente de trabalho, onde a criticidade a partir da realidade, torna-se diluída.

Pode-se constatar que os assistentes sociais em suas respostas acerca da dimensão referida, compreendem a importância em interpretarem a realidade com a qual trabalham a luz da teoria crítica marxista. Além disso, os profissionais mencionam que visualizam por parte de outros colegas de profissão o uso equivocado desta teoria na atuação profissional, notam que há colegas que imprimem em sua análise social aspectos de cunho pessoal e moral aos usuários, como relata o entrevistado 4 (2018) em:

a gente tem que apreender dentro da concepção teórico metodológico, que a maioria dos profissionais se auto intitulam da corrente marxista, porém, quando chega na prática, você se depara com uma total divergência porque o profissional coloca valores pessoais dentro do seu atendimento e percebe que apesar dele se posicionar enquanto uma corrente marxista que visa a emancipação do indivíduo dentro de uma sociedade, na hora da prática ele critica, de maneira funcionalista, aquela pessoa por estar naquela situação, a culpabiliza.

Os assistentes sociais da COHAB-PA, foram indagados também sobre a articulação das dimensões, e os mesmos responderam que na prática cotidiana conseguem articulá-las, exemplificando a concepção teórico-metodológica com os instrumentos técnico-operativos. Para tanto, expuseram que o cadastro social utilizado, designado como “folha de evolução”, é um documento onde descrevem as situações de vulnerabilidade do usuário, utilizando-se da criticidade da teoria marxista e buscando apreender a dinamicidade da realidade, a fim de desvelar a essência dos fatos.

E além disso, abordaram que a articulação da dimensão teórico-metodológica, também é relacionada com a concepção ético-política, visualizando as contradições existentes expostas pelo capitalismo e seus rebatimentos sociais, tendo como fundamento o Código de Ética Profissional, com seus direitos e deveres.

Considera-se a partir das entrevistas que o processo de trabalho dos assistentes sociais da COHAB-PA, é permeado por desafios e concomitantemente estratégias de atuação, onde a luta da categoria se faz e se refaz cotidianamente. Potencializar o legado, na iniciativa de atualizar-se quanto suas atribuições e competências diante das dimensões conjunturais é um desafio contemporâneo e deve ser objetivado e aprofundado pela organização da categoria dos assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, nota-se como os profissionais de Serviço Social que atuam na COHAB-PA foram impactados por essas mudanças advindas da reestruturação capitalista. Analisa-se que tais

profissionais estão respaldados mediante a luz de uma teoria ôntica de transformação societária, isto é, o materialismo histórico dialético e além do mais, tais profissionais conseguem articular as dimensões e conhecem suas especificidades. O que muitas vezes os põe em desafios cotidianos, no entanto, mesmo diante da atual conjuntura flexibilizatória neoliberal, os profissionais criam e recriam estratégias de atuação.

Desta forma, as pesquisas realizadas, possibilitam aos assistentes sociais, especialmente, da habitação, a reflexão de sua práxis, buscando novas maneiras de atuação que correspondam e objetivem os direitos voltados à moradia digna e ao direito à cidade.

REFERÊNCIAS

COHAB, Entrevistado 4. **Roteiro de entrevista com assistentes sociais da COHAB.** Atuação do assistente social e a política habitacional de interesse social no Estado do Pará: perspectivas e controvérsias. p. 68, jul. 2018.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Cláudia M. dos. **Na teoria a prática é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ENQUADRAMENTO DE FAMÍLIAS VÍTIMAS DE CALAMIDADE NO PMCMV: A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DO ASSISTENTE SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DO PROCESSO

Bruna Stephen da Motta Novaes¹

INTRODUÇÃO

Venho por meio deste, apresentar o trabalho realizado pela Secretaria de Estado de Obras e Habitação e atualmente em continuidade na Secretaria de Estado das Cidades do Governo do Rio de Janeiro. O trabalho almejou o recadastramento e enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida, de moradores cadastrados no benefício do Aluguel Social, por residirem em áreas afetadas pelo desastre natural decorrente dos altos índices de precipitação pluviométrica no Município do Rio de Janeiro, em abril de 2010 e na região serrana do estado, em janeiro de 2011. Essa demanda ocorreu em virtude da publicação da Portaria 211 do Ministério das Cidades, publicada em 19 de março de 2018 e consequentemente pela publicação, através da Secretaria de Estado de Obras do Governo do Rio de Janeiro, dos Chamamentos Públicos para a seleção de Empresas do ramo da construção civil a manifestarem interesse na apresentação de proposta para a produção de empreendimento habitacional de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Esse trabalho desenvolvido, pertencem à fase pré-ocupação do Trabalho Social e devem ser realizadas em acompanhamento às obras de construção dos empreendimentos, segundo a Portaria 464 de 25 de julho de 2018 publicada pelo Ministério das Cidades. No entanto, em atenção ao §5º da Portaria 211 do Ministério das Cidades, publicada em 19 de março de 2018, a montagem e apresentação dos dossiês de cada candidato em quantidade compatível com o empreendimento configura condição para autorização da contratação das obras. Diante desse contexto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro realizou essa fase do trabalho com equipe própria, e em antecipação ao prazo determinado em normativo específico do Ministério das Cidades.

Diante da necessidade de apresentação dos Dossiês de cada beneficiário, para enquadramento no PMCMV e qualificação aos empreendimentos que serão construídos no Complexo do Alemão, Manguinhos e Jacarezinho, o Governo do Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado de Obras e Habitação buscou estruturar um Plano de Trabalho para execução dessas atividades. O destaque desta experiência ocorre pelo planejamento e execução do Plano de Trabalho que precisava ser implementado e executado em prazo extremamente curto. O grande desafio, como coordenadora e gestora desse processo se concentrava em recadastrar e instruir processo de dossiês de 3.767 famílias em menos de 8 meses, sem que esse processo fosse executado de maneira acelerada e mecânica, e sim

¹ Assistente Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Estudante de MBA em Gerenciamento de Projetos no Ibmc, Coordenadora de Demanda Habitacionais da Subsecretaria de Habitação – SUBHAB, na Secretaria de Estado das Cidades – SECID - Governo do Rio de Janeiro. E-mail: bmotta.social@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3957635521911124>

observando os aspectos sociais que envolviam a realidade daquelas famílias que aguardavam suas moradias por tanto tempo, reconhecendo a presença da multiplicidade de fatores sociais, culturais e econômicos nesses territórios que ocasionam para essas famílias situações de vulnerabilidade e risco social.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O problema habitacional em grandes cidades vem se agravando com o avançar dos anos. A Cidade do Rio de Janeiro desde o início de seu desenvolvimento econômico conta com uma grande concentração de habitações em áreas consideradas de risco, observando em comum, todos os aspectos políticos e sociais que levam a segregação ocupacional dos grandes centros urbanos.

Em 2010 e 2011 o Estado do Rio de Janeiro foi atingido por duas grandes tragédias climáticas, em 2010 diversas comunidades do município do Rio de Janeiro sofreram com deslizamentos e soterramentos atingindo moradias que se encontravam em áreas de risco, e em 2011 alguns municípios da região serrana do estado também foram atingidos por esse tipo de calamidade. Desde então, diversas famílias encontram-se inscritas no benefício do aluguel social aguardando uma nova moradia. É de se saber que o Estado do Rio de Janeiro mergulhou em um grande retrocesso financeiro, ocasionado por uma grande crise financeira, refletindo na estagnação de investimentos em diversas áreas e principalmente na área da política habitacional.

Em 2018, após anos de espera, essas famílias depois de muitas batalhas lideradas por movimentos sociais, que representam os atingidos por essas calamidades, conseguiram uma grande vitória, a publicação da portaria 211 do Ministério das Cidades, que autorizava a construção de 4.500 unidades habitacionais que seriam destinadas às vítimas de calamidades públicas. Após essa vitória, o Governo do Estado iniciou o trabalho de enquadramento dessas famílias.

O papel do profissional de serviço social nesse processo foi fundamental para que as decisões não ocorressem de “cima para baixo”, considerar a realidade vivida pelas famílias. O planejamento das ações a serem desenvolvidas, foram pensadas não apenas como questões técnicas, que precisavam ser respeitadas em observância as diretrizes de enquadramento de beneficiários ao PMCMV, mas também foram utilizadas técnicas de gerenciamento de projetos aliadas a previsão de riscos em atenção ao olhar de dinamismo da atuação do Assistente Social, perante as situações adversas que poderiam surgir ao longo do processo de desenvolvimento do Plano de Trabalho.

O primeiro passo foi identificar a dimensão da demanda a ser trabalhada e o prazo para execução das atividades. A demanda cadastrada no benefício do Aluguel Social, era em sua totalidade de beneficiários que residiam à época da tragédia nas Comunidades do Alemão, Manguinhos e Jacarezinho correspondendo a 3767 beneficiários. Foi viabilizado um espaço para atendimento considerando o fácil acesso para a demanda.

As ações do Plano de Trabalho foram organizadas por etapas, de forma a possibilitar um trabalho organizado de acordo com as competências das ações e da equipe.

A Equipe formada para execução das ações do Plano de Trabalho era multidisciplinar e composta por 15 (quinze) profissionais. A equipe foi capacitada em duas etapas: a primeira foi realizada pela Coordenadoria de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro, com o intuito de credenciar a equipe para operar o

sistema de Cadastro Único; a segunda capacitação foi realizada pela Coordenação do trabalho, tendo como finalidade apresentar o planejamento das ações e desenvolver os aspectos individuais de cada profissional e potencializar a capacidade de desenvolver soluções perante situações imprevistas.

O respeito e reconhecimento da representatividade dos movimentos sociais e das lideranças comunitárias também foi fundamental para o sucesso da execução do Plano de Trabalho. A articulação com os movimentos e as lideranças garantiram o direito de participação desses representantes, nas tomadas de decisões quanto as frentes de mobilização e as dificuldades encontradas por alguns beneficiários perante os critérios de enquadramento do PMCMV.

Outra etapa importante na estruturação do Plano de Trabalho foi a criação de uma ferramenta que unificou todos os dados existentes e acrescentou colunas de tabulação de acordo com as etapas previstas para execução do trabalho, facilitando o monitoramento e avaliação do que foi executado.

Ao final do prazo para execução do Plano de Trabalho, mensuramos como total de demanda alcançada o quantitativo de **2788** beneficiários, considerando, o universo inicial de **3767** beneficiários em auxílio Aluguel Social. Ao total foram encaminhados à CAIXA **2406** dossiês. Desse montante, foram analisados **1841** dossiês e devolvidos **65** dossiês.

A metodologia do Plano de Trabalho também foi aplicada nos municípios de Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis para enquadramento dos atingidos pelo desastre natural ocorrido em janeiro de 2011. Uma parte da equipe foi deslocada, para esses municípios, a fim de, apoiar e assessorar as Prefeituras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia do Plano de Trabalho foi considerada de alta eficiência pela Caixa Econômica Federal, que no início do processo considerava muito baixa a possibilidade desse quantitativo de dossiês ser alcançado ainda mais com tamanha qualidade técnica. No final do processo, devido à viabilidade técnica dos projetos de obras, foram contratadas um total de 1434 unidades habitacionais, sendo 934 destinadas à Comunidade do Complexo do Alemão e 500 destinadas ao Município de Teresópolis. No entanto, é preciso destacar que o montante de dossiês aprovados na CAIXA é superior a este número, e que o Governo do Estado ao conseguir aprovar os demais projetos de obras contará com processo de enquadramento concluído para os demais empreendimentos.

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Danuza Almeida de Souza¹

Érica Laiana Lobato da Silva²

Ielma Francione Assunção da Silva³

Lídia Soares das Chagas⁴

Thaiane Costa do Nascimento⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um panorama geral da política habitacional, especificadamente o trabalho social realizado com as demandas do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, implementado junto às famílias da zona rural estrada do município de Abaetetuba.

O município de Abaetetuba está localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião de Cametá, possui 03 realidades: a zona urbana com 16 bairros, a zona rural ilhas com 72 ilhas e a zonal rural estrada com 01 distrito conhecido como Vila de Beja, 42 colônias localizadas em ramais e vicinais. Segundo o censo demográfico do ano de 2010, o município possui uma população de aproximadamente 141.100 habitantes, distribuído na zona urbana 58.102 (41.18%) e na zona rural 82.998 (58.83%). Neste sentido, os profissionais da área social, como o Assistente Social e o sociólogo, têm um grande desafio frente as refrações da questão social enfrentando as desigualdades e segregação social que a população que vive na zona rural.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Programa Nacional de Habitação Rural- PNHR, foi criado pelo Governo Federal, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, através da lei nº 11.977/2009. O Programa é destinado a agricultores familiares, trabalhadores rurais (pescadores artesanais, extrativistas, agricultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais) e assentados da reforma agrária com renda bruta anual até R\$ 17.000,00. Média de R\$ 1.450,00 mensal. As famílias devem ser ordenadas em grupos de no mínimo 04 e no máximo 50 famílias e o processo deve ser realizado por uma entidade organizadora sem fins lucrativos, pelo Poder Público, cooperativas, sindicatos, dentre outros.

1 Assistente Social, Especialista em Projetos Sociais. danuzaufpa@hotmail.com http://lattes.cnpq.br/8224238967128251;

2 Assistente Social, Especialista em Projetos Sociais. ericalaiana@hotmail.com

3 Assistente Social, Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social. ielmafrancione12@hotmail.com

4 Socióloga, Especialista Em Gestão, Mestranda da **Universidad SEK Chile** em Educação e Sociedade. lidiachagas16@gmail.com.

5 Assistente Social, Pós Graduanda em Gestão Social, Políticas Públicas, redes e Defesa de Direitos thaiane.associal@gmail.com

No município de Abaetetuba o PNHR, modalidade nova construção é implementado por entidades não-governamentais (Associações) sem fins lucrativos que fazem a articulação com a Caixa Econômica Federal e com a Prefeitura Municipal / Espaço Habitacional. Desde janeiro de 2017, oito entidades buscaram o Espaço Habitacional para implementar as ações necessárias para a efetivação do programa. Após a entrega da relação dos/as beneficiários/as à equipe técnica do Espaço (na época era formada por 03 assistentes sociais e uma socióloga, hoje o número de assistentes sociais aumentou para 05), estes fazem um trabalho minucioso de análise documental das entidades e das demandas de proponentes para posteriormente, realizar visitas domiciliares, momento em que, preenchem um instrumental elaborado especificamente para as visitas. De fevereiro de 2017 a novembro 2018, a equipe recebeu uma demanda de 700 proponentes e realizou um total de 450 visitas domiciliares na zona rural estrada nas localidades de Santa Terezinha I, Vila do Vasco, Colônia Nova, Curuperé-Miri, Abaetezinho, Colônia Velha, Ipixuna, Palhal, Anapú, Camotim, Ramal do Maranhão, Santa Cruz, Médio-Itacuruçá, Cupuaçu, Vila de Beja, Vila Santa Cruz, Cataiandeua, Maringá , São Benedito, Comunidade Santa Cecília, Caeté, Aguapé, Urubuputaua, Tauerazinho, Pirocaba, Tauerá de Beja, Alto-Itacuruçá, Arapapuzinho, Pau da Isca e Comunidade Santa Cecília.

O tratamento da demanda é composto pela ida da equipe técnica nas localidades para fazer a apresentação do programa às famílias; análise documental dos proponentes, visita domiciliar, preenchimento do instrumental de visita, análise situacional de cada família junto ao Cadastro Único dos Programas Sociais (CADÚNICO) visto que a demanda proponente necessita obrigatoriamente pertencer ao território municipal, como regulamenta o decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Pesquisa documental junto ao setor de terra do município com o objetivo de confirmação das coordenadas geográficas informada pelas entidades, verificação junto a Secretaria de Agricultura Familiar, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, situação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, documento obrigatório no qual informa a dimensão do terreno, a atividade desenvolvida pelo grupo familiar e o tempo de exercício dessa atividade. Após todo este processo, é realizada a emissão do Ente Público (assinado pelo gestor municipal), que declara a posse de boa-fé do proponente em terra pública municipal; carta de ciência da proposta de implantação do projeto e a relação dos proponentes aptos ao programa, acompanhado do relatório técnico de cada empreendimento visitado explicitando a situação encontrada durante visita domiciliar e todo o processo de análise documental e situacional. Após assinatura do gestor, conjunto de documentos é encaminhado para a Caixa Econômica, órgão financeiro e órgão gestor do recurso federal.

Os profissionais da área social que trabalham na política habitacional (Assistente Social e o/a Sociólogo/a) possuem grandes desafios perante às demandas, principalmente quando se trata do PNHR, pois quando conhece as famílias indicadas pelas entidades, descobre a realidade e o perfil delas, e mais, que algumas famílias indicadas não estão dentro do perfil necessário e que outras que deveriam estar na relação, por algum motivo, não estão, foram excluídas. O que fazer? Como proceder diante de evidências de corrupção e do uso do recurso público em benefício próprio? Eis alguns dos desafios mais preocupantes e arriscados dos profissionais que trabalham na política habitacional, buscando implementar da forma mais correta, obedecendo as normas e regras estabelecidas pelos Ministério das Cidades e outros órgãos envolvidos com o compromisso da melhoria de vida de famílias de baixa

renda que não possuem moradia própria e/ou adequada. Por várias vezes a equipe se sentiu ameaçada pela pessoa que se dizia responsável pelo processo de escolha das famílias. Este cidadão, em especial, para ganhar a confiança e ter acesso às informações internas do Espaço e a documentos que seriam interessantes para a liberação do processo de um determinado projeto, dizia ser do Conselho Nacional de Habitação, representando a Região Norte. A visita domiciliar contribuiu para descobrir que, na verdade, a pessoa não fazia parte do Conselho e nem representava nenhuma comunidade, ele na verdade, era empresário, dono de uma empresa de construção. Outras vezes, a equipe foi pressionada por vereadores que acostumados a “levar vantagem por ser autoridade municipal”, chegavam exigindo o cumprimento de suas ordens (assinatura dos documentos sem a análise técnica) e não das leis que regulamentam o programa. Uma estratégia de se impor perante esses entraves e risco, foi buscar apoio no Ministério Público da União que deu apoio, respaldo e monitoramento das ações da equipe.

O risco que se corre por ter a segurança de conhecer o programa e implementar conforme as normas que o regem, se torna mais aliviado quando nos momentos de angústia se pode contar com a confiança da coordenação do Espaço, da gestão municipal e pelo reconhecimento da população no trabalho da equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho social desenvolvido pela equipe técnica do Espaço Habitacional do município é de supra importância para a implementação do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, pois aproxima a comunidade rural dos programas ofertados pelo Governo Federal, além de apresentar as comunidades rurais o perfil do programa, suas condicionalidades para que eles compreendam quais as finalidades do programa e quais são as verdadeiras demandas dentro de sua comunidade.

A visita domiciliar se tornou fundamental para conhecer a realidade das famílias e para identificar demandas que não se enquadram no perfil do programa e/ou aquelas que se enquadram no perfil, mas não foram incluídas pelas entidades organizadoras. Conhecer o território foi outro ponto que ajudou a realizar as ações de forma mais adequada.

Todo esse processo ajudou a desconstruir a imagem deixada pela equipe anterior, que era formada por parentes dos gestores municipais que só faziam a política para poucos. A entrada de técnicos concursados na equipe, além de trazer ganhos para a população que não possui casa, vem disciplinando autoridades que estavam viciadas em agir com tráfico de influência.

CASA SAUDÁVEL: SAÚDE MENTAL E HABITAÇÃO UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

*Janete Gomes Duarte¹
Letícia de Nazaré Vieira Bastos²*

INTRODUÇÃO

O relato desta experiência é fruto da assistência prestada a uma usuária com transtorno mental, atendida pelo assistente social no Centro de Atenção Psicossocial-CAPS III Grão Pará em Belém – Pará, que foi encaminhada para o mesmo em 05 de maio de 2013, referenciada pela Unidade Básica de Saúde do Jurunas (UBS), para avaliação psiquiátrica porque há um ano manifestava sentimento de tristeza profunda, desânimo e angústia, sendo diagnosticada com episódios depressivos de acordo o CID 10-F32.

A atuação profissional dos assistentes sociais do CAPS trazem consigo as nuances do Movimento de Reforma Psiquiátrica o qual exigiu também uma mudança na postura dos profissionais que atuavam na saúde mental, que agora devem basear seu processo de trabalho na lógica da ação territorial, na ação grupal e no trabalho em equipe, atuando de forma multiprofissional e interdisciplinar, para que o sujeito possa ser visto em suas mais variadas dimensões e não apenas na ótica médica, da enfermidade, dos sintomas

Ao contextualizar o problema do transtorno mental foi possível destacar relação das condições precárias de habitação com o adoecimento mental da usuária, pois uma casa insalubre, insegura e precária torna a pessoa insegura, produz medo, insônia entre outras causas decorrentes da precariedade da habitação. Ou seja, um ambiente enfermo, pode tornar a pessoa enferma.

Considerando a necessidade sentida pelos assistentes sociais e pela equipe multiprofissional, buscou-se nova articulação intersetorial entre o CAPS III Grão Pará e a Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB, no sentido de garantir moradia digna a usuária e sua família, visto anteriormente a solicitação do cheque moradia foi indeferido.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A usuária três meses depois, no dia 20 de março de 2014, novamente foi referenciada da UBS do Jurunas para o CAPS, uma vez que houve piora no quadro clínico e agravamento dos sintomas depressivos, manifestando desejo de suicídio, relatando não ter prazer em viver e desânimo total diante da precariedade de seu habitar.

1 Bacharela em Serviço Social pela Universidade da Amazônia - UNAMA / Pós - Graduanda em Serviço Social e Gestão em Projetos Sociais pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Extensão-INEX. Assistente Social da Assembleia Legislativa do Estado do Pará- ALEPA. E-mail:janeteduarte1@hotmail.com

2 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA / Especialista em Serviço Social na Gestão das Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará - UFPA / Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Assistente Social do CAPS III Grão Pará e Assistente Social da 3ª Vara da Infância e Juventude- TJPA. E-mail: leticiavieirabastos@yahoo.com.br

Através de análise no prontuário da usuária, foi observado que no dia 01/04/15, que um de seus três filhos procurou o CAPS para pedir um laudo social para ser entregue na COHAB tendo por finalidade obter recuso do Programa Habitacional Cheque Moradia, uma vez que seu imóvel ameaçava desabamento.

Devido às dificuldades em obter o cheque moradia, e após ter seu pedido indeferido pela COHAB, um dos filhos da usuária novamente acessou os serviços do CAPS, informando a técnica de referência do agravamento do adoecimento de sua mãe por não ter sido contemplada. Diante da situação a técnica de referência da usuária, que é assistente social, realizou nova visita domiciliar, onde foi constatada a precariedade habitacional, posteriormente elaborou um laudo social, e se dirigiu a COHAB, apresentando o caso da usuária aos técnicos e a direção da instituição. Através do diálogo estabelecido entre o CAPS e a COHAB a demanda da usuária foi atendida.

A intersetorialidade é entendida como a articulação de saberes e experiências visando à superação de problemas complexos, bem como a elaboração de políticas que ultrapassem a fragmentação das ações governamentais. “É uma lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas e considerar o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas” (JUNQUEIRA, 1998, p. 15).

Nos relatos da usuária, constatam vários indicativos de ordem social e habitacional que contribuíram para o agravamento do quadro psicopatológico da informante. O sentimento de solidão e as condições precárias de moradia aparecem como as principais questões relacionadas com o transtorno mental acometido pela informante.

Conforme ratifica Perdigão e Gayoso (2012, p. 117) a casa expressa necessidades biológicas, de segurança e abrigo que quando não correspondidas podem causar frustrações, decepções, tal como relatado na entrevista. Em outras palavras, relações sociais fragilizadas aliadas a uma habitação precarizada podem traduzir-se em causas suficientes para um quadro de adoecimento mental.

No caso analisado fica evidente que a precariedade habitacional da usuária aparece como o principal fator que explica a causa maior de seu adoecimento mental. Pois, após ser contemplada com o Programa Cheque Moradia, obteve melhora significativa em seu quadro clínico.

Percebe-se que o acesso à política de habitação trouxe resultados positivos para a saúde da informante e para a sua relação social e intrafamiliar. O diálogo estabelecido entre o setor de saúde (CAPS III Grão Pará) e o setor de habitação (COHAB), trouxe as respostas necessárias para a minimização dos problemas emocionais e psíquicos da informante. Neste sentido, torna-se relevante frisar a importância da intersetorialidade, no que concerne as demandas sociais da pessoa com transtorno mental.

Nos relatos da usuária observou-se que, a casa em construção representou não somente a satisfação pessoal e intrafamiliar, mas também fortaleceu o vínculo comunitário, uma vez que os vizinhos tiveram participação direta na construção. Para além do âmbito familiar o acesso ao direito a uma casa digna representou a expansão das relações sociais vivenciadas pela usuária, minimizando assim o sentimento de solidão e timidez.

É clara a relação entre as condições de moradia e problemas de saúde de ordem psicopatológica, embora não seja exclusivamente causadora de transtornos mentais, uma vez que estes podem estar relacionados a tantos outros fatores tais como problemas familiares, financeiros, genéticos, experiências

traumáticas, etc. Fica nítida também a importância do fortalecimento da rede intersetorial como meio estratégico de promoção dos direitos sociais básicos (saúde, habitação, entre outros).

Nos relatos dos filhos, a casa nova possibilitou diversas mudanças no âmbito intrafamiliar, fortalecendo os vínculos afetivos e fortalecendo a saúde da usuária. A casa como espaço de subjetividade e registros afetivos proporciona tranquilidade e felicidade para seus moradores. A construção da casa em si, constitui a base ideal para o desenvolvimento social, cultural, psíquico e biológico das pessoas que nela convivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar a importância da rede intersetorial para a promoção dos direitos da pessoa em situação de sofrimento mental. Enfatizando como resultado deste relato de experiência, o papel estratégico do Serviço Social no diálogo entre a Política de Saúde e Habitação. Tal articulação promoveu não somente o direito à habitação como também garantiu o direito à saúde, pois, conforme os resultados da pesquisa, após o acesso ao Programa Cheque Moradia executado pela COHAB, a usuária, atendida pelo CAPS, teve significativa melhora em seu quadro clínico e posteriormente alta.

Por meio da pesquisa, verificou-se que a precariedade habitacional interferia na saúde da usuária entrevistada, tornava-a uma pessoa fragilizada emocionalmente com um quadro clínico de tristeza profunda e contínua e instabilidade emocional. Logo, esta questão coloca em destaque a importância da prática profissional dos assistentes sociais na área da política da saúde mental no tocante a investigação da realidade social das pessoas com transtorno mentais no sentido de contextualizar os sintomas promovendo uma abordagem ampla e histórica não mais focada na doença e sim na pessoa sujeito de direitos e de cidadania.

A ausência de políticas sociais ou o não acesso às existentes tornam as pessoas vulneráveis a diversas doenças de ordem psíquica a depender do teor de suas necessidades. Esta compreensão exige do profissional de Serviço Social na área da Política de Saúde Mental uma postura ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para a apreensão da realidade social de todas as pessoas com transtornos mentais levando em consideração em sua intervenção profissional, não somente a questão psíquica, mas social e biológica que caracterizam a doença mental para então pensar respostas profissionais adequadas via articulação da política intersetorial.

REFERÊNCIAS

JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 1998.

PERDIGÃO, Ana Klaudia Viana de Almeida; GAYOSO, Solange. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Faias de (Organizadoras). **A questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém-PA: Ed. UFPA. 2012.

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – PTTS - PROMABEN I: PROTAGONISMO E AUTONOMIA A PARTIR DE AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COM MORADORES DOS BAIRROS DA CREMAÇÃO, JURUNAS E CONDOR

Simone de Cássia da Costa Silva¹

INTRODUÇÃO

O Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS tem por objetivo a execução de ações voltadas para diversos eixos que contemplam atividades de Mobilização e Comunicação; Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio-Organizativo; Empreendedorismo e Educação. Tais ações têm por finalidade dar sustentabilidade às obras implementadas na Sub-Bacia II – Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN, na modalidade Saneamento para Todos, com recursos do FGTS.

A poligonal da Sub-Bacia II contempla os bairros da Cremação, Condor e Jurunas. Neste sentido, o PTTS em questão passa a ser executado a partir de fevereiro de 2018, com necessária reprogramação no mês de maio de 2018, especialmente nos eixos de Educação e Empreendedorismo, por apresentar dificuldades na sua implementação e execução inicial.

A reprogramação realizada no eixo de empreendedorismo contemplou mudanças em alguns cursos que foram substituídos por outros a fim de atender uma demanda que pudesse usufruir de maior e melhor retorno financeiro após a execução do mesmo. Estas modificações se deram especialmente por ocasião do diagnóstico socioeconômico após cadastro aplicado pela equipe de execução em março de 2018, que identificou um percentual significativo de moradores em situação de desemprego, na informalidade ou ainda vivendo dos chamados “bicos”.

Sendo assim, além da implementação de ações no eixo de Educação com a Oficina de Elaboração de Currículo e Preparação para Entrevista de Emprego, os cursos sugeridos pela população foram de Produção de Alimentos, que substituiu o curso de Massagem Modeladora, por apresentar maior possibilidade de geração de trabalho e renda, especialmente para as mulheres da comunidade.

O relato de experiência a seguir, corresponde ao trabalho profissional de assistente social desenvolvido no período de junho a dezembro de 2018 e de maio a julho de 2019, através de trabalho técnico social de prestação de serviços através da Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – ABRADESA enquanto agente executor e tendo como proponente a Prefeitura Municipal de Belém / Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O trabalho profissional do assistente social dentro das atividades programadas no PTTS consiste em acompanhar e monitorar as atividades de cursos, oficinas e palestras, desde a mobilização

¹ Assistente Social, Responsável Técnica Social da Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – ABRADESA. E-mail: scassiacs@hotmail.com

e inscrição da comunidade até a finalização dos cursos e oficinas, elaborar relatório técnico social mensal, estabelecer parcerias institucionais para a realização das atividades, reunir com entes parceiros. As atividades de execução de Cursos de Capacitação Profissional e de Geração de Trabalho e Renda representam a principal atividade do Projeto, por atrair um grande número de pessoas em seu processo de inscrição.

Os cursos de Capacitação Profissional e de Geração de Trabalho e Renda do eixo de Empreendedorismo que são executados pelo Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS do Programa de Macrodrrenagem da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN têm por objetivo a capacitação de jovens e adultos da comunidade, e assim, a promoção da autonomia de renda destes. Além destas atividades, faz-se necessário salientar a realização da Oficina de Elaboração de Currículo e Preparação de Entrevista de Emprego que aparece como complementação das atividades de capacitação. As atividades propostas foram executadas em 12 meses.

Por ocasião da mobilização na comunidade para a divulgação dos cursos e oficinas, já se estabelece o primeiro contato com os moradores, que além de acessarem a equipe para este fim, também podem tirar dúvidas e buscar informações sobre os cursos atuais e os que ainda irão ser realizados. Nesta ocasião, a equipe de execução e acompanhamento, apresenta as opções de cursos e oficinas e realiza a inscrição de acordo com a opção dos moradores.

Considerando a demanda que acessa as inscrições para os cursos ofertados, notou-se o elevado número de mulheres que buscam por qualificação e capacitação profissional, além de ser a maioria também nas ações de educação ambiental, patrimonial e sanitária e atividades de comunicação.

No período compreendido entre os meses de junho a dezembro de 2018 e de maio a julho de 2019, os cursos ofertados tiveram em média 90% de acesso do público feminino. Elas também são as que mais concluem os cursos, representando evasão quase nula em relação aos homens. Nos meses de agosto e outubro, onde foram ofertados cursos predominantemente voltados para homens, as mulheres também se fizeram presentes, como exemplo, os cursos de Pedreiro Assentador, com 15 vagas e 3 mulheres inscritas, representando 20% do total de vagas, o curso de Instalador Hidráulico, com 15 vagas ofertadas e 5 vagas sendo preenchidas por mulheres, representando 30% do total do curso.

Os cursos de Manutenção de Celulares, Pedreiro Assentador e Instalador Elétrico, em que a maioria dos inscritos foi de moradores do sexo masculino, observou-se que após a execução, alguns concluintes relataram que estavam atuando no mercado informal e formal através do resultado da capacitação. Do curso de manutenção de celulares que teve 15 concluintes, pelo menos 4 já estavam trabalhando com a manutenção de aparelhos celulares e tablets, sendo que um deles conseguiu inclusive alugar um ponto comercial para desenvolver suas atividades.

No período, portanto, verificou-se que nos Cursos de Informática Básica, Operador(a) de Caixa, Produção de Alimentos, Design de Sobrancelhas e Cozinha Básica, as mulheres aderiram quase integralmente às vagas, sendo que o curso de Design de Sobrancelhas teve adesão de 100% nas duas vezes em que foi ofertado, totalizando 30 (trinta) mulheres capacitadas para a profissão.

Por ocasião do Curso de Design de Sobrancelhas ocorrido no mês de maio de 2019, as concluintes do curso, moradoras dos bairros da Cremação, Condor e Jurunas expuseram seu conhecimento na Ação Cidadania ocorrida no final do mês de julho e nesta ocasião, relataram sua

motivação para seguir se aperfeiçoando na profissão. Elas relataram ainda que já estão colhendo os frutos do trabalho decorrente do aprendizado adquirido, já inseridas na geração de trabalho e renda, trabalhando a domicílio como designers de sobrancelhas e embelezadoras de cílios.

O trabalho profissional do assistente social, frente à demanda Projeto de Trabalho Técnico Social-PTTS, além de acompanhar e monitorar as atividades do eixo de empreendedorismo com macroação em capacitação profissional e geração de trabalho e renda, contempla ainda o acompanhamento de ações de comunicação com Oficinas de Audiovisual e Fotografia e Educação Ambiental, Patrimonial e Sanitária previstas no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova.

A comunidade tem participado ativamente das ações, com participação nos cursos e oficinas, ações de cidadania, oficinas de comunicação e educação ambiental, bem como avaliação das atividades realizadas, aplicadas pela equipe de execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a experiência do trabalho realizado ao longo de 13 meses junto à comunidade dos bairros do Jurunas, Cremação e Condor, que pertencem à Sub-Bacia II do Programa de Macrodrrenagem da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN, foi possível compreender a importância da realização e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS junto aos moradores da poligonal de obras.

Esta importância se dá em função da finalidade precípua de minimizar os impactos causados pelo processo de remanejamento e reassentamento das famílias do local, visto que existe um forte apelo cultural e de costumes e hábitos que os moradores vivenciam. Tais impactos perpassam pelo rompimento de relações de vizinhança, visto que algumas famílias serão remanejadas para outros bairros.

Neste sentido foi possível observar que os moradores dos bairros atingidos pelo Programa, apesar de sentirem os reflexos, compreendem a importância do empreendimento e das melhorias que este trará para a comunidade. Ressaltando que as atividades e ações do PTTS em sua maioria, estão voltadas para famílias remanescentes, ou seja, as que permanecerão no local.

Portanto, a importância de deixar os resultados da execução do projeto firmados na comunidade, considerando que após a finalização de obras, os moradores que permanecerão na comunidade devem se beneficiar das oportunidades ofertadas pelo Programa.

O DIREITO À MORADIA E OS DESAFIOS PARA A EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PROGRAMA HABITACIONAL DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- FNHIS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA NO CONJUNTO ABAETEOARA I-II.

Danuza Almeida de Souza¹

Érica Laiana Lobato da Silva²

Ielma Francione Assunção da Silva³

Lídia Soares das Chagas⁴

Thaiane Costa do Nascimento⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar o Programa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social- FNHIS, que está sendo executado desde o ano de 2007 no município de Abaetetuba, nos Conjuntos Habitacionais Abaeteoara I e II, o qual vem enfrentando entraves para a sua implantação na execução física das obras e sua efetivação da garantia do direito à moradia digna. A cidade está localizada na Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião de Cametá e segundo o censo demográfico do ano de 2010 o município possui uma população de aproximadamente 141.100 habitantes, distribuído na zona urbana 58.102 (41.18%) e na zona rural 82.998 (58.83%).

O FNHIS é um programa do fundo do Ministério das Cidades, criado pelo Governo Federal, através da lei nº11.124, de Junho de 2005, que tem como finalidade atrelar recursos de diferentes fontes, com o objetivo de apoiar iniciativas do Estado, Distrito Federal e Municípios nas intervenções necessárias à regularização fundiária, promovendo política pública destinado exclusivamente a subsidiar a população de baixa renda, a melhoria de habitabilidade na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional.

Vale ressaltar que conforme a constituição Federal de 1988 no seu artigo VI, “a Moradia digna é um direito essencial previsto, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados. Nesse sentido, o Assistente Social é o profissional que está inserido neste cenário de luta em defesa dos direitos sociais, inclusive direito à moradia digna.

1 Assistente Social, Especialista em Projetos Sociais. danuzaufpa@hotmail.com.

2 Assistente Social, Especialista em Projetos Sociais ericalaiana@hotmail.com

3 Assistente Social, Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social
ielmafrancione12@hotmail.com

4 Socióloga, Especialista Em Gestão, Mestranda da Universidad SEK Chile em Educação e Sociedade. lidiachagas16@gmail.com.

5 Assistente Social, Pós Graduanda em Gestão Social, Políticas Públicas, redes e Defesa de Direitos thaiane.associal@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Espaço de habitação, está lotado no espaço físico da Casa do Cidadão, setor vinculado à Secretaria Municipal de Administração, que conta com uma equipe multidisciplinar, com 1(uma) coordenadora; 5 (cinco) Assistentes Sociais; 1(uma) Socióloga e 2(dois) auxiliares administrativos.

O FNHIS, foi o primeiro programa habitacional do município contratados nos anos de 2007 e 2008, afim de promover moradia digna para 230 famílias que apresentem os seguintes critérios de elegibilidade, famílias referenciadas e acompanhadas pela rede sócio-assistencial e inter-setorial; CRAS; CREAS; CREAM; CAPS,e outros que estejam em situação de vulnerabilidade social, econômica e pessoal, acerca das condições precárias de habitabilidade, Famílias residentes no Município que não possuem moradia própria; Possuir renda de até 1 (um) salário mínimo; famílias que tenham em sua composição crianças, idosos, pessoas com deficiência com prioridades as Mulheres que sejam provedora do lar.

Os Conjuntos Habitacionais Abaeteoara I e II, estão sendo construídos no bairro São Domingos da Angélica, localizado na Rua Noé Guimarães, entre Travessa Abel Figueiredo e Travessa Aprígio. As U.H apresentam lotes de 10,00x 20,00 e cada unidade habitacional terá 28,48m de área construída, sendo que as U.H para pessoas com deficiência terão 32,69m de área construída, cada unidade terá quatro cômodos, sala, cozinha, quarto e banheiro.

No tocante ao diagnóstico sócio econômico das 230 famílias cadastradas das famílias beneficiárias permite uma visão mais próxima das diversas expressões da questão social, pois são famílias com grau de escolaridade baixo, famílias com chefes de família ou dependentes encarcerados, dependentes químicos , residentes em situações de coabitacão familiar e ou ônus excessivo com pagamento de aluguel e ou em residências cedidas, moradores de rua, em situações emergenciais (sinistros) que estão em aluguel social.

Os conjuntos habitacionais supracitados tiveram sua construção iniciadas em 2009, no entanto, os mesmos ainda encontram-se inacabadas, o empreendimento em questão passou por várias ocupações irregulares por famílias que não fazem parte do processo de seleção e essas ocupações foram seguidas de depredação, deixando as U.H sem portas, janelas, telhados causando necessidade de reconstruir o que já havia sido feito, causando assim inúmeras reprogramações contratuais e atrasos na execução física das obras, consequentemente retardamento o processo entrega das unidades habitacionais e a continuidade do Projeto de Trabalho Técnico Social-(PTSS), pois a verba do FNHIS desde de 2018 não pode ser reprogramada, ficando sob responsabilidade do município refazer os danos provocados pelos ocupantes irregulares e concluir o empreendimento. Desde então, esta municipalidade vem executando as ações físicas do empreendimento com recursos próprios e a equipe técnica social vem desenvolvendo as ações do eixo mobilização e comunicação do PTTs realizando atualizações cadastrais, analises documentais, plantão social semanais, orientações e referenciação para as demais políticas públicas, visitas domiciliares, reuniões de grupos, mutirões de limpeza, arborização do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o técnico social o profissional que atua como interventor buscando estratégias para superar os percalços permeadas pelo tempo acreditamos que a conclusão do PTTS irá proporcionar uma mudança significativa na vida desses beneficiários.

O trabalho social desenvolvido pelo Espaço habitacional do município de Abaetetuba é de supra importância para a implementação do Programa do Fundo Nacional de Interesse Social-FNHIS, pois a moradia vai além de paredes, teto moradia é um direito constitucional a ser garantido aos sujeitos configurados nesse relato.

RELATOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL: PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO RESIDENCIAL PORTAL DO AURÁ II DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PA

Aline Pinheiro Correia¹
Bruna Elaine Tenório Novais²

INTRODUÇÃO

O projeto de Trabalho Social executado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – Abradesa no Residencial Portal do Aurá II, localizado no Município de Ananindeua, foi inaugurado em março de 2018, constituído de 32 blocos verticais compostos por 512 apartamentos e cerca de 2 (duas) mil famílias residentes e cadastradas no Programa, que por sua vez visa fornecer moradia digna, com preço baixo as famílias de baixa renda, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - Cad Único , que não possuem casa própria e famílias que foram remanejadas de suas casas para o local. O residencial também dispõe dos equipamentos comuns de lazer, sendo eles quadra de esportes, playgrounds e aphiteatro. O Projeto de Trabalho Social entra na comunidade com o objetivo de promover ações de apoio que visam o fortalecimento das famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV, através da execução de atividades que tem por objetivo promover a inclusão social e capacitação profissional, oportunizando oficinas que possam gerar trabalho, emprego e renda, favorecendo assim o protagonismo social de cada indivíduo incluso no Projeto, o mesmo também dispunha de plantão social que por sua vez era o momento em que as Assistentes Sociais realizavam o atendimento dos moradores individualmente e em grupos, tomando por conta as demandas sociais presentes na comunidade do residencial, relatadas pelos moradores, a fim de possibilitar o encaminhamento das mesmas as instituições e aos órgãos competentes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Projeto de Trabalho Social - PTS de acordo com a Portaria nº 464 de 25/07/2018 em seu eixo 3.1 Mobilização, organização e fortalecimento social – prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, à constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

Com isto O PTS designou mecanismos que possibilitaram a capacitação viabilizando a participação de cada morador nos processos das tomadas de decisão, cuidado e manutenção dos bens e serviços oferecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV e desta forma, poder adequá-los a necessidade de cada grupo social atendido, a fim de incentivar o cuidado com o meio ambiente

¹ Bacharela em Serviço Social, pela IES: Universidade da Amazônia – UNAMA. E-mail: liih.correia55@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social, Especialista em Sistemas de Garantias dos Direitos de Criança e Adolescente, pela Universidade Federal do Pará- UPPA.E-mail:bruna_social@yahoo.com.br

e a valorização do seu imóvel. As atividades elaboradas pelo projeto foram o acompanhamento social dos moradores junto às articulações intersetoriais e parcerias com instituições e entidades locais, identificação do perfil sócio econômico de cada família beneficiária, realização de palestras, oficinas, e promoção de cursos profissionalizantes para os beneficiários, todas as atividades foram realizadas através de mobilização social, porta a porta com entrega de convites e fixação de cartazes em cada bloco do residencial no período de 8 (oito) meses, período de execução do projeto .

A atuação do Assistente Social (Técnico Social), assim denominado no projeto, com experiência de sua prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação, na efetivação do Projeto de Trabalho Social, compreende-se por ações socioeducativas orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população na atuação do profissional na área habitacional. Neste sentido foi de fundamental importância uma vez que, trabalhou junto às lideranças locais e associação de moradores, realizando o plantão social que consiste no atendimento coletivo e individualizado das famílias, onde realiza-se um atendimento humanizado com escuta individual e coletiva dos moradores para a mediação dos conflitos, das dificuldades individuais e comunitárias, com objetivo de viabilizar possíveis soluções através de encaminhamento para a rede de serviços sócioassistenciais do Município de Ananindeua- PA. Isto posto que na área habitacional o Assistente Social tem responsabilidades específicas e crucial para dar um respaldo à desigualdade habitacional. A área da habitação diferente do que muitos pensam não é somente, uma possibilidade de acessar uma moradia digna e de qualidade, mas sim a garantia de acesso à sustentabilidade, responsabilidade ambiental e saneamento básico.

Os instrumentais utilizados pelo Assistente Social no âmbito do trabalho social na habitação foram: Observação, abordagem, visita domiciliar, entrevista, reuniões, relatórios mensais de acompanhamento que apresentam a medição das atividades/ações desenvolvidas no Trabalho Social. Além disto, a todo o momento os profissionais realizavam articulação intersetorial com as demais políticas públicas sociais, fortalecendo assim vínculos e criando laços com a comunidade através do trabalho e da abordagem profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado pelo Governo Federal com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no Brasil, desde sua criação o programa já distribuiu casas a milhares de famílias pelo país, garantindo à moradia digna aos seus beneficiários e por sua vez poder contribui no incentivo à economia que gira sobre tudo em torno do setor da Construção Civil.

“A própria Constituição definiu que a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais cabem aos três entes federativos e, diferentemente de outras áreas onde as competências foram mais delineadas, destaca-se que na área habitacional não foram definidas linhas gerais de ação ou formas de relação entre as três esferas de governo, o que, na prática, possibilita a formação de um campo de conflitos entre as esferas de governo” (GONÇALVES, 2009, p. 54).

O programa está ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e é dirigido a famílias de renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e visa estimular o cooperativismo e a

participação da população como protagonista na solução dos seus problemas. De acordo com o autor, o programa pode beneficiar os Brasileiros a ter acesso à moradia própria, tanto em áreas urbanas quanto nas áreas rurais, e para que isso seja efetivado o governo pode fornecer as famílias beneficiárias condições especiais de financiamento, em parceria com os Estados Federativos, Municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos como descrito a seguir.

“... nas últimas décadas, o papel do Estado na oferta de serviços e bens em geral, e da habitação em particular, tem sofrido profundas alterações. Há uma tendência clara de se reduzir a intervenção direta dos agentes públicos no processo de provisão e de se estimular a participação de agentes não públicos” (WERNA, ABIKO e COELHO, 2002, p.35).

Contudo, traçando um paralelo entre a importância do programa de habitação que visa fornecer acesso à moradia digna às famílias de baixa renda e o papel de grande relevância da execução de projetos sociais dentro dessas comunidades, uma vez que um bom projeto é aquele que vem para mudar a realidade daquela comunidade de maneira positiva, trazendo informação, capacitação profissional, acolhimento social através de uma rede articulada de apoio que tem a frente como responsável o assistente social que é o mediador das ações, que por vez vem a ser o profissional capacitado para estudo da análises teóricos metodológica, e ética políticas envoltas no processo de execução de um projeto social dentro de um programa social habitacional.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, R. R. **Políticas habitacionais na federação brasileira: os estados em busca de seu lugar.** 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5303/62070100802.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WERNA, E. ABIKO, A.; COELHO, L. **O novo papel do Estado na oferta de habitação e parcerias de agentes públicos e privados.** Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/artigoalexandrermagnoli.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018.** Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. https://www.in.gov.br/asset_publisher/content/do1... Acesso em: 20 ago. 2019.

O PROJETO DE EXTENSÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA “DIREITOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL” NA VILA DA BARCA: A COMUNIDADE ACADÊMICA APOIA ESSA BARCA

Daniel de Brito da Silva¹

Maria Natalene Santos²

Desenvolvido no ano de 2018, o referido projeto possibilitou um olhar para a cidade, a compreensão da apropriação do espaço urbano, pela lógica capitalista, e o processo da crescente especulação imobiliária nas vias que circulam a mercadoria, mas especificamente aos redores do referido local.

Segundo Souza (2011) Com a crescente vinda dos trabalhadores/as para o estado do Pará, na região da Amazônia, fomentado pelo processo gomífero, e a ocupação dos governos militares, surgiu à necessidade de buscar outros espaços, dada a dificuldade de ter moradia e a precária falta de investimento nas políticas de urbanização onde habitavam trabalhadores/as da região.

Ao notar a rentabilidade na produção gomífera, o estado buscou mecanismo para construir equipamento público (portos) no sentido rotativizar a construção de borrachas e com isso intensificando a circulação de produtos, abrindo espaço para outras empresas do ramo de aeroportos e aeronaves, assim aglomerando o centro da cidade.

A autora segue sua análise discorrendo sobre o processo de enchimento central da capital, na qual buscou-se outras alternativas de construção de casas, que na referida época, se constituía como palafitas. As margens da orla da Baía do Guará, na localidade da Vila da Barca. Segundo (PINHEIRO apud SOUZA, 2011, p.132) foi especificamente em 1920 que a referida área se consolidou como um espaço de pertencimento para os/as trabalhadores/as de uma famosa fabrica do centro da capital.

Portanto, a Vila da Barca ganhou notoriedade e investimento, graças a sua localização, que tinha/tem proximidade com os grandes patrimônios comerciais da capital como a Feira do Ver-o-Peso, o trem, que na época era um meio de conseguir dinheiro dada à venda de produtos amazônicos pelas famílias vinda do interior, pois se passava por uma das vias mais importantes, sendo ela a Pedro Álvares Cabral, mediante o fácil acesso para o escoamento das mercadorias.

Ainda se tratando sobre a historicidade da “Vila”, Segundo (ALVES apud SOUZA, 2011, p. 133) os projetos urbanísticos feitos pelo estado tinham como direcionamento os locais mais altos e estratégicos, logo estruturados e centralizados, não havendo possibilidade de os/as trabalhadores/as usufruírem de condições básicas de saneamento e melhoria de vida, devido ao alto valor cobrado pela infraestrutura do local. Restando para os/as mesmos/as construírem suas palafitas em áreas vazias – alagadas.

Com isso se abriu caminho para vinda de novas famílias para o centro da cidade, em especial, aos redores da orla devido sua localização ser em nível central e estratégico. Com vias que mais à

¹ Acadêmico do curso de Serviço Social, Faculdade integrada Brasil Amazônia. Email: daniel.brito53@yahoo.com.br

² Acadêmica do curso de Serviço Social, Faculdade integrada Brasil Amazônia. Email: natalenelima@hotmail.com

frente iriam ser ocupadas mediante o avanço das famílias para as áreas que eram precárias e sem infraestrutura, havendo a necessidade de construir mais casas sob o rio, com isso inchando o local. Assim, legitimando-a como ocupação.

Segundo Monteiro e Veras (2017, p. 6)

a questão da habitação se torna um problema atrelado ao processo de urbanização acelerado das cidades, que não estavam preparadas para atender um número tão grande de novos moradores, resultando na expansão desordenada das cidades e afetando sobretudo, a classe trabalhadora, que devido a insuficiência de recursos, passa a viver em habitações improvisadas, insalubres e em áreas inadequadas”.

Mediante a localização da “Vila”, as proximidades da Orla de Belém, houve a inserção de diversas empresas comerciais que Segundo (SILVA, apud SOUZA, 2011, p. 134) as mesmas tinham por objetivos facilitar a circulação das mercadorias e pessoas. Que posteriormente houve um conflito, entre os moradores e as empresas, dada a rentabilidade do local para com a especulação imobiliária e o ramo comercial.

Dessa forma, Harvey (2012) coloca que estamos vivenciando um mundo em que os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro ultrapassa a noção de direito. Tendo este um viés de direito ampliado, logo, direito a todo tipo de condições humana perpassando-se, também, por uma boa habitação e condições de sobrevivência.

Sobre o projeto de urbanização, mas em especial o direcionamento deles, nota-se que os mesmos tinham como finalidade alterar as condições precárias dos espaços urbanos com direção à criação de conjuntos habitacionais populares e a melhoria dos locais inapropriados para moradia. Segundo Souza (2011, p. 136) “a atual política habitacional brasileira tem seguido a diretriz de intervir urbanisticamente em áreas de assentamento precários através de ações de infraestrutura urbana e construção de moradia popular”.

É importante salientar que o referido projeto não tinha como objetivo atender exclusivamente os interesses dos moradores, pois na sociedade capitalista as políticas com viés sociais são permeadas pela perspectiva da manutenção da hegemonia burguesa (ABELÉM, 2018). Logo sua direção estará na mão de uma minoria aristocrata. Como bem coloca Harvey (2012, p. 14): “O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto”.

A existência e permanência da Vila da Barca localizada tão próxima do centro da cidade de Belém é pautada por luta dos moradores que ali residem legitimada pelo sistema vigente que está constantemente criando estratégias para segregar a classe trabalhadora e deixar os espaços valorosos para uma pequena parcela da sociedade que detém o poder econômico. Haja vista que “Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito” (Harvey, 2012, p. 9).

Contudo, existe uma segregação que hoje se dá entre aqueles/as que ainda residem nas casas de palafitas que perpassam por problemas sociais e interesses distintos daqueles que já foram realocados para os apartamentos contemplados pelo programa de habitação, cujo estes/as passam por um processo de negação, dado o não reconhecimento como morador/a do conjunto habitacional.

Nesse caminho (MARX apud SILVA, 2005, p. 4) discorre que o processo de alienação tem uma relação contraditória do trabalhador com o resultado do seu trabalho e a aproximação do mesmo no agir da produção, resultando num processo de objetivação, tornando-se o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive [...]. Logo não se pode analisar as referidas atitudes dos/as moradores/as da Vila da Barca, descolado do processo desigual da produção capitalista.

As pessoas que não se enquadravam dentro da perspectiva contemporânea de urbanização e seus processos de adaptação eram encaminhadas para localidades distantes da qual viviam antes ou tinham suas casas vendidas por preços inferiores ao do mercado imobiliário. Passando os/as mesmos/as por diversas violações, no que concerne os Direitos Humanos, em detrimento do capital.

O poder financeiro apoiado pelo Estado força a desobstrução dos bairros pobres, em alguns casos, tomando posse violentamente da terra ocupada por toda uma geração. A acumulação de capital através da atividade imobiliária é incrementada, já que a terra é adquirida quase sem custo (HARVEY, 2012, p. 11).

Observou-se, também, diversas questões no tange os direitos sociais, urbanos e a proteção social para com as famílias, dada a passivização do estado em solucionar os problemas na entrega das casas, visto que algumas delas estão paradas e assim servindo de encontro para grupos em processo de dependência psicoativa, a dificuldade dos moradores em obter curso profissionalizante, com o distanciamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, os diversos cortes dos programas e benefícios sociais entre outros.

Na Vida da Barca além de segregação dos moradores como já mencionado, o interesse do grande capital se faz presente com as taxas de energia e de água que são cobradas mensalmente, assim como a taxa do imposto predial e territorial urbano (IPTU). Que em contrapartida não se tem um retorno, por parte do Estado, em melhoria dos serviços prestados que por ora são cobrados.

Nas visitas realizadas na comunidade também se analisou o descontentamento da grande maioria dos\as moradores\as com relação a construção do programa de habitação, visto que os\as mesmo\as relatavam que o Estado não levava em consideração o estilo de vida interiorano das famílias que ali residiam. Forçando-os à se adaptarem ao padrão da capital e suas formas complexas de moradias padronizadas.

[...] A construção em massa de habitações populares realizada pelo Estado segue a lógica de adaptar o morador a uma casa padronizada, quando deveria garantir o atendimento de necessidades específicas das populações em diferentes regiões que também possuem características particulares (SOUZA, 2011, p. 143)

Com isso, pressionavam as famílias contemplados pelo projeto a ficarem nos seus apartamentos, mesmo eles não atendendo suas expectativas no que se refere à socialização no fim de tarde entre os moradores, o descanso pós almoço na rede do pátio de casa, a criação de porcos e outros animais, o metro quadrado das residenciais dentre outros fatores negligenciados por parte da política habitacional brasileira e legitimando-se através do Estado capitalista.

Em suma, ressalta-se a importante contribuição que o tripé de ensino- pesquisa e extensão trouxeram para os/as extensionistas, na medida em que se instrumentalizaram os mesmos para uma

reflexão crítica e reflexiva do espaço urbano e as diversas desigualdades sociais que são produzidas por um sistema econômico usurpador de condições de humanidade e que expulsa famílias de seus locais de sobrevivência para abrir espaço para a especulação imobiliária.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** 2. ed. Belém: NAEA, 2018.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jun./dez. 2012.
- MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão habitacional no Brasil**. MERCATOR, Fortaleza, v. 16, p. 1-13, 2017.
- SILVA, João. Educação e alienação em marx: contribuições teóricometodológicas para pensar a história da educação. **HISTEDBR**, Campinas, 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4826/art07_19.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.
- SOUZA, A. K. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área.** 204 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

REMANEJAMENTO DO PROJETO INTEGRADO DA BACIA DO IGARAPÉ TUCUNDUBA – BELÉM, PA: QUANTAS DÉCADAS MAIS NECESSITARÁ PARA CONCLUIR ESTA OBRA?

Sheila Patrícia Santos da Silva¹

Alessâmela Geralda Ramos Pinto²

Ana Carolina Alves de Lima³

INTRODUÇÃO

Analisando os impactos socioeconômicos das famílias em processo de remanejamento e reassentamento, nos deparamos com o Projeto Integrado da Bacia do Igarapé Tucunduba e observamos que há décadas, vem se perpetuando como uma problemática dolorosa aos moradores do bairro da Terra Firme, sendo um território de vulnerabilidade social e populoso, ainda sem término para a obra de urbanização e pavimentação.

Neste momento, a dinâmica do remanejamento – retiradas de famílias, está sendo realizada na segunda fase, com previsão de mais de 750 famílias para negociação de suas benfeitorias e aceitação de acordo. Vale sinalizar que “muitos” desses imóveis são de madeiras e palafitas, tendo baixo valor imobiliário de indenização, por ser área da Universidade Federal do Estado Pará, logo área pública.

Podemos falar ainda sobre a construção do espaço urbano que é caracterizado pela força de trabalho, sua produção e reprodução, sendo contraditório e dialético. Demonstrando a desigualdades sociais e a forma de aglomeração de casas em cima do rio, na oportunidade de moradia. Por este motivo, a necessidade de entender, pesquisar e compreender sobre a dinâmica de política de habitação e a realidade desse território, devido à demora para conclusão de obra. Percebe-se que ao caminhar da obra pública, gera um desconforto para ambas partes, moradores x Estado, devido ao processo de desapropriação, com a demora de execução, o espaço é retomado pela população, voltando a ocupar áreas já remanejadas, gerando novos conflitos, além de passar por diversos governos. Entende-se, que isso também prejudica a finalização do processo de remanejamento e reassentamento, pelas divisões operacionais de trabalho técnico e pastas de governo.

Desta forma, fica o questionamento, quantos anos mais necessitará? Qual o interesse público em desenvolver a obra pública, que de alguma forma, minimizaria a questão de alagamentos em diversos bairros, fora a mobilidade, a questão de infraestrutura e o ambiental, em relação ao igarapé Tucunduba e “braços” da baía.

1 Assistente Social, formada em 2011, pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Especialista em atendimento a criança e adolescente vítimas de violência doméstica – PUC/RJ e Políticas Públicas e Cultura de Direitos – UFRJ. Foi Técnica Social pela DIMAC-SEDOP. Atuando na Faculdade Santa Marcelina – SP.

2 Assistente Social, formada em 2017, pela Universidade Paulista – UNIP/PA. Foi Técnica Social pela DIMAC-SEDOP. Atuando na SEMAD-PA.

3 Concluinte Bacharel em Serviço Social, agora em 2019, pela Universidade Paulista – UNIP/PA. Foi estagiária - DIMAC-SEDOP.

A comunidade do Tucunduba é que uma comunidade existente mais de 30 anos na cidade de Belém. Seus moradores são emigrantes das ilhas próximas a Belém que vieram para comercialização de produtos agrícolas à beira do rio, tornando-se uma comunidade sem condições de habitabilidade e rede auxiliar de água e esgoto. Ao passar dos anos, o agente transformador (estado) implementou o projeto junto à política de habitação para a melhoria da comunidade em saneamento básico e infraestrutura.

A bacia do Tucunduba está localizada ao sudoeste da cidade de Belém, afluente do rio Guamá e sendo o igarapé do Tucunduba considerado o principal igarapé da bacia, atingindo áreas e bairros: Universitário, Terra Firme (Montese), Guamá, Canudos e Marco.

Salienta-se que as construções de moradia são caracterizadas pela tipologia das palafitas em cima do igarapé, sem saneamento básico e infraestrutura. Devido ao levantamento socioeconômico e os pareceres realizados pelos profissionais de Serviço Social foram identificados moradores que possuem embarcações sendo objeto importante para análise em razão de seu trabalho de subsistência, como a pesca e fretes de pessoas para ilhas que ficam próximo da comunidade e visando a feira livre do bairro.

O resumo traz a discussão da construção do espaço, para conceder à moradia mais digna e confortável a classe desfavorável e excluída pelo sistema econômico, ressaltando o porquê desse agente social morar em área alagadas e insalubres. Além de debater e relatar fatos dessa comunidade que é alvo de melhorias e valorização imobiliária da área, na qual está presente.

Na análise, observa-se que foram retiradas aproximadamente 500 famílias, seguindo a proposta de negociação, alguns aderiram Unidade Habitacional e outros Indenizações, sendo que, quem aderiu a Unidade Habitacional, não tem resposta de quando receberá sua casa de volta, devido o programa de inclusão e de garantia de direitos está amarrado ao Programa de Aceleração – PAC. Também não podendo ser migrado para o Programa Minha Casa, Minha Vida, por ter condicionalidade e ainda necessitaria uma autorização de estudo, via financiamentos dos programas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Conforme Rodrigues (1996), a urbanização é um processo excludente, devidos às contradições do sistema capitalista no espaço-ambiente intraurbano, como ele chama o espaço que está em construção. Dizendo que essas contradições da relação capital e trabalho resultam na desigualdade, segregação, exclusão e conflitos sociais, discutindo ainda as características para o processo de urbanização relacionado às condições da vida dos trabalhadores.

A Secretaria de Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano – SEDOP, é responsável pela administração e gerência de execução da obra, referente ao Projeto Integrado da Bacia do Igarapé do Tucunduba. Fazendo frente de obra e negociação da segunda fase prevista de 2016 a 2019 para conclusão. Sabemos que toda essa dinâmica tem a ver com a política pública e de Estado (governo), que implica execução e direcionamentos futuros. Como teve problemas no pagamento de auxílio moradia, tendo atraso de mais de 60 dias e sem contar que as unidades habitacionais propostas para entrega a essas famílias, estão com as obras paradas há tempos e sem previsão.

Conforme Rolnik (2011, não paginado) “Ninguém decide morar numa favela porque quer. A favela é o que mercado imobiliário disponibiliza para quem tem pouca renda, em geral em áreas que o mercado formal não pode ou não quer ocupar”.

Por exemplo, neste ano de 2019, com a troca de governo, a segunda fase da obra não está sendo concluída, devido os fatores de novas adaptações de novos integrantes para implementação e o entendimento sobre o trabalho técnico operacional, que fica de responsabilidade via Secretaria de Estado – para atender essas famílias e negociar as benfeitorias do remanejamento. Sendo composta por uma equipe de Serviço Social para desenvolver as atividades de forma acolhedora, mediar conflitos e negociar com o território, tudo que envolve a obra pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho social na área de construção de novas moradias se dá pelo olhar da dinâmica do remanejamento que deverá considerar tanto as peculiaridades do espaço quanto à realidade social dos moradores. E é aí que reside a importância da atuação do serviço social e o entendimento das diversas variáveis que permeiam esta dinâmica.

Ainda, se pode afirmar que a cada mudança de Governo, o processo sofre mudança, inclusive, de sua velocidade. No início de cada novo Governo, as obras ficam estáticas devido às várias substituições do corpo gerencial e do corpo técnico, prejudicando, portanto, o trabalho social que estava em andamento (é o fenômeno da descontinuidade das ações). O que parecia integrado, profissionais e comunidade, resulta na desordem novamente. E até os novos profissionais se socializarem com todos os procedimentos são mais anos de trabalho e espera da população pelo seu direito. Desta forma, a população fica sem posicionamento e mais apreensiva com a demora da entrega das unidades habitacionais. Essas situações geram, em sua maioria, uma gama de incertezas e descréditos.

O sucesso do projeto relaciona-se, também, ao dinamismo do remanejamento que está paralisado devido à distratação de contrato com a empresa responsável pela construção das obras para seu término.

A comunidade fica à mercê da situação para resolução da questão, no qual envolver o poder público e políticos para retomadas das construções. Os moradores que sofrerão pela falta de competências aos órgãos responsáveis. Resultando na insatisfação pela demora da entrega de suas casas e o tormento de morar de aluguel por tempo indeterminado. Impactando na vida pessoal, social, econômica e política de cada um.

Diante de tudo exposto, considera-se que a política de habitação discute uma sociedade mais justa e igualitária em relação ao direito à moradia, ao saneamento básico, transporte e ambiental e que objetiva a melhoria do espaço físico dessas pessoas. Fazendo sua inclusão social na sociedade para melhor desenvolvimento e crescimento dessa população.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, E. B. **Aventura Urbana:** urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. UFPA/NAEA, 1996.

ROLNIK, R. É possível na política urbana contra a exclusão? **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, v. 23, n. 72, nov., 2002.

EIXO TEMÁTICO III

HABITAÇÃO E PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS



A SUBJETIVIDADE DO HABITAR: ESTUDO DO SENTIDO DE LAR NO PROJETO TABOQUINHA

*Nayra Gomes Souza Ampuero¹
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão²*

INTRODUÇÃO

Na elaboração de projetos de arquitetura, é essencial conhecer a relação do ser humano com o ambiente construído para oferecer qualidade de vida espacial a quem usa o espaço. Em se tratando de habitação social, compreender valores objetivos e subjetivos do habitar, em processos de remanejamento/reassentamento habitacional, torna-se de grande importância para o atendimento das necessidades dos usuários, por meio de projetos arquitetônicos elaborados de forma satisfatória na nova residência.

Em estudos realizados pelo Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano (LEDH), da Universidade Federal do Pará, resultados de pesquisa constataram existência de dificuldades de adaptação habitacional à nova unidade habitacional, pelos moradores, em projetos habitacionais oferecidos pelo poder público, como é o caso do Projeto Taboquinha.

O Projeto Taboquinha, área que passa por um intenso processo de adaptação habitacional, foi objeto de pesquisa de dissertação de mestrado finalizada em 2018, buscou-se investigar com maior destaque a subjetividade do habitar, aliada à objetividade do habitar, adotando-se o conceito lar, para discussão no campo do projeto de arquitetura e habitação social. A subjetividade refere-se as referências espaciais relacionadas a conexões emocionais, vínculo, identidade, enquanto a objetividade refere-se as necessidades físicas do usuário, refletidas no espaço adequado para uso.

Com isso, questionou-se: em que medida o sentido de lar está presente na produção de habitação social para o morador em situação de remanejamento/reassentamento habitacional? Evidências mostraram a presença do sentido de lar através das adaptações/modificações realizadas pelos moradores nas unidades habitacionais no reassentamento. Dessa forma, a pesquisa objetivou discutir o sentido de lar em situações de remanejamento/reassentamento habitacional na Amazônia, contextualizando o olhar do morador e verificando em que medida há relevância dos valores subjetivos para os mesmos em relação às habitações produzidas pela equipe técnica do projeto.

¹ Arquiteta, Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. E-mail: nayampuero@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3231153164806809>

² Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: klaudiaufpa@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9009878908080486>

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória do tipo qualitativa com abordagem multimétodos, em uma área de ocupação informal que passa por processo de remanejamento/reassentamento habitacional denominada Projeto Taboquinha, localizado na Comunidade Cubatão, um assentamento precário. A investigação referiu-se às unidades habitacionais (térreas e sobrados) do Projeto Taboquinha, que teve a previsão de urbanização e remanejamento/reassentamento de várias famílias.

A pesquisa abordou o sentido de lar na produção de habitação social. Como técnicas aplicadas, utilizou-se o Formulário de Adaptação Habitacional (Instrumento elaborado pela equipe do Projeto “O PAC Urbanização de Assentamento Precários em Cidades Amazônicas”, constando diversas perguntas), Consulta não verbal sobre a Temporalidade do Habitar (PERDIGÃO, 2006), que consta perguntas sobre experiências do habitar, Mapeamento Visual (THORNE, 1995), constando plantas baixas de ambientes, para avaliar pontos positivos e negativos, além de registros gráficos e fotográficos, aplicados com seis moradores do Projeto Taboquinha.

DISCUSSÕES

Para análise e discussão da pesquisa, é necessário compreender o sentido de lar. Camargo (2010), cita que a casa tem o significado semelhante ao de lar e que não se trata apenas de espaço físico, ela atende necessidades emocionais, onde hábitos são formados e acompanham o ser humano. A autora reitera que cada canto, móvel de uma edificação, existe relação, significado com quem habita. Apoiando-se em Camargo (2010), Norbergh-Schulz (2007), cita que o sentido de lar se trata de habitar o espaço físico, compõe a personalidade do morador, um conceito que se refere ao vínculo emocional do ser humano com a casa.

Sawaia (1995), explicita que cidade, prédio, porta, representam modelos de subjetividade, enquanto portadores de histórias, desejos, entre outros, e que os espaços construídos formam discursos e manipulam impulsos cognitivos e afetivos próprios. Camargo (2010) complementa que a casa apoia o morador emocionalmente, incorporada à materialidade que o abriga.

Além disso, o processo de pesquisa requer conhecimento sólido e base crítica para não mecanizar, devendo considerar as sensações fisiológicas e psicológicas dos usuários, para harmonia entre anseios de uma comunidade e qualidades do local (BARROS; PINA, 2010).

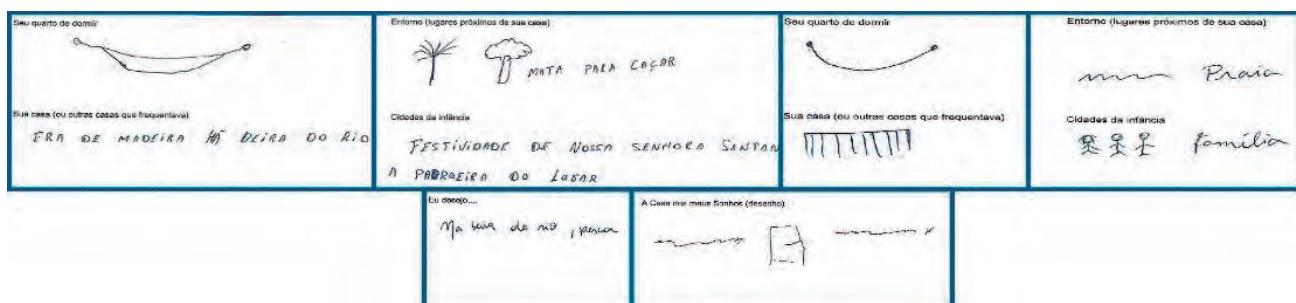
Baseado na fundamentação do sentido de lar e na pesquisa, os resultados dos procedimentos metodológicos adotados foram sintetizados e são apresentados a seguir, pelo Quadro 1, referente ao Formulário de Adaptação Habitacional, na Figura 2, com respostas da Consulta não verbal sobre a Temporalidade do Habitar, juntamente com a Figura 3 com exemplo de casas modificadas e a Figura 4, com o Mapeamento Visual.

Quadro 1 – Respostas dos moradores quanto às casas

Morador	Casa anterior	Casa atual	Sente falta de algo
1	“Cozinha, tinha espaço, era grande”	“Melhorou, porque tem saneamento”	“Mais espaço para fazer minhas coisas”
2	“Era fria, confortável”	“Deixo assim, gosto mais da rua, gostava da outra que era na beira do igarapé”	“De uma área aberta, da beira do rio, gostava”
3	“Gostava de tudo, casa não tinha muitos cômodos, mas pátio e cozinha grandes”	“Gosto também, melhorou, aumentei o espaço”	“Não sinto falta, porque estou modificando”
4	“Gostava, tinha um bar”	“Área do bar, que pude construir também”	“Não, porque fiz meu bar, aumentei a cozinha”
5	“Família reunida”	“Silêncio”	“Espaço para criança brincar. Casa maior”
6	“Era linda, toda em madeira”	“Não gosto, não me agrada”	“Tudo, amava minha casa anterior”

Fonte: Ampuero, 2018.

Figura 2 – Respostas dos moradores quanto às casas



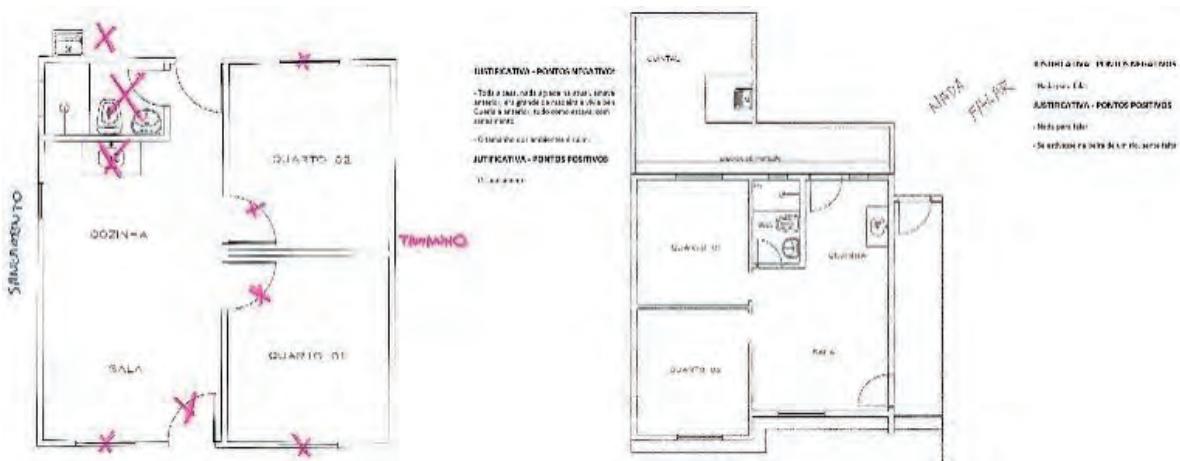
Fonte: Ampuero, 2018.

Figura 3 – Habitações modificadas



Fonte: Ampuero, 2018.

Figura 4 – Formulários de Mapeamento Visual



Fonte: Ampuero, 2018.

Com isto, através do entendimento da subjetividade do habitar e dos resultados das técnicas adotadas, evidenciou-se a presença do sentido de lar, nas respostas dos moradores, relacionadas a aspectos imateriais (Quadro 1 – “gosto mais da rua”, “da beira do rio”, “família reunida”, “amava minha casa anterior”, etc.), nas modificações, demonstrando tentativas de identificação com a casa anterior (Quadro 1 – “não sinto falta, porque estou modificando”, “fiz meu bar”, figura 3), na confirmação da existência de uma relação, que fica na memória, lembranças que não são aspectos físicos (figura 1) e na avaliação negativa da edificação do Projeto Taboquinha, por conta de costumes, valores que foram rompidos (figura 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados das técnicas aplicadas, o sentido de lar se mostra pelos moradores, nas adaptações realizadas como uma tentativa de resgatar relações e referências que foram rompidas, diminuindo vínculos quebrados, e que a relação com a habitação está presente em evidências de manutenção de costumes, demonstrando a relevância dos valores subjetivos e não atendimento às necessidades não-físicas do morador. Dessa forma, observa-se a relação de elementos físicos e o espaço construído.

O sentido de lar se mostrou importante ao morador pertencente do Projeto Taboquinha, influência na edificação que habita, trazendo relações positivas, quando observados valores afetivos, hábitos, sensações. Portanto, ressalta-se a importância de estudos dos aspectos físicos e não físicos à atividade projetual, tendo a arquitetura um papel importante para oferecer mais qualidade ao usuário final, com projetos arquitetônicos mais coerentes com o modo de vida dos mesmos, especialmente naqueles voltados à produção de habitação social. Constata-se que a habitação não se refere a apenas um espaço construído, existe um olhar para além da dimensão física, que merece ser estudado e avaliado, na obtenção de uma melhor qualidade de projetos da habitação social, em processos remanejamento/reassentamento, mais adequados à Amazônia e ao modo de vida do usuário final.

Palavras-chave: Habitação; projeto arquitetônico; sentido de lar; Amazônia.

REFERÊNCIAS

- AMPUERO, N. G. S. **A subjetividade do habitar através do sentido de lar na produção de habitação social:** O caso Taboquinha, Belém, PA. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- BARROS, R. R. M. P.; PINA, S. A. M. G. Uma abordagem de inspiração humanizadora para o projeto de habitação coletiva mais sustentável. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 121-135, jul/set. 2010.
- CAMARGO, E. N. **Casa, doce lar:** O habitar doméstico percebido e vivenciado. São Paulo. Editora: Annablume, 2010.
- NORBERGH-SCHULZ, C. A arquitetura como espaço existencial. In: MONTANER, J. M. **Arquitetura e Crítica.** Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2007.
- PERDIGÃO, A. K. A. V. **A dimensão afetiva da arquitetura de espaços habitacionais.** 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.
- SAWAIA, B. B. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995.
- THORNE, R. Using Visual Methods to Focus User's Response in Predesign and Post-occupancy Research. In: BAIRD, G. et al. (Ed.). **Building Evaluation Techniques.** New York: McGraw-Hill, 1995. p. 123-128.

PROPOSTA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PELO TIPO PALAFITA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA: BARCARENA-PA

Danielli de Araújo Felisbino¹
Ana Klaudia de Almeida Vianna Perdigão²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma experimentação projetual de Unidade Básica de Saúde desenvolvida no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Trata-se da elaboração de uma proposta Arquitetônica de UBS para uma Comunidade ribeirinha da cidade de Barcarena/PA a partir de análise das estratégias adotadas pelo ministério Público através do Programa Requalificação de Unidade Básica de Saúde.

Atualmente, com a grande demanda de projetos de Unidade Básica de Saúde, devido ao incentivo do ministério da Saúde, o Programa de Requalificação de Unidade de Saúde permitiu estabelecer recursos financeiros para reforma, ampliação e construção de UBSs através das: Portaria nº 339, de 4 março de 2013: redefine o componente de ampliação do programa de requalificação de unidade básica saúde (UBS); Portaria nº 340, de 4 de março de 2013: redefine o componente de construção do programa de requalificação de Unidade Básica de Saúde (UBS); e Portaria nº 341, de 4 de março de 2013: redefine o componente de reforma do programa de requalificação de Unidade Básica de Saúde (UBS).

As cidades ribeirinhas da região Amazônica ainda sofrem com a carência de serviço de saúde. A assistência à saúde está situada nas áreas urbanas dos municípios, com ações realizadas por Equipe de Saúde da Família que nem sempre conseguem atender a demanda das comunidades.

A criação da Estratégia Saúde da Família veio para promover a qualidade de vida da população, mas ainda há muito que se fazer junto de políticas públicas na área da saúde, principalmente quando se trata da Região amazônica, discutindo, por exemplo, a criação de Unidades Básica de Saúde em comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido, considerando a particularidade da região Amazônica e o acesso limitado aos serviços de saúde devido às limitações geográficas com florestas, rios, igarapés e furos de navegação estreitos, além de fatores climáticos como os períodos de chuvas, exigem uma atenção por parte do Ministério Público para essas áreas.

Neste sentido o foco do trabalho está na operacionalização do processo de concepção e de desenvolvimento de uma proposta arquitetônica Unidade Básica de Saúde de qualidade, atendendo de modo humanizado as necessidades dos usuários ribeirinhos considerando a realidade local.

1 Arquiteta e Urbanista, Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa A1-CNPq da Universidade Federal do Pará - UFPA.
E-mail: d.felisbinoarq@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1432149668857860>

2 Arquiteta e Urbanista, Doutora em Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: klaudiaperdigão@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/90098789080486>

METODOLOGIA

O trabalho integra uma discussão mais abrangente sobre tipologias ribeirinhas para a arquitetura institucional de saúde. Sustenta a discussão sobre os projetos propostos pelo poder público e a realidade local, uma vez que o padrão da UBS não atende o modo de vida ribeirinho.

Trata-se de uma proposta arquitetônica de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para cidade de Barcarena-PA, localizada na região do Furo do Nazário na Ilha das Onças. É parte integrante do projeto de extensão a ser desenvolvido pela equipe do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano. O projeto arquitetônico é resultado se deu através de visitas técnicas a Unidade Básica de Saúde no Furo do Nazário e reuniões com a equipe de profissionais da área da saúde que atuam na Unidade de Saúde da Família Furo do Nazário (Médicos, enfermeiro e agentes de saúde).

A metodologia utilizada buscou principalmente explicitar o processo de elaboração da proposta arquitetônica para Unidade Básica de Saúde através análise dos modelos propostos pela Portaria nº 340, de 4 de março de 2013, visita e reunião à Unidade de Saúde da Família Furo do Nazário, caracterização da local, visita e reunião com a equipe da Unidade de Saúde do Furo do Nazário.

DISCUSSÕES

Ainda há uma resistência por parte dos profissionais de arquitetura e do poder público de reconhecer aspectos espaciais e culturais tão peculiares no modo de vida ribeirinho e consideram como solução mais viável a erradicação do sistema construtivo em palafita, tão recorrente na Amazônia, especialmente quando se trata da produção habitacional que impõe um padrão espacial que não condiz com a realidade Amazônica e leva a falta de adaptação do morador remanejado. Observa-se que o atendimento da demanda habitacional em assentamentos precários incorpora o discurso de melhoria de qualidade de vida para população, mas tais intervenções atendem prioritariamente melhorias no sistema de infraestrutura e de qualidade ambiental, deixando em segundo plano as soluções arquitetônicas que atendam a região amazônica. A discussão suscita a uma reflexão sobre a importância dos valores espaciais tanto na produção do espaço habitacional quanto na área da Saúde.

Desta forma, a proposta de UBS pelo *tipo palafita* (MENEZES; PERDIGÃO; PRATSCHKE, 2015) buscou a aproximação entre o conhecimento vernáculo, vindo de análises de construções em palafita, e o conhecimento formal de profissionais da arquitetura no intuito de propor soluções adequadas e atender de modo humanizado as necessidades dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso aos serviços de saúde em regiões ribeirinhas ainda é escasso e as limitações geográficas, ainda representam um obstáculo para o acesso a esses serviços e à melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos. Nesse aspecto, o desenvolvimento de estudos no ambiente amazônico, exige suporte adicional em relação aos desenvolvidos em zonas urbanas. Dessa maneira, este trabalho buscou mostrar que a possibilidade de repensar projetos arquitetônicos de UBS para região Ribeirinha Amazônica atendendo as necessidades locais.

No âmbito científico, é evidente a existência de poucas pesquisas referentes à proposta de Unidades Básica de Saúde para Região Ribeirinha. Sendo assim, a sistemática desses dados colabora para criação de bases projetuais que podem ser utilizadas ao longo do exercício profissional contribuindo para um novo modo de pensar o processo de projeto, levando em consideração as referências espaciais locais da produção do ambiente construído amazônico.

Neste sentido, entender a produção do espaço no interior de uma cultura ribeirinha, requer um olhar mais sensível, o reconhecimento e interpretação dos aspectos e das diversidades existentes, afim de propor soluções menos impositivas e mais humanizadas, possibilitando o equilíbrio entre requisitos de espaço físico e requisitos humanos, como mecanismo que assegura uma produção arquitetônica com qualidade reconhecida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 340, de 4 de março de 2013.** Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0341_04_03_2013.html> Acesso em: 7 jan. 2018.

MENEZES, T. M.; PERDIGÃO, A. K. de A. V.; PRATSCHKE, A. O tipo palafita amazônico: ontribuições ao processo de projeto de arquitetura. **Oculum Ensaios**, v. 12, n. 2, p. 237-254, 2015.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE PROJETOS RESIDENCIAIS DO ARQ. MILTON MONTE NO CONTEXTO AMAZÔNICO: ENTRE ARQUITETURA ERUDITA E NÃO ERUDITA

Leonice Farias de Oliveira¹
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão²

INTRODUÇÃO

Diante do cenário atual de produção arquitetônica na América Latina, especialmente na Amazônia, faz-se necessário discutir a obra de arquitetos que tenham um olhar voltado para as demandas da região, difundindo uma metodologia projetual que visa o fortalecimento de valores locais pela construção de uma forma pertinente, através de uma arquitetura autêntica, fundamentada em aspectos intrínsecos e específicos do lugar (MAHFUZ, 2003). Assim, torna-se importante apresentar a produção arquitetônica de Milton Monte não apenas pela sua relevância, mas como um nativo que se tornou um dos mais importantes arquitetos da Região Amazônica.

Arquiteto e professor, Milton José Pinheiro Monte (1928-2012) atuou profissionalmente por mais de 40 anos na cidade de Belém (PA), dedicando-se à consolidação de um modelo de arquitetura comprometido com a realidade amazônica. Consideram-se que as principais referências da arquitetura vernácula em sua obra sejam primeiramente a habitação indígena (PERDIGÃO, 1997) e em segundo o Barracão (PERDIGÃO, OLIVEIRA, 2018), presente em sua cidade natal (Xapuri, Acre, Amazônia, Brasil).

Objetiva-se analisar os elementos não eruditos presentes em sua obra que expressam compromisso aos problemas locais solucionados pela adoção de um vocabulário próprio pautado na região amazônica como forma de resgatar o pensamento pessoal e profissional do arquiteto e elaborar esquemas ilustrativos que possam disseminar uma prática arquitetônica pertinente à região amazônica como subsídio ao projeto de arquitetura, através da associação entre arquitetura erudita e não erudita.

METODOLOGIA

A metodologia adotada busca levantar e discutir os fundamentos sobre o projeto de arquitetura por meio da análise de elementos arquitetônicos na obra de Milton Monte, considerando como estão relacionados com as referências da arquitetura não erudita que o acompanharam durante sua vida pessoal e profissional. A pesquisa refere-se às residências projetadas pelo Arquiteto na Ilha do Mosqueiro (Belém, PA) e para tanto, a Residência Onda Amarela (1965) e a Residência Kalume (1988) foram selecionadas para análise.

1 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará e ex bolsista de Iniciação Científica pelo Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano. E-mail: leonice.fo@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4344343219079788>

2 Professora associada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará e Coordenadora do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano. E-mail: klaudiaufpa@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9009878908080486>

Para sistematizar a relação de suas obras com as principais influências não eruditas, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas com clientes, familiares e amigos. Para a análise dessas edificações foi produzido um material gráfico pela equipe do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano (LEDH), através do levantamento físico e fotográfico das residências. A sistematização do material gráfico e bibliográfico serviu como base para a elaboração de esquemas ilustrativos que oportunizam a interpretação da relação entre elementos da arquitetura erudita e da arquitetura não erudita na obra de Monte, sendo o Barracão e a habitação indígena consideradas as duas principais referências não eruditas em sua obra.

Foram incorporadas interpretações sobre os elementos da arquitetura de Monte através da análise de categorias já associados por Perdigão (1997) às referências da habitação indígena Waiãpi e posteriormente associadas às referências do Barracão. As categorias são: a distribuição dos espaços, a cobertura, o beiral, as aberturas, a elevação do piso ao nível do solo e a apropriação de espaços pelos usuários.

DISCUSSÕES

A obra de Monte firma-se como uma arquitetura produzida na Amazônia que se adequa ao ambiente pela compreensão do homem amazônico e da natureza, manifestada por um pensamento bioclimático (SEGAWA, 2005).

O lugar onde Monte nasceu e passou sua infância (Seringal de Vila Nova, Xapuri AC), torna-se um local de relevante contribuição para o seu repertório de projeto. A cidade teve sua fundação ligada com a formação das vilas de seringalistas durante o século XIX, tendo sua arquitetura marcada por influências de povos nativos e de migrantes que vieram para a Amazônia trabalhar durante o Ciclo da Borracha, apresentando edificações marcantes como o Barracão (COSTA; AMORIM, 2007). O Barracão era o nome dado ao tipo de edificação atribuída à residência do seringalista, sendo o centro social e econômico do seringal que além de abrigo, também servia de armazém e depósito de mercadorias extraídas da floresta pelos seringueiros, como a castanha e a borracha (CHEROBIM, 1983).

Outra grande influência em sua obra foi à habitação indígena, revelada em sua monografia (MONTE, 1987), onde Monte faz um registro contando que em 1976, nos jardins do Comando Aéreo Regional, foi construída uma habitação indígena típica da etnia Waiãpi. De sua parte foi dada atenção especial aos aspectos construtivos da habitação, principalmente à cobertura e os beirais ogivais.

Na análise das residências percebe-se que as soluções de projetos voltadas ao conforto e adequação ambiental ao clima são destaques em muitas categorias e elementos da edificação, e as decisões de projeto estão diretamente relacionadas com as referências não eruditas:

a) As aberturas são marcantes, permitindo maior ventilação pelo uso de brises e venezianas de madeira fixas nos fechamentos, provocando a sensação de contato maior com o espaço externo como se não houvessem paredes ou divisórias, tal qual assemelhasse a habitação indígena;

b) O beiral quebrado é um elemento que se destaca nas duas residências. Sua forma curvada e alongada protege a residência contra as intempéries, tal qual a casa indígena e o Barracão fazem com seu beiral curvo e o beiral simples, respectivamente;

c) A elevação do piso cumpre dois objetivos presentes no barracão e na habitação indígena: melhorar captação da ventilação natural e a proteção à umidade do solo;

d) O espaço interno da Residência Onda Amarela e da Residência Kalume apresentam-se sem divisórias entre a sala a cozinha, proporcionando uma maior integração entre os ambientes. Apesar disso, o espaço de maior permanência nas duas residências é a varanda, localizada na parte exterior e que apresenta grande destaque na fachada principal através do beiral frontal, o beiral quebra sol/quebra chuva (PERDIGÃO, 1994). O espaço interno, dessa forma, é utilizado especialmente para descanso, o que lembra muito a habitação indígena que tinha essa mesma função, além de também abrigar o espaço das refeições;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados permitem a discussão de fundamentos do projeto de arquitetura pela incorporação do vocabulário ribeirinho e da arquitetura do barracão na produção de arquitetura na Amazônia. A análise da obra de Milton Monte conduz ao aprofundamento acerca de seus valores profissionais e pessoais, evidenciando uma arquitetura comprometida com os valores culturais locais, além da influência do lugar que o acompanhou ao longo de sua trajetória profissional, como a arquitetura encontrada nos Seringais e nas margens dos rios. A constatação de referências projetuais apoiadas na arquitetura não erudita fortalece a pertinência das soluções para problemas espaciais na Região Amazônica, o que avigora a ideia de que arquitetos podem considerar as referências da cultura da região em seu processo projetual.

O material produzido deixa claro como a arquitetura erudita pode se apropriar de soluções socialmente produzidas, fazendo-nos questionar sobre alternativas viáveis para produção de arquitetura na Amazônia, especialmente se tratando de produção de habitação social onde os aspectos culturais dos moradores devem ser considerados na elaboração do projeto de arquitetura.

A associação de ideias entre arquitetura erudita e não erudita baseada em elementos físico-espaciais recorrentes demonstra a pertinência de uma produção arquitetônica comprometida com o lugar. A distribuição dos espaços, a cobertura, o beiral, as aberturas, a elevação do piso ao nível do solo e a apropriação de espaços pelos usuários são aspectos a serem incorporados ao vocabulário arquitetônico na prática da profissão, uma síntese da contribuição de Monte ao conhecimento formal da arquitetura na Região Amazônica.

REFERÊNCIAS

CHEROBIM, Mauro. Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. **Perspectivas**, São Paulo, n. 6, p. 102-107, 1983. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108221/ISSN1984-0241-1983-6-101-107.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 jul. 2019.

COSTA, Ana L. R. M. F; AMORIM, Luiz M. E. Acre, história e arquitetura: tradição vernácula e moderna num ambiente de floresta. **Arquitextos**, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.083/257>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MAHFUZ, E. C. Reflexões sobre a construção da forma pertinente. In: LARA, Fernando; MARQUES, Sonia (org.). **Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto.** Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica, 2003

MONTE, José Milton Pinheiro. **Estudos e contribuições sobre modelos de projetos e edificações na Amazônia Equatorial.** 1987. 61f. Monografia (Especialização em Arquitetura nos Trópicos).

PERDIGAO, A. K. A. V; OLIVEIRA, L. F. Milton Monte e sua Arquitetura do Barracão: nálise da residênci Onda Amarela, Ilha do Mosqueiro (PA). In: SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA NA AMAZÔNIA. BELÉM, 3., 2018. **Anais...** Belém: SAMA, 2018.

PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. **Beiral quebra-sol/quebra-chuva: um estudo comparativo da resposta térmica no ambiente construído em zonas equatoriais úmidas,** 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. **Princípios bioclimáticos consolidados num modelo de arquitetura em Belém (PA).** In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 1., 1997. **Anais...** Canela, RS, 1997. p. 197-202

SEGAWA, Hugo. Tropicalismo o bárbarie. In: SEGAWA, Hugo. **Arquitectura latinoamericana contemporánea.** Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 2005. cap. 4, p. 83-99.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PMCMV NO PARÁ

Aline Tarcila de Oliveira Lima¹

Walkiria Maria Sousa da Silva²

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui parte de uma pesquisa realizada durante o processo de graduação em Serviço Social, com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Política de Habitação no Estado do Pará: programas habitacionais e o desafio de sua implementação”, elaborado na perspectiva de discutir a política de habitação no Estado do Pará, particularmente os contratos implementados mediante programas habitacionais federais no período de 2008 a 2015. Nesse sentido, objetiva realizar uma análise em relação ao processo de produção do espaço na Amazônia e refletir sobre a produção habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Estado do Pará. Assim, toma-se por referência autores clássicos que estudam e discutem a questão da habitação, entre os quais cabe mencionar: Lefebvre (2001); Harvey (2005); Castro (2009); Holanda (2012); Cardoso (2013); Santana (2018).

METODOLOGIA

O instrumental teórico-metodológico da pesquisa foi norteado pelo método do materialismo histórico e dialético. Nesse sentido, a abordagem da pesquisa se desdobra em pesquisa qualitativa e quantitativa, privilegiando a revisão da literatura, por meio de referenciais teóricos, com centralidade na política habitacional e nos desdobramentos e implicações da habitação na Amazônia. A pesquisa documental foi baseada no documento “Contratos Habitacionais no período de 2008 a 2015” desenvolvido pelo Ministério das Cidades, e nos dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Pará – PEHIS/PA.

DISCUSSÕES

O desafio posto nessa discussão encontra-se em pensar a produção do espaço para além da questão do território, pois a formação do espaço está estreitamente ligada à formação socioeconômica da região amazônica, e apreendê-la requer o resgate na perspectiva histórica dos processos oriundos de sua formação, tendo em vista que o uso e ocupação do território é consequência de um processo

1 Assistente Social na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. E-mail: alinetarcila@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7870300003412696>.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: kiria_maria@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7784033621833164>.³ O debate sobre a questão habitacional na Amazônia, são referenciadas por outros autores em âmbito local e nacional, mas considerando o limite deste trabalho não foram todos contemplados.

histórico e social resultante do desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, a origem da urbanização da sociedade capitalista está permeada pela complexidade de uma organização social, a qual só foi possível a partir da divisão social do trabalho, percebida por meio da ruptura entre a cidade e o campo, dando origem a sociedade de classes, onde a participação no processo de produção, distribuição e apropriação da riqueza se deram de maneira diferenciada entre os homens, concretizando a última condição necessária e indispensável à formação da cidade (LEFEBVRE, 2001, p.146).

Chattopadhyay (2018) identifica desafios para a gestão urbana brasileira, sendo necessário registrar o grande crescimento das regiões metropolitanas, sendo um fenômeno característico do século XXI, o qual intensifica o interesse em âmbito internacional sobre políticas públicas. De acordo com a autora é um “desafio a construção de cidades inclusivas, no sentido socioeconômico, de forma que permaneçam como centros de inovação e não venham a se tornar centros de conflito” (CHATTOPADHYAY, 2018, p. 15).

Para Harvey (2005), a tendência à aglomeração em grandes centros urbanos pode se reduzir ou se ampliar por intermédio de condições especiais. Aglomerar a produção possibilita minimizar os custos de circulação e o tempo de giro da mercadoria, é o que o autor chama de “anular o espaço pelo tempo”, são esforços para a acumulação de capital.

Nesse sentido, historicamente, o Pará e a Amazônia, tiveram períodos de transformação e ocupação intensificados principalmente a partir dos anos de 1960, desenvolvidos pelo Estado, por meio de grandes intervenções que objetivavam integrar a região amazônica à dinâmica econômica do país. Com isso, foram implementados serviços de infraestrutura para atender grandes projetos instalados na Amazônia, em que “as intervenções do governo militar alavancaram o processo de ocupação e urbanização na região amazônica e no Estado do Pará, atraiendo grupos sociais e econômicos com interesses diversos e por vezes conflitantes” (HOLANDA, 2011, p. 82, 83).

Castro (2009) argumenta que o processo de produção do espaço na Amazônia pressupõe o entendimento de que a produção do espaço não se encerra em si mesma, uma vez que é condição, meio e produto da sociedade, sendo que o espaço existe fora do indivíduo, é produto, mas também se imbrica na produção da sociedade e abrange não apenas as relações de produção, como também as dimensões política, cultural etc. Logo, sua produção possui dimensão de totalidade.

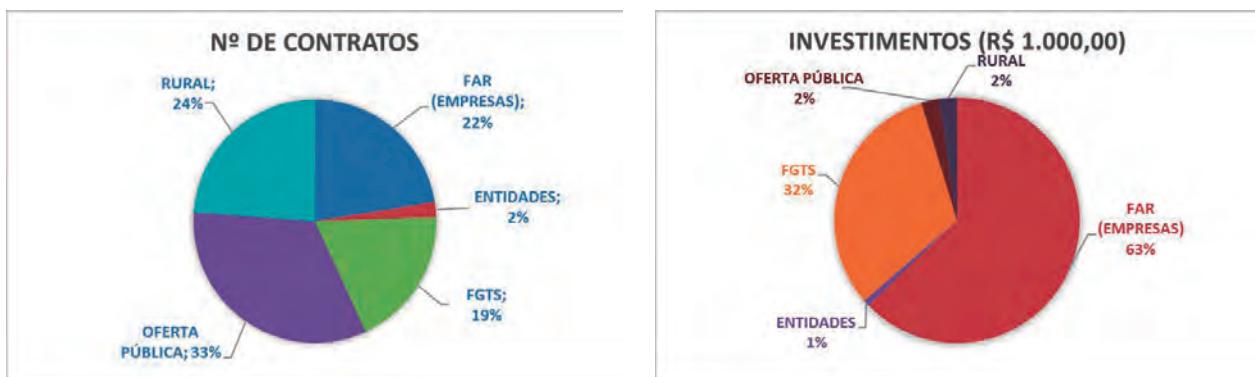
A análise sobre as políticas habitacionais no Brasil deve ser pensada a partir das condições sócio históricas de formação do território, assim como a diversidade territorial e as diferenças regionais inerentes a cada região do país. Considerando esses fatores pensar a questão habitacional no Brasil, requer uma compreensão sobre as políticas direcionadas a provisão habitacional, em que, historicamente, a maioria da população de menor renda não tem acesso via mercado formal, o que leva essa população a “produzir sua própria moradia em lugares inadequados, com alta carência de infraestrutura e sem orientação técnica” (SANTANA, 2018, p. 93).

Diante desse contexto o Governo Federal, desenvolveu programas habitacionais no Estado Pará, no período de 2008 a 2015³, em parceria com diferentes agentes da iniciativa pública e privada.

3 Nesse período foram implementados projetos nos Municípios paraenses por meio dos Programas: ProMoradia, Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), Projeto Prioritário de Investimentos (PPI-PAC), Habitação de Interesse Social (HIS), Programa Crédito Solidário (PCS), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

A pesquisa realizada sobre a produção habitacional no Pará, demonstrou que dos programas habitacionais federais implementados no Estado no período de 2008 a 2015, os contratos firmados entre o governo federal em parceria com o governo estadual, municipal e sociedade civil, dispõem como principal linha de ação a Produção ou Aquisição de Moradias, a qual representa 94,26% de todos os contratos, deste percentual, 86,85% direciona-se ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas modalidades, dentre elas a modalidade Oferta Pública teve maior incidência, com aproximadamente 33% das contratações, seguida da modalidade Rural, com 24% das contratações. Em relação aos investimentos o Programa soma mais de 7 milhões, com destaque para as modalidades FAR e FGTS, que representam 95% do total dos investimentos (Gráfico 1 e 2).

Gráfico 1 e 2: Número de contratos do PMCMV no Pará no período de 2008 a 2015 | Investimentos operacionalizados pelo PMCMV no Pará



Fonte: Elaboração das autoras com base no Documento desenvolvido pelo Ministério das Cidades: Contratos no Estado do Pará - Habitação - janeiro de 2008 a agosto de 2015.

Pode-se inferir que há certas disparidades referente à dinâmica das contratações realizadas no Estado para provisão habitacional, uma vez que as ações e investimentos são direcionadas quase que exclusivamente para o PMCMV. Isso demonstra que ao executar obras para o provimento de novas moradias, os recursos resultantes desses contratos são distribuídos de forma heterogênea entre os municípios, porém, sem incluir as diversidades das necessidades habitacionais nos diferentes municípios.

Cardoso (2013) identifica que em sua maioria, os programas desenvolvidos pelas políticas urbanas não consideram as propostas do Plano Nacional de Habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida é um caso bem específico de tal desarticulação com a Política Urbana, especialmente por se tratar de um programa anticíclico para enfrentar a crise econômica e por buscar combater o déficit através de números, no qual o fracasso e o sucesso do programa é definido por meio de unidades habitacionais construídas, garantindo privilégios ao setor privado como núcleo central para o desenvolvimento da política. Destaca-se que deve ser envolvido outros fatores, como especialmente, a articulação entre os programas com as políticas urbanas e sociais.

(PSH), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas modalidades (FAREmpresas, Entidades, FGTS, PAR, Oferta Pública e Rural). Ressalta-se que para este trabalho a discussão será direcionada somente ao PMCMV.

É válido ressaltar que autores como Costa (2016), Holanda e Santana (2012), Sakatauskas (2015), Santana (2012) e Ribeiro (2012), vem realizando um esforço de apresentar estudos que identificam o grave problema da carência da habitação no Estado do Pará, demonstrando que a necessidade habitacional nos municípios paraenses não será respondida apenas pela provisão de novas habitações, mas pelo atendimento da carência de infraestrutura urbana. É consenso entre as autoras a fundamental relevância de se incorporar na política urbana, especificamente na habitacional, a aproximação entre a realidade vivida pelos sujeitos e o planejamento urbano, considerando as diversidades regionais e as particularidades dos municípios paraenses, no intuito de garantir o direito à cidade e a função social da cidade e da propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da habitação na Região Amazônica apresenta-se de forma singular nesse processo, posto que o capital avança na produção do espaço, que no âmbito do modo capitalista de produção, a mercadoria habitação faz parte da dinâmica de acumulação do capital. Nesse contexto, para apreender os determinantes que fazem parte do processo de produção do espaço na região Amazônica, faz-se necessário buscar uma relação dialética entre o uso e ocupação do território, em que a formação do espaço possui uma estreita relação com as questões sociais e econômicas decorrentes do processo de urbanização.

Por isso, cabe pensar a região Amazônica, especialmente o Pará, a partir de suas particularidades, de uso e ocupação do espaço, a qual possui características diferenciadas das demais regiões brasileiras, tais como o próprio processo histórico de ocupação, a densidade demográfica, os baixos índices socioeconômicos, além da especificidade cultural nos modos de viver e morar encontrados na Amazônia. Em que essas especificidades se apresentam como um desafio às políticas públicas pensadas e desenvolvidas no Estado, pois tem sido uma tarefa árdua incluir as demandas inerentes ao modo de vida das populações que habitam a região.

Palavras-chave: Produção do espaço; habitação; pequenas cidades; PMCMV.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: IPPUR/Letra Capital, 2013.

CASTRO, E. Integração Sul-Americano do IIRSA – Visão do Estado e dos atores da PanAmazônia. In. ALMEIDA, A.W.B. CARVALHO, G. **O plano IIRSA:** na visão da sociedade civil PanAmazônica. Belém: Actionaid, 2009.

CHATTOPADHYAY; Rupak. Construindo Políticas Urbanas Nacionais: desafios e abordagens. In: **Discutindo a política urbana no Brasil** – registros do Seminário Internacional sobre Política Urbana: 15 anos de Estatuto da Cidade e o Brasil na Nova Agenda Urbana (Habitat III) / Organizadores: Marco Aurélio Costa, Carlos Vinícius da Silva Pinto e Cesar Bruno Favarão. - Rio de Janeiro: IPEA: INCT, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites.** 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTANA, Joana Valente. **Habitação e Serviço Social:** dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Editora Papel Social, 2018.

EIXO TEMÁTICO IV

PLANEJAMENTO URBANO, HABITAÇÃO E CIDADES COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS



AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA MORADIA SOB A ÓTICA DOS SUJEITOS NO CONJUNTO HABITACIONAL JADER BARBALHO, ANANINDEUA-PA

Daniellen Costa¹

Lília Cavalcante²

INTRODUÇÃO

A representação social da moradia, de acordo com Villa e Ornstein (2013) perpassa pelas relações do cotidiano construídas com o ambiente e pode ser percebida tanto nos elementos que denotam a manutenção da moradia (despesas, espaço, organização e limpezas), nas funções espaciais (sala e lazer, por exemplo), como também nas questões referentes a qualidade das relações naquele ambiente (aconchego, harmonia e relações de vizinhança).

Neste processo a noção de conforto aparece como polissêmica, envolvendo todos esses elementos, e assume aspecto central em pesquisas de satisfação habitacional, uma vez que abrange a dimensão de bem-estar e associa-se à privacidade, a segurança e a identidade no uso do espaço.

A avaliação e o monitoramento, são elementos fundamentais ao planejamento estatal, pois refletem a eficácia e o tipo de impacto que as ações podem gerar nos sujeitos. Mensurar a avaliação dos sujeitos sobre questões intangíveis é um processo complexo e delicado, no entanto, a inserção destes nos processos de avaliação configura-se em uma ação de fundamental importância, considerando que participar implica na construção de pontes para a interlocução (FURTADO, 2012).

Os espaços de habitação informal, embora sejam estruturados a partir do repertório e das representações sociais dos próprios sujeitos, também são marcados pela ausência de saneamento, equipamentos públicos comunitários e, principalmente pela precariedade estrutural das moradias (BONDUKI, 2008; CORRÊA, 1993 e RUBIN, 2013), não obstante, essa discussão levou a formulação de políticas e ações do poder público no sentido de atender ou atenuar essas demandas. Neste sentido, as chamadas Habitações de Interesse Social, inserem-se na agenda governamental a partir de programas destinados a subsidiar a população de baixa renda, onde se concentra a maior parte do déficit habitacional no Brasil (BORGES, 2013; HOLANDA, 2011; SANTANA, HOLANDA e MOURA, 2012; MOREIRA e LEME, 2011).

Como exemplo dessas intervenções, alguns programas e projetos de desenvolvimento são implementados e, a depender das características do projeto e das condições do ambiente, uma

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará, Mestra em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará. E-mail: costadanielen@gmail.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3158414542223235>

² Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Mestre em Serviço Social e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, com Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: liliaccavalcante@gmail.com

consequência imediata dessas intervenções poderá ser o remanejamento da população local e seu reassentamento em habitações construídas para este fim. Um grande entrave presente na realidade dessas famílias e retratada na literatura tem sido a forma como a concepção dos projetos de habitação por parte dos planejadores tem contrastado, em muitos aspectos, com as expectativas e representações dos moradores que deverão ocupar esses espaços (ARAÚJO; COSTA, 2013, CERNEA, 1993, DENALDI, 2009, ROCHA, 2009 e ROLNIK; NAKANO, 2009).

Desta forma, a maneira como os sujeitos lidam com as variações características dos espaços tanto física quanto relationalmente diferentes pode sofrer influência de diversos fatores e, consequentemente, implicar na forma como o processo de adaptação habitacional acontecerá - se com maior ou menor nível de satisfação pelo morador (FAUSTINO et al., 2008; FELIPPE, 2010; MALARD, 2006; MALARD et al., 2002).

Diante do exposto, o presente estudo buscou investigar os principais aspectos inerentes às alterações nos contextos físicos e socioeconômicos entre o pré e o pós-remanejamento e sua relação com os níveis de satisfação de moradores que foram remanejados de suas habitações para unidades de um conjunto habitacional no Município de Ananindeua, Estado do Pará.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, de caráter descritivo e correlacional, realizado no Conjunto Habitacional Jader Barbalho – CHJB, situado na área do Jaderlândia, em Ananindeua-PA. Entre as 330 unidades habitacionais visitadas, responderam ao Questionário de Adaptação Habitacional o quantitativo de 102 moradores, entre os quais foi selecionada uma amostra válida de 34 moradores para inclusão no presente trabalho. A escolha dos participantes obedeceu aos critérios: idade a partir de 18 anos, histórico de remanejamento e algum grau de responsabilidade sobre os demais membros da família.

A realização da pesquisa contou com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, posteriormente, a aplicação do Questionário de Adaptação Habitacional, originalmente denominado de Avaliação Pós Ocupação (APO), dividido em quatro eixos: I- Sociodemográfico; II- Antes e Depois: comparativo entre a casa atual e a anterior; III- Situação atual; IV- Avaliação e perspectivas.

Os dados contidos no Questionário de Adaptação Habitacional foram organizados em planilhas no programa SPSS20, o que permitiu apresentar os principais resultados em estatística descritiva, destacando-se, através da realização do Teste G, do tipo não paramétrico, as frequências e os percentuais de características pessoais e contextuais referentes aos participantes e a forma como essas variáveis estão relacionadas ao seu nível de satisfação (positiva ou negativa) no período pós-remanejamento habitacional. Considerando-se que o p-valor com coeficiente a 1% ou 5% indica associação estatisticamente significante entre variáveis.

DISCUSSÕES

Os dados indicaram uma amostra constituída, em maioria, por participantes do gênero feminino (94,1%), com de idade de 38,65 anos. Em geral, os participantes se dividiram entre os que possuíam escolaridade equivalente ao nível fundamental incompleto (50%) e ensino médio incompleto (23,5%).

Os dados sobre o pagamento das taxas de serviços sugerem que, após o remanejamento, houve um aumento considerável nos gastos familiares em relação às taxas dos serviços de energia elétrica e água. Destaca-se que o pagamento do IPTU, que não se mostrava presente nos orçamentos domésticos na casa anterior, após a mudança residencial, passou a fazer parte dos gastos familiares de quase todos os participantes.

Os resultados do Teste G permitiram identificar associação estatisticamente significativa entre chefia familiar na moradia atual e a avaliação após o remanejamento (Teste $G= 16,72$; $p= 0,001$; $Sig.=1\%$), indicando que a condição de estar mais ou menos satisfeito irá depender de quem exerce a chefia na casa atual, se o homem ou a mulher. A variável composição da renda atual também apresentou associação significativa com o desfecho estudado (Teste $G=17,44$; $p= 0,008$; $Sig.= 1\%$), demonstrando as fontes de recursos financeiros atuais como influentes na avaliação após a mudança residencial.

Os dados apurados a partir da avaliação feita pelos participantes de um conjunto de características da moradia atual e do seu entorno sugerem a existência de associação significativa entre a avaliação positiva ou negativa pós-remanejamento e as seguintes variáveis: privacidade na casa (Teste $G=4,07$; $p=0,044$; $Sig.=5\%$), instalação hidráulica (Teste $G= 3,89$; $p= 0,048$; $Sig.= 5\%$), relações de vizinhança (Teste $G= 5,90$; $p= 0,015$; $Sig.= 5\%$) e pretensão à mudança residencial (Teste $G= 12,35$; $p= 0,006$; $Sig.= 1\%$). Isto significa dizer que a satisfação dos moradores no pós-remanejamento dependeu dessas condições físicas e contextuais da moradia atual.

De um modo geral, a definição quanto aos índices de satisfação permitiu verificar maior quantidade de avaliações positivas para aspectos referentes à moradia atual e de avaliações negativas para aspectos relacionados ao seu ambiente exterior, tais como os equipamentos coletivos de lazer, mobiliários urbanos e, principalmente os serviços públicos de saúde, segurança e educação, uma vez que essa oferta se mostrava bastante precária no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo permitiu verificar a existência de associações significativas com a avaliação pós-remanejamento entre variáveis ligadas aos aspectos físicos da nova moradia e às interações estabelecidas entre membros do grupo familiar, tais como: chefia familiar, componentes da renda, privacidade, instalação hidráulica, relações de vizinhança, tempo gasto na companhia do cônjuge, dos filhos e no local de trabalho. Em suma, acredita-se que a investigação quanto a satisfação dos moradores representa, por um lado, um grande desafio, uma vez que gera a necessidade de sistematizar dados provenientes de representações e carregados de subjetividades que revelam as percepções dos sujeitos, e por outro lado, um importante passo na garantia da eficácia que as ações implementadas por projetos de remanejamento/ reassentamento podem gerar nos sujeitos. Desta forma, acredita-se que estudos com estas características contribuem para pensar sobre a formulação das políticas públicas de grande repercussão, como é o caso da política habitacional brasileira, valorizando a percepção de quem teve a vida modificada por ela.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. B.; COSTA, E. D. **Remanejamento urbano e habitação no município de Ananindeua-Pará:** o pós-ocupação das famílias residentes no Conjunto Jader Barbalho. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2013.
- BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq. Urb – Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 1, 2008.
- BORGES, V. F. Reflexões sobre a política pública de habitação: do banco nacional de habitação ao Programa habitacional Minha casa, Minha vida. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 40, n.2, 2013.
- CERNEA, M. M. El Reasentamiento Involuntario: la investigación social, la política y la planificación. **Revista de Sociología Aplicada**, v. 13, n. 21, 1993.
- CORREA, R. L. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **Geosul**, v. 8, n. 15, p. 13-18, 1993.
- DENALDI, R. Assentamentos Precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção. In: BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso à distância:** planos locais de habitação de interesse social. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, p. 107-131, 2009.
- FAUSTINO, Fabrício Gonçalves et al. Design de Interiores em Habitações Populares: estudo de caso em habitações do Conjunto Mangabeira VII. **Tecnologia & Desenvolvimento Sustentável**, n. 3, p. 133-147, 2008.
- FELLIPE, M. L. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010.
- FURTADO, J. P. Avaliação participativa. In: OTERO, M. R. (Org.). **Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil:** temas atuais. São Paulo: Editora Peirópolis, p. 21-41, 2012.
- HOLANDA, A. C. G. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010):** avanços e limites. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2011.
- MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura.** Editora UFMG, 2006.
- MALARD, M. L. et al. Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica. In: ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Ed.). **Coletânea HABITARE ANTAC.** São Paulo, 2002. v. 1., p. 243-267.

MOREIRA, C. F.; LEME, A. A. Direito à moradia: políticas públicas nos governos FHC e Lula. **Horizonte Científico**, v. 5, n. 1, 2011.

ROCHA, Humberto José da. Carta aos atingidos: as negociações na bacia do rio Uruguai. **Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política**, 2009.

ROLNIK, R.; Nakano, K. As armadilhas do pacote habitacional. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 5, n. 3, 2009.

RUBIN, G. **O Problema Habitacional na América Latina: Exemplos do Brasil e Chile**. Geo Uerj, v. 1, n. 24, p. 125-144, 2013.

SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (Orgs.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém-Pará: EdUfpa., 2012.

VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. (Org.) **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos. 2013.

PROBLEMAS AMBIENTAIS E URBANOS: RESULTADO DO DESCASO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO OCORRIDAS NO BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS

Elizângela Suely Bastos Cearense¹

Roselene de Souza Portela²

INTRODUÇÃO

A presente comunicação científica visa contextualizar a realidade no bairro de Águas Lindas, tendo como objeto de análise problemas ambientais e urbanos e os resultados do descaso nas políticas públicas de habitação ocorridas no bairro citado.

No bairro de Águas Lindas, houveram várias mudanças ambientais que trouxeram danos não só à natureza mais, também aos moradores. Localizada demograficamente entre Belém e Ananindeua, capital e região metropolitana de Belém do Pará, esse sofre com o descaso público causados por ambas as prefeituras. Há em Águas Lindas aproximadamente dez ocupações consideradas espontâneas que foram ocupadas por pessoas que vieram do interior do Estado e também de outras capitais para trabalhar, mas a falta de alternativas por moradias populares e de lotes urbanos à preços acessíveis, fez com que esses trabalhadores adentrassem aos lugares arborizados para morarem, e isso gerou danos ao meio ambiente.

De acordo com as autoras Silva e Travassos (2008), a institucionalização da questão ambiental urbana ocorrida no Brasil, apresentou reflexos negativos às cidades. Assim sendo, esses reflexos podem ser observados nos municípios de Ananindeua e Belém e, principalmente nos locais de ocupação espontânea no bairro de Águas Lindas, onde grandes prejuízos são gerados ao meio ambiente e às pessoas das seguintes ocupações: “Olga Benário”, “Nova Vida”, “Nova Jerusalém” e “Môara”. Em todo o bairro, somente nos espaços em que foram construídos os conjuntos Júlia Seffer e Verdejantes pode-se observar que há infraestrutura, saneamento, energia legalizada, água encanada, serviço de esgoto, coleta de lixo regular e outros ,um exemplo disso é, a ocupação “Parque Ani” que também foi ocupada por pessoas que não tinham moradias mas que, por estar localizado aos arredores do conjunto Júlia Seffer, esse pôde ser melhor estruturado para talvez não passar uma imagem negativa ao conjunto, e por isso, o próprio se beneficia, com as mesmas políticas públicas dirigidas do conjunto.

Nesse bairro não são realizados os serviços da Companhia de Saneamento. Os moradores cavam poços em seus quintais, e usam a água para manter-se, todavia, em sua maioria são contaminadas pelo solo, através de impurezas advindas dos lençóis freáticos contaminados pelo aterro sanitário que, por muitos anos recebeu os resíduos sólidos advindos de Belém. Segundo os dados de pesquisa do

1 Graduanda de Serviço Social, UFPA. Voluntária de extensão no Projeto Capacitação em Atenção à Saúde do Adolescente - CASA. E-mail: edeney23@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7445686160036479>

2 Assistente Social, Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA- UFPA. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPA e da Faculdade de Serviço Social/ UFPA. E-mail: Roselene@ufpa.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6438556520914699>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2017, a taxa de mortalidade infantil média em Belém é de 13,55 para 1000 nascidos vivos, as internações devido às diarreias são de 3 para cada 1000 habitantes, ficando nas posições 92 de 144 a 83 de 144 respectivamente.

METODOLOGIA

O Método utilizado neste trabalho baseia-se na teoria Crítica e Social, pois os problemas ambientais e urbanos causados pela não execução das políticas públicas de saneamento básico e infraestrutura no bairro de Águas Lindas são expressados pela classe dominante representada pelo Estado. O que se percebe é que esse plano faz parte da lógica do mercado imobiliário pois, o Estado não garante o direito de morar aos moradores dessas ocupações, mas para o mercado imobiliário ele garante tais políticas, pois como foi visto durante a leitura do trabalho, o conjunto Julia Seffer e Verdejantes foram beneficiados com políticas de saneamento.

Outro fator que contribui para a inexistência dessas políticas é o clientelismo praticado pelos políticos tanto de Belém como os de Ananindeua, pois a não garantia de direitos urbanos, garante suas candidaturas. Sendo assim o que se espera é, que os moradores das ocupações espontâneas no bairro de Águas Lindas, tenham seus direitos à moradia garantidos, para que exerçam sua cidadania.

DISCUSSÕES

Acerca dos problemas ambientais urbanos, as raízes dessas problemáticas são reconhecidas desde 1997, mas somente na década de 1990 o tema ganhou visibilidade impulsionados por fóruns internacionais promovidos pelas Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que teve como principal produto a Agenda 21 e em 2000 a conferência do Milênio ao qual ambas discutiam propostas para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Segundo Silva e Travassos (2008), As agendas 21 e agenda habitat, contribuíram para a elaboração da agenda 21 brasileira ao eixo temático de cidades sustentáveis, ao qual essa teria como objetivo, a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos urbanos, onde uma das propostas do documento a serem formulados seriam a de introduzir a dimensão ambiental nas políticas urbanas.

Branco (1997) concorda com o desenvolvimento sustentável, pois ele é válido no ponto de vista econômico. Ele aconselha aos países e regiões a se planejarem e realizarem os levantamentos de todas as suas necessidades, ou seja, sem desgastes obedecendo a sua capacidade e velocidade de renovação ou reciclagem natural. Sendo esse princípio de grande importância preventiva com relação a manutenção de nossos recursos e da qualidade do meio ambiente, ele afirma que o planejamento necessário para um desenvolvimento sustentável, não é de responsabilidade apenas do território nacional, mas de um planejamento mundial. Onde ficou entendido que todos os territórios do mundo devem cuidar de seus recursos naturais pois, para que a exportação desses não causem a degradação ambiental, e que esses recursos sejam preservados para a reprodução e o desenvolvimento das futuras gerações.

Segundo Silva e Travassos (2008), há a ausência sistemática do poder público na provisão de políticas habitacionais, há uma boa parcela expressiva da população de baixa renda que residem em periferias urbanas, onde para Podeleski (2009) essa ausência se perpetua desde 1850, quando só tinha o direito a terra quem pudesse pagar por ela, contudo Piana (2009) afirma que o ocorrido tem por causa

o modo pelo o qual o governo atual vem restringindo os direitos sociais a moradia, desenvolvendo uma política social habitacional seletiva restrita a uma parcela da sociedade, aqueles considerados os mais necessitados. Portanto, caracteriza-se como algo perverso, onde essa ausência em relação a demanda da população de baixa renda e coaduna perfeitamente aos interesses do empreendedor popular cujo produto, o lote popular incorpora o menor investimento possível, tornando-se acessível a essa fatia da população.

Assim sendo, algumas famílias ainda se encontram sem moradia, embora que no país haja o programa do governo federal denominado “Minha Casa, Minha Vida” não tem sido fácil conseguir moradia pois, além das restrições existentes, os políticos usam essa política para fomentar as práticas do clientelismo.

Silva e Travassos (2008), lembram que a falta de alternativa de moradia popular e de lotes urbanos a preços acessíveis forçou a população mais pobre a ocupar ilegalmente lugares impróprios para os assentamentos. Ao lado dessas questões observa-se um rápido crescimento populacional, onde não há muita água doce disponível e ao qual a disposição de resíduos sólidos e efluentes domésticos em curso d’água apresenta um papel predominante na contaminação de água superficiais e subterrâneas tornando-se indisponíveis ao abastecimento público, e que a carência de infraestrutura, saneamento, ausência de abastecimento de água, coleta de esgoto é uma das principais responsáveis pela proliferação de doenças graves, seja através do consumo de água não tratada ou pelo contato físico com águas poluídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando as problemáticas ambientais apresentadas no bairro de Águas Lindas e as considerações dos autores, as causas dos problemas ambientais e urbanos são do poder público que não garante as políticas públicas habitacionais aos cidadãos de direitos, ao qual impede os trabalhadores de exercerem sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Samuel Muegel. **O Meio Ambiente em Debate**. 26. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica)

PIANNA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro:** natureza e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 21-56.

PODELESKE, Onete da Silva. **Lei da Terra de 1850. Revista Santa Catarina em História**, v.1, n. 2, p.47-58, 2009.

SILVA, Lucia Souza; TRAVASSOS, Luciana, “Problemas ambientais urbanos: Desafios para a elaboração de políticas integradas”. **Cadernos metrópole**, São Paulo, n. 19, 2008. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>>. Acesso em 15 jul. 2019.

TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM CIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas¹

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste trabalho constituem parte dos resultados da pesquisa de doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC, que tem como objetivo caracterizar a precariedade habitacional em cidades ribeirinhas na Amazônia. Para estudo de caso adotou-se as cidades de Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, localizadas na região do Baixo Tocantins.

A necessidade de incorporar as diversidades regionais, municipais e urbanas como dados para a formulação de políticas públicas voltadas para a habitação na Amazônia justifica a escolha desta produção. Neste sentido para o melhor conhecimento das características e especificidades dos assentamentos precários, este trabalho apresenta uma definição de tipologias de ocupação dos assentamentos precários com os seguintes objetivos: a) melhor entendimento das características intrínsecas à formação dos assentamentos precários considerando as cidades estudadas; b) sistematizar o processo de caracterização da precariedade habitacional considerando as cidades estudadas; c) servir de base para a comparação das informações colhidas na vistoria de campo com os dados produzidos em nível nacional; d) este esforço constitui um instrumento fundamental para o planejamento e indicação de ações para as cidades envolvidas neste estudo.

METODOLOGIA

A abordagem teórico-metodológica da investigação está fundamentada no método dialético da teoria social de Marx, e partir de análise bibliográfica, documental e pesquisa de campo, este trabalho apresenta uma sistematização e espacialização dos dados coletados e identificados, com vista a realizar um panorama da precariedade habitacional urbana nos municípios de Cametá, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru², culminando com a proposição de tipologias de ocupação dos assentamentos precários.

Para este estudo adotou-se as “cidades sedes”³ de Cametá, Oeiras e Limoeiro do Ajuru na região do Baixo Tocantins, como objeto de estudo de caso pois estas cidades possuem uma vasta área destinada a expansão urbana, que é constituída de bairros periféricos e ocupações irregulares ou ainda loteamentos que apresentam precárias condições de moradia, infraestrutura e de serviços básicos.

1 Doutora em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. E-mail: gibangoim.gisa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6215803584690795>.

2 Para este estudo adotou-se as Cidade sede de Cametá, Oeiras e Limoeiro do Ajuru na região do Baixo Tocantins. Cardoso e Lima (2006), em um esforço de caracterização espacial e urbanística de tipologias na Região do Baixo Tocantins identificaram: cidade sede de município e vila ribeirinha.

3 Cardoso e Lima (2006), em um esforço de caracterização espacial e urbanística de tipologias na Região do Baixo Tocantins identificaram: cidade sede de município e vila ribeirinha.

Para caracterizar as particularidades da precariedade em cidades na Amazônia tomamos como referência o padrão de organização do espaço⁴ rio-várzea-floresta proposto por Gonçalves (2001), onde o elemento de grande diferenciação é o rio. A seleção das regiões representativas do padrão de ocupação territorial a partir dos rios deu-se pelo fato deste padrão ser mais antigo, e está associado à natureza extrativista das atividades econômicas praticadas na Amazônia.

A definição das tipologias de ocupação foi realizada a partir da análise dos dados coletados, tanto a partir de dados secundários quanto de observações diretas no campo, com o auxílio do registro fotográfico. As vistorias no campo tiveram como objetivo entender a dinâmica urbana e qualificar informações, reconhecendo problemas de apropriação de espaços e identificando a localização e as condições atuais dos assentamentos precários nas cidades ribeirinhas escolhidas para o estudo de caso. Com os dados levantados nesta pesquisa, busca-se construir um debate teórico-metodológico e a sistematização de elementos empíricos sobre e a partir da área de estudo para a identificação das especificidades da precariedade habitacional e para revelar diversidades que deem subsídios à proposição de políticas urbanas com enfoques menos generalizantes.

DISCUSSÕES

Como principais referências teóricas utilizou-se as obras produzidas por autores que discutem as seguintes temáticas: a) *Questão urbana e habitacional*: Engels (1988); b) *Debate sobre a precariedade habitacional no Brasil e na Amazônia*: Denaldi (2010, 2013) Santana (2012); Holanda e Santana (2012); Pasternak (2016); c) *Construção histórica, social e espacial do urbano na Amazônia*: Cardoso (2006; 2012), Rodrigues (1996) Trindade Jr. (1998).

Com esta base teórica, pretende-se uma interpretação sobre os processos de formação socioespaciais das cidades na Amazônia a partir do modelo de acumulação do capital e sobre os temas que de alguma maneira tangenciam a precariedade habitacional nas cidades ribeirinhas amazônicas, visto que a produção acadêmica é muito restrita. Isso nos remete ao desafio de trazer ao debate a precariedade urbana e habitacional na Amazônia dialogando com a literatura construída sobre o tema, mas também valorizando as questões que lhes são particulares.

Sobre as condições específicas do baixo Tocantins, onde estão as cidades de Cametá, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru, ressaltam-se os seguintes aspectos: a presença da natureza, com importância econômica e cultural; ordenamento territorial de arranjo dendrítico; a condição de jusante, que define um histórico precursor no povoamento da região; o “modelo de urbanização tradicional” com formas urbanas e aspectos ribeirinhos; população com vínculos culturais ao modo de vida local; a coesão político-territorial e a fraca perspectiva de fragmentação do território (TRINDADE Jr.; SILVA; AMARAL, 2008).

A partir da leitura do tecido urbano, constatou-se que a precariedade habitacional e urbana nas cidades estudadas é bastante expressiva. O trabalho de campo ofereceu as bases para a caracterização das áreas consideradas precárias, especialmente aquelas não identificadas pelos dados oficiais, o que permitiu a proposição das tipologias de ocupação dessas áreas.

Foi possível identificar as seguintes tipologias:

4 Gonçalves (2001) identifica dois padrões de organização do espaço na região amazônica, os quais são contraditórios entre si: padrão rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra-firme-subsolo.

- a. **Tipo 1:** ocupação em áreas úmidas com acessos por estivas;
- b. **Tipo 2:** ocupação em áreas alagáveis/baixadas com acessos aterrados;
- c. **Tipo 3:** ocupação em áreas de terra firme nas proximidades de estradas;
- d. **Tipo 4:** conjunto habitacional degradado.

As tipologias encontradas revelam que a precariedade habitacional nestas cidades é bastante heterogênea, em algumas mostra-se exacerbada expressando-se no município como um todo, como é o caso de Limoeiro do Ajuru e Oeiras. O esgotamento sanitário aparece como o principal problema nos três municípios estudados.

Porém, apesar de apresentarem problemas que são característicos dos assentamentos precários no Brasil como um todo, as cidades guardam características ribeirinhas específicas da Amazônia, que resiste, mesmo diante das transformações ocorridas na região nas últimas décadas.

Importa afirmar que a política habitacional para as cidades amazônicas deve ser pensada e criada de forma articulada com outras políticas, principalmente com a de meio ambiente, a qual deve levar em consideração a disponibilidade do solo para habitação em áreas alagáveis, de modo a considerar a construção de moradias adequadas a essa realidade (SAKATAUSKAS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre habitação precária na Amazônia ribeirinha suscita questões que devem passar por diferentes escalas de análise, desde o local, passando pela estruturação do território e pela escala global, de modo que se trata de uma discussão completa e instigante. O panorama do problema da habitação e/ou da produção de moradias precárias tem a ver com a questão urbana e habitacional que se trata de um problema estrutural vinculado às contradições do modo capitalista de produção e que se manifesta com suas especificidades.

Torna-se urgente a necessidade de incorporar as diversidades regionais, municipais e urbanas como dados para formulação de políticas públicas, estas ações devem reconhecer a diversidade de situações que ocorrem no território, assinalando o conjunto apropriado de ações, onde as cidades de regiões estagnadas e de baixa acumulação de riqueza, não devem ser pensadas e dirigidas da mesma maneira que as cidades grandes, por exemplo.

Importa afirmar, que a política habitacional para essas cidades amazônicas deve ser pensada e criada de modo articulado com outras políticas, principalmente com a do meio ambiente, as quais devem levar em consideração a disponibilidade do solo para habitação em áreas alagáveis, de modo a considerar a construção de moradias adequadas a essa realidade. As políticas brasileiras de provisão de condições de urbanização e de desenvolvimento econômico “apresentam padrões uniformes de intervenções, dialogando pouco com as especificidades regionais, como por exemplo, da Amazônia, com sua ocupação pouco adensada e seu meio ambiente peculiar” (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 109).

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. O que custa uma moradia (In) sustentável? In: SANTANA, Joana; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012. p. 133-150.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Tipologias e Padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte Cardoso. **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: Ed. UFPA, 2006. p. 55-96.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: DENALDI, Rosana (org.). **Planejamento habitacional**: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013. p. 97-125.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipologias de intervenção. In: BRASIL. Ministério das Cidades. **Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários**. Brasília. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança de Cidades, 2010. p. 93-128.

ENGELS, Friedrich. **A Questão da Habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Antrophos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP & A, 1969.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes; SANTANA, Joana Valente. Avanços e limites da Nova Política Nacional de Habitação: reflexões sobre a descentralização a partir do caso do Estado do Pará. In: SANTANA, Joana; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012. p. 183-98.

PASTERNACK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, 2016.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jereon. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Novos Estudos CEBRAP**, n. 89, mar. 2011.

RODRIGUES, Edimilson Brito. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém.** Belém: NAEA/UFPA/FCAP, 1996.

SANTANA, Joana Valente. Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade. In: SANTANA, Joana; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 2012. p. 77-96.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. Dinâmicas territoriais na Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., Rio de Janeiro. **A cidade, o urbano, o humano.** Rio de Janeiro: SHCU, 2018.

TRINDADE JR, Saint- Clair; AMARAL, M. D. B; SILVA, M. A. P da; da. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TAVARES, M. G da. C; TRINDADE JUNIOR, S. C da. (Org). **Cidades ribeirinhas na Amazônia:** mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008, p. 27-47.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ABAETEOARA I E II

Dayane Janine Castilho Viana¹

Lidiane Pereira Monteiro²

INTRODUÇÃO

Moradia digna é um direito essencial previsto na Constituição Federal de 1988 no seu artigo VI: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [grifos nossos], o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. A luta por moradia é uma batalha antiga que é travada por movimentos sociais, na área da habitação temos um exemplo da efetivação dessa ação com uma participação popular ativa, dando origem a deliberações na 1ª Conferência Nacional, onde foi estruturada a Política Nacional de Habitação (PNH), tendo como principais componentes a integração urbana de assentamentos precários, a urbanização, a regularização fundiária e a inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2004).

Em 2009, por meio do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, na ação/modalidade: apoio a melhoria de condições de habitabilidade de assentamentos precários e financiados pelo Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social – FN HIS deram-se início aos Projetos Habitacionais Abaeteoara I e II no município de Abaetetuba no estado do Pará.

Nesta cidade, a Política de Habitação é gerida pelo Setor Habitacional que está ligado à Secretaria de Assistência devido à ausência de um órgão institucional próprio e também pela inexistência do Conselho de Habitação que corrobore para que as condições estruturais e de capacidades técnicas e administrativas das gestões que passaram ao longo do tempo de construção dos Conjuntos Abaeteoara I e II atuarem de forma bastante diminuta no gerenciamento dos programas habitacionais, diante do enfrentamento crônico do déficit habitacional.

Assim, analisou-se a implementação da política de habitação em Abaetetuba, em particular a Política Nacional de Habitação de Interesse Social - PNHIS, destacando os entraves para sua efetivação, para tanto pesquisamos os Conjuntos Habitacionais Abaeteoara I e II que foram os primeiros empreendimentos habitacionais do município que, embora tenham sido pioneiros neste contexto, ainda não foram entregues aos usuários cadastrados devido à decorrência de inúmeras ocupações irregulares seguidas de depredações e várias reprogramações contratuais de obras.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará/UFPA. – Campus de Abaetetuba - E-mail: dayanecastilho_15@outlook.com

² Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará/UFPA. – Campus de Abaetetuba - E-mail: lidi_anemonteiro@hotmail.com

O empreendimento em destaque tem como objetivo:

- Reduzir o déficit habitacional do Município;
- Promover a regularização fundiária dos Conjuntos Abaeteoara I e II;
- Dotar a administração pública de meios para promover a produção de moradia e lotes urbanizados com vista a atender a demanda habitacional do município.

Este assunto precisa ser compreendido e debatido, visto que são famílias com o alto grau de vulnerabilidade social, muitas residem em casas alugadas, cedidas ou em situação de coabitacão, consequentemente aprofundando o déficit habitacional local, evidenciando os impactos negativos para as famílias de baixa renda.

Diante deste quadro, realizou-se uma pesquisa cujo objetivo central foi avaliar o processo de implantação da Política Nacional de Habitação- PNH no Município de Abaetetuba por meio do estudo de caso dos Empreendimentos Abaeteoara I e II, teve como ações específicas e interligadas entre si, a saber: 1-Investigar por que as unidades habitacionais foram construídas e não foram entregues; 2-Conhecer os proponentes do Empreendimento; 3- Analisar quem são os entes envolvidos da PNH; 4- Identificar quais impactos negativos que foram causados no cotidiano das famílias tendo em vista a demora na entrega das residências.

METODOLOGIA

Para compreender o rico campo empírico a cerca desta problemática foram realizadas revisões bibliográficas em livros e artigos científicos sobre a dificuldade de aquisição habitacional no Brasil e consultas nos documentos elaborados no transcorrer do Estágio Supervisionado em Serviço Social, como por exemplo, os diários de campo, reconhecimento institucional e os relatórios finais de estágio, buscando descrever o processo de estágio e as experiências vivenciadas a partir dele e refletir sobre aspectos teórico-práticos.

Diante de tais reflexões optou-se pela pesquisa qualitativa, sendo desenvolvidas pesquisas de caráter exploratório e descritivo, o que segundo Gil (2011, p. 27) “são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral [...] acerca do determinado fato”. Buscando alcançar o objetivo geral da pesquisa, onde serão feitas análises documentais que darão subsídios para a construção de um instrumental, além da coleta de dados quantitativos também serão realizadas entrevistas semiestruturadas da qual será coletado o percentual de 30% da amostra total da pesquisa, referenciada a uma parte da população a ser beneficiária dos Empreendimentos Abaeteoara I e II, visto também a importância da pesquisa de caráter qualitativo serão feitas entrevistas com os entes envolvidos na implantação e na execução do referido empreendimento visando compreender e analisar as informações coletadas a fim de identificar quais os entraves na conclusão e entrega das unidades habitacionais recorrentes ao longo desses nove anos de espera.

DISCUSSÕES

Durante o atendimento aos proponentes foi notório que os usuários desse programa não têm perspectiva de solução habitacional, considerando que, parte destes, estão há mais de nove anos esperando uma unidade habitacional.

Por meio da aplicação de questionários buscou-se conhecer a percepção dos agentes envolvidos na implementação do FNHIS no Município de Abaetetuba, quando indagados sobre a importância do Empreendimento Abaeteoara I e II para a cidade e sobre os entraves na sua conclusão, foram realizadas entrevistas com: a Coordenadora e Assistente Social do Espaço de Habitação, Gestor Municipal, representantes da empreiteira e os beneficiários dos residenciais.

Constatou-se que a oneração na verba pública municipal ainda é um dos agravantes para o atraso do empreendimento, devido ao período pós ocupação em que as pessoas abandonam a unidade habitacional, deixando o mesmo depredado, sem portas, janelas, telhados, causando a necessidade de reconstruir o que já havia sido feita, e como a verba do FNHIS não é reprogramada, fica sob a responsabilidade do município refazer os danos provocados pelos ocupantes.

O tempo para a conclusão do contrato físico e social do empreendimento está previsto para o dia 30 de junho de 2018, se até o referido prazo, não houver a conclusão do empreendimento, o recurso federal terá que ser devolvido. No decorrer das entrevistas com os entes envolvidos no processo, foi notório nas falas, que a falta de comprometimento com o empreendimento conduziu a gestão atual a buscar meios para sanar as pendências e os entraves recorrentes das gestões passadas, que resultou na maior problemática enfrentada pelo empreendimento atualmente, que são as ocupações irregulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A casa é concebida em várias dimensões, desse modo, a necessidade de moradia vai além de um direito, sendo esta, tão importante em todos os aspectos da vida do ser abrangendo questões relacionadas à saúde, acesso a serviços do bairro e o bem-estar dos sujeitos, configurando-se como um espaço de pertencimento do indivíduo.

A classe trabalhadora, ao ter seus direitos violados, e não ter como prover a moradia resta-lhe residir em áreas de risco, áreas ilegais, materializando cada vez mais a exclusão social. Nesse sentido, a luta pelo direito à moradia não se restringe apenas à propriedade, é algo mais amplo, significa lutar pelo acesso à cidade com a atuação do Estado em prover tal direito.

Dessa forma, para atender a essa demanda excluída e reduzir o déficit habitacional, o Estado lança projetos habitacionais, com intuito de atender a demanda mais vulnerável socialmente. Contudo, por vezes esses programas atravessam dificuldades na sua implantação o que leva a rebatimentos na vida dos sujeitos que almejam realizar o sonho de ter uma casa própria.

Na cidade de Abaetetuba temos como exemplo dessa não efetivação de programas habitacionais os Empreendimentos Abaeteoara I e II que foram objeto de pesquisa deste trabalho, esses residenciais deram início a Política de Habitação no município em 2009 com o cadastro das famílias que serão beneficiárias das unidades habitacionais. No entanto, devido uma série de entraves já mencionados neste estudo, vem retardando a conclusão das obras que já perduraram em nove anos, isso já expressa a falta de responsabilidade e a não ação do estado, para lidar com projetos de interesse social no Município.

A partir do projeto de intervenção que foi realizado com os beneficiários dos residenciais Abaeteoara I e II, que diariamente procuravam o setor habitacional em busca de informações do empreendimento, surgiu a necessidade de investigar as condições de habitabilidade que as famílias se encontram, durante o período de espera. No entanto, o setor habitacional fazia o trabalho com as

famílias dentro das possibilidades, utilizando os eixos de mobilização e comunicação do Projeto de Trabalho Técnico Social com atendimentos, escutas, visitas e reuniões mensais, no período de estágio foi possível acompanhar os encontros com os proponentes dos empreendimentos em questão, sendo notório que muitos já estão desmotivados em participar das atividades, assim como integrar-se nas mobilizações para reivindicar soluções para a conclusão das casas.

Com esse estudo concluído constatamos que no Brasil e especificamente no Município de Abaetetuba a população de baixa renda vive em condições sub humanas na maioria dos casos, e o poder público tem feito muito pouco ou quase nada para sanar esta questão. Os conjuntos habitacionais Abaeteoara I e II financiados pelo FNHIS têm em seu objetivo proporcionar a moradia digna para as 230 famílias em extrema vulnerabilidade social e cabe aos entes municipais uma articulação efetiva para a concretização dessa política, que até o presente momento, se mostrou ineficiente para atender as necessidades dessa demanda e proporcionar uma mudança significativa na vida desses beneficiários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/politicanacionalhabitacao.pdf. Acesso em 20 jun. de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CIDADES NA AMAZÔNIA E A DIVERSIDADE URBANA

Wilk Cardoso Cruz¹

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região que nos oferece a possibilidade de uma análise crítica sobre sua formação histórica e cultural, seus processos de trabalho e os impactos das políticas governamentais na redefinição e reestruturação do espaço regional. Especialmente, pelo fato de centenas de povos/etnias/nacionalidades terem se constituído na região antes mesmo que a floresta ocupasse a imensa área que hoje ocupa (PORTO-GONÇALVES, 2017).

A identificação de cidades da Amazônia relacionada às representações e à imagem da floresta tem sido muito comum nos últimos anos. Castro (2009), por exemplo, organizou uma coletânea de artigos sobre cidades e urbanização na Amazônia intitulada “Cidades na floresta”, onde parte do pressuposto que as cidades expressam por excelência, na sociedade moderna, os processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho que aprofundam e atualizam as contradições entre capital e trabalho.

Entender as lógicas que estruturam essa diversidade de formas de ocupação urbana na Amazônia é extremamente importante. Perseguindo esse fim, o presente ensaio, assenta-se na compreensão da relação cidade e diversidade urbana na região amazônica, para discutir como as pequenas cidades se situam e interagem com seus respectivos entornos geográficos, num contexto amazônico dinâmico e heterogêneo. Visto que a Amazônia é uma região que ocupa uma posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, em que prevalecem visões sobre a Amazônia, e não visões da Amazônia, como nos mostra Porto-Gonçalves (2017).

À vista disso, a construção das áreas urbanas segue a lógica do capital, sendo utilizadas em virtude de suas necessidades, da mesma forma, as cidades podem ou não se adequar a realidade do capital e ser incorporada a ele. Esse pressuposto nos possibilita discutir três tipos de cidades pequenas (as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais) inseridas no contexto da Amazônia brasileira (TRINDADE JÚNIOR, 2013). Desta maneira, as cidades pequenas e médias na Amazônia precisam ser compreendidas nas suas reais dimensões, como nos indica Castro (2009, p. 32) “[...] a cidade não é uniforme na sua expansão, ela reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos”.

METODOLOGIA

Para a realização deste ensaio efetuou-se o levantamento de estudos sobre a temática da Amazônia, sobretudo os que focavam na conformação das cidades e na diversidade urbana. Nesse contexto, buscou-se problematizar a questão, focando nas transformações do processo de urbanização

¹ Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: wilkccruz.ss@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5159124906238807>

da região, levando-se em consideração a diversidade urbana e as particularidades das cidades na Amazônia brasileira.

DISCUSSÕES

A dinâmica de cidades na Amazônia apresenta características bastante singulares no contexto da formação e urbanização do país, mas que também estão inseridas numa lógica de exploração, aqui caracterizada pela exploração de matérias-primas (minerais, vegetais e animais) destinadas à produção de mercadorias. Nunes (2009) explica que a Amazônia tem sido submetida a lógica de expansão capitalista há séculos; porém, a abundância das reservas naturais e a enorme disponibilidade de terras aliada à baixa densidade populacional formam ambientes sociais peculiares.

Porto-Gonçalves (2017), em sua obra *Amazônia: encruzilhada civilizatória*, nos mostra a complexa e contraditória dinâmica sociogeográfica da Amazônia destacando as múltiplas territorialidades existentes. Ou seja, na Amazônia não há só uma imensa floresta e uma imensa bacia hidrográfica, como comumente é destacado, mas também um patrimônio de conhecimentos desenvolvidos com essas condições da vida.

Até 1960, os povos da região se organizavam sociogeograficamente em torno das várzeas e da floresta, seguindo o curso de seus rios e nas margens de seus lagos e lagunas, tirando proveito dessas condições variadas para se organizar com base na reciprocidade e complementariedade. O novo padrão sociogeográfico pós-60 chega com suas rodovias e ferrovias pela terra firme e barrando seus rios para produzir energia e, com isso, aumentando o potencial de transformação territorial (PORTO-GONÇALVES, 2017).

As *cidades da floresta* que eram predominantes na região até a década de 1960, normalmente apresentam características de pequenas cidades, associadas à circulação fluvial e com fortes elos em relação à dinâmica da natureza e à vida rural não moderna. Além disso, sempre estabeleceram densas articulações com os seus respectivos entornos ou localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que diversas cidades venham perdendo essas características, elas não desapareceram efetivamente, e ainda definem particularidades de muitas sub-regiões da Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Por outro lado, após 1960 disseminaram-se na região as *cidades na floresta*, ou seja, aquelas cidades que tendem a se articular sobretudo às demandas externas à região, fazendo do ecossistema florestal um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo visto principalmente como espaço de exploração econômica – madeiras, minérios, espécies nativas, turismo etc. (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Deste modo, a dinâmica de expansão das cidades dá-se em função da pluralidade de relações, de temporalidades e de espacialidades que na região se apresentam; assim, o espaço amazônico tende a se dinamizar em função de ser diversamente territorializada e que cada vez mais se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas, caboclas ou camponesas (CASTRO, 2009; NUNES, 2009; OLIVEIRA; SCHOR, 2009).

Da intensa dinâmica de fronteira dos anos 1970 e 1980, as cidades da Amazônia experimentaram uma recomposição de seu papel. Algumas cidades viveram a experiência concomitante de serem

antigas e ao mesmo tempo fronteiras, a exemplo de: São Félix do Xingu, Altamira, Tucuruí, Redenção e Marabá, no Pará, e Apuí e Humaitá no Amazonas (CASTRO, 2009). Aqui, com base na autora, a fronteira é apreendida como um espaço de realização de relações econômicas, monetarizadas e que podem se articular com uma economia não monetarizada, com regularidades estruturadas ao mercado.

Santarém por exemplo se estabeleceu como o principal centro urbano no médio Amazonas desde a economia colonial e, mais recentemente, pelas Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém que alteraram os modos de povoamento e de formação de aglomerados humanos da região que sofre um grande impacto com as novas estruturas econômicas criadas com a produção de soja e presença de grandes empresas de infraestrutura de transporte, de indústria e comércio (CASTRO, 2009).

Feitas tais observações, faz-se necessário destacar que das pequenas cidades da região, considerando as premissas anteriormente expostas, três tipos principais podem ser reconhecidos: as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais, como aponta em seus estudos Trindade Júnior (2013). Essas cidades inserem-se num contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e territoriais.

Acompanhando esse processo de surgimento de cidades de forma mais induzida (a exemplo das cidades-empresa e cidades rodoviárias), pulverizaram-se por toda a Amazônia centro-oriental cidades que surgiram e cresceram sempre acompanhando a expansão de frentes econômicas, induzidas pela presença indireta do Estado, seja através de políticas de créditos e incentivos fiscais, seja por meio de diferentes formas de atração de migrantes, a que se refere D'Araújo (1992). Comumente os agentes aí presentes desenvolvem atividades associadas à exploração da madeira, à agricultura moderna e à pecuária, contribuindo para definir uma forte pressão sobre a floresta e seus recursos.

Por outro lado, as cidades situadas em regiões pouco ou indiretamente impactadas pelas frentes econômicas tendem a estabelecer outras relações com o ambiente da floresta. São cidades tidas como tradicionais e consideradas pioneiras no processo de organização do território, posto que algumas surgiram ainda nos primeiros momentos da colonização, como aponta Araújo (2003). Esses núcleos urbanos são regidos por um tempo lento e dinamizados por atividades econômicas tradicionais, praticadas sobretudo no seu entorno, tal como a relação entre as dimensões do rural e do urbano nelas existentes.

As cidades tradicionais podem ser classificadas como: Cidades ribeirinhas (várzea/rio/floresta); Cidades de colonização agrária antiga (Terra firme/estrada/colônia agrícola); Cidades híbridas (Padrão multiforme); bem diferente, portanto, das cidades-empresa e das cidades rodoviárias².

As *cidades ribeirinhas* são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, bem como elemento de lazer e de contemplação.

Além das ribeirinhas, há aquelas que não necessariamente estão ligadas à vida do rio, mas que guardam elementos de tradição nas suas formas e conteúdos espaciais com o ambiente do entorno.

2 Sobre o tema consultar *Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira*, produzido por Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, em 2013. Disponível em: PAPERS DO NAEA Nº 321.

São as cidades que estão mais ligadas a um padrão de organização do espaço associado à *colonização agrícola antiga*, como àquelas da Zona bragantina, no Nordeste Paraense, que apresentam um padrão de ordenamento territorial que liga a cidade à terra firme, à circulação ferroviária/rodoviária e à produção agrícola.

A diversidade, nesses termos, é produto de relações múltiplas, mas também de particularidades que são definidas pela forma com que se apresenta seu potencial natural, a exemplo da própria floresta. Esta deve ser vista não apenas como recurso, mas, também, como parte de padrões culturais e de representações simbólicas que se encontram mais ou menos presentes ou ausentes na configuração espacial das cidades (CASTRO, 2009; NUNES, 2009; OLIVEIRA; SCHOR, 2009).

A partir disso, sugere pensar a diversidade urbana amazônica e, ao mesmo tempo, o deslocamento de olhares, permitindo revelar a pluralidade de suas formas espaciais e de seus conteúdos urbanos, de maneira a alcançar a riqueza das práticas sociais presentes, mediadas pela ausência ou presença da floresta como elemento dominante, seja na paisagem, seja no imaginário social e cultural da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões efetuadas neste ensaio contribuíram no sentido de pensar a Amazônia como uma região não homogênea e, concomitantemente, chamar atenção para formas e conteúdos diferenciados decorrentes de seu processo de urbanização atual, destacando a importância das pequenas cidades e a maneira como esses núcleos urbanos interagem com o seu entorno. Haja vista que para entender a dinâmica urbana e os processos socioespaciais dos municípios na região amazônica, é necessário compreendê-los a partir de suas relações com o mundo exterior, seja o seu entorno ou não, e também das especificidades intraurbanas.

Vimos, ao longo deste ensaio, que as cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano e rural. Muito mais coexistentes, que, propriamente, excludentes, essas formas extremas de considerar a cidade e a vida urbana no contexto do ambiente da floresta tendem a se complexificar perante distintas combinações de atributos derivados de processos que se originam em espaços mais próximos ou mais distantes, que configuram o espacial regional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana na Amazônia. **Revista Camões**, n. 15/16, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/marcel/Downloads/rev15_16_art13_razao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos Anos 50. **RBCS**, v. 7, n. 19, 1992.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A Interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

PORTE-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **PAPERS DO NAEA**, Belém, n. 321, 2013.

FRONTEIRAS (IN)VISÍVEIS DA CIDADE CAPITALISTA: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA

Denison Martins dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Entender os meandros da produção da cidade capitalista e as diferenciações existentes na sua estrutura é uma tarefa bastante complexa quando analisada a dinâmica de desenvolvimento dos espaços metropolitanos amazônicos. No município de Ananindeua/PA a existência de bairros distintos, não apenas em sua forma material (espaços físico-geográficos) como nas disposições de equipamentos e serviços públicos contidos em cada um, engendra uma realidade dissonante em seu desenvolvimento socioespacial. Santos (2009, p. 33) ao discutir a dinâmica de formação dos espaços nas cidades e o processo de fragmentação, via distanciamento social das classes, ratifica que o “espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa”.

Essas diferenciações contidas entre os espaços urbanos a partir de determinadas áreas da cidade que não possuem os mesmos equipamentos, infraestruturas e serviços coletivos, agudizam ainda mais a separação entre os sujeitos com características socioeconômicas distintas, sendo responsáveis pelo afastamento ainda maior no interior de um mesmo espaço.

Nas áreas de ocupações - locais alternativos de reprodução social da grande massa de trabalhadores móveis sem ingresso nas benesses da cidade em função do não acesso às oportunidades de trabalho e renda em seus locais de origem - esse processo assume a condição de segregação socioespacial. Esta pesquisa analisa o processo de formação social e histórica do Conjunto Parque Modelo II no bairro do Curuçambá a partir do perfil de trabalho e renda e das condições de moradia, com ênfase na infraestrutura e serviços coletivos existentes naquela área do município de Ananindeua, no período de janeiro 2010 a janeiro de 2012, buscando-se, também, identificar o processo de formação e desenvolvimento do Conjunto, a partir das lutas sociais ocorridas neste espaço, e sua relação com características socioeconômicas e espaciais deste município metropolitano.

Os objetivos do estudo apresentado são: identificar o que atualmente condiciona o processo de segregação socioespacial no município de Ananindeua; motivos que imprimem o aumento desse fenômeno no Conjunto Parque Modelo II; fatores preponderantes que impulsionaram, historicamente, a ocupação do Conjunto e sua relação com os processos de formação socioterritorial do município. Santos (2009, p. 15) ao se referir a análise dos fatos históricos presentes no espaço geográfico, afirma: “os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem”.

Numa perspectiva teórico-crítica procedeu-se um recorte espacial que permitiu apreender o contexto no qual se desenvolve a segregação socioespacial na área estudada, a partir de dois eixos:

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento na Amazônia pela UFPA; Doutorando no Curso de Serviço Social – PPGSS/UFPA (2019). E-mail: denisonsantos85@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7705778513206734>.

o primeiro, de caráter teórico-histórico, que circunscreve a gênese e constituição do processo de ocupação do espaço pelas famílias de trabalhadores; *o segundo*, diz respeito ao(s) processo(s) de reprodução social, numa área com características urbano-rurais, dando ênfase aos níveis de segregação socioespacial aos quais estão submetidas as famílias que lá residem.

METODOLOGIA

Tendo como alicerce o método dialético, a pesquisa quali-quantitativa realizada junto aos moradores e lideranças comunitárias do Conjunto Parque Modelo II possibilitou análise sobre as condições de reprodução social dos trabalhadores residentes no referido Conjunto. A operacionalização da metodologia utilizada iniciou pelo levantamento bibliográfico centrado na produção do conhecimento acumulado acerca da (re) produção do espaço urbano na sociedade capitalista, bem como dos processos contraditórios engendrados e que passaram a fundamentar a análise dos dados e informações obtidas sobre a realidade pesquisada.

Quanto ao levantamento de dados primários (*pesquisa de campo*) utilizou-se abordagens quantitativa e qualitativa, de modo a possibilitar a obtenção de dados relativos às condições de trabalho, renda e moradia dos sujeitos residentes na área estudada e, ao seu processo histórico de ocupação, possibilitando a clarificação das reais condições de reprodução social das famílias que nela residem.

Na ocasião da pesquisa de campo, a abordagem quantitativa ocorreu com a formulação de questões, fechadas e abertas, estruturadas em um formulário aplicado junto à amostra de 64 (sessenta e quatro) famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II, cálculo resultante da amostra balizada sobre o total de 672 (seiscentos e setenta e dois) domicílios existentes naquele Conjunto, segundo informações fornecidas pela SEHAB/Ananindeua/PA (2010).

A abordagem qualitativa ocorreu por meio de entrevistas realizadas com lideranças comunitárias da Associação de Moradores do Conjunto Parque Modelo II, da Associação de Moradores, Amigos e Colaboradores da Rua da Torre (AMACORT) e do Centro Comunitário Unidos Venceremos (Conjunto Roraima/Amapá I e II).

Os dados estatísticos foram analisados e descritos com base na teoria crítica marxista, enquanto princípio metodológico capaz de apreender a realidade, pois como afirma Lefebvre (1963), é dever do marxismo, analisar dialeticamente a atividade humana em sua essência.

Foi intenção do autor, oportunizar aos sujeitos da pesquisa, pela socialização da análise interpretativa dos dados o acesso ao conhecimento sobre a realidade vivenciada e construída socialmente pela imersão na lógica hegemônica pelo modo capitalista de produção. O processo de socialização destes resultados constituiu-se, então, enquanto possibilidade de um exercício de leitura teórica e política acerca das condições gerais criadas pelas relações sociais capitalistas, conforme enfatiza Lefebvre (1963) engendradas no Conjunto Parque Modelo II, contribuindo para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores residentes no referido espaço.

DISCUSSÕES

O entendimento acerca do legado da segregação, nos marcos históricos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, condiz com a necessária percepção da lógica de hierarquia social que difunde o problema da desigualdade e precariedade das condições de vida dos trabalhadores. Em

face da necessidade de venda de sua força de trabalho nos grandes centros urbanos - os trabalhadores - procuram estabelecer-se nos meios que lhes são viáveis, ou seja, passando a viver em péssimas habitações, apinhadas e insalubres. Engels (1987), ao retratar a situação da falta de habitações para classe operária na Alemanha do século XIX ratificava o quadro de tensão social produzido pela crise da habitação dos trabalhadores como sintoma direto da revolução industrial que contemplava o país no período.

Um ponto a ser destacado dentro da discussão da segregação socioespacial desencadeada pela sociedade capitalista diz respeito ao acesso desigual aos meios de consumo coletivos e aos meios de circulação material (comunicação e transporte), que neste modelo de sociedade ocorre por meio da distribuição díspar e, portanto, contraditória desses importantes componentes das condições gerais do processo de produção social (LOJKINE, 1997).

Há um caráter eminentemente paradoxal existente na forma como o capital socializa as condições gerais de reprodução dos trabalhadores através do acesso destas demandas aos equipamentos e serviços coletivos, pois como afirma Icasuriaga (2002, p. 230), “para a maioria da população essas necessidades não podem ser cobertas pela própria produção capitalista, ou seja, não podem ser cobertas com o salário que recebem”, e, portanto, ao restringir-se o acesso aos serviços necessários à reprodução social dos trabalhadores por parte do capital, torna-se evidente a responsabilidade do Estado em arcar com estes custos, ainda que de forma inadequada às exigências sociais (TOPALOV *apud* ICASURIAGA, 2002).

Portanto, ao pensar a segregação socioespacial nos marcos da sociedade capitalista, convence-se que há uma relação intrínseca entre a formação social existente e as condições materiais que reproduzem essa dinâmica de exclusão e contradição reiteradas e/ou reformuladas pelo atual estágio de mundialização do capital, pois nota-se que a grande investida do mercado nos territórios condiciona inúmeras modificações nos padrões de vida dos trabalhadores, decorrência direta das medidas adotadas pelo Estado quanto à reestruturação do sistema e a superação das crises econômicas que o atingem.

Aumento dos níveis de desemprego, pobreza e miséria, violência urbana, precariedade das habitações dos trabalhadores são retratos do cotidiano das cidades, demonstrando visivelmente o atual quadro de agravamento da “questão social” no mundo, pois à medida que o capital avança em seu “projeto civilizatório” tornam-se constantes os problemas sociais vivenciados pela classe que vive da venda de sua força de trabalho, notando-se a ocorrência de um processo histórico que gradativamente amplia as precárias condições de sobrevivência dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, foi possível tecer algumas considerações a partir dos resultados obtidos na pesquisa, considerando-se que: O Conjunto Parque Modelo II, é um espaço que revela a lógica de precarização da vida, estando condicionado à expansão das áreas consideradas urbanas na RMB, a partir do processo de urbanização capitalista vigente. Esse processo é responsável historicamente pelo alargamento de relações sociais contraditórias, uma vez que a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponibilizados àquela população, não tem alcançado níveis satisfatórios, gerando um contingente massivo de despossuídos dos direitos à moradia digna e à cidade.

Configura-se, portanto um desenvolvimento urbano desigual no ambiente metropolitano de Ananindeua/PA, pois a formação de novos espaços na RMB ocorre historicamente a partir da constituição de áreas ocupadas por trabalhadores banidos do direito de acesso à cidade: infraestrutura, equipamentos e serviços. Sendo este processo, parte estruturante da dinâmica de desenvolvimento das fronteiras (in)visíveis da cidade capitalista definidas por meio do acesso desigual às condições de reprodução socioespacial.

REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. Secretaria de Habitação. **Ofício nº 32/2010 – SEHAB**. Ananindeua, PA: Secretaria de Habitação, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987.

ICASURIAGA, Gabriela. Gestão social dos equipamentos e serviços coletivos. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 227-239.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

A NECESSIDADE UNIVERSAL DE HABITAR

Maria Gabriela de Andrade de Sena.¹

Lucas Wellington da Silva Silva.²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende trazer reflexões acerca da habitação, de modo a pensar o habitar enquanto uma necessidade básica do ser humano, e, concomitantemente, pensar o morar enquanto uma relação entre o indivíduo e o espaço, refletindo, dessa forma, a universalidade do próprio indivíduo - expressão da singularidade do mesmo de acordo com sua cultura, valores, simbologias e memórias. Dessa forma, será possível a compreensão do habitar a qual é imprescindível ao trabalho profissional da/o assistente social ao atuar na política habitacional e urbana juntamente com o Estado, equipe técnica e etc. Este trabalho, portanto, torna o direito à cidade um princípio norteador, ao mesmo tempo em que se torna um desafio em uma sociedade capitalista, no campo das relações de classes e de seus interesses antagônicos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para produzir o presente trabalho consistiu na realização de um levantamento bibliográfico de autores que discutem acerca do significado da casa e da habitação para além do aparente (a casa/espaço em si), e a partir disso, foi desenvolvido este resumo expandido, sintetizando as principais ideias dos autores, a fim de contribuir para o debate da habitação fundada no princípio da emancipação humana.

DISCUSSÕES

Pensar a habitação e o morar no imediato significa conceber a ideia da casa concreta, de alvenaria, quadrada, com uma janela ao lado da porta, como desenhadas nos rabiscos da infância. Da mesma forma, grande parte dos projetos habitacionais também expressam essa ideia de habitação, presumindo o direito à moradia a uma casa idealizada por quem a planeja. O presente texto se dedica a refletir o habitar pelo princípio da emancipação humana, o morar para além da concepção limitada de pensar tal como somente a casa em si, a construção, o visível.

Antes de tudo, faz-se necessário salientar que morar é uma necessidade humana básica (MARX e ENGELS, 1989). O humano necessita de uma moradia, e isso é um fato histórico, pois, observa-se que desde os primórdios a espécie humana necessitou de um lugar para morar, para se proteger, onde se desenvolva um sentimento de pertencimento ao ponto de sentir naturalmente, por exemplo, a necessidade de voltar para tal lugar depois de ter saído do mesmo para desenvolver suas atividades ao longo do dia.

1 Graduanda (3º semestre) em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com – Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/5521924421836259>

2 Graduando (1º semestre) em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: lucwel.silva@gmail.com - Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5506041025418986>

No entanto, a falta de moradia configura-se como uma das mais severas faces das expressões da questão social, o que ratifica sua importância e os significados que o morar possui para o ser humano. Ou seja, morar é uma necessidade humana básica e universal, pois todos os seres humanos, em todos os tempos históricos, necessitaram de uma moradia, assim como necessitaram alimentar-se, vestir-se, beber, etc. Além desta compreensão sobre moradia, é necessário compreender a relação entre o humano e o espaço enquanto um fundamento humano, como uma realização humana-pessoal do mesmo, expressada no espaço habitado simbólica e materialmente.

Contudo, a produção do espaço é mediada pelo Estado, e, de acordo com Oliveira (1999), o Estado e o Capital idealizam o espaço visando a construção de tal de forma homogênea, hierarquizado e controlado. Assim, o espaço produzido pelo Estado por meio de políticas públicas contrapõe o espaço produzido pelo homem no cotidiano, em que a condição humana se reproduz através dele.

O homem, ao abarcar a totalidade do cotidiano, estabelece relações com o seu meio - e estas não são somente materiais, mas também de aspectos simbólicos, portanto, os homens concebem o seu ambiente como se houvesse um espelho refletindo suas imagens (CLAVAL, 1999). Neste ínterim, o espaço em sua totalidade torna-se uma categoria fundamental de toda estrutura espacial da vida e, por ser material e simbólico, aspira à identificação e apropriação. A respeito disso afirma HAESBAERT (2004, p. 21):

Enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Para este autor, todo território é, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de significados. À vista disso, torna-se possível dialogar com Santos (2006), que elucida a compreensão do território como usado, e não o território em si. Cabe, também, neste trabalho, abarcar as múltiplas faces do pertencer, e, para isso, ainda de acordo com Santos, reconhecer o território como chão de identidade é fundamental, uma vez que esta identidade diz respeito ao sentimento de pertencimento àqueilo que nos identificamos, ou seja, pode-se dizer que essa identidade construída numa casa, por exemplo, é o pertencimento acrescido da territorialidade, e como cita Santos: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (SANTOS, 2006, p. 8).

Nesse sentido, a casa, segundo Perdigão e Gayoso (2012), é a expressão de aspectos socioeconômicos, institucionais, culturais, familiares, afetivos, religiosos, etc., ou seja, envolve aspectos materiais e imateriais que formam um conjunto complexo de significações do ser humano, o valor de uso para o habitante do espaço, pois, segundo Marx (2017, p. 114), “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. Pois é essa utilidade, esse conjunto de significações presentes na relação entre o humano e o espaço que devem ser consideradas por aqueles que planejam, executam e aplicam a política urbana e habitacional, de modo a objetivar a emancipação humana, pois, apenas o morador sabe a própria forma de morar que lhe satisfaz. Ressalta-se, também, a importância do planejamento de tais políticas em conjunto com a população, pois são eles que vivem o espaço e o reproduzem no

cotidiano: “[...] se você não tem um ponto de comunhão com o centro pessoal do outro, nenhum método será bom a longo prazo” (TILLICH, 2015, p. 211). Logo, o planejamento de tais políticas deve conversar com a realidade de quem vive, produz e reproduz o seu próprio espaço, e cabe ao Serviço Social, orientado pelo Projeto Ético-político, compreender a dimensão do morar, e que, ao captar o significado do morar para o morador, o profissional possibilite caminhos para a efetivação do direito à moradia digna, paralelamente ao direito à cidade para as classes historicamente dominadas.

Sabe-se que a produção da habitação orientada pelo princípio da emancipação humana se torna desafiadora em uma sociedade capitalista – que detém os meios de produção -, na qual tal necessidade se torna mercadoria, a moradia agora possui valor de troca, e assim se vende a ideia da habitação como “o sonho da casa própria”. Tal lógica capitalista de produção e reprodução do espaço impõe nesta sociedade pois, segundo Harvey (2005, p. 147) “a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço”. Porém, o horizonte da possibilidade de uma nova sociedade é o que orienta a Reforma Urbana, e que deve estar como princípio orientador de todos aqueles que atuam na política urbana e habitacional - não para reforçar o modo de produção capitalista, mas sim para criar resistências capazes de superar a sociedade atualmente vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente debate, nota-se a complexidade da habitação (que excede a discussão) e a singularidade que essa expressa a nível mundial, pois as significações que possui a moradia variam de pessoa para pessoa, de acordo com as relações que se estabelecem entre a pessoa e o espaço vivido por ela nos diferentes lugares do mundo. Essa compreensão deve nortear os técnicos que atuam na política urbana e habitacional, com vista à emancipação humana das pessoas que vivem seus espaços no cotidiano, objetivando, assim, a dignidade de viver das pessoas que são atendidas por essas políticas – e que historicamente têm seus direitos violados.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós modernidade. **Geographia**, Niterói, v. 1, n. 2, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, 1., 2004, Porto Alegre. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n. 2, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels: história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 182-214. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Livro I: O processo de produção do capital).

OLIVEIRA, José Aldemir. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999.

PERDIGÃO, Ana K. A. V.; GAYOSO, Solange. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana V.; Holanda, Anna C. G.; MOURA, Aldebaran S. F (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 2012.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Territórios, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

TILLICH, Paul. A Filosofia do Serviço Social. São Paulo, **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 14, n. 28, p. 207-213, dez. 2015.

OS CONTRASTES DO URBANO: CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS

Antonio Michel Araújo de Holanda¹

Glauciane Gomes de Barros²

José Renato da Silva Sena³

Tarcísio da Silva Fonseca⁴

INTRODUÇÃO

Projeto apresentado pelos bolsistas do Residência Pedagógica e do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), ambos do curso de licenciatura em geografia que irá atender aos jovens do sétimo ano do ensino fundamental, podendo ser dialogado com o segundo ano do ensino médio. Com temática sobre o processo de urbanização e no intuito de explicitar as diferenças sociais existentes, tendo como objetivo de estudo a paisagem, a paisagem no urbano.

Usaremos os condomínios horizontais como exemplo concreto para explicar a diferença, mostrar a desigualdades sociais existentes no espaço urbano periférico e como se deu esse processo. Pois o meio urbano é um sistema dinâmico e estudar quais formas foram dadas a esses espaços e quais funções e se elas mudaram ao longo da história. É o que tentaremos mostrar, que a periferia que é um lugar para a classe menos abastada, hoje vem se modificando, sofrendo uma metamorfose explícita na paisagem.

Estes lugares passaram a serem maiores habitados principalmente a partir do fim do século XIX, influenciados pelo êxodo rural e pelo crescimento do capitalismo cada vez mais avançado pelas Guerras Mundiais. Os recém-chegados do campo ficavam na cidade em áreas consideradas de segregação, morando na maioria das vezes em áreas de baixada. Algo que não é apenas local, mas também global. Contudo, há uma acentuação em países subdesenvolvidos, local onde há uma precária atuação do Estado.

Problema cada vez mais agravado pela globalização, pois ele diminui as fronteiras, como a do tempo e espaço. Porém, aumentam outras, no caso as desigualdades e como mencionado neste trabalho, a socioespacial.

Todavia, com a implantação dos condomínios fechados, uma nova segregação é concebida, a dos que possuem poder aquisitivo superior aos demais moradores ao redor do condomínio, no qual, estes novos segregados vivem cercados por muros, onde os despossuídos são limitados à entrada. Além de que, os novos segregados são cada vez mais dependentes da terceirização, quanto para a segurança, quanto para saúde ou para qualquer garantia básica que o Estado é obrigado a oferecer a todos. E este é um dos grandes problemas causados pela péssima qualidade dos serviços públicos, pois além dos que possuem do capital são menos dependentes do Estado, nestes locais residem em geral os que gestão o Estado (LEVY, 2010).

1 Estudante de Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: michelhollanda@gmail.com

2 Estudante de Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: glaucigomes@outlook.com.br

3 Estudante de Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: jrenatosennasillva@gmail.com

4 Estudante de Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: tarcisio.ufpa2017@gmail.com

METODOLOGIA

Trabalharemos isto em sala com imagens de quatro condomínios horizontais da região metropolitana de Belém, um localizado na Rodovia Augusto Montenegro, um dos mais famosos da região, o segundo localiza-se na ilha de Caratateua, distrito de Belém e os outros dois estão situados na região metropolitana de Belém, na cidade de Ananindeua e outro na cidade de Marituba, as margens da BR-316. Com o intuito de trabalhar em escolas da periferia em quais esses grandes empreendimentos fazem parte do cotidiano dos discentes, com imagens poderemos mostrar a diferença tanto na paisagem como no modo vida de cada um, induzir o discente ao pensar crítico.

Atividade será dividida em dois momentos, no primeiro os alunos serão divididos em quatro grupos de seis, cada um ficando com um condomínio horizontal, para pesquisar as características econômicas e sociais dos bairros aonde estão situados esses empreendimentos, evidenciando as diferenças entre as classes que compõem o mesmo espaço. E no segundo momento, será feito a exposição teórica usando como exemplo as informações obtidas pelos alunos.

A desigualdade ao redor dos condomínios horizontais é visível, a qualquer lado está a periferia. Em uma condição de desordem causada principalmente pela falta de incentivo nas regiões onde a população já habitava e posteriormente foram compradas as áreas para a criação dos condomínios.

Esta mesma população residente nas redondezas é a mesma que irá e estão a trabalhar para os moradores dos condomínios. Assim fica fácil entendermos e compararmos com as regionalizações, ou seja, as diferenças. Nos quatro condomínios apresentados neste trabalho, estamos a ver uma real desigualdade, há uma população predominantemente dependente do transporte público, sem ou com um péssimo saneamento, ruas em péssimas qualidades e em geral, uma dependência parcial ou total do Estado para sua subsistência.

Todavia, diante desta realidade, usaremos também a música, pois sua importância é essencial para absorção do conhecimento do aluno para que tenha uma visão mais ampla da real sociedade em que está inserido, no intuito de compreender que embora apenas um muro divida-vos fisicamente, mas na verdade não é especificamente o único que os dividem. Porém e principalmente que a música está presente também nesta região, não importando o gênero.

DISCUSSÕES

Para fins de subsídios teóricos e documentais trazemos os principais conceitos e os resultados de alguns trabalhos anteriores ligados a temática das dinâmicas que envolvem o processo de reestruturação dos espaços ocupados pelos três condomínios horizontais trabalhados, usados como objetos de estudo para tratar da questão da regionalização, através das diferenciações na paisagem urbana de Belém-PA, esses denominados por CALDEIRA (2000, p. 255), como “enclaves fortificados”.

os enclaves fortificados - prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjunto de escritórios ou *shopping centers* - constituem o cerne de uma nova forma de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica.

O destaque para a reestruturação e a segregação social presentes no fenômeno de expansão urbana, pode ser analisado pelas formas e conteúdo dos condomínios horizontais agregados às áreas pouco desenvolvidas estruturalmente e economicamente, ou seja, regiões predominantemente

periféricas, que quase sempre não possuem acesso a serviços básicos, como: saneamento e segurança. Para RODRIGUES (2015, p. 50),

a diferenciação socioespacial permite-nos pensar, a um só tempo, na divisão econômica do espaço da cidade. Não obstante, ambas estarem fortemente articuladas, por mais que não existam relações lineares entre elas, tendem a apresentar interdependência entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, este presente trabalho, buscou analisar metodologicamente as variações das paisagens urbanas, na perspectiva de mudanças nas estruturas das moradias (condomínios horizontais). Dessa forma, verificou-se o uso do espaço na formação território-redes de condomínios luxuosos, ademais, sendo principalmente expandido para os locais antes periféricos da cidade. Que por conta dessa circulação, está a mercê do capital imobiliário, junto com a divisão internacional do trabalho, fatores responsáveis por esses deslocamentos. Diante disso, percebemos uma cidade metrópole que está cada vez mais encharcada de prédios, que procura uma saída emergente para este caos urbano.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

LEVY, Dan Rodrigues. Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos. **Revista ponto-e-vírgula**, v. 7, p. 95-108, 2010.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas:** análise de Santarém e Marabá, Pará. Presidente Prudente. 2015 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

EIXO TEMÁTICO V

LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À MORADIA NA AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS



INSTITUIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO UNA: COMITÊ ASSESSOR E CONGEB/UNA

André Luiz Santos Alves¹

Edivania Santos Alves²

INTRODUÇÃO

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, apresenta um contingente populacional de 1.393.399 habitantes distribuídos em uma área territorial de 1.059 km², o que gera densidade demográfica em torno de 1.314,48 hab/km², conforme Abelém (2018). Embora seja o principal aglomerado urbano de sua região metropolitana, desempenhando importante papel nesse contexto, essa cidade apresenta insuficiência de sua rede de serviços urbanos, gerando processos de intensa espoliação urbana, exemplificados nos conflitos por acesso a terra urbana e a rede de serviços públicos, como o saneamento, a moradia e a regularização fundiária.

Desde a segunda metade do século XX, Belém vem sofrendo inúmeras intervenções, através de Projetos urbanísticos, entre os quais, destacaremos neste trabalho, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, onde o mesmo começa a ser pensado na década de 1980, com o início de suas obras físicas só na década seguinte, mais precisamente em 1993.

O Projeto Uma, que foi considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID como sendo a maior reforma urbana da América Latina, por não ter sido apenas uma complexa obra de engenharia pautada para atender somente as questões de ordem sanitária, mas sim um empreendimento fundamentado sobre três vertentes: o saneamento básico, a renovação urbana e a promoção socioeconômica, visando a melhoria da qualidade de vida de 600 mil pessoas ou aproximadamente 120 mil famílias, distribuídas em 20 bairros, ou seja, 60% do território da cidade de Belém.

O PMU buscava a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da área, a partir do trabalho em três vertentes: o saneamento básico, a renovação urbana e a promoção sócio-econômica. Além disso, o referido projeto caracterizou-se por dois objetivos centrais:1) Solucionar o problema das inundações nas zonas baixas da Bacia do Una, através da instalação de um sistema de drenagem eficiente, cujo destino é a Baía de Guajará; 2) Dotar a todos os habitantes da Bacia do Una de uma infraestrutura adequada em termos de vias de acesso, cobertura das redes de água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e coleta de lixo, para proporcionar a esta população condições mínimas tendo em vista a sua qualidade de vida (PARÁ, 2006, p. 25).

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada – GPPUMA. E-mail: drealves182@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2908106789182085>

2 Doutora em Sociologia (PPGSA) pela Universidade Federal do Pará (2017). Professora Adjunta da Faculdade de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. E-mail: edivania1972@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0906438826727019>

Partindo disso, o próprio Projeto implantou por meio de organismos, formas de participação popular, sendo primeiro o Comitê Assessor, além da Comissão de Fiscalização (COFIS), onde o mesmo fazia parte do CA, e por último o Conselho Gestor da Nova Bacia do Una (CONGEB/Una).

METODOLOGIA

Apresenta-se neste tópico o método e a metodologia de pesquisa adotada para a discussão da realidade vivenciada por moradores do Bacia do Una. Para a tradição crítica do pensamento de Marx, a teoria é uma modalidade peculiar que se distingue por suas especificidades. Segundo Netto (2011), “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – se sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo [...] A teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa”, ou seja, o objeto analisado possui sua existência real e efetiva, independente das aspirações e objetivos do pesquisador, assim como por meio da teoria o sujeito reproduz em suas pesquisas a dinâmica do objeto em questão. Quanto mais o sujeito for fiel ao objeto, mais correta e verdadeira será a sua reprodução.

A Pesquisa se orientou a partir de documentos do poder público e de movimentos sociais e lideranças da Bacia do Una, sobre os organismos de participação constituídos pela organização do Projeto Una, durante a fase de obras físicas.

DISCUSSÕES

É fundamental compreender a cidade muito além de um local voltado à lógica do mercado, o direito à cidade é fundamental para a população. De acordo com Lefebvre (2001), o direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos disponibilizados na cidade, se trata de um exercício do poder coletivo, para remodelar os processos de urbanização.

Com a expansão das cidades, através desse desenvolvimento capitalista, se torna expressão mais palpável do espaço urbano, “tornando-se em alguns momentos, sinônimo do urbano” como evidencia Farage (2014, p. 242). Passa-se a cada vez mais se dividir em territórios, não em um sentido geográfico simplesmente, mas também em sociais.

O espaço urbano enquanto reflexo da sociedade capitalista, apresenta-se tal qual está estruturado essa formação econômica e social. Tomando-se como exemplo a questão habitacional, pode-se afirmar que o espaço da sociedade capitalista é fortemente dividido em áreas segregadas, o que demonstra a existência de áreas “nobres” destinadas às classes mais abastadas economicamente. Estas áreas são urbanizadas e equipadas com serviços coletivos. Assim, o constante processo de elevação dos custos de uso do solo urbano impede o acesso do cidadão mais pobre (PORTELA, 2005).

A cidade passa a expressar de forma enfática o processo de segregação sócio-espacial, econômica e cultural, resultando na desigualdade das relações sociais, para Marx (2007), a classe que domina economicamente também domina política e ideologicamente, construindo relações sociais que respondam aos seus interesses de classe, refletindo na forma em que a cidade se expande, e evidenciando suas contradições.

É preciso entender como a forma de participação popular é viabilizada em uma consonância entre contexto histórico e processos participativos. Durante o período da ditadura militar, os movimentos sociais foram controlados através da intervenção direta sobre eles, até o ponto de quase eliminá-los pelas cassações e prisões dos seus dirigentes ou “permitindo” sua atuação dentro de limites estreitos e bem definidos, porém em contraste com isso, principalmente a partir dos anos de 1970, mesmo com esse Estado autoritário, foi um dos momentos em que mais cresceu a mobilização popular, muito por conta da inoperância ou omissão no fornecimento de serviços coletivos.

[...] a emergência de formas de participação social e política de setores das classes populares urbanas estão associadas à questão urbana, que deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho; e ante a política urbana do poder público, baseados em inversões privadas e públicas que se dirigem, preferencialmente, aos setores mais rentáveis da produção e consumo, e que acabam por determinar a prioridade dos setores destinados a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender as necessidades da sobrevivência da população [...] (MOISÉS, 1982, *apud*, CRUZ, 1994, p. 74).

Na década de 1970, grande parte da sociedade brasileira residente nas periferias das cidades, iniciou processos de reivindicações que culminaram no surgimento de várias formas de organização popular, cujos objetivos eram reivindicações precisas: habitação; luz; água; esgoto e pavimentação, redundavam em garantir a construção de um espaço mais democrático no cenário político. Neste momento, associações e federações de moradores, fóruns e plenárias proliferaram-se no âmbito do movimento popular que se dirigiam ao Estado, principal e único interlocutor, através de ações contestatórias e reivindicatórias (PORTELA, 2005).

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção da estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Não foram poucas as transformações vivenciadas pela classe-que-vive-no-trabalho nesta década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles intermediários, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil (ANTUNES, 1996).

Diante desse contexto histórico da segunda metade do século XX, podemos compreender como se deu a forma de participação política em Belém neste período do Projeto Una, pois existiam inúmeros movimentos sociais urbanos até então, como a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), além de fóruns e outros que reivindicavam uma cidade mais justa, porém vamos nos ater aos organismos de participação que foram instituídos pelo próprio Projeto Una.

A responsabilidade pela execução das obras do Projeto Una foi dividida entre os seguintes atores: o Estado do Pará (mutuário final) através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDURB), hoje Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e, da COSANPA; a Prefeitura Municipal de Belém por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo

– SEURB e da SESAN. O BID também participaria como órgão financiador fiscalizando a progressão das obras. A participação popular nesse processo se deu por meio de um Comitê Assessor que, além de técnicos e gestores do Projeto Una, também incluía sete representantes (um representante por sub-bacia do projeto) da população dos bairros beneficiados pela obra, juntamente com os membros da Comissão de Fiscalização dos Moradores da Bacia do Una – COFIS/Una. Além de que em 2003, o Comitê Assessor é extinto, sendo criado o Conselho Gestor da Nova Bacia do Una (CONGEB/Una), que deveria estar ativo até hoje, mas encontra com suas atividades paradas há anos.

A participação popular, no âmbito do planejamento e gestão de políticas urbanas, sempre esteve atrelada a processos que visam superar os mecanismos de exclusão social presentes no tecido social, através da conquista de espaços onde seja garantida a participação da sociedade na gestão da cidade (PORTELA, 2005).

Assim sendo, no processo de implementação das políticas urbanas emerge conflitos entre os atores sociais envolvidos, que buscam novas formas de fazer valer seus direitos. Nesse sentido, procura-se perceber como se deu esse processo, bem como algumas articulações desses atores, durante o processo de implantação e execução do Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una, uma vez que as organizações populares não podem ser visualizadas à margem dessas políticas, já que representam interesses coletivos (PORTELA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a partir das pesquisas bibliográficas e documentais, que apesar de haver esses organismos de participação e movimentos sociais urbanos na época da execução do projeto e que faziam pressão por demandas de cunho coletivo, muito se foi feito sem ouvir de fato a população local. Além do que é fundamental destacar que o CONGEB/Una que foi criado na reta final das obras e que teria como papel encabeçar a luta (que é ininterrupta), organizando os moradores dessa área, e cobrando a Prefeitura Municipal de Belém pela manutenção das obras, simplesmente desapareceu desde 2005.

Porém é lógico que desde 2005 existiu movimentação e luta popular, naturalmente alguns grupos desaparecem ou se desarticulam, enquanto surgem novos, um que podemos destacar e que foi criado depois da conclusão das obras físicas, é a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), que há mais de dez anos vem exercendo um papel fundamental de questionar a falta de manutenção da PMB.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. Urbanização e remoção: por que e para quem? 2 ed. – Belém – NAEA, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: Impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro**, São Paulo. UNICAMP. Transformação, v. 8, n 3, p. 130-137, setembro/dezembro de 1996.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém:** o bairro da Sacramento. 1994, 180f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PARÁ, Governo do Estado. Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA. **Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém** – Projeto UNA. Informações Gerais. Belém: 2006.

PORTELA, Roselena de Souza, **Planejamento, Participação Popular e Gestão de Políticas Urbanas:** A Experiência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém/PA). 2005. Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.

LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À CIDADE NO TUCUNDUBA: ALTERNATIVAS E DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Gizele Cristina Carvalho dos Santos¹

Lidiane Maria Siqueira David²

Géssica Viviane Silva Carvalho³

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte dos dados do projeto de pesquisa Reconfiguração Urbana e Redefinição de Usos do Solo: experiências de intervenções urbanísticas em Belém, vinculado ao Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), situado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), e também do trabalho de conclusão de curso, intitulado “Planejamento urbano e participação popular: os limites do Projeto Tucunduba, Belém – PA. O presente resumo coloca em questão os limites da participação popular no Projeto Tucunduba, em Belém (PA), particularizando a segunda década do século XXI. Salienta-se que a Bacia Hidrográfica do Tucunduba, é considerada uma área de baixada e periférica, isto é, enfrenta os desafios de ser a cidade ilegal, um lugar fora das ideias, como afirma Maricato (2002). Entretanto, cumpre salientar que a história deste território também é marcada pelas lutas sociais pelo Direito à Cidade, através da atuação de diversos movimentos sociais urbanos e outras entidades, e que, na atual conjuntura, pós-golpe, tem o desafio de reinventar as suas estratégias de luta e de construir novas representações.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi orientada pela Teoria Social de Marx, sendo assim, o método de investigação e de tratamento dos dados deste trabalho foi o materialismo histórico-dialético, que de acordo com Kosik (1976) é o pensamento crítico que se propõe a ultrapassar o mundo da pseudoconcreticidade.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolveram: a Pesquisa Bibliográfica, no qual foram utilizados autores marxistas, de âmbito local, nacional e internacional que discutem a temática; a Pesquisa de Campo, no qual utilizou-se as técnicas de Entrevista e Observação Participante; e a utilização de instrumentos de coleta de dados e os procedimentos éticos por meio da construção de Roteiro de entrevista e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

1 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: gizelecarvalhoufpa@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8035907935042223>

2 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: lididvd@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2611937144905714>

3 Graduanda do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: gessica.viviane.gv@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8320916977820459>

DISCUSSÕES

À luz do referencial teórico escolhido para conduzir esta pesquisa foi possível analisar que historicamente às cidades vêm sendo guiadas concepções de Planejamento Urbano no qual a participação popular não está contemplada, e sim os interesses do mercado, conforme Harvey (2014), Maricato (2002), Vainer (2002).

Já dizia Harvey (2014) que o Direito à Cidade não significa aceitar as migalhas que caem da mesa dos ricos. Pelo contrário, todos os sujeitos, através das suas práticas diárias, possuem o direito de (re) construir os diferentes tipos de cidades e que estejam de acordo com os desejos da coletividade. Nesse sentido, é importante destacar que para um governo implementar um planejamento que tenha na participação popular a sua centralidade é necessário que a forma de fazer, de interferir na formação da cidade, não esteja somente nas mãos do Estado (NOVAES, 2012).

O *lócus* desta pesquisa, a Bacia Hidrográfica do Tucunduba, através das suas particularidades, vivencia os rebatimentos dessa lógica. Especificamente no âmbito do Projeto Tucunduba, na atual conjuntura, apesar do discurso de participação popular ser utilizado por diversos segmentos e governos, inclusive por governos conservadores, é através da práxis transformadora que se distingue uma participação popular democrática de uma pseudoparticipação. Porém, antes de abordar os limites da participação popular no âmbito do Projeto Tucunduba, no século XXI, objetivo deste resumo, comprehende-se a importância de se retomar alguns aspectos históricos da participação no âmbito desta intervenção que irá completar em 2019, 26 anos de morosidade.

A Macrodrrenagem da Bacia do Tucunduba, de acordo com Barbosa (2003), teve o seu início em 1993, com a execução dos Projetos INFRA-MARCO e HABITAR BRASIL, na gestão municipal de Hélio Gueiros. Na gestão seguinte, do prefeito Edmilson Rodrigues, a Macrodrrenagem da Bacia do Tucunduba, chamada de Projeto Tucunduba, inovou em relação à intervenção no Rio Tucunduba, já que, realizou uma intervenção social em conjunto com a obra física. Uma das lideranças que vivenciou esta experiência, descreve que durante a implementação do projeto foi possível construir coletivamente um projeto ambiental, foi perceptível uma melhoria nas condições de moradia e foi possível manter a navegabilidade do rio Tucunduba (MORADORES, 2008, p. 9). Percebe-se então que a práxis adotada estabeleceu uma troca de experiências sobre as condições objetivas da classe trabalhadora na cidade de Belém, possibilitando a construção de um instrumento político de construção do poder popular.

Ao fim desta gestão, já na condução do prefeito Duciomar Costa, observou-se um retrocesso daquilo que estava sendo construído no final do século XX e XXI e que se materializou com o abandono da classe trabalhadora e da continuidade de uma gestão participativa. Uma das memórias resgatadas das lideranças das Comunidades Riacho Doce e Pantanal, sobre esse momento histórico, enfatiza que o primeiro encontro do Conselho de Fiscalização do Projeto Tucunduba com a “nova” prefeitura foi realizado com o coronel da guarda municipal, que para os moradores foi uma forma de intimidá-los (MORADORES, 2008, p. 9).

Após anos de paralisação, mudanças de gestão, concepções técnicas e políticas, o Projeto Tucunduba foi retomado em 2016, na gestão estadual de Simão Jatene. Através desta pesquisa foi possível compreender que a questão da participação popular no âmbito do Projeto Tucunduba vem se dando com muitas limitações. Apesar da existência de um discurso democrático, de efetiva participação popular, a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO), não tem sido um espaço

para exercer o direito à participação, por motivos como: 1) a falta de infraestrutura física; 2) a falta de capacitação das lideranças; 3) falta de acesso à informação e; 4) a dificuldade de integração da comunidade atingida pelo empreendimento (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, buscou-se trazer à tona para essa discussão a luta do movimento Prejudicados do Tucunduba, um movimento espontâneo⁴, que apesar de não ser um mecanismo de participação institucionalizado previsto nos manuais técnicos da CAIXA, e, portanto, não é o mecanismo oficial de participação no âmbito do Projeto Tucunduba, foi uma estratégia de participação alternativa, criada para exercer o controle social no processo de execução do projeto.

Dentre as denúncias do movimento estão: 1) a morosidade para a construção do Residencial do Curtume para o remanejamento de 226 famílias que foram desapropriadas da Comunidade do Curtume em 2008, dos conjuntos Liberdade II e III e as Unidades do Riacho Doce; 2) a falta do saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos); 3) a conclusão da Macrodrenagem do Tucunduba, há anos inconclusa (SANTOS, 2018).

Então, comprehende-se que a emergência de um movimento social urbano para representar os interesses da população e de criar um canal alternativo de comunicação com o poder público possui um sentido, que é a “revolta e têm por finalidade resgatar a dignidade humana que fora violentada por ação ou omissão do próprio Estado ou entes ligados ao poder econômico privado” (MAIOR, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, visualiza-se que a atual conjuntura traz muitos desafios, tanto para os mecanismos institucionalizados de participação, quanto para os movimentos sociais espontâneos. Nesse sentido, a classe trabalhadora da Bacia Hidrográfica do Tucunduba, assim como a sociedade brasileira, que vive hoje uma conjuntura pós-golpe de 2016, tem o desafio de reinventar as suas estratégias de luta e de construir novas representações (GOHN, 2013). Esse cenário de lutas sociais, principalmente em Belém, representa a resistência histórica dos sujeitos sociais diante de um cenário desigual, marcado pelas agudização das contradições geradas pelo modelo de urbanização e pelo tipo de planejamento urbano, adotados no Brasil e nas cidades amazônicas, que para o Movimento Passe Livre se constituem em “cidades da catraca”, onde o dinheiro é o grande elemento de determinação da mobilidade, do saneamento, da moradia, do lazer, como afirma Maricato (2013).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria José de *et al.* **Estudo de caso:** Tucunduba. Belém: UFPA, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis -RJ: Vozes, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

⁴ Consideram-se como movimentos espontâneos aqueles emergentes a partir das contradições sociais e que se organizam independentemente dos órgãos do poder público, de partidos políticos e outras instituições públicas ou privadas.

KOSIK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORADORES DO RIACHO DOCE E PANTANAL: histórias de luta e conquistas no igarapé Tucunduba – Belém. Belém. Ed. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, n. 9, fev. 2008. 12 p.

NOVAES, Jurandir Santos de. **Território e lugar**: a construção democrática da metrópole – O congresso da Cidade de Belém do Pará. 2012. 419f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Planejamento urbano e participação popular**: os limites do Projeto Tucunduba, em Belém (PA). 2018. 128f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: vozes, 2002.

COMITÊ POPULAR URBANO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A LUTA CONTRA O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA

Isabella Santos Corrêa¹

Leonardo Costa Miranda²

Raissa Cristina Sousa de Moraes³

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência da luta pelo direito à cidade a partir de um grupo em específico, o Comitê Popular Urbano. Os resultados aqui expostos decorrem de uma pesquisa maior, feita pela Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE/Amazônia), juntamente com a Fundação Rosa Luxemburgo e o Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/UFPA) intitulada “A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE (RJ, PE, PA)”.

Historicamente, grupos têm se organizado coletivamente para tensionarem o Estado em busca de seus interesses, contudo, é a partir da consolidação do modo de produção e reprodução capitalista, que os agentes de forma concentrada conformados no espelho urbano irão pressionar o Estado e a classe dominante por melhores condições, sobretudo, econômica, visto que a desigualdade em suas mais diversas facetas, se acentuou na passagem do período feudal para o capitalista. Na contemporaneidade, a dinâmica global do capital orienta os Estados-nacionais a alterarem suas legislações trabalhistas, ambientais etc., no sentido de desmontar os direitos historicamente conquistados. No Brasil, pode-se observar uma clara tentativa de diminuir a presença do estado em políticas públicas/sociais voltadas para o desenvolvimento da população, apresentando o mercado como solução para todos os problemas.

Além disso, percebe-se que instituições de empréstimo multilaterais, como é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, possuem forte presença nas políticas executadas pelos Estados da América Latina e Caribe, através de orientações que são postas como condições para os empréstimos, onde o Estado necessita assumi-las.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa ocorreu mediante a aplicação de questionários, bem como entrevistas semiestruturadas, onde entre inúmeros objetivos, procurou-se saber qual era a percepção de direito à cidade dos agentes que produzem a cidade. Para efeitos deste trabalho, apenas os dados do Comitê

1 Discente do 9º semestre de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica. PIBIC/CNPQ. Email: isabellacorrea1@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6658511847718100>

2 Discente do 7º Semestre de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica. PIBIC/CNPQ. Email: leonardocostamiranda1@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837326419188049>

3 Discente do 7º semestre de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista PROEX/UFPA. Email: raissacsmares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8844859028545206>

Popular Urbano serão apresentados. Portanto, o desenvolvimento está dividido em 2 (dois) subitens, o primeiro, apresenta sinteticamente uma discussão sobre o modo de produção capitalista e como isto reflete no processo de embelezamento de cidades; e o segundo, expõe algumas inferências sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, qual seu envolvimento com o Projeto de Macrodrenagem do Una, e seus reflexos na dinâmica de enfrentamento realizada pelo Comitê Popular Urbano.

DISCUSSÕES

Com a saturação do modo de produção feudal e ascensão da burguesia como classe dominante, o modo de produção capitalista consolidou-se na Europa, alastrando-se para quase todo o resto do globo. A revolução industrial pode ser entendida como o ponto de início da drástica mudança que ocorreu no modo de se viver, pois alterou não apenas os processos de trabalho, mas as formas de relação, as hierarquias, a conformação da cidade e do urbano etc.

Neste modo de produção, utilizando-se das categorias criadas e analisadas por Marx (2013), temos na mercadoria valor de uso e valor de troca, sendo este segundo o que determina as relações de troca no sistema atual. Por isso, a própria cidade, a partir da perspectiva do capital é concebida como uma mercadoria, e, portanto, possuindo valor de troca.

As políticas urbanas são bons exemplos para se refletir tal dinâmica. No Brasil, historicamente, as políticas urbanas e habitacionais têm respondido aos interesses do capital, mesmo quando visa, grosso modo, beneficiar a população mais pauperizada. O Estado, que intervém concretamente na realidade cria e executa programas e projetos com o objetivo, ainda que superficialmente, de atender as demandas postas pela sociedade civil.

Contudo, ao longo da história, temos assistido um Estado alinhado aos interesses do capital, embora após a redemocratização, algumas nuances de governos que se alinhavam mesmo que com muitos limites, aos da classe trabalhadora, possam ser observadas.

Além disso, nota-se que as gestões das grandes cidades, mais especificamente aquelas que dentro das escalas de cidades do mundo globalizado, desempenham papel importante nas relações econômicas, trabalham incansavelmente para que elas mesmas, as cidades, sejam mercadorias, atrativas não apenas para o turismo, mas para os negócios. Neste sentido Arantes (2000) afirma que:

Estamos diante de políticas de ***image-marking***, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz ***image-making*** está pensando, queira ou não, em políticas ***business-oriented***, para não falar ainda em ***market-friendly***, mesmo quando fala de boa fé em conferir visibilidade a indivíduos ou coletividades que aspiram a tal promoção (p. 14, **grifo do autor**).

Como dito acima, tais políticas buscam, por vezes, repassar uma imagem irreal de cidade para que agrade aos olhos do mercado, e para concretizar o objetivo, decisões são tomadas e quase sempre sem participação popular nenhuma, como é o caso de revitalizações urbanas que inúmeras vezes já ocasionaram remoções no país. A revitalização carrega um sentido de “dar vida”, ou seja, como se antes da intervenção, naquele lugar não houvesse histórias, relações, valor, e apenas após é que tudo isso começaria a fluir de maneira positiva, quando, na verdade, as revitalizações em sua maioria, correspondem aos interesses do Estado em tornar aquele espaço geográfico atrativo para o mercado, pois não estavam de acordo com o atual projeto desejável de cidade (SANCHÉZ, 2001, p. 171).

Se por um lado, a região amazônica, e em especial, as cidades que nela estão localizadas não atraem do ponto de vista do turismo um grande contingente de pessoas. Por isso, historicamente, os governos locais têm procurado intervir na estética da cidade, determinados a alterar este quadro. Inúmeras foram as intervenções urbanísticas na cidade de Belém e região metropolitana, entre elas, podemos citar o grande Projeto de Macrodrenagem do UNA.

Por outro lado, as cidades da região amazônica, e em específico a cidade de Belém, sofreu um forte processo de ocupação irregular, onde grande parte da classe trabalhadora, ao não possuir acesso ao solo urbano, partiu em direção às áreas como as “baixadas”, espaços que carecem de saneamento básico, esgoto, equipamentos coletivos de qualidade etc. Além disso, da perspectiva do capital, as baixadas não são atrativas, alteram a visão de cidade desenvolvida e embelezada. Cidades que estão na rota do capital, não podem apresentar irregularidades, pois podem afetar o valor de troca das mesmas.

Dado isto, percebe que ao longo da história a intervenção por parte do Estado a nível de execução de políticas urbano/habitacionais advém de duas demandas, umaposta concretamente pela classe trabalhadora vivendo em espaços onde o Estado não intervém, e de outra, do capital procurando embelezar a cidade e torná-la mais atrativa economicamente. Os governos municipais e estaduais que abrangem a cidade de Belém seguem esta tendência e neste sentido, o Projeto de Macrodrenagem do Una pode ser utilizado como exemplo. Os estudos do Projeto Una remontam a década de 1980, entretanto, o projeto só passa a ser executado a partir de 1993, ano em que os governos da época assinam contrato com o BID.

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una foi uma iniciativa de grande porte executada pelas esferas Estadual e Municipal em Belém com o financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Entre 1993 e 2004 foram realizadas obras de infraestrutura urbana que, segundo os discursos oficiais, seriam responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população de uma área que abrange 20 bairros da capital paraense. No entanto, o abandono do projeto – principalmente do sistema de macrodrenagem – após a conclusão das obras coloca em risco o investimento nos benefícios sociais um dia oferecidos pelo PMU (CRUZ; SOARES; ALVES, 2017, p. 12).

O BID, ao realizar empréstimo aos governos para a execução do projeto, também assegura que o objetivo da intervenção deve ser voltado para o desenvolvimento da população-alvo. No entanto, nota-se um descompasso entre o que é posto nos objetivos e as ações concretas advindas do projeto, especialmente no que diz respeito ao destino dos recursos, uma vez que o BID repassa inúmeras orientações às respectivas gestões dos governos a priorizar a infraestrutura, dessa maneira, negligenciando o aspecto social, isto é, percebe que há um “[...] esforço das agências multilaterais, e em particular do BID, [...] de propagar modelos que sirvam ao planejamento urbano, baseados na racionalidade de gestão técnica [...]” (SANTANA, 2012, p. 23).

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una teve como consequência inúmeras impactos na vida concreta dos atingidos, não só do ponto de vista da infraestrutura, mas do ponto de vista social, uma vez que, muitas famílias necessitaram ser remanejadas ou reassentadas, alterando drasticamente suas relações com o espaço, as famílias foram para espaços onde a intervenção estatal levou ao aumento do custo de vida, sem que a renda das famílias fosse alterada. O PMU chegou ao fim com

inúmeras questões não resolvidas; muitos objetivos não foram alcançados, entre os principais, está a persistência de alagamentos nos bairros que contêm baixadas. É neste contexto que grupos organizados coletivamente, pressionam o Estado para que aquilo que estava no discurso, se concretize.

O Comitê Popular Urbano, formado por cidadãos atingidos pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, coloca-se como uma das principais frentes de enfrentamento ao descaso dos governos em relação aos impactos provocados pelo referido projeto, até mesmo pela ausência ou não consecução de ações previstas. O Comitê Popular Urbano - CPU - surgiu em janeiro de 2014 como resultado da necessidade de discutirmos a problemática dos alagamentos e inundações na Bacia do Una, após a “conclusão” do Projeto de Macrodrenagem que durou de 1980 a 2005.

As principais formas de luta do Comitê Popular Urbano, segundo o representante entrevistado, estão voltadas para protestos e manifestações, além de panfletagens e articulações/divulgações via redes sociais. Nota-se que, na contemporaneidade, por conta da globalização, as redes sociais têm ganhado protagonismo no que se refere às formas de comunicação com outros indivíduos. É importante ressaltar que, dentro da discussão do poder local, a internet extrapola as ligações duais entre um grupo e outro, e atinge inúmeros grupos ao mesmo tempo.

A principal forma de enfrentamento é organizativa, no contexto da cidade. A gente interfere nos fóruns, instituições, entidades, assembleias, estuda os assuntos e temas e vai para o debate pautar e posicionar as discussões. A principal forma de atuação é a interferência nos debates, através da participação (ENTREVISTADO, 2018).

No que diz respeito à concepção de direito à cidade, o Comitê Popular Urbano, através de seu representante, afirma:

O direito a cidade é ter direito à soberania, à autodeterminação, as pessoas precisam ser as forças matriz das deliberações políticas. O poder popular é o principal vetor nesse processo (ENTREVISTADO, 2019, grifo nosso).

Nesta direção, reafirma-se a importância da soberania popular, tão presente na Constituição de 1988, além do aprofundamento da democracia, visto que um Estado centralizado e sem participação popular não contempla os interesses da população, tornando o Estado um ente totalmente desatrelado da realidade vivida pela grande maioria da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade capitalista, enquanto luta de classes, condensa interesses conflitantes. O Estado, enquanto mediador tende, historicamente, a responder às demandas do capital, sendo o principal agente que conforma a infraestrutura para a produção, circulação e consumo de mercadorias. Por isso mesmo, ela, a cidade, precisa estar de acordo com os padrões postos pelo modo de produção capitalista, inclusive, estéticos. Ao reunir na cidade, diversos agentes que produzem socialmente o espaço, a contradição torna-se latente. Ao mesmo tempo em que, o Estado intervém, por meio de projetos que redimensionam e alteram a vida das populações, ele mesmo cria um vazio para que os sujeitos afetados possam se organizar politicamente. O enfrentamento então, é feito de maneira coletiva e articulada.

O direito à cidade não diz respeito apenas à possibilidade de nela morar, mas também de vivenciá-la. O que se tem assistido nas últimas décadas, são governos cada vez mais subordinados às orientações instituições internacionais, como o BID, fazendo com que as políticas sejam quase prioritariamente voltadas para o capital, inviabilizando o desenvolvimento do modo de vida da classe trabalhadora.

Neste sentido, reafirma-se a importância dos movimentos sociais, neste caso, urbanos, continuarem seguindo na contramão do capital, articulando os interesses das populações mais pauperizadas, difundindo questões que, muitas vezes, são obscurecidas pelo próprio Estado, mas também pela mídia, uma vez que os reais impactos de grandes projetos, como é o caso da PMU, não são noticiados, ou quando são, omitem-se os verdadeiros responsáveis por estes. A Universidade também tem papel importância nesta dinâmica, pois, ao analisar os fenômenos por meio das pesquisas dos intelectuais inseridos na academia, possibilita voos mais altos no que se refere à compreensão das causas e consequências da intervenção do Estado, que neste caso, deixou a desejar no alcance dos objetivos, assim, assessorando os entes que fazem o enfrentamento.

Os estudos aqui apresentados apontam a necessidade de intelectuais continuarem na resistência, criando símbolos, valores etc., em busca de uma alternativa ao sistema vigente, sendo uma das, se não a mais importante estratégia, a viabilização de condições para que a classe trabalhadora seja portadora de sua própria voz, discutindo e decidindo seus próprios caminhos, em busca de nova sociabilidade (HAESBAERT; GONÇALVES, 2006).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas, In: ARANTES O; VAINER, C; MARICATO, E. (Orgs.). **A Cidade do Pensamento Único:** Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CRUZ, S. H. R; SOARES, P. P. M. A; ALVES, A. L. S. O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA EM BELÉM (PA): caracterização e análise sob a ótica do planejamento estratégico. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017. São Luís. **Anais { ... }.** São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Tema: 1917-2017: Um século de reformas e revolução.
- HAESBAERT, R; GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MARX, K. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. V 1.

SANCHÉZ, F. “A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTANA, J. V. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **Rev. katálysis**, Florianópolis-RJ, v. 15, n. 1, p. 21-31, junho, 2012.

DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NA QUESTÃO HABITACIONAL URBANA: UMA ANÁLISE SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Luana Giovanna Barros Costa¹

INTRODUÇÃO

Mais de 130 anos após a escravidão a população negra brasileira vive uma liberdade incompleta. A desigualdade racial que permeia a sociedade como uma expressão da “questão social” gera efeitos intensos, e se expressa e reflete nos mais diversos fragmentos da vida social, incluindo na questão habitacional urbana.

O presente trabalho possui como objeto de análise a desigualdade étnico-racial presente no cenário da habitação urbana. A partir desta perspectiva étnico-racial, a pesquisa objetiva-se na compreensão da configuração do espaço urbano nacional, assim como verificar de maneira crítica e sucinta o ordenamento da região metropolitana paraense.

METODOLOGIA

Em primeiro lugar, será abordado sob um olhar sócio-histórico a construção do espaço urbano brasileiro dentro do desenvolvimento industrial capitalista, assim como também de que forma a população negra, neste período recém-liberta, irá inserir-se no interior dessa nova lógica produtiva. Em seguida, partindo desse panorama macro, será feito uma análise da região metropolitana de Belém, considerando dados demográficos da região em questão.

Os instrumentos metodológicos para pesquisa estão firmados na coleta e avaliação de dados qualitativos e quantitativos. Sendo eles extraídos através da análise documental do Anuário Estatístico do Município de Belém, utilizando os dados do IBGE (2010) e da revisão bibliográfica de livros relacionados a temática.

DISCUSSÕES

Durante a segunda metade do século XIX, a dilatação do capitalismo industrial no cenário mundial, impõe ao Brasil, já independente, a abolição da escravidão como circunstância vital para o acesso do país na disputa mercadológica global. É sob este manto histórico, que no ano de 1888, a Lei Áurea foi promulgada trazendo consigo o esboço de um projeto societário ancorado pela mercadorização da força de trabalho. De acordo com Martins (2012), a efetivação do desenvolvimento capitalista coloca o trabalho assalariado em uma direção fundamentalmente excludente, especialmente aos mais recentes trabalhadores livres. Sobre isto, Guerreiro Ramos pontua que “a condição jurídica de cidadão livre dado ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas um avanço puramente símbolo, abstrato” (Ramos, 1950, p.207). Isto porque, mesmo após tornarem-se legalmente sujeitos livres, os ex-

¹ Graduanda da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: luana.giovanna1998@gmail.com

escravos não receberam nenhuma forma de suporte que promovesse o subsídio mínimo às condições necessárias para sua reprodução social, pelo contrário. Segundo Costa (1999, p.364), “a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”.

Seguindo esta linha de raciocínio Kowarick (1994, p.31) entende que a abolição proporcionou a construção de uma “massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos”. Moura (1889) coloca que esta pseudoliberdade institui a população negra um papel marginal na sociedade, papel este onde, segundo Moura A. (2006), elementos básicos à sobrevivência, como alimentação, moradia e saúde, lhes foram negados.

Para Stanley (1998) e Azevedo (2004) o negro estaria nesse período sendo excluído em meio a formação desta nova lógica capitalista. A manifestação disto pode ser observada no estímulo à imigração europeia promovida pelo governo brasileiro durante o final do século XIX. Estes imigrantes vão ocupar as indústrias e a produção agrícola, restando ao negro a condição de desemprego ou o familiar trabalho subalterno.

Esse processo de pauperização do segmento negro vai concentrá-los em locais precarizados denominados cortiços, a maioria deles, é importante frisar, localizados nas regiões centrais da cidade. No entanto, com a progressiva urbanização e industrialização aliada com o plano de governo para atrair investimento estrangeiro a população mais pobre, majoritariamente ex-escrava, foram expulsas para regiões afastadas do centro, geralmente lotes de ocupação ilegal em localidades sem prestações de serviços públicos básicos.

Essa forma de segregação manifestada, entre outras expressões, no espaço urbano, redefine os moldes de centro e periferia, como chama atenção Raichelis (2006).

No Brasil contemporâneo a desigualdade permanece criando barreiras entre brancos e negros (HENRIQUES, 2001). Essa colocação pode observada no Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, onde é demonstrado a manutenção da desigualdade espacial urbana entre os segmentos populacionais.

Segundo o Censo, o estado do Pará possuiria a totalidade populacional de 7.581.051 habitantes, sendo a população urbana desta 5.191.559. Focalizando a pesquisa sobre a Região Metropolitana, o resultado obtido é o total de 2.097.287 residindo nesta região, dentre deste total a parcela de 966.019 habitando em áreas urbanas regulares contra 1.131.268 habitando em áreas aglomeradas subnormais.

Estes aglomerados subnormais representam a resposta da população de baixa renda à necessidade de moradia. A população de baixa renda, formada majoritariamente pela população negra, torna-se condicionada a residir em localidades de menor valorização imobiliário e fundiário. Ou seja, distante das regiões centrais hiper valorizadas pelo processo de urbanização e especulação imobiliária.

A caracterização dessas aglomerações ocorre principalmente pela alta densidade habitacional e carência das mais diversificadas infraestruturas. Exemplo disto é a baixíssima taxa de saneamento básico que não atinge 8% da população (IBGE, 2010).

É de máxima importância destacar a presença do segmento populacional negro (pretos e pardos) que compõem a população metropolitana, atingindo a marca de 73,6 % (7,3% de negros + 66,3% de pardos) em contraposição a apenas 25,4% da parcela branca da população. Sendo assim, a população negra, estaria mais exposta a sofrer com a ausências de direitos que compõe os aglomerados subnormais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados qualitativos e quantitativos obtidos e analisados, entende-se como comprovadas a histórica desigualdade étnico-racial construída e reafirmada na sociedade brasileira ao decorrer do desenvolvimento da estrutura capitalista e fortalecida através de medidas governamentais que alicerçam o racismo estrutural demarcam relações e espaços sociais.

Dentro da perspectiva de Santos (2011) e Castells (1983), a construção do espaço é permanentemente reestruturada de acordo com as práticas sociais que perpassam a história. Sendo assim, torna-se inegável a influência histórica sobre edificação dos espaços ocupacionais da população negra na habitação, ficando-se majoritariamente em locais periféricos e metropolitanos.

Foi demonstrado então, de acordo com a análise da metrópole paraense, que assim como o segmento negro ocupava os cortiços e áreas mais periféricas da cidade durante o século passado, no período recente percebe-se a continuidade da desigualdade entre brancos e negros na ocupação do espaço urbano, com os negros estando agora concentrados nas aglomerações subnormais, observadas principalmente dentro da Região Metropolitana.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Annablume, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.364.
- HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para discussão n. 807.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1968>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 450-467, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jun. 2019.

MOURA. Alessandro de. **Quilombolas e favelas:** negação e reafirmação das condições da população negra no Brasil. Marília. Unesp, 2006. Disponível em: www.unesp.edu.br. Acesso em: 02 maio 2019.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 7.

RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova: Revista de Cultura Política.** São Paulo, n. 9, p. 13-49, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000400003>.

RAMOS, G. O negro no Brasil e um exame de consciência. In: RAMOS, Guerreiro (Org.) **Relações de raça no Brasil.** Rio de Janeiro: Edição Quilombo, 1950. p.207.

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade.** 15^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

STANLEY, Engerman. A economia da Escravidão. **Ciência Hoje.** Rio de Janeiro, v. 8, n. 48, p.4-9, nov, 1988.

O USO DOS ESPAÇOS POR MEIO DA ARTE/LEITURA: UMA BREVÍSSIMA REFLEXÃO DO FAZER ARTÍSTICO/CULTURAL DO ECNB

Marcos Samuel Costa da Conceição¹

Marcos Batista Mendes²

INTRODUÇÃO

O objetivo é analisar a arte como uma outra perspectiva de usar o urbano das grandes cidades da Amazônia, partindo de um caso particular, o do Espaço Cultural Nossa Biblioteca (ECNB), no bairro do Guamá. Recentemente esse bairro, o mais populoso da Região Metropolitana de Belém, voltou ao foco das grandes mídias, por conta da chacina ocorrida em 11/03/2019. O que nos leva a reflexão do que Cardoso (2018) destaca como questão urbana ao citar que há referência ao movimento dialético de (re)construções de sínteses da realidade social. Ainda sobre essa questão, poucos dias depois do ocorrido, o ECNB realizou uma marcha pela paz no bairro do Guamá, dada a tensão envolta do acontecido, nos sinaliza o compromisso do Espaço com a população do bairro e deu seu engajamento político, pois não sabemos quais eram as forças de tensões por detrás da chacina. Cardoso (2018) assinala também que esses conceitos não se encerram no pensamento, mas que se expressam nas forças de contradição do ser social e das relações sociais na sociedade capitalista. O Espaço Cultural Nossa Biblioteca tem quarenta e dois anos de existência e segundo um dos seus diretores, Raimundo Oliveira, o espaço surgiu como Nossa Biblioteca e vem desenvolvendo durante todos esses anos acesso a cultura, leitura e arte, por meio de oficinas de contação de história, leitura, teatro, dança, entre outras atividades. Mas é na leitura, sua maior forma de resistência. Diante disso, deu-se a reflexão que aludi a proposta deste: a arte é uma outra maneira de usar os espaços urbanos da cidade? Espaços na maioria das vezes de tensão de interesses visto que “(...) as contradições aqui visadas são aquelas que se expressam no choque/na luta entre lógicas distintas que buscam determinar as formas e os conteúdos históricos da relação terra/propriedade” (CARDOSO, 2018, p. 47). O ECNB tem sede própria, próxima ao centro do bairro e conta com mais outro espaço físico, a Casa Açaí. Na contramão dessa luta por ocupação dos espaços, dando-se ou/e optando-se por uma ocupação coletiva, de todos. Nos dias que fui observar o espaço, chamou-me a atenção o quanto o mesmo se manifesta de forma viva, enquanto tinha um grupo de mães reunidas confeccionando fuxico de tecido, havia outras mesas sendo ocupadas por alunos estudando e ao mesmo tempo um fluxo enorme de crianças e adolescentes entrando e saindo daquele espaço, mas sempre com livros nas mãos, interagindo entre si. Provocando neles e nos outros o ato de liberdade, que é a leitura. O espaço tem uma biblioteca extremamente organizada com fitas que sinalizam cada tipo de leitura e um acervo riquíssimo, que raramente teriam acesso por conta própria.

1 Graduando da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: marcos94sam@gmail.com

2 Graduado em Letras/Português e especialista em Ensino e aprendizagem em Língua portuguesa pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: marcosbmendes@gmail.com

METODOLOGIA

O primeiro método utilizado foi o levantamento bibliográfico, seguido por observações no local e análise de uma entrevista realizada com o diretor do espaço, professor Raimundo Oliveira, publicada em jornal.

DISCUSSÕES

Segundo Ferreira e Kopanakis (2015), a industrialização mudou as características das cidades, nessa corrida tecnológica dando um caráter fabril pois “cedeu espaços cada vez maiores à proliferação de fábricas, comércios e serviços, tanto públicos quanto privados” (p. 79). No caso do bairro do Guamá, não se dar de forma diferente, pois a avenida principal por onde circulam os ônibus (Av. Barão de Igarapé Miri), caracteriza-se como “o centro comercial do bairro”, com diversas lojas e mercados, sofreu uma valorização do espaço, aumentando o valor das casas, do aluguel (residencial ou comercial), tornando-se um lugar de “cobiça”, pois é próxima dos pontos de ônibus, das feiras, dos grandes supermercados, das farmácias (atualmente estão sendo construídos dois grandes supermercados no bairro um Líder e um Formosa). E na contra partida disso, ter um espaço que foque na coletividade foge à lógica capitalista vigente. Para as autoras:

(...) as cidades capitalistas foram produzidas em torno de um caráter mercantil, o qual, posteriormente, as levou à industrialização. Essa industrialização, em muitos casos, foi de forma rápida e artificial, extrapolando suas condições e negligenciando necessidades da cidade como um todo, e não somente do comércio e mercado (FERREIRA; KOPANAKIS, p. 80)

Diante do exposto, é necessário ter ciência de que em nenhum momento a cidade ou espaços, as periferias ou grandes centros urbanos foram pensados ou gestados para a coletividade, para o acesso as artes e a transferência de conhecimento. Basta notar que não existe nenhum teatro na Terra Firme, nenhum cinema no Guamá, ou uma biblioteca comunitária na Condor. O ECNB surge a partir do envolvimento coletivo e continua a se gestar a partir disso e nunca numa lógica capitalista para as cidades e espaços. Então, temos um bairro que passa a ser ocupado pelos grandes centros comerciais, criando dentro da periferia um centro e outra periferia, distanciando e aproximando segundo o poder aquisitivo de cada um, da centralidade criada pelo capital. Segundo Cardoso (2018, p. 48)

(....) é necessário ao Serviço Social investigar e conhecer as diferentes formas de apropriação, uso e ocupação da terra, suas tradições e história de conflito e resistência, nas diversas regiões e nos distintos lugares onde a vida cotidiana da classe trabalhadora, ou de forma mais ampla, dos subalternos se processa a partir do tempo e das necessidades do trabalho, da cultura e das relações familiares e de outras formas de pertencimento social, da moradia, do prazer, das formas de relação com a natureza.

Nesse sentido, percebemos que de um lado temos uma ocupação comercial em extrema expansão, do outro um espaço cultural que tenta através da arte/leitura transcender essa lógica. Segundo o professor Raimundo Oliveira na entrevista concedida ao Jornal Crescendo

(...) a leitura é um instrumento de transformação, mas ela não é uma panaceia, ela não vai resolver todos os problemas, mas sem ela todos os males vão aparecer, pois os seres humanos vão ficar impedidos de se desenvolver em sua plenitude.

Considerando todas essas situações suscitadas até aqui, qual seria o interesse desse capital em expansão na formação de jovens leitores? A resposta surgiria após amplo debate acerca das forças de tensões, na medida em que ainda não há uma resposta definitiva sobre isso, por conta e risco, o ECNB vai transformando o espaço. Nos dias que estive lá observando, pude ver o grupo das mães tendo atividades, elas também fazem aula de contação de história, então, temos toda a família envolvida nessa lógica de transformação. E o que isso revela ao Serviço Social? O que isso diz respeito a ocupação de terras na Amazônia? Outro ponto a ser discutido, em especial, sobre a construção do coletivo sobre o individual do capital pois:

(...) a problemática do capital excedente direcionado a interesses exclusivamente lucrativos afetou diretamente a vida e a sociabilidade nas cidades e limitou grande parte da transformação desses espaços às elites, gerando inúmeros conflitos e tensões no espaço urbano (Ferreira e Kopanakis, p. 80)

A declaração das autoras nos leva a outro questionamento: qual seria então a identidade desenvolvida pelas crianças, adolescentes e adultos que tem suas vidas perpassadas pela construção de um ideário coletivo, singular e de leitura? Na visão do professor Raimundo Oliveira:

O ECNB vem ao longo desses anos se enraizando junto a comunidade, se compreendendo e sendo compreendido, transformando e sendo transformado, então ele é aquele lugar essencial onde podemos trabalhar o melhor do ser humano, e nesse trabalho formos conquistando novas experiências (...)

Em complementar entendimento, Ferreira e Kopanakis (2015) afirmam que esse experimentar transformam os indivíduos e suas relações com o mundo, até mesmo em suas relações identitárias como os questionamentos que fiz até aqui. Encontra-se uma resposta e um convite para diversos outros questionamentos. Sejam quanto a questão do uso dos espaços, das constituições das cidades, das relações artísticas e ocupacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, portanto, nessa proposta de discussão, desvelar se dentro desses acontecimentos artísticos, culturais e acesso à leitura há algum resultado na vida dos indivíduos participantes e na lógica de uso do espaço urbano do bairro do Guamá. Algumas questões não se responderam de forma concisa, mas ficou claro que existe uma constante luta e resistência, que os usos dos espaços se dão de forma dialética e que é “dever” do Serviço Social investigar e reconhecer esses espaços, como surgiram e quais lutas estão combatendo. A leitura se tornou a maneira de luta e resistência desse espaço, todo o bairro não é alcançado com essa proposta, mas com certeza aos poucos o bairro passa a se ver de forma diferente. Esse pequeno ponto da cidade é usado para as artes, para ser o campo do saber e do compartilhamento.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **Terra e Propriedade como fundamentos da análise das Questões Agrária, Urbana e Ambiental.** In: SANTANA, Joana Valente (Org). Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. KOPANAKIS, Annie Rangel. A cidade e a arte: um espaço de manifestação. **Tempo da Ciência**, v. 22, n. 44, 2º semestre de 2015.

JORNAL CRESCENDO. Personalidades: Entrevista com professor Raimundo Oliveira. Belém/PA. 15 de junho de 2019. v. 3, n. 7.

RESISTÊNCIA NA CIDADE: AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E MOBILIZAÇÃO

Isabella Corrêa¹

Leonardo Costa Miranda²

Dandara Martins³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto apresentar quais os principais meios de comunicação utilizados pelos movimentos sociais urbanos no período atual, a partir de pesquisa realizada entre maio a dezembro de 2018, através da Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE/Amazônia) em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo⁴ e o Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP- CIHAB/UFPA) com o projeto de pesquisa intitulado “A luta popular urbana pelo direito a cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE (RJ, PE, PA)”, tratada aqui no âmbito da região metropolitana de Belém/PA.

Historicamente, muitos agentes organizados politicamente tiveram protagonismo, sobretudo após o surgimento e consolidação da cidade no modo de produção capitalista, especialmente na cena urbana, tendo em vista que a concentração de riquezas é produto e condição deste sistema. A cidade condensa o capital, o trabalho e a luta de classes. Esta dinâmica aparece como um caos urbano (LEFEBVRE, 1999), mas apenas aparece, pois em nível de essência, constata-se que todos os elementos constituintes para a conservação do capital estão calcados em bases extremamente consolidadas de opressão e exploração.

Desta forma, Gohn (2008) define movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que possibilitam diversas maneiras de organização por parte da população, de acordo com as suas demandas. Pode-se observar que, ao longo da história, os movimentos sociais têm modificado as suas formas de comunicação com a sociedade civil e/ou outros grupos que sejam alvo de suas mobilizações, uma vez que não estão desatrelados das alterações que ocorrem no modo de produção e reprodução capitalista.

1 Discente do 9º semestre de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica. PIBIC/CNPQ. Email: isabellacorreal@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6658511847718100>

2 Discente do 7º Semestre de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica. PIBIC/CNPQ. Email: leonardocostamiranda1@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837326419188049>

3 Discente do 9º semestre de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Email: dandaramartins18@gmail.com.

4 Instituição de formação com escritórios na África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. A organização procura contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, promovendo pesquisa, reflexão e debate sobre alternativas ao capitalismo.

5 Vale registrar que o projeto de pesquisa resultou na publicação do Livro: “A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades” o qual os autores deste resumo também fizeram parte do artigo sobre os resultados da FASE Amazônia Belém, intitulado: “A Luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE- BELÉM-PA. (p. 69-76)”. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>

Dado isto, a globalização – fenômeno econômico, cultural e político, que ocorre a partir do Século XX, tem impactado fortemente na vida concreta da população como um todo, nos mais diversos âmbitos, embora ela se desdobre de maneiras distintas na vida de alguns grupos, especialmente aqueles que sofrem opressão e/ou exploração.

Contudo, como todo fenômeno possui em si a contradição, a globalização também dispõe de elementos que podem ser apropriados pelos movimentos sociais em prol da consecução de seus objetivos. Esta dinâmica torna-se clara quando se observa que os movimentos sociais, atuam, principalmente, por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais, e internacionais/transnacionais, indo ao encontro dos resultados expostos a seguir no presente resumo expandido (GOHN, 2011).

E neste contexto, a pesquisa foi realizada, sobre a luta popular urbana na atualidade se apresenta como um importante objeto de estudo e problematização deste trabalho. Para efeito deste resumo, serão apresentadas, em síntese, algumas categorias e resultados que se apresentaram durante a realização da pesquisa com esses sujeitos, sendo um destes as formas de comunicação dos movimentos sociais entre si e com a sociedade civil articulados ao direito à cidade na região Amazônica.

METODOLOGIA

Através da parceria da FASE Amazônia com o Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade Habitação Espaço Humano (GEP-CIHAB) da Universidade Federal do Pará foram realizados o mapeamento dos grupos, coletivos e movimentos sociais existentes na região metropolitana de Belém, foram levantadas cinquenta articulações, dentre elas grupos feministas, LGBTI+, agroecologia e direito à cidade, após esse momento realizou-se a pesquisa de campo com os sujeitos. A aplicação do questionário foi realizada no período de maio a outubro de 2018, envolvendo vinte quatro representantes, dentro dessa amostra foi retirado vinte entrevistados para compreender qual suas formas de comunicação utilizados internamente entre os participantes do grupo e como ocorre a comunicação com a sociedade civil.

O questionário aplicado continha três eixos de discussão: identificação, organização e ação. Havia perguntas objetivas como: “qual nome de identificação?”, “possuem espaço físico próprio?” bem como perguntas subjetivas: “qual as formas de luta e enfrentamento de resistência adotados?”, “Qual a concepção de direito à cidade que orienta a ação coletiva do grupo/ o que é o direito à cidade?”.

Sendo assim, posterior a entrevista com os movimentos, houve a tabulação dos dados em formato Excel onde pode-se desenvolver categorias e conceitos para interpretar a realidade onde eles estão mobilizando e sua forma de luta para uma cidade mais justa, igualitária, antirracista. Portanto, a seguir será discutido as formas de comunicação e suas mobilizações na era da tecnologia e velocidade de informações.

DISCUSSÕES

Com a Revolução Industrial e a consolidação do modo de produção capitalista na Inglaterra, a classe trabalhadora subsiste para alimentar a acumulação produtiva, marcando a passagem da manufatura para a indústria. Surgem, nesse espaço de tempo, novas formas de exploração e superexploração de operários bem como novas formas de produção e organização do trabalho.

É neste contexto que dar-se à luz ao primeiro movimento de organização política de trabalhadores, o Movimento Cartista, reivindicava a redução da jornada de trabalho, aumento salarial, pelo direito

ao voto, e por uma “Carta Constitucional” que garantisse os direitos aos trabalhadores. Marx e Engels (1988 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) descreveram como se deu a organização política da época entre os trabalhadores:

Inicialmente, os operários lutam individualmente; depois, os operários de uma fábrica, em seguida os operários de um ramo industrial numa localidade lutam contra cada um dos burgueses que os exploram diretamente. Não dirigem os seus ataques somente contra as relações burguesas de produção: dirigem-nos contra os próprios instrumentos de produção, destroem as mercadorias estrangeiras concorrentes, incendeiam as fábricas, procuram recuperar a posição perdida do trabalhador medieval (MARX; ENGELS, 1988, p. 14 apud MONTANÓ; DURIGUETTO, 2011, p. 230).

No Brasil, a mobilização da classe operária inicia-se a partir do período da República Velha (1889-1930), os elementos essenciais para a formação da classe trabalhadora⁶ no Brasil foi a vinda de imigrantes europeus que já haviam tido experiências de mobilização social. Nesse contexto, a primeira forma de organização dos trabalhadores foi através das Associações de Socorro e Auxílio Mútuo e as Ligas ou Uniões Operárias, essas ligas deram início às organizações sindicais, e buscavam as principais reivindicações: “Jornada de trabalho de oito horas, melhorias salariais, férias, seguro contra acidente de trabalho, proibição do trabalho infantil, regularização do trabalho de mulheres e menores de idade, sufrágio universal. (MONTANÓ; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

Tomando por base as lutas sociais realizadas durante e após o período ditatorial no Brasil (1964-1985) a Constituição Federal de 1988 elaborou mecanismos que buscam a participação popular, ou seja, as possibilidades para a gestão popular, para o exercício do poder através de instituições representativas, as bandeiras de luta passaram aos poucos a se tornarem realidade. Contudo, é nesses espaços políticos que os movimentos populares descobrem seus direitos sociais, se conscientizam das causas da segregação socioespacial, identificando os espaços socialmente diferenciados (SANTOS, 2008).

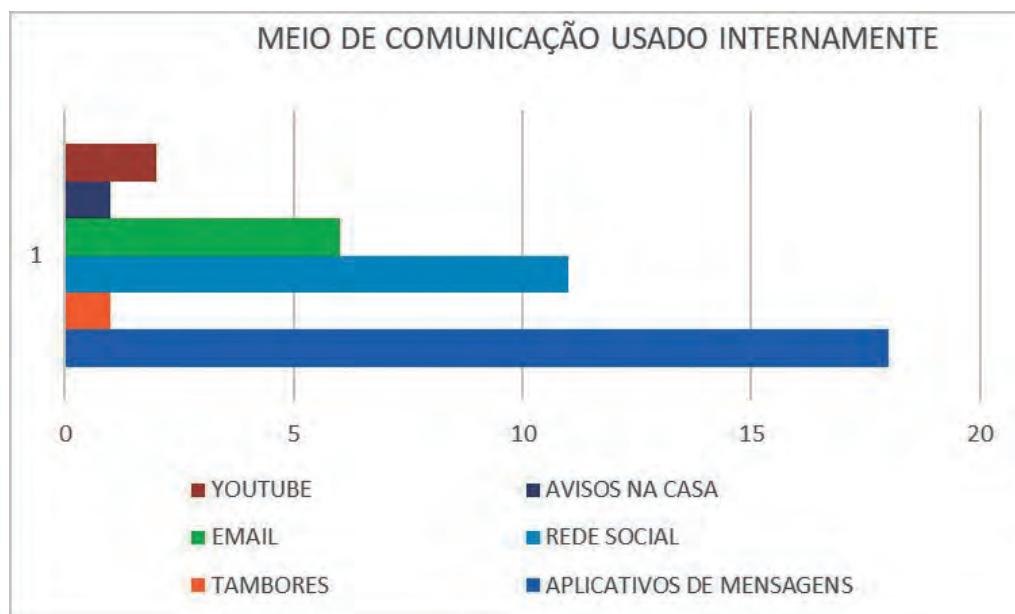
Vale ressaltar ainda que, a partir da urbanização e da globalização, os movimentos sociais têm adquirido novos contornos perante a sociedade, crescendo em dinamismo e criatividade. Nessa dinâmica, a comunicação possui papel fundamental na expressão na dinâmica de mobilização e organização popular, onde retornando a história, o período do regime militar (1964-1985), onde sob o controle e o poder de coação aos movimentos sociais populares e outras organizações ousaram criar canais alternativos para se comunicar. Face a esta realidade, a informatividade e movimentos sociais exerceram — e continuam a exercer — o direito de comunicar, tanto usando meios alternativos como maneira de escapar ao controle e à repressão policial, quanto enfrentando dispositivos legais contrários e impeditivos (PERUZZO, 2013).

Seguindo o objetivo inicial deste trabalho – de traçar uma visão panorâmica sobre os dados obtidos durante a pesquisa sobre a luta popular urbana–, observou-se no eixo de ação e organização

6 “É preciso ter em conta o peso relativamente pequeno do operariado industrial típico no conjunto da força de trabalho” nesse período da formação da classe trabalhadora. “era ainda muito pequeno o espaço da indústria na economia brasileira de então. A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8%, em 1920” (MATOS, 2009, p. 36 apud MONTANÓ; DURIGUETTO, 2011, p. 234).

que, mais de 50% dos sujeitos políticos comunicam entre si por meio de aplicativos de mensagens, onde segundo os entrevistados, possibilitam um diálogo mais rápido e por conta das diversas demandas pessoais do dia a dia nem toda semana há possibilidade de se reunirem. No que tange a comunicação com a sociedade, a maioria, cerca de 60% demonstraram que o acesso/comunicação com a sociedade civil se dá através das mídias sociais, em seguida o audiovisual (exemplos: vídeos, fotos) e o rádio ainda como um meio de sociabilidade na Amazônia Paraense, os resultados são demonstrados conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 1 - Meio de comunicação usado internamente



Fonte: FASE, 2018

Gráfico 2 - Formas de comunicação com a sociedade



Fonte: FASE, 2018.

Com as novas tecnologias de informação, os movimentos sociais assumem novas configurações. Desta forma, as redes surgiram como um novo instrumento metodológico para repensar as formas de comunicação e expressão com a sociedade em geral. A comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais populares em toda a história e em conformidade com a capacidade de organização e com os recursos disponíveis em cada época (PERUZZO, 2013).

Em uma era mediatizada como a atual, outro ponto importante relacionado à comunicação nos movimentos sociais, diz respeito ao desafio permanente que as lideranças encontram no sentido de mobilizar a sua comunidade e sensibilizar a sociedade em geral em nome de uma causa coletiva. Isso faz com que a comunicação se torne um elemento cotidiano das práticas desses movimentos. A internet e as redes sociais são ferramentas cruciais para as novas redes de lutas sociais (FONSECA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito de conclusão deste trabalho, percebe-se que esse novo traço de relações sociais, ultrapassaram fronteiras locais, possibilitando que cada cidadão seja protagonista das reivindicações coletivas; e ao mesmo tempo fazendo parte e integrando-se a outras redes que lutam pelos mesmos ideais, seja pelo direito à cidade, pelas mulheres, pelo movimento LGTQI+ dentre outras organizações que historicamente atravessam batalhas para ter seu espaço reconhecido em sociedade.

As lutas contemporâneas dos movimentos sociais veem seus lugares de atuação ampliados, lugares onde a união de esforços conjuntos potencializa ações antes difíceis de serem realizadas. A sociedade em rede permite que cada vez mais pessoas tomem conhecimento e se tornem parte de movimentos sociais.

Mesmo que cada sujeito pense individualmente, são as decisões tomadas em conjunto que realmente põe em funcionamento as mobilizações.

REFERÊNCIAS

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **A Luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades.** 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2018.

FONSECA, André Azevedo da. A comunicação nos movimentos sociais: do panfleto de protesto à educação para a cidadania. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 126, v. 11, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12748>

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria-Lucia. **Estado Classe e Movimento Social.** São Paulo: Ed. Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 5).

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Revista Contemporânea, comunicação e cultura.** v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/0>

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: Ed. UNESP, 2008. (Paradidáticos. Série Poder).

EIXO TEMÁTICO VI

LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À MORADIA NA AMAZÔNIA RELATOS DE EXPERIÊNCIA



AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS EXPERIÊNCIAS DO PARU NOS ANOS DE 2018-2019

Antônio José Noronha Correia¹

Katherine Reis Duarte²

Luciana Pereira de O. Tavares Mourão³

Milcilene Magalhães da Silva⁴

Raissa Fernanda Souza Palheta⁵

Rafaela Seabra Guimarães⁶

Roselene de Souza Portela⁷

Sandra Helena Ribeiro Cruz⁸

Welson de Souza Cardoso⁹

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Reforma Urbana - PARU propõe atividades para fomentar a participação dos sujeitos sociais, a partir de debates acadêmicos e seminários no âmbito institucional e da sociedade. Diante desse processo, este Programa vem estabelecendo ações e análises com base num referencial teórico específico dos movimentos sociais e lutas sociais e analisando o contexto social e histórico dos grandes projetos urbanos implantados ao longo dos anos na Região Metropolitana de Belém, visando fomentar a consciência política dos movimentos sociais, para que os mesmos possam ir ao enfrentamento de maneira qualificada em busca do direito de morar dignamente.

Marro (2011, p. 321) destaca “a importância da articulação do Serviço Social com as lutas sociais, como uma possibilidade de ampliação e potenciação dos horizontes institucionais da intervenção

1 Graduando de Serviço Social, UFPA. Bolsista de Extensão no Projeto Capacitação em Atenção à Saúde do Adolescente - CASA. E-mail: antonicorreira@yahoo.com.br

2 Graduanda de Serviço Social, UFPA. Bolsista de extensão no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). E-mail: kate.reisarte.ufpa@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2401834438282870>

3 Assistente Social, Mestra em Serviço Social, Técnica no PARU. E-mail: lpotavares@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7433420157652120>

4 Assistente Social, pela Universidade Federal do Pará, Mestranda em Serviço Social – PPGSS/UFPA. E-mail: milci.13@gmail.com. Currículo Lattes: Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1838653191018341>

5 Graduanda de Serviço Social, UFPA. Bolsista de Extensão no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). E-mail: raissafernandas@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5396083850378474>

6 Graduanda de Serviço Social, UFPA. Bolsista de Iniciação Científica no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). E-mail: guimaraesraphaela243@gmail.com.

7 Assistente Social, Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA- UFPA. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPA e da Faculdade de Serviço Social/ UFPA. E-mail: roselene@ufpa.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6438556520914699>.

8 Doutora em ciência socioambiental. Docente Associada da FASS e PPGSS. E-mail shelena@ufpa.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6427847823348453>

9 Bacharel em Estatística, Doutor em Ciências Socioambientais pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA, Professor Adjunto na FASS/UFPA. E-mail: cardosow5@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3892611396039907>

profissional". Essa articulação pode se dâ, por meio de formação de alianças com os segmentos de classe organizados. Apostando “na transformação das correlações de força institucionais e, na perspectiva da ampliação da ingerência da participação popular nas decisões” e, mediante a “reversão da histórica relação subalterna desses setores com o poder público” (MARRO, 2011, p. 321). Segundo a autora, é importante tornar realidade ao reconstruirmos o significado das tarefas vinculadas à socialização de informação e conhecimentos, as quais, somadas à prestação de assessoria técnica e política aos movimentos sociais, afiguram-se como instrumentos necessários para o fortalecimento e qualificação da sua participação política (MARRO, 2011, p. 333).

Diante disso, no presente trabalho vamos refletir sobre a relação universidade e sociedade, a partir do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e a relação com os movimentos sociais, visto que é um programa de referência em vários órgãos públicos, e, com isso, os movimentos buscam se articular como meio de fortalecer as suas reivindicações.

Desta forma, a assessoria do PARU é um importante instrumento para contribuir nas lutas sociais auxiliando as lideranças, junto a população e desenvolvendo atividades de formação política para que os sujeitos avaliem de forma crítica a realidade e busquem pelos seus direitos, logo, reforça a importância de serem protagonistas dessa mudança.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

É notório que a essência do sistema capitalista traz consigo as desigualdades sociais em todas as esferas, no qual Iamamoto define como questão social:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho, torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Assim, se comprehende que as problemáticas provenientes da cidade e do campo se configuram como uma expressão da questão social, advinda do modo de produção capitalista que produz segregação socioespacial, gerando dois espaços de moradia: uma nobre, dotados de equipamentos e de infraestrutura para uma moradia digna, quem tem acesso a esses meios é quem detém o capital, em contrapartida se percebe outro espaço com insuficiência de equipamentos urbanos e condições de habitação necessários para se reproduzir e viver dignamente.

Diante dessa realidade que está presente em todas as cidades brasileiras, se consolida os movimentos sociais, de acordo com Portela (2005, p.17), houve por parte da sociedade que residiam nas periferias um grande movimento de reivindicações em 1970, essa população solicitava respostas para suas demandas por: habitação, luz, água, esgoto e pavimentação. Se consolidando, dessa forma, como uma organização popular.

Mediante a essas questões e a esse cenário de lutas sociais por uma habitação digna, que emerge, como um projeto de extensão, o Programa de Apoio à Reforma Urbana, vinculado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Federal do Pará, com o objetivo de intervir nas questões urbanas, diante das diversas formas no qual se estabelece e se

configura na realidade da cidade de Belém, através do vínculo entre as atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa, ensino e extensão.

Dito isso, o Programa desenvolve suas atividades nessa perspectiva de assessoria e capacitação técnica aos movimentos sociais interligando a Universidade juntamente com os movimentos sociais de Belém. Dentre as atividades internas realizadas destaca-se: o projeto “Quintas Urbanas” que tem a intenção de fortalecer o debate acadêmico no que tange as questões urbanas, tornando-se um momento de socialização dos conhecimentos produzidos no Programa, tendo como público alvo os alunos da graduação, pós-graduação do curso de Serviço Social, profissionais de diversas áreas e os movimentos sociais envolvidos na temática urbana. Na pesquisa, o Grupo de Pesquisas Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada – GPPUMA possui como objetivo fortalecer a intersetorialidade e a interdisciplinaridade diante das problemáticas referente a questão urbana.

Além disso, o PARU realiza assessoria aos movimentos populares urbanos, como o Movimento Prejudicados do Tucunduba e Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), que são movimentos que constantemente reivindicam pela luta a regularização fundiária de bairros pertencentes às bacias do Una e do Tucunduba. Isso inclui problemas de habitação provocados pelas intervenções dos grandes projetos urbanísticos, que provocam remanejamentos, reassentamentos, implicando em diversos problemas socioeconômicos.

Atualmente, a FMPBU está em conjunto com moradores da Alameda Padre Anchieta, buscando articular e contribuir com a luta dos mesmos no processo para se conseguir a documentação da posse do terreno, que está sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), sendo que os moradores foram remanejados para essa alameda em decorrência da obra de macrodrenagem da bacia do Una.

Além disso, a partir de uma ata de reunião do dia 20 de junho de 2018 entre o Movimento Prejudicados do Tucunduba (MPT) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), o MPT vem reivindicando transparência quanto ao andamento da construção de conjuntos habitacionais. A partir de informações coletadas pelas lideranças do movimento, a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) é responsável por residenciais de famílias que foram remanejadas e reassentadas, como os conjuntos habitacionais Residencial Liberdade I e II, e alguns residenciais do Riacho Doce.

A SEDOP encontra-se sob a responsabilidade de três conjuntos habitacionais no Riacho Doce, que não possuem data de entrega e estão vinculados ao Programa, Minha Casa, Minha Vida. Além disso, foi dada a previsão da construção de 208 unidades habitacionais e metade desse número será destinado para a COHAB. Destaca-se que a SEDOP, também tem mil residenciais reservados no Residencial Quinta do Paricás, para famílias remanejadas que foram cadastradas no Projeto de Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba.

O Movimento também reivindica pela construção e entrega do conjunto habitacional do Curtume, destacando a apresentação do projeto arquitetônico, a origem do recurso financeiro que será usado e o prazo da entrega. Além disso, no conjunto habitacional do Riacho Doce, reivindicam pela apresentação da quantidade de unidades habitacionais já entregues e quantas ainda não foram entregues.

Diante disso, os movimentos populares mencionados acima, também lutam por outras pautas objetivando a moradia digna para as populações dos bairros pertencentes a essas bacias, dentre esses aspectos visa-se reivindicar pelo acesso, principalmente, ao saneamento básico, que reflete na saúde das pessoas que acabam sendo afetadas por falta de esgoto não tratado e alagamentos nessas bacias, que contribui para disseminar doenças via recursos hídricos.

Além disso, fica evidente um processo de segregação sócioespacial, uma vez que sempre que projetos urbanos são implementados, a população atingida, geralmente são pessoas de baixa renda, é removida para outros espaços distantes dos quais morava ou retorna para o lugar que reside e enfrentam problemas e consequências resultados das obras dos projetos.

Diante disso, o PARU busca assessorar esses movimentos populares, a partir das demandas que lhe são colocadas, visando auxiliar essas lideranças na intervenção da sua luta e da sua realidade, a partir do acompanhamento de audiências e assembleias públicas dos movimentos com entidades como a SEDOP, Assembleia Legislativa, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ PA, reuniões dos movimentos junto a centros comunitários e moradores, dentre outros.

A assessoria também é desenvolvida junto aos movimentos no auxílio na elaboração de documentos, como ofícios, convites, para encaminhar a órgãos públicos, do legislativo e executivo, também na mobilização dos moradores junto aos movimentos, na organização de seminários informativos, na elaboração de apresentações das lideranças para órgãos públicos, sendo esses alguns exemplos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Portela (2011), se comprehende o espaço urbano como um resultado de inúmeros processos, que foi constituído por “agentes que produzem e consomem esse espaço”. A autora ressalta que o resultado se constitui em um “produto social, fragmentado e articulado”, portanto, o espaço urbano se configura em um lugar dotado de significados, que representa a forma de vida, a cultura, as relações sociais, ambiental e econômica. Assim sendo, se entende que o espaço urbano perpassa pelas relações sociais, portanto, pela visão do sistema capitalista no qual define as configurações do espaço em questão, nesse sentido os movimentos sociais e o PARU, vem desafiando esse sistema a partir da formação dos movimentos sociais para que os sujeitos que vivenciam as consequências das intervenções urbanas possam ter o direito à cidade.

A mobilização e organização popular se faz necessária frente aos diversos desafios e a ameaça de criminalização dos movimentos sociais, isso inclui se articular junto com instituições e entidades que contribuam para fortalecer os movimentos e impulsionar suas pautas de luta junto a representações das esferas do poder executivo e legislativo.

Diante disso, o PARU se engaja com os movimentos populares, buscando auxiliá-los nas suas demandas e contribui no papel social da Universidade. Por isso, promove espaços de debate e reflexão junto à comunidade acadêmica, aos movimentos sociais e a população da cidade de Belém, para tentar conscientizar a importância da participação popular nos espaços de debate e discussão dos problemas e projetos urbanos que incidem sobre a população.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

MARRO, Katia Iris. Serviço Social e Movimentos Sociais: Reflexões sobre experiências de extensão universitária. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 11, n. 22, p. 317-340, jul./dez. 2011.

PORTELA, Roselene de S. **Políticas Habitacionais em Cidades Amazônicas:** Belém e São Luís na perspectiva comparativa. 2011. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências - Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Orientação de Edna Maria Ramos de Castro

PORTELA, Roselene de S. **Planejamento, Participação Popular e Gestão de Políticas Urbanas:** a experiência do Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una (Belém-Pa). 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

EIXO TEMÁTICO VII

**QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL
E SERVIÇO SOCIAL**

COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS



REMANEJAMENTO, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS POR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL: DISCUTINDO CONCEITOS E EFEITOS A PARTIR DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Alan Jhonatan Furtado Nunes¹
Solange Maria Gayoso da Costa²

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a produção científica no contexto dos deslocamentos forçados de famílias tem ganhado considerável expressividade, autores de diferentes áreas do conhecimento têm realizado estudos a fim de apontar para os efeitos desse processo na vida das populações. A instalação dos chamados “Grandes Projetos” fustigados pelas aberturas e acordos realizados durante o período militar, significou para a Amazônia o início de um processo de tormento populacional que perdura até nossos dias. Percebido no meio rural com as instalações das Usinas Hidrelétricas acarretando destruição dos meios naturais e das redes de sociabilidades das comunidades tradicionais, populações ribeirinhas aqui existentes, as quais na maioria das vezes perdem toda a sua fonte de renda, suas terras e suas condições de subsistência com a inutilização dos rios.

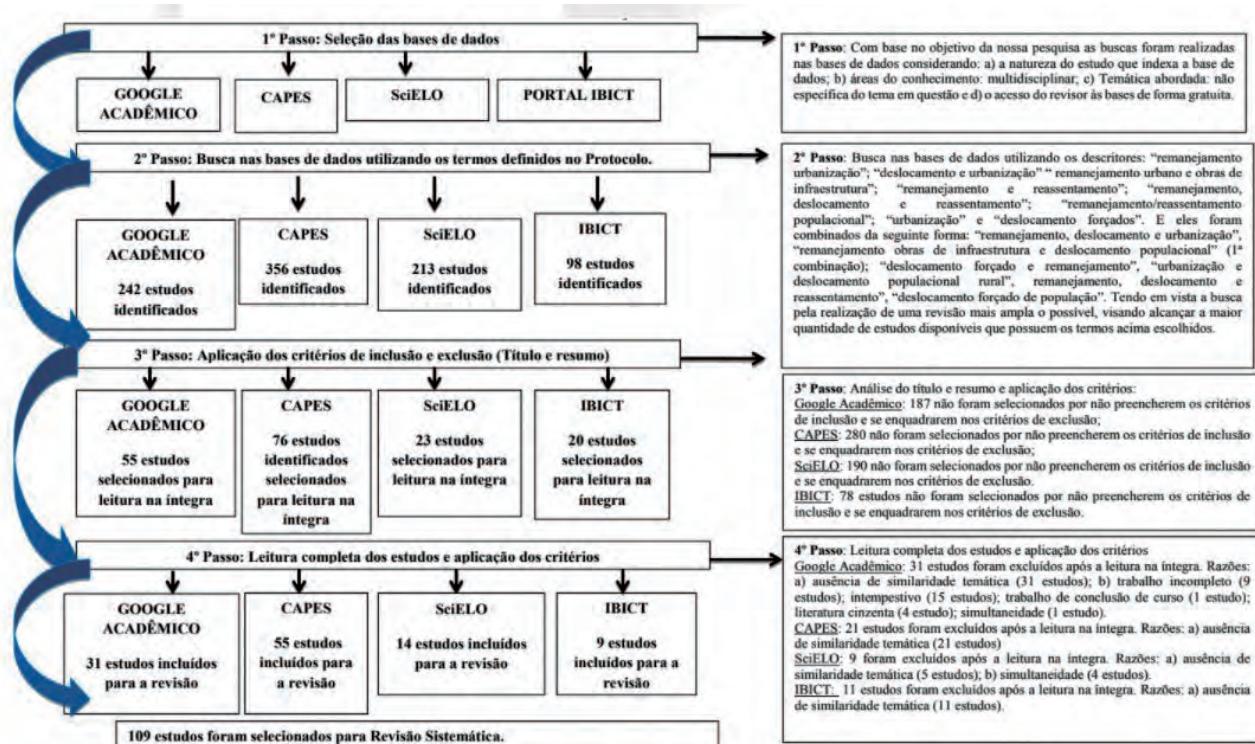
Nas cidades isso também se reflete através dos projetos de intervenções urbanísticas. Belém, que historicamente tem se visto nesse processo, também tem sua população periférica sendo afetada por essas ações de deslocamento forçado quando implanta-se um projeto de urbanização de favelas, aos modos do que eram os projetos de embelezamento no período conhecido como *Belle-Époque* no início do século XX. Dessa forma, atenta-se para a necessidade de investigar como as pesquisas têm se debruçado em discutir a temática do remanejamento involuntário e reassentamento involuntário de famílias, quais as terminologias utilizadas para expressar esse processo e quais os principais efeitos apresentados pelos autores nesse processo de intervenção no modo de vida das famílias.

METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos utilizou-se do método de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) por síntese, uma vez que este requer um maior planejamento, de maneira a garantir resposta concisa a uma pergunta específica por meio de procedimentos explícitos e sistemáticos, o que segundo Castro (2002) possibilita identificar, selecionar, analisar e avaliar criticamente os estudos, para então gerar novos dados partindo da interpretação desses estudos. A partir da construção do Protocolo de Pesquisa com critérios de inclusão e exclusão dos estudos, com busca nas bases de dados com combinação dos descritores, conforme ilustra a figura a seguir:

1 Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará UFPA. E-mail: alnunes@hotmail.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/415171800524041>

2 Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PGSS/ICSA/UFPA, Brasil). E-mail - gayososol@yahoo.com.br

Figura 1 – Percurso metodológico no levantamento e seleção dos estudos

DISCUSSÕES

Os principais resultados obtidos a partir da revisão sistemática com os 109 estudos selecionados apontam que a discussão sobre os conceitos e efeitos do processo de remanejamento, deslocamento forçado e remoção é extensa, autores como Santos (2007); Cernea (2000); Derroso (2014) e Denaldi (2009), entre outros, compreendem que esses conceitos estão diretamente ligados com o conceito de deslocamento compulsório ou ainda, de deslocamento involuntário/reassentamento involuntário. Os estudos indicaram treze (13) consequências resultantes do processo de remanejamento, sendo elas: 1. Desequilíbrio ambiental; 2. Perda da identidade social; 3. Concentração de terras; 4. Destrução das redes de sociabilidade; 5. Rompimento das relações sociais históricas; 6. Conflitos internos; 7. Aumento da Violência; 8. Insegurança e incerteza; 9. Modificações nas condições de vida; 10. Exclusão social; 11. Empobrecimento econômico; 12. Empobrecimento cultural; 13. Adoecimento. Para maior aprofundamento e compreensão dos efeitos na vida das famílias afetadas por esses projetos de desenvolvimento, essas consequências foram sintetizadas em 5 (cinco) variáveis de análises: 1- *Empobrecimento*; 2- *Violência*; 3- *Destrução/Perda das Redes de Sociabilidade*; 4- *Desequilíbrio Ambiental* e 5- *Exclusão Social*.

O *empobrecimento*, presente na maioria dos estudos analisados, esteve relacionada, segundo Yntiso (2008) e Patel, Sliuzas e Mathur (2015), aos prejuízos econômicos, exemplificados pelas perdas de espaços e/ou atividades de geração de renda, aumento do custo de vida nas moradias pós-remanejamento, dentre outros. Conforme apontam os estudos de Santos (2007), Bloemer (2001) e Nacke (1993), essa categoria também foi relacionada aos aspectos culturais, ligados ao desmantelamento das redes de sociabilidade, o que refletiu na perda da identidade das comunidades tomadas para

estudo. Também foi possível observar a variável *empobrecimento* associada aos efeitos trazidos pela má distribuição de terras para reassentamentos das populações remanejadas de seus locais de origem (TAN e WANG, 2003; LAN e PAUL, 2014). E, por fim, os estudos constataram que o *empobrecimento* esteve relacionado ao adoecimento de muitos moradores impactados por esses projetos.

Na variável *violência* enquanto efeito do processo de remanejamento/reassentamento, os estudos destacaram a falta de segurança nos locais de moradia e seus entornos, os conflitos entre atores presentes nos processos (famílias, construtoras, agentes do poder público etc.) e ainda a violência psicológica, marcaram uma trajetória de abusos impostos aos sujeitos alvos dessas intervenções. A *destruição/perda das redes de sociabilidade* também foi apontada nos estudos, em especial em Santos (2007) e Derroso (2014), como forte consequência que incide sobre as famílias, marcada pelo momento em que familiares e vizinhos, com os quais se acha estabelecida uma estrutura social movida por laços de solidariedade mútua, são afastados e reassentados em localidades diferentes, fragilizando e até eliminando essa rede de apoio e sociabilidade, o que leva também à perda da identidade social dessas famílias.

Na variável *desequilíbrio ambiental* encontram-se as complicações referentes à redução ou destruição da população de animais, ecossistemas, fauna e flora, a inundação de comunidades inteiras, como consequência de instalação de usinas hidrelétricas, segundo Goldman (2011), o mal uso de recursos provenientes de áreas de reserva ambiental após a expulsão de comunidades tradicionais. Em relação a variável *exclusão social*, os estudos indicam que os maiores problemas do remanejamento/reassentamento na vida das famílias estão na esfera socioeconômica, podendo estes efeitos assumir maior ou menor amplitude, dependendo da modalidade de remanejamento e das condições sociais e econômicas em que se encontram os sujeitos (PATEL, SLIUZAS e MATHUR, 2015). Em suma, a *exclusão social* também é apontada quanto a não inserção das famílias afetadas nos processos decisórios no decorrer dessas ações (TORRI, 2011; LAN e PAUL, 2014; YNTISO, 2008), marcando uma trajetória de negação do direito à participação e à efetividade do direito à moradia digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a pesquisa constatou que os projetos de desenvolvimento urbano ou rural intimamente ligados ao desenvolvimento do capital via exploração dos recursos naturais e sociais, se configuram como um fator potencial de promoção da pobreza e perda da qualidade de vida, de modo que as populações são deslocadas dos locais com condições favoráveis à reprodução dos seus modos de vida a outros que não contam com as mesmas características do seu território de origem. A análise da RSL permite-nos concluir que isso também é uma forma do capital desarticular politicamente as organizações de resistência dessas populações pulverizando essas famílias em várias áreas diferentes. De maneira geral conclui-se que as pesquisas em diferentes áreas do conhecimento têm sido unânimes em apontar que os projetos de desenvolvimento tanto rural como urbano, tem priorizado sua execução via ações de remanejamento ou deslocamento forçado de populações, o que tem significado na vida das famílias afetadas, efeitos que vão desde a perda de suas atividades econômicas a desarticulação da rede de sociabilidade social, cultural e simbólica.

Considera-se que este trabalho alcançou seu principal objetivo, no que tange a investigar as pesquisas científicas que tem trabalhado a temática do remanejamento fazendo a discussão conceitual

com relação as diferentes terminologias utilizadas e sistematizando os efeitos que as pesquisas têm apontado. Avalia-se que este trabalho faz uma importante contribuição para as análises conceituais dessa temática, e que a partir dessa análise amadurece o processo de realização de pesquisas futuras. Ressaltamos os limites teóricos e metodológicos deste estudo, o que permite o desdobramento de novas interpretações e críticas científicas.

REFERÊNCIAS

- BLOEMER, Neuza MS. A hidrelétrica de Campos Novos: campões, migração compulsória e atuação do setor elétrico. BLOEMER, N. M; REIS, M. J. (Organizadores). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis-SC: Editora UFSC, 2001. p. 93-115.
- CASTRO A. A et al. **Curso de revisão sistemática e metanálise**. São Paulo: LED-DIS; UNIFESP; 2002. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise>>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- CERNEA, Michel M. **Reassentamiento de Población y Estudios sociales**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Reasentamiento_de_poblaci%C3%B3n_y_estudios.html?id=1jx2pwAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 02 maio 2019.
- DENALDI, Rosana. Assentamentos **Precários**: identificação, caracterização e tipos de intervenção. Brasília, DF: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009. p. 107-131.
- DERROSSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambient. Soc.** v. 17, n. 3, p. 97-114, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300007>.
- GOLDMAN, Mara J. et al. Strangers in their own land: Maasai and wildlife conservation in Northern Tanzania. **Conservation and Society**. [s. l], v. 9, n. 1, p. 65, 2011. Disponível em: https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/7405/ConservatSoc9165-5776511_160.pdf?sequence=1&isAllowed=y 245.
- LAM, L. M., & Paul, S. Disputed land rights and conservation-led displacement: a double whammy on the poor. **Conservation and Society**. v. 12, n. 1, p. 65, 2014. Disponível em: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/9428/853FCd01.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- MUGGAH, HC Robert. Conflict-induced Displacement and Involuntary Resettlement in Colombia: Putting Cernea's IRLR Model to the Test. **Disasters**. v. 24, n. 3, p. 198-216, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-7717.00142>.

NACKE, Aneliese. Deslocamentos Populacionais Compulsórios - experiência nacional e internacional. REIS, Maria José; HELM, Cecília M. V. (coord.). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.

PATEL, Sejal; SLIUZAS, Richard; MATHUR, Navdeep. The risk of impoverishment in urban development induced displacement and resettlement in Ahmedabad. **Environment and Urbanization**, v. 27, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0956247815569128>

SANTOS, Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007, 279 f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém 2007.

TAN, Yan; WANG, Yi Qian. Rural resettlement and land compensation in flooded areas: The case of the Three Gorges Project, China. **Asia Pacific Viewpoint**. [s. l.]44, n. 1, p. 35-50, 2003. Disponível em: <https://dspace.flinders.edu.au/xmlui/handle/2328/12790>.

TORRI, Maria Costanza. Conservation, relocation and the social consequences of conservation policies in protected areas: Case study of the Sariska Tiger Reserve, India. **Conservation and Society**. Toronto, v. 9, n. 1, p. 54, 2011. Disponível em: http://www.conservationandsociety.org/article.asp?issn=0972-4923;year=2011;volume=9;issue_=1;spage=54;epage=64;aulas=Torri;type=0.

YNTISO, Gebre. Urban development and displacement in Addis Ababa: The impact of resettlement projects on low-income households. **Eastern Africa Social Science Research Review**. v. 24, n. 2, p. 53-77, 2008. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/eassrr/article/view/22757>.

EIXO TEMÁTICO VIII

QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

RELATOS DE EXPERIÊNCIA



SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O MODO DE DESPEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BREVES (MARAJÓ/PARÁ)

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães¹

Nilza de Sousa Medeiros²

Shirleide do Socorro Viegas Ferreira³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui em relato de experiência de pesquisa desenvolvida durante a disciplina de “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social III”, que dividida entre aulas teóricas e práticas, tivemos como lócus o lixão do município de Breves (Marajó/PA). Neste relato temos como intenção refletir e dar visibilidade ao debate da questão ambiental na região do Arquipélago do Marajó, que é uma área de proteção ambiental, entretanto, que não possui uma política de dejetos de resíduos sólidos, à medida que, sendo uma região que figura entre os piores índices de desenvolvimento humano, possui uma população extremamente fragilizada pela pobreza, resultado: famílias vivem e sobrevivem da produção e descarte de lixo.

Considerando o contexto descrito acima, ao longo das ações de extensão, pesquisa e ensino, fomentados na disciplina, tivemos os seguintes objetivos: I) Verificar quais os principais impactos do despejo inadequado de lixo na vida de moradores que residem no Lixão do município de Breves (Marajó/PA); II) compreender as dinâmicas estabelecidas entre os moradores do Lixão com o espaço em que vivem; III) Dar visibilidade à situação ambiental a qual está submetida o município de Breves (Marajó/PA); e IV) Indicar possibilidades de atuação do assistente social junto aos moradores numa perspectiva interdisciplinar para a construção de uma educação ambiental inclusiva.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Como mencionamos anteriormente, a experiência aqui descrita decorre de atividade desenvolvida em disciplina de “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social III”, no qual teve como objetivo possibilitar aos graduandos do curso de Serviço Social o conhecimento e habilidades na utilização dos instrumentais técnico-operativos da profissão, tais como abordagem, observação, visita domiciliar, entrevistas e outros.

1 Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutora em Educação pela UFPA. Professora Adjunta A da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves (FACSS/CUMB/UFPA). E-mail: jacguimaraes@ufpa.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0016401443592564>.

2 Graduanda do Curso Bacharel Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: nilzamedeiros1012@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4548094711710108>.

3 Graduanda do Curso Bacharel Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: shirleyde.v.ferreira@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1171729120248171>.

Deste modo, no período de oito dias do mês julho deste ano, realizamos a aplicação dos seguintes instrumentais: observações, questionários socioeconômicos, relacionamento, entrevistas semiestruturadas e visita domiciliar com cinco famílias residentes na Estrada Breves, Arapijó, PA-158 do Bairro Aeroporto II, Travessa Projetada, popularmente conhecida como Rua do Lixão, localizado no Município de Breves Arquipélago do Marajó/PA⁴.

A partir dos instrumentais citados anteriormente buscamos apresentar aspectos sobre moradia, renda, saneamento básico, educação, saúde, lazer e energia elétrica. Além de levantamento bibliográfico e documental, no qual nos embasamos teoricamente para compreender criticamente a realidade social vivenciada pela comunidade. Ao longo do trabalho empreendido foram observadas as diferentes possibilidades de atuação do assistente social nas problemáticas ambientais que atingem o município, entretanto, este profissional ainda se encontra restrito à Política de Assistência Social que vem se desenvolvendo de modo pragmático e sem um trabalho integrado com as demais políticas sociais em Breves, e ainda, ocorre a ausência deste profissional na Secretaria de Meio Ambiente.

Compreender este processo nos exige uma percepção ampliada sobre a problemática ambiental nas sociedades regidas pelo Capitalismo. Chesnais e Serfati (2003) argumentam que o capital representa uma grande ameaça para o meio ambiente, pois a consequência do seu crescimento é a redução dos recursos naturais, e a sua “retribuição” é a poluição em grande escala. E continuam problematizando que na esfera do ambiente ao se ter como recorte o plano econômico o capital transforma em “mercados” a degradação de recursos como a água e até mesmo o ar, logo sendo novos meios de acumulação.

Portanto se faz premente compreender a Amazônia, consequentemente o Arquipélago do Marajó dentro desta lógica de apropriação dos recursos naturais pelo capital. Quais os impactos dos debates ambientais para as regiões como a Amazônia Marajoara? Atualmente a debates que incluem a região do Marajó dentro do circuito ambiental, mas como o poder local vem se organizando para lidar com suas questões ambientais?

O meio ambiente se tornou um dos grandes destaque mundiais, justamente por sofrer agressões de todas as formas, seja por meio do desmatamento das florestas e poluição (seja nos rios, lagos, mares), mas também se observa a insuficiência de planejamentos ambientais justamente porque estão envolvidos por um modelo de desenvolvimento econômico.

Diante deste contexto quais as contribuições efetivas do Serviço Social não somente enquanto uma profissão de caráter interventivo, mas também enquanto área de produção de conhecimento? O meio ambiente era pouco trabalhado na perspectiva do Serviço Social, porém o profissional de Serviço Social tem grande influência nas intervenções que se referem aos problemas socioambientais.

Na pesquisa de campo realizada nos dias 5 e 6 de julho de 2019 no lixão do município de breves, em que foi observado o quanto é prejudicial à forma do despejo dos lixos ao meio ambiente, principalmente por se tratar de materiais de todos os tipos, sem a devida fiscalização, pois o lixo deve ser despejado de acordo com a sua classificação, devido à mistura dos resíduos domiciliares e tóxicos afetarem à saúde das pessoas e a intensa degradação ambiental.

Durante a pesquisa foi constatado a falta de coleta seletiva, pois o lixo hospitalar é despejado junto ao lixo doméstico. Além do despejo irregular que polui os solos e ocasiona impactos ambientais

⁴ Neste relato destacamos as falas de alguns moradores, em que para manter o sigilo de seus nomes nos referimos a eles como “entrevistado A” e “entrevistado B”.

a médio e longo prazo existe também a poluição do ar decorrente da fumaça dos resíduos que são queimados de forma deliberada pela Secretaria de Saúde do município, diante de uma gestão local que não sabe o que fazer com o seu lixo.

Mediante a isso, ratifica a Lei Estadual de nº 5887. Art. 2º, “II - o Estado e a coletividade têm o dever de proteger e defender o meio ambiente, conservando-o para a atual e as futuras gerações, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico” (PARÁ, 1995).

No que se refere, ao despejo irregular constata-se na fala de dois dos entrevistados da pesquisa: “essa fumaça se não queimasse esse lixo aí, num dava problema nenhum. Mas o problema que eles queimam esse lixo quando é de madrugada a gente nem inxerga essas casa pra cá, chega fica iguá neve (...)” (ENTREVISTADO A, 06/07/2019).

Por sua vez, outro entrevistado relata: “(...) Tem tempo aí dias aí que você não passa, (...) não tem carro nenhum que passe, não passa moto, não passa bicicleta, no meio da rua (...) e quem for falar ‘rumm’ eles querem bater a gente” (ENTREVISTADO B, 06/07/2019).

Estes sujeitos não são atingidos somente pela degradação do meio ambiente, mas, sobretudo pela pobreza, que faz com que não tenham outros meios de subsistência, tornando o Lixão local de moradia e de retirado do alimento, fazendo com que convivam com lixos hospitalares, restos de gado morto, queimadas de diferentes materiais e com a insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse contexto, as problemáticas ambientais, resultam do processo de exploração desenfreada, sobrecregam, expressando-se em todos os âmbitos da sociedade, e atingem a todos de forma intensa. Podemos observar na pesquisa realizada no lixão da cidade de Breves (Marajó/PA), a carência de esgotos, despejo inadequado dos resíduos produzidos nas casas, comerciais e empresas, coletados pela prefeitura e alocados em área aberta sem tratamento adequado.

Dado ao exposto, o profissional deve buscar maneiras de intervir em todos os tipos de questões que trabalhem diretamente com as demandas relacionadas às políticas públicas e sociais, assim como Leonard (1992, p.18) relata: “Meio Ambiente diz respeito à qualidade de vida, e é importante frisar que os direitos básicos da população, viabilizados pelo Assistente Social, e a própria garantia da qualidade de vida, dependem da qualidade do ambiente no qual se está inserido”.

Entretanto, não é responsabilidade do Assistente Social a autonomia da gestão de políticas públicas para o território, esta competência é do Estado, representado pelo município o qual, deve atuar nas especificidades do meio ambiente e/ou questões ambientais. Cabe ao Estado promover ações coletivas de planejamento para decisões quanto ao despejo de resíduos sólidos e garantir a composição de equipes técnicas interdisciplinares que possam atuar de modo estratégico e dialogado no combate à pobreza e degradação do meio ambiente.

Tendo em vista que o Arquipélago Marajó é uma área de Proteção Ambiental, pois fica localizado na Floresta Amazônica, que segundo a Constituição Federal de 1988 é um patrimônio nacional e deve ser preservada. De acordo com Guimarães (2011, p. 133,), a Amazônia vista como um espaço natural com ampla biodiversidade, compreende também sujeitos diversos com interesses e vivências múltiplas, logo tratar sobre Amazônia meio ambiente, não exclui as relações estabelecidas entre o homem e a natureza que promovem as relações sociais.

Contudo, percebe-se que no município em destaque isso não acontece, constata-se a partir do local da pesquisa que não ocorre à efetivação das políticas ambientais. É importante destacar que, como em toda a pesquisa, esta revelou apenas alguns aspectos definidos pela temática, pois a relação entre o sujeito, meio ambiente e o profissional do Serviço Social, vai muito além das indagações aqui analisadas, isso advém principalmente, devido às incessantes e vertiginosas transformações que acontecem na sociedade e como consequências repercutem no ambiente local.

Este relato de experiência faz parte de pesquisa exploratória promovida pela Faculdade de Serviço Social, por meio de seus projetos de extensão e pesquisa, que foram articuladas ao ensino, havendo a intenção de ser dada continuidade no sentido de oferecer suporte a estas famílias para que possam se fortalecer a partir de associação de moradores e cooperativas, tendo como parceiros a Defensoria Pública e o Instituto Federal do Pará que atuam no município de Breves.

Portanto, não tivemos como intenção esgotar o debate ou percebê-lo somente a partir de um aspecto em específico, mas sim, a articulação dos diversos determinantes sociais que envolvem as correlações de forças e desigualdades que atingem o município, bem como as diferentes expressões da questão social que atingem os moradores do local em tela. Diante deste contexto, se faz fundamental a participação ativa da Universidade enquanto promotora de projetos que proponham linhas de atuação que possam dar suporte às demais instituições responsáveis pelas políticas sociais na região do Marajó.

REFERÊNCIAS

PARÁ. Lei Estadual no. 5887 de 09/05/1995 Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1995. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/ESTADUALPA/LEI5887-090595.PDF>. Acesso em 07 julho 2019.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica marxista**. São Paulo, n. 16, mar/2003. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf.

FERREIRA, Gabriela. FERREIRA, Thaís. QUINTANA, Silmara. Serviço Social e Meio Ambiente: A atuação do Assistente Social na SANASA. **Revista Gestão em Foco**, p. 166-189, 2016.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2011.

LEONARD, H. J. **Meio Ambiente e Pobreza**: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL AO MOVIMENTO SOCIAL DA FRENTE DE DEFESA DAS BACIAS DE BELÉM

*Lidiane Maria Siqueira David¹
Gizele Cristina Carvalho dos Santos²*

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência discorre da prática profissional da assessoria do Serviço Social ao movimento social da Frente de Defesa das Bacias de Belém (FBB)³, no âmbito da formação profissional, no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), na Universidade Federal do Pará (UFPA).

O Programa de apoio à Reforma Urbana como programa de extensão articula intrinsecamente o ensino, a pesquisa e a extensão, no entanto, reitera-se que no ano de 1981, o PARU inicia-se como campo de estágio do Curso de Serviço Social, mas só efetiva como programa de extensão em 1992, voltado à assessoria dos movimentos sociais urbanos na luta pela moradia digna, visando assessorar as organizações populares localizadas nas áreas do projeto de Recuperação das Baixadas da Bacia do Una (SILVA, 2016).

Com a experiência na extensão pôde-se desenvolver uma dimensão intervenciva participando das discussões das políticas urbanas de habitação, de saneamento, de mobilidade e de regulamentação fundiária, que estão relacionadas entre si e que são extremamente importantes para compreender o desenvolvimento da cidade e de como elas incidem diretamente na vida dos sujeitos.

Nesta direção ressalta-se que o trabalho profissional de assessoria do serviço social tem como objeto a formação política dos sujeitos, dentro de uma relação pedagógica que se desenvolve na perspectiva de um processo de organização e de fortalecimento dos sujeitos, sendo essa a dimensão ideopolítica próprio da direção social da profissão, como ressalta Duriguetto (2014) a materialização do trabalho intervencivo da assessoria do serviço social aos movimentos sociais apresenta-se nas suas múltiplas dimensões do seu fazer profissional técnico-operativo, teórico metodológico e ético-político.

Reitera-se que o trabalho do serviço social, desenvolvido com o segmento da FBB, foi materializado a partir das ações do PARU, à luz do Projeto de Extensão Serviço Social e a Prática da Assessoria à Movimentos Sociais Urbanos de Belém, vinculado ao programa de extensão universitária, visando alcançar uma formação sociopolítica na elaboração de estratégias e propostas para o enfrentamento das problemáticas provocadas por projetos urbanísticos em Belém.

1 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: lididvd@gmail.com
Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/2611937144905714>

2 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: gizelecarvalhoufpa@gmail.com
Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/8035907935042223>

3 Movimento recente que aglutina as lutas sociais de movimentos como a Frente de Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), dos Prejudicados do Tucunduba (PT) e da Associação de Moradores do Portal da Amazônia (AMPPA). Para mais informação consultar Trabalho de Conclusão de Curso “Assessoria, Serviço Social & Movimentos Sociais Urbanos: a experiência da Frente de Defesa das Bacias de Belém no Programa de Apoio à Reforma Urbana, em 2017”.

O público-alvo do projeto está situado nas Bacias Hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, por serem áreas que historicamente tiveram a sua fisionomia reconfigurada por projetos de intervenção urbanística como o Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una, o Projeto Orla e o Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba, que por sua dimensão em relação ao financiamento, cobertura e impactos são considerados grandes Projetos Urbanos, segundo Cruz (2012).

Destaca-se que apesar de cada movimento possuir demandas específicas de assessoria, buscou-se neste projeto fortalecer as reivindicações e as alternativas coletivas.

Sendo assim, o projeto buscou potencializar as identidades coletivas existentes e as que estão em construção, na luta pelo Direito à Cidade, através de seminários itinerantes nas áreas, reuniões com os movimentos, construindo subsídios para as lutas, como banner e dossiês, realizando cursos de capacitação, acompanhando em

assembleias e outras atividades.

O Curso de Serviço Social, da UFPA, por meio de pesquisas sociais busca analisar a questão urbana na Amazônia à luz de grandes projetos de intervenção urbanística, cujos resultados são socializados aos movimentos das áreas impactadas, subsidiando a luta social nessa região, sendo está uma mediação diferenciada com direção social ideopolítica significativa na perspectiva da classe trabalhadora (DAVID, 2018).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Para explicitar a prática da assessoria do serviço social a Frente de Defesa das Bacias de Belém (FBB) destaca-se sua gênese que provém dessa relação dialética com as atividades desenvolvidas com os sujeitos organizados que demanda apoio e acompanhamento do programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU).

Salienta-se, no entanto, que a cidade de Belém é composta de catorze (14) Bacias Hidrográficas que possuem peculiaridades entre si, trata-se de um território permeado de complexidades, tornando-se grande desafio para a FBB. Nesse sentido, o PARU acompanha e assessora a FBB, que atualmente aglutina as reivindicações populares de três dessas Bacias Hidrográficas: Bacia Hidrográfica do Una; Bacia Hidrográfica do Tucunduba; e Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. Juntos estas compreendem 35 bairros da cidade de Belém e são afetados diretamente e indiretamente pelas ações de urbanização.

Dentre as atividades desenvolvidas, no ano de 2017, com o movimento social FBB- destacam-se duas atividades: o seminário Quintas Urbanas⁴ e a Oficina⁵ de Capacitação das lideranças do movimento social. Sendo esses espaços de debate, discussão e interlocução com os sujeitos coletivos organizados que precisam ser fortalecidos na sua organização e enfrentamento da desregulamentação das políticas

4 O PARU promove a materialização de um espaço acadêmico e social conhecido como Quintas Urbanas que tem o propósito de discutir as políticas urbanas na perspectiva de articular a sociedade, junto cultura do debate, da reflexão e de troca de saberes, com a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada.

O seminário Quintas Urbanas de agosto de 2017 discorreu sobre a Temática: Intervenções Urbanísticas e Violações de Direitos Humanos em Belém, com a perspectiva de dar visibilidade e potencializar a discussão sobre as reivindicações populares de movimentos sociais que estão emergindo nas Bacias Hidrográficas de Belém.

5 A Oficina ocorreu em setembro de 2017 e teve como objetivo capacitar às lideranças e membros dos movimentos sociais urbanos da Bacia Hidrográfica do Una, da Bacia Hidrográfica do Tucunduba e da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. Teve como Temática: Os Rios Urbanos de Belém: em Defesa das Bacias Hidrográficas.

urbanas e o direito à cidade. Mas como também importante processo de formação, formulação crítica de políticas públicas no âmbito da sociedade civil na luta pelo direito à cidade na Amazônia.

E, portanto, nesta relação de assessoria do serviço social ao movimento social articulam-se intimamente o processo da tutela, que implica nos limites em que as lideranças do movimento não podem ficar dependentes da assessoria, eles têm que ter autonomia para serem os protagonistas de suas lutas, e para isso é necessário a formação política, por meio de técnicas e metodologias, com rigor ético-político e teórico metodológico, e, assim, promover a formação pedagógica (DAVID, 2018).

Neste cenário contraditório que emergem segmentos populares organizados, como exemplo a FBB, na cidade de Belém, como forma de luta e resistência às distintas problemáticas urbanas (alagamentos constantes, os remanejamentos de famílias, entre outras questões) que segue a lógica de infraestrutura e desenvolvimento via programas e projetos urbanísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se que o trabalho social exercido pelo assistente social na assessoria a movimentos sociais urbanos pressupõe-se que o profissional esteja em constante conhecimento teórico-metodológico, para compreensão da realidade social e, o reconhecimento das demandas possibilitando ação profissional (CONSELHO, 2016).

Dentro deste cenário a experiência da assessoria do serviço social junto ao movimento social da Frente de Defesa das Bacias de Belém, por meio da extensão universitária, desenvolve uma dimensão intervenciva participando das discussões das políticas urbanas de habitação, de saneamento, de mobilidade e de regulamentação fundiária, que estão relacionadas entre si e que são extremamente importantes para compreender o desenvolvimento da cidade e de como elas incidem diretamente na vida dos sujeitos.

Exercitamos essa relação pedagógica na dimensão intervenciva, devido os vínculos contraditórios que se estabelecem ao projeto societário na dimensão ideo-política para o processo de organização e mobilização popular, por meio de uma intervenção que possa promover e fortalecer as organizações e lutas coletivas da classe trabalhadora de caráter político, sendo orientações tático-estratégica e ético-política (DURIGUETTO, 2014). Destacando-se, portanto, a significância desse trabalho de base, sendo o lócus necessário para tal relação – serviço social e movimento social.

Neste jogo contraditório e desigual, orientada pela lógica neoliberal, que se agudizam o modo de produção capitalista que pressionam os sujeitos históricos a se (re) organizarem coletivamente, ou até mesmo individualmente, circunscritos na problemática da questão urbana, que envolve inúmeras expressões da Questão Social, como a habitação, o uso do solo, serviços e equipamentos coletivos, e entre outras expressões.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão. Brasília (DF): CFSS, 2016.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos em Metrópoles Amazônicas:** segregação social e moradia em Belém e Manaus. 2012, 317 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

DAVID, Lidiane Maria Siqueira. **Assessoria, Serviço Social & Movimentos Sociais Urbanos:** a experiência da Frente de Defesa das Bacias de Belém no Programa de Apoio à Reforma Urbana, em 2017. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicada, Belém, 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: (Orgs.). ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e Serviço Social uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. p.177-189.

SILVA, Milcilene Magalhães da. **Assessoria e Extensão Universitária:** uma reflexão sobre a prática desenvolvida pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana no período de 2014 a 2016. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicada, Belém, 2016.